



RELÚDIOS
REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ISSN 123456789

VOL. 11, 2023 | PUBLICAÇÃO CONTÍNUA



Universidade Federal da Bahia

Reitor: Prof. Paulo César Miguez de Oliveira
Vice-reitor: Prof. Penildon Silva Filho

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Diretora: Prof^ª. Maria Hilda Baqueiro Paraíso
Vice-diretora: Prof^ª. Iole Vanim Macedo

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Coodenador: Prof. Ricardo Pagliuso Regatieri
Vice-coodernador: Prof. Luiz Claudio Lourenço

FFCH-UFBA
Estrada de São Lázaro, 197
Federação - Salvador, BA - Brasil
CEP: 40.210-730

A revista Prelúdios é uma publicação científica e eletrônica de Ciências Sociais, editada pelos discentes do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (PPGCS/UFBA), em coedição com a EDUFBA (editora da UFBA). A revista reúne textos inéditos e de interesse acadêmico - na forma de artigos, ensaios, resenhas, entrevistas e/ou traduções - em dossiês temáticos e/ou por demanda livre; visando a divulgação de pesquisas nacionais e internacionais na área das Ciências Sociais. A revista foi lançada em 2013 e em 2023 passou a adotar o modelo de Publicação Contínua, com publicação de volume único anual.

Editores Gerentes

José Adailton Santos
Fernanda Carvalho Silva Faria
Thalisson Luiz Maia Santana

Comissão Editorial Responsável

Daniela Magalhães Correia
Linauro Neto

Editores Assistentes

Alana Nogueira Vieira
Eduardo Grizenti

Dossiê organizado por

Lídia Cardel (UFBA)
Maria Salete Souza Amorim (UFBA)
Ubiraneila Capinan (IFBAIANO)

Financiamento

PPGCS (UFBA)

Preparação de textos

Equipe da EDUFBA

Prelúdios

<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistapreludios>
Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia.
contato.preludios@gmail.com

Em sua integralidade, o conteúdo dos textos publicados é de exclusiva responsabilidade dos autores, não implicando necessariamente na concordância da Comissão Editorial, do Conselho Consultivo ou de qualquer profissional envolvido com a publicação desse periódico.



PRELÚDIOS

Revista do Programa de Pós-Graduação
em Ciências Sociais da UFBA

Projeto e capa
Eduardo Grizenti

Imagem da capa
Creative Commons Zero (CCo Content)

Editoração
Equipe Eudfba

Revisão e normalização
Eudfba

Sistema de Bibliotecas da UFBA

Prelúdios : revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA / Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. – v.11 (2023) - Publicação Contínua - .
- Salvador, BA: UFBA, FFCH, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2013.

Anual.

Início: 2013

Descrição baseada em: v.11 (2023) - Publicação Contínua.

ISSN 1234-56789

1. Ciências sociais - Periódicos. I. Universidade Federal da Bahia.
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

CDD - 300.5

SUMÁRIO

EDITORIAL

DOSSIÊ MEIO AMBIENTE / 7

Lídia Maria Pires Soares Cardel

Maria Salete Souza Amorim

Ubiraneila Capinan

ENTREVISTA

ALGUMAS REFLEXÕES ACERCA DA TEMÁTICA AMBIENTAL: UMA ENTREVISTA COM A PROFESSORA MARIA SALETE SOUZA DE AMORIM / 11

Janilson Alves Magalhães

ARTIGOS DOSSIÊ

O DESEJO, A CRENÇA E A SENSAÇÃO NA PESQUISA EM CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE NA AMAZÔNIA: NOTAS SOCIOLÓGICAS SOBRE OUTRA “CRISE AMBIENTAL” / 23

Felipe Vargas

MARXISMO E MEIO AMBIENTE: DA CONTRIBUIÇÃO DE MARX ÀS INTERPRETAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DIANTE DA CRISE ECOLÓGICA / 51

Antônio da Silva Câmara

Cláudio Almeida Silva Filho

AS REPRESENTAÇÕES CINEMATOGRAFICAS DOS CONFLITOS SOCIO-AMBIENTAIS EM TORNO DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE NA AMAZÔNIA / 81

Humberto Alves Silva Júnior

**DIÁLOGOS TRANSDISCIPLINARES ENTRE A SOCIOLOGIA AMBIENTAL,
A AGROECOLOGIA E O SABER-FAZER CAMPONÊS / 106**

Lídia Maria Pires Soares Cardel
Maria Aparecida José de Oliveira
José Geraldo de Aquino Assis
Janilson Alves Magalhães
Rita de Cássia Cerqueira Melo
Maria Lenise Silva Guedes

DEMANDA LIVRE

PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO E PARTICIPATIVO NA GESTÃO ESCOLAR

Daniel Skrsypcsak
Camila Luiza Schmidt

**MANDINGA E PODER DECISÓRIO: A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS
GRUPOS DE CAPOEIRA NA BAHIA CONTEMPORÂNEA**

Rubens Ferreira da Silva Junior

**“A GENTE TÁ VIVENDO UMA VIDA SEM PAZ”: EXPERIÊNCIAS DOS
PRIMEIROS SEIS MESES DE QUARENTENA DO COVID-19 PARA MULHERES
DA PERIFERIA DE SALVADOR**

Thaise Sá Santos
Marie Kolling

Lídia Maria Pires Soares Cardel¹
Maria Salete Souza Amorim²
Ubiraneila Capinan³

Esta edição da Revista Prelúdios apresenta o **Dossiê Meio Ambiente**, que reúne artigos com abordagens relativas às questões ambientais no âmbito das Ciências Sociais e da pesquisa interdisciplinar, estabelecendo um diálogo de saberes que se situa em um campo de interrelações natureza-sociedade. A temática ambiental vem adquirindo centralidade no debate nacional e internacional ao longo dos últimos anos, envolvendo um importante debate sobre o acesso, os usos e os significados da natureza enquanto bem e enquanto recurso, de modo a evitar o agravamento da crise ambiental, climática e ecológica. No campo dos estudos ambientais, a produção acadêmica vem refletindo sobre esse importante e atual debate e tem contribuído, de modo propositivo, para o enfrentamento dos graves problemas socioambientais no Brasil.

Os aspectos centrais deste debate são as disputas, os conflitos e os impactos socioambientais recorrentes quando os usos e os significados atribuídos ao meio ambiente pelos povos de ecossistemas se cruzam com as concepções utilitaristas dos povos da biosfera. Segundo Little (2004), autor que cunhou estas duas categorias que dividem a ordem planetária, os povos dos ecossistemas são compostos por grupos sociais envolvidos diretamente com o meio que os circundam, como os “camponeses, povos indígenas, pastorais e populações extrativistas de pescadores, caçadores e coletores [...] que estabelecem suas formas de vida por meio da ação direta com os ecossistemas.”. Já os povos da biosfera formam o grupo adensado nos meios urbanos, como os “trabalhadores fabris, empresários e demais grupos urbanos [...] [que] têm como ambiente de exploração direta toda a biosfera por meio das tecnologias disponíveis” (Little, 2004, p. 95). O princípio básico que rege essa divisão foca na perspectiva e simbologia que se apresentam de forma diametralmente oposta em relação às ações e gestão da natureza: enquanto os povos da biosfera, na concepção de Bruno Latour

1 Professora Titular do Departamento de Sociologia da UFBA e pesquisadora do Núcleo de Estudos Ambientais Urbanos e Rurais -UFBA (Nuclear). E-mail: lidiacardel@gmail.com

2 Doutora em Ciência Política, professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal da Bahia (UFBA), pesquisadora do Núcleo de Estudos Ambientais e Rurais (NUCLEAR/UFBA) e do Grupo de Pesquisa em Metodologia Política (Metodos/UFBA). E-mail: msapolitica@gmail.com

3 Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (UFBA), pesquisadora associada ao Núcleo de Estudos Ambientais e Rurais (NUCLEAR/UFBA), professora do Instituto Federal Baiano (IFBAIANO). E-mail: ubiraneila.capinan@gmail.com

(2020, p. 5), cortaram “todos os laços legais, morais, estéticos e afetivos com a Terra”, os povos dos ecossistemas permanecem imbuídos de uma ordem moral que agrega humanos e não humanos em suas cosmologias.

Tais categorias são frutíferas para trabalhar a proposta de duas outras que visam estabelecer a distinção analítica das formas como estes dois grupos abordam a natureza: por um lado, a noção de bem comum e, por outro, a noção de recursos. O uso da categoria de “bem comum” para se referir aos elementos da natureza está inserido na ética dos povos dos ecossistemas, e se caracteriza pela apropriação do meio ambiente através do seu valor de uso e pela busca de um metabolismo simétrico entre os actantes humanos e não humanos, em que o homem se conecta através das práticas de trabalho fundamentadas no valor de uso, e não no princípio da acumulação. Por sua vez, a recorrente utilização da categoria “recursos naturais” centra-se nas práticas dos povos da biosfera, destacadamente, na movimentação do capitalismo avançado, que impõe agudizações na rixa metabólica entre o homem e a natureza (Marx, 2011).

Em sintonia com esse pensamento, Henri Acselrad (2014, p. 88) adverte que no processo de gestão dos conflitos socioambientais são usados dissimuladores que buscam gerar o convencimento de “benignidade coletiva”, mas o fazem “[...] estabelecendo hierarquias entre os diferentes ou as dissimulando sob a retórica do bem comum, quando o que está em jogo são recursos econômico-territoriais e poder estratégico para capitais e Estados.”. Essa assertiva é uma boa provocação para nos movermos em busca de legitimar outras formas de gestão que não seja a atual vigente centrada no Estado. É, igualmente, uma boa oportunidade para problematizarmos a atuação estatal, tratando o Estado Nacional como um ator social não necessariamente neutro. Enquanto atores da sociedade civil agindo politicamente por meio de pesquisas e análises científicas, nos cabe proceder de forma a confrontar as várias faces das ações institucionais estatais promovendo debates mais amplos sobre outras formas de gestão da natureza que não as pautadas na “doxa do desenvolvimentismo” (Carneiro, 2005).

Neste sentido, as disputas socioambientais são decorrentes, também, do embate entre diferentes modelos de gestão pública ou, para utilizar a máxima de Bruno Latour, não são apenas disputas, mas conflitos inconciliáveis gerados por uma “imbecilidade territorial” que fragmenta GAIA em mundos distintos. Uma pauta nos interesses dos povos da biosfera defende, em primeira instância, o crescimento econômico através da exploração desenfreada dos recursos naturais e a adoção de medidas compensatórias para amenizar os danos ambientais. Outra embasada nos interesses dos povos de ecossistemas se caracteriza pelo respeito à natureza, pela defesa dos direitos desses povos e pela

busca de uma gestão equilibrada dos bens da natureza, de forma a deixá-los como legado às futuras gerações. E é esse modelo de gestão, mais alternativo, que nós, organizadoras, e os autores deste dossiê, consideramos relevante para garantir o equilíbrio e a simetria da complexa relação sociedade-natureza.

Dentro deste debate, os textos que compõem este volume da Revista Prelúdios trazem uma variedade de temáticas inseridas no âmbito dos estudos ambientais. O dossiê apresenta uma **entrevista com a pesquisadora Maria Salete Souza de Amorim**, do Núcleo de Estudos Ambientais e Rurais (NUCLEAR/FFCH/UFBA), que discorre sobre a sua experiência de pesquisa e de extensão na área ambiental, além disso, conta com quatro artigos que abordam sob diferentes perspectivas a importância da preservação do meio ambiente e da biodiversidade para as sociedades, problematizando conflitos socioambientais que geralmente são associados aos povos originários e comunidades centenárias e que envolvem disputas pelo uso da terra, da água e de reservas minerais.

O primeiro artigo, intitulado **O desejo, a crença e a sensação na pesquisa em conservação da biodiversidade na Amazônia: notas sociológicas sobre outra “crise ambiental”**, de autoria de Felipe Vargas, analisa a produção dos dados sobre biomassa florestal em duas Unidades de Conservação do Estado de Roraima a partir da confluência de duas lógicas, a métrica e a sensitiva. Utiliza a grade Rapid Assessment Survey in Long-term Ecological Research (RAPELD), método criado pelo Programa de Pesquisa em Biodiversidade do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (PPBio/INPA), como uma forma de medir e gerir a biodiversidade. O autor apresenta uma importante reflexão: a perda da biodiversidade é, ao mesmo tempo, a perda da capacidade dos sentidos. Portanto, mediante a crise ambiental, é necessário criar modos de fazer sociedade.

O segundo artigo, **Marxismo e meio ambiente: da contribuição de Marx às interpretações contemporâneas diante da crise ecológica**, de autoria de Cláudio Almeida Silva Filho e Antônio da Silva Câmara, apresenta reflexões teóricas sobre o meio ambiente/natureza, com base nas contribuições de Karl Marx e autores contemporâneos, como Mézaros, Harvey e Lowy. O debate elucidada a crise ecológica, que tem colocado em risco a sobrevivência dos seres vivos do planeta. Os autores problematizam que, enquanto a produção capitalista tratar a natureza como mercadoria, a degradação ambiental alcançará níveis irreversíveis. Uma das possíveis soluções é fornecer uma alternativa ecológica e sustentável, de alcance nacional e internacional, como o ecossocialismo.

O terceiro artigo, **As representações cinematográficas dos conflitos socioambientais em torno da usina hidrelétrica de Belo Monte na Amazônia**, de autoria de Humberto Alves Silva Junior, aborda os conflitos socioambientais de-

correntes da instalação da usina hidrelétrica de Belo Monte (PA), através de análise fílmica de dois documentários: 1) *Belo Monte, anúncio de uma guerra* (2016), de André D'Elia; e 2) *Belo Monte, depois da inundação* (2016), de Todd Southgate. Ambos problematizam os riscos de construção de hidrelétricas na Amazônia, que, além de causar séria degradação aos biomas da região, compromete a sobrevivência das populações atingidas, como indígenas, ribeirinhos, pequenos agricultores e pescadores, que, por sua vez, lutam bravamente para se fazerem ouvir.

O quarto artigo, **Diálogos transdisciplinares entre a sociologia ambiental, a agroecologia e o saber-fazer camponês**, de autoria de Lídia Cardel et al, apresenta resultados de pesquisa e de extensão realizados no assentamento rural MAJU, localizado no município de São Sebastião do Passé, no litoral norte da Bahia. Teve como objetivo incentivar a transição agroecológica nas práticas agrícolas da comunidade. Trata-se de uma proposta inter e transdisciplinar que obteve êxito na conexão entre o conhecimento acadêmico-científico e o saber-fazer-tradicional. O autor alerta sobre a importância da promoção de políticas públicas que assegurem educação ambiental, segurança e soberania alimentar através do incentivo da adoção de práticas sustentáveis e agroecológicas.

Desejamos uma boa leitura a todes, todas e todos!!!

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. As disputas cognitivas e exercício da capacidade crítica: o caso dos conflitos ambientais no Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 35, p. 84-105, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/MPqVy7HmLgCNZCf85YyGQpf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 out. 2023.
- CARNEIRO, Eder Jurandir. Política ambiental e a ideologia do desenvolvimento sustentável. In: ZHOURI, Andréa (org.). **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- LITTLE, Paull Elliot. A etnografia dos conflitos socioambientais: bases metodológicas e empíricas. In: II ENCONTRO DA Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2, 2004, Indaiatuba. **Anais [...]** Indaiatuba: Indaiatuba, 2004. Disponível em: http://www.anppas/encontro2/GT/GT17/gt17_little.pdf. Acesso em: 12 out. 2023.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2011.
- LATOUR, Bruno. Entrevista com Bruno Latour. **Revista Rosa**, São Paulo, n. 1, v. 2, set. 2020. Disponível em: <https://revistarosa.com/2/entrevista-com-bruno-latour>. Acesso em: 16 set. 2023.

ALGUMAS REFLEXÕES ACERCA DA TEMÁTICA AMBIENTAL: UMA ENTREVISTA COM A PROFESSORA MARIA SALETE SOUZA DE AMORIM

SOME REFLECTIONS ON THE ENVIRONMENTAL THEME: AN INTERVIEW WITH
PROFESSOR MARIA SALETE SOUZA DE AMORIM

INTRODUÇÃO

O presente texto é uma entrevista realizada com a professora Maria Salete Souza de Amorim, do Núcleo de Estudos Ambientais e Rurais, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (NUCLEAR/FFCH/UFBA). Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP/UFBA), participa do Grupo Methodos – Grupo de Pesquisa em Metodologia Política, vinculado ao Departamento de Ciência Política, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, e integra a equipe do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Estudos Interdisciplinares e Transdisciplinares em Ecologia e Evolução (INCT IN-TREE), colaborando com projetos de integração com a sociedade. Nesta entrevista, abordamos a temática ambiental à luz das Ciências Sociais, focalizando a experiência de pesquisa e de extensão vivenciada pela professora na área de políticas públicas ambientais, um tema atual e relevante no cenário nacional. Assim, segue a entrevista.

¹ Doutor em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (PPGCS/UFBA), e Pós-Doutorando pelo mesmo programa, sob a supervisão da profa. Lídia Cardel. E-mail: janciso@yahoo.com.br

ENTREVISTA

[Janilson Alves Magalhães] A senhora pode falar, de modo sucinto, a respeito da sua trajetória enquanto pesquisadora e do seu interesse pelo tema das políticas públicas ambientais?

[Maria Salete S. Amorim] Em primeiro lugar, Janilson, agradeço a você e à Revista Prelúdios pelo convite para conceder esta entrevista e tratar de um tema bastante atual e relevante no cenário político nacional e internacional. O campo de estudos ambientais reúne pesquisas de diversas áreas do conhecimento, e comumente adota perspectiva interdisciplinar para responder à complexidade do tema. Ao falar da minha trajetória profissional e sobre meu interesse em políticas públicas ambientais, começo dizendo que sou “andarilha”: sou natural de São Paulo, capital, e mudei-me para o sul (Toledo, PR, e Porto Alegre, RS) e do sul para o nordeste (Salvador, BA). Após a conclusão da graduação em Ciências Sociais (licenciatura e bacharelado), eu ingressei no Mestrado em Ciências Sociais (1995), na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), cujo objeto de estudo foi processo eleitoral, mídia e democracia no Brasil, sob orientação da professora Vera Chaia. Nesse período, atuei também numa organização não governamental (ONG), Centro de Direitos Humanos e Educação Popular do Campo Limpo (CEDHEP), em São Paulo, contribuindo para a formação política de lideranças de comunidades e prestando assessoria a movimentos sociais e ONGs através da realização de planejamento estratégico participativo e de elaboração de projetos sociais. Foi uma experiência muito importante na minha vida pessoal e profissional. Posteriormente, realizei o Doutorado em Ciência Política (2003), na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), propondo uma discussão sobre cultura política e decisão eleitoral, sob a orientação do professor Marcello Baquero. Foi durante o período do doutoramento que me aproximei da temática ambiental, ao participar da pesquisa “Capital Social e Desenvolvimento Sustentável na construção da cidadania e melhoria da qualidade de vida: um estudo comparado entre cidades do Brasil, Uruguai e Chile” (2005-2007), coordenada pelo professor Baquero, que teve como objetivo analisar a percepção dos cidadãos sobre o impacto da pobreza e da exclusão social na qualidade da democracia em três cidades latino-americanas. Para mim, foi um dos melhores momentos como pesquisadora, pois tive a oportunidade de aprofundar aspectos teóricos e metodológicos de uma ampla pesquisa, ao mesmo tempo em que me identifiquei com três novas áreas de pesquisa: qualidade da democracia, sustentabilidade ambiental e pesquisa comparada.

Durante os anos que trabalhei na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) (2000-2010), houve maior proximidade com a área de políticas públicas. Na ocasião, coordenei o Curso de Especialização em Políticas Públicas e Gestão Governamental nos Municípios, um curso que visava atender, especialmente, a uma demanda de servidores públicos da região oeste paranaense. Foi uma ótima experiência para aprofundar os estudos da área de gestão pública e de planejamento estratégico. Do sul do país mudei-me para o nordeste. Cheguei em Salvador em 2010 e ingressei na Universidade Federal da Bahia, no Departamento de Ciência Política. Após alguns anos, a partir de projetos de extensão desenvolvidos na Chapada Diamantina, retomei a temática ambiental, avaliando o processo de formulação e de implementação de políticas ambientais na Bahia. E em 2015, a convite da professora Lídia Cardel e do professor Antônio Câmara, passei a compor a equipe do Núcleo de Estudos Ambientais e Rurais (NUCLEAR/UFBA), com a linha de pesquisa “Democracia e Análise de Políticas Públicas Ambientais”. E em 2016, a convite do prof. Charbel Niño El-Hani, do Instituto de Biologia (IBIO), da UFBA, eu e a professora Lídia Cardel iniciamos nossa participação no INCT IN-TREE, para colaborar com projetos de integração com a sociedade. “O instituto agrega 14 Projetos Temáticos (PT’s) e 5 Projetos Integradores (PI’s) e tem como objeto central a relação entre ciência, tecnologia e sociedade, bem como o desenvolvimento de projetos de pesquisa em ecologia e evolução”².

[Janilson Alves Magalhães] A partir da sua experiência com trabalhos em comunidades e de estudos sobre políticas ambientais, como a senhora vê a relação entre seres humanos e natureza?

[Maria Salete S. Amorim] Ao longo dos anos, realizando pesquisas e atividades de extensão junto a comunidades rurais, foi possível constatar, na prática, que a relação entre natureza e indivíduos é bastante complexa. Por um lado, a natureza oferece uma diversidade de recursos e benefícios para os indivíduos, contribuindo para a qualidade da vida humana. Por outro lado, os indivíduos usufruem da natureza, explorando os recursos naturais, mas nem sempre agindo no sentido de preservar os recursos naturais, a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos. Neste cenário, as instituições públicas, as organizações ambientalistas e a sociedade como um todo são fundamentais para organizar, mediar e estabelecer regras quanto ao uso dos recursos naturais. Dada a complexidade da temática

2 Mais informações sobre os projetos do INCT-IN-TREE disponíveis em: <https://intree.org/>. Acesso em: 13 jul. 2023.

ambiental, concordo com a proposta de Klaus Frey (2000) sobre integrar duas abordagens relevantes na análise de políticas ambientais no Brasil: 1) o neoinstitucionalismo, que enfatiza os arranjos institucionais, os interesses e as estratégias políticas dos atores nos processos de decisão política; e 2) a análise de estilos políticos, que avalia a importância de se considerar fatores culturais na análise de políticas ambientais, pois atitudes democráticas e antidemocráticas estão presentes na cultura política brasileira e perpassam pelas instituições políticas e pelo desenho das políticas públicas. Portanto, há um contínuo embate entre os grupos de interesses e atores sociais que defendem diferentes lógicas de apropriação dos recursos naturais. E o que observamos nas comunidades rurais, cuja produção agrícola é de base familiar e de subsistência, é a defesa da sustentabilidade socioeconômica, com o uso responsável dos recursos ambientais para preservação da qualidade do ar, da água e dos solos. Gostaria de destacar aqui algumas experiências vivenciadas em Piatã, na Chapada Diamantina, BA, e em Siribinha, no município de Conde, BA. Desde 2015 realizo atividades de extensão na Chapada Diamantina, em parceria com a profa. Lídia Cardel (FFCH/UFBA), e com a profa. Blandina Viana (IBIO/UFBA), através de Atividade Curricular em Comunidade e Sociedade (ACCS), componente curricular ofertado aos alunos de cursos de graduação da UFBA. Nós tivemos oportunidade de realizar pesquisas e atividades de extensão junto a comunidades rurais, desenvolvendo oficinas de formação sobre políticas públicas, associativismo e cooperativismo, e aplicando metodologias participativas³, como o Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), uma técnica bastante utilizada para definir diagnósticos da realidade local e propor resolução de problemas socioambientais (BROSE, 2010). O município de Piatã abriga muitas nascentes e monumentos naturais e se destaca por sua importância hídrica para o estado da Bahia. Dadas as suas características naturais relevantes, Piatã faz parte de duas Unidades de Conservação (UCs): Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE Nascente Rio de Contas) e Área de Proteção Ambiental (APA Serra do Barbado), ambas de uso sustentável. Observamos que a economia local é pautada na agricultura familiar, cuja produção agrícola é diversificada, com destaque para a produção de café, cana-de-açúcar, feijão, milho, mandioca e hortaliças, cujo excedente é comercializado em feiras livres do produtor. A comunidade da Ressaca, por exemplo, constituída de 25 famílias, expressou preocupação com o avanço do agronegócio na região, durante uma atividade de DRP, e decidiu elaborar um Plano de Ação Estratégico como pro-

³ Participei do podcast: EP. 35 I PODCAST IN TREE – METODOLOGIA PARTICIPATIVA. Podcast In-Tree, jun. 2021. **Podcast**. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/1G2jBHrTYsxxVGBYQH8oRy>. Acesso em: 15 jul. 2023.

posta para o enfrentamento de problemas ambientais apontados pelos participantes da comunidade. Entre as ações, a comunidade da Ressaca decidiu apresentar proposta e concorrer no Edital Juventude Rural da Fundação Banco do Brasil/BNDES (2017), pensando justamente em viabilizar a permanência dos jovens no campo. Dessa forma, nós colaboramos na construção do Projeto “Fazenda Ressaca: Aqui tem Agricultura Familiar”, juntamente com outras instituições de apoio, e a proposta foi contemplada. Com os recursos advindos do projeto, foi possível a construção de uma cozinha comunitária para o processamento artesanal de frutas, capacitação de jovens da comunidade através de cursos de economia solitária e práticas agroecológicas e o consequente fortalecimento da agricultura familiar, do associativismo e da sustentabilidade socioeconômica na região. Na mesma ocasião, eu e a profa. Lídia Cardel participamos de um projeto promovido pela Aliança Internacional das Mulheres do Café (IWCA Brasil), em parceria com a Embrapa Café, que teve como objetivo promover maior visibilidade das mulheres na atividade produtiva do café. Essa iniciativa resultou na publicação de um livro digital (e-book), intitulado *Mulheres dos Cafés no Brasil* (AMORIM et al., 2017), no qual temos o seguinte capítulo: “O protagonismo das mulheres do café na agricultura familiar: o caso de Piatã e Abaíra, Chapada Diamantina, BA”, especialmente na produção de cafés especiais e orgânicos. As mulheres demonstraram em suas falas e experiências uma apreensão e sensibilidade para as questões de preservação e de conservação através da adoção de práticas de baixo impacto ambiental. Com o acirramento dos problemas socioambientais, especialmente decorrentes da atividade da mineração e da expansão do agronegócio, emergiu a Frente Socioambiental de Piatã (FSP), um coletivo criado em 2020 por representantes da sociedade civil, que tem promovido ações de enfrentamento na defesa do patrimônio natural e cultural da região (ver Instagram @frenteambientalpiata). Nesse contexto, realizamos diversas atividades de extensão em parceria com os representantes do coletivo da citada frente. Durante a pandemia da Covid-19, eu e a profa. Blandina Viana coordenamos uma oficina de DRP, na modalidade online, com a participação de 15 pessoas das comunidades locais, com a colaboração de estudantes da UFBA. Após discussão do diagnóstico e definição dos principais problemas a serem enfrentados, foi elaborado um plano de ação estratégico. Dentre as ações, os participantes propuseram: “coproduzir materiais didáticos para divulgação de conhecimentos locais e científicos e de informações técnicas, sobre uso da terra e educação ambiental”, algo que foi propiciado com a realização da ACCS: “Ciência, Comunicação e Cidadania: engajamento da sociedade civil em ações para conservação da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos para criação

de uma política pública para Pagamento por Serviços Ambientais, PSA”, coordenada pela profa. Blandina Viana, que teve como objetivo: elaborar uma minuta de política de PSA para o município de Piatã e traçar propostas de projetos de monitoramentos ambientais participativos (VIANA et al., 2023). Participaram da atividade estudantes da UFBA, professores da rede pública de Piatã e membros da FSP. Ainda sobre a parceria com esta frente, participamos do Programa de Extensão “Entre-Laços: Tecendo parcerias Universidade-Sociedade”, uma iniciativa do Núcleo de Pesquisa, Extensão, Inovação e Criação (NUPEX/UFBA), que visa ampliar o impacto social da ciência produzida pela Universidade. Dessa forma, os representantes da FSP apresentaram as seguintes demandas: a) caracterizar as principais dúvidas de membros da comunidade de Piatã a respeito dos impactos (positivos e negativos) da implantação do empreendimento da mineradora Brazil Iron; b) caracterizar o *modus operandi* da implantação desse empreendimento em municípios da Bahia e avaliar os impactos que tiveram nos indicadores econômicos, sociais e ambientais; c) produzir materiais informativos que sistematizem essas informações e permitam comunicação com setores técnicos e com as comunidades locais⁴. Essas atividades ocorreram de modo presencial e remoto, e foi uma experiência excelente do ponto de vista da aprendizagem, da troca de conhecimentos e da construção colaborativa de ações práticas. Outro projeto que tive oportunidade de participar, coordenado pelo prof. Charbel Niño El-Hani (IBIO/UFBA), foi: “Pesquisa Etnoecológica, Educacional e de Conservação e Inovações Pedagógicas em Comunidades Pesqueiras de Conde-BA”, realizado em Siribinha e Poças, comunidades do litoral norte, BA, onde foram realizadas oficinas informativas e deliberativas, e elaborado plano estratégico para a resolução de problemas ambientais (DRP). Dentre as propostas, cabe destacar: o Plano de Ação para o Combate ao Lixo no estuário e nas praias, criação de um ecomuseu do Estuário do Itapicuru, onde o acervo seria composto por elementos do patrimônio ambiental e cultural e efetivação de um turismo ecológico, turismo de observação de aves e turismo cultural, dada a importância dos conhecimentos e práticas pesqueiras e a história das comunidades tradicionais. Diante da preocupação com a conservação do estuário, foi criado, através da Lei Municipal nº 968/2020, o Monumento Natural Península de Siribinha, uma unidade de conservação de proteção integral. Para quem quiser conhecer mais sobre o projeto e sobre a região, há um documentário intitulado “Pescando Artes - a cultura viva em Siribinha”, fruto de um trabalho colaborativo

4 Maiores informações em: <https://nupex.ibio.ufba.br/sites/nupex.ibio.ufba.br/files/piata.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2023.

entre pesquisadores da UFBA e moradores/as, pescadores e marisqueiras de Siribinha⁵, além de muitos artigos publicados pela equipe do INCT-IN-TREE.

[Janilson Alves Magalhães] De que maneira a senhora avalia as políticas ambientais aprovadas pelo Governo Bolsonaro?

[Maria Salete S. Amorim] Em recentes pesquisas sobre esse tema, foi possível avaliar que a política ambiental brasileira, nos últimos anos, a despeito de alguns avanços, tem apresentado significativos retrocessos que se refletem em altos índices de desmatamento e degradação ambiental, crise climática e hídrica, e ameaça aos direitos dos povos tradicionais. O Governo Bolsonaro implementou medidas que impulsionaram uma governança ambiental pautada no neoextrativismo, uma forma intensiva de exploração dos recursos naturais e de alto custo ambiental, contrariando legislação nacional e internacional de proteção ambiental (MENEZES; BARBOSA JR., 2021). Em levantamento feito em websites de organizações ambientalistas, como a WWF Brasil, Fundação SOS Mata Atlântica, Greenpeace Brasil, Instituto Socioambiental, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia e Observatório do Clima, verificamos que, entre as medidas do Governo Bolsonaro mais criticadas por estas organizações, destacaram-se: a transferência de competências de ministérios, a desestruturação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) – visando o esvaziamento político de entidades de representação da sociedade, a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), as restrições orçamentárias e ineficiência dos órgãos de fiscalização e monitoramento ambiental, a aprovação de normas ambientais mais flexíveis, que favoreceram a expansão do agronegócio e da mineração, impactando diretamente nos territórios de unidades de conservação indígenas e quilombolas, a omissão do governo durante a pandemia da Covid-19 e a inação do governo diante do aparecimento de manchas de óleo no litoral do nordeste, entre outras críticas. Os atos normativos instituídos pelo Governo Bolsonaro deixaram claro que a gestão atuava no sentido contrário da preservação do meio ambiente, pois a política ambiental estaria sendo um entrave ao suposto “desenvolvimento econômico” do país, dentro da lógica predatória de expropriação dos recursos naturais. A preocupação dos ambientalistas era de que esses atos e decretos se transformassem em leis, pois alguns projetos foram propostos durante o referido governo e ainda tramitam no Congresso: projeto

5 LEFHBIO UFBA. Pescando Artes – a cultura viva em Siribinha. **Youtube**, 20 fev. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bYDRp9roIo>. Acesso em: 15 jul. 2023.

de lei visando a liberação da pecuária em reservas legais, a redução de unidades de conservação, a regularização fundiária sobre a ocupação de terras situadas em áreas da União (conhecido como PL da Grilagem). Cabe destacar que as denúncias das organizações ambientalistas e a atuação do Ministério Público, através das promotorias ambientais, coibiram um desmonte ainda maior da área ambiental.

[Janilson Alves Magalhães] Quais os comentários que podem ser feitos sobre a metáfora “passar a boiada”, proferida pelo ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, e quais as implicações reais dessa fala para as políticas ambientais brasileiras?

[Maria Salete S. Amorim] De fato, durante uma reunião ministerial (abril de 2020), o então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, expressou descaso frente à pandemia da Covid-19 e sugeriu que era o momento de “passar a boiada”, simplificando todas as regras e normas que impediam, na sua concepção, a eficiência do mercado e do desenvolvimento econômico. A estratégia de Salles era decretar a desregulamentação ambiental enquanto a atenção da mídia e da sociedade estava voltada para o enfrentamento da Covid-19. Essa atitude revelou o quanto era arbitrária, autoritária e irresponsável a gestão ambiental do Governo Bolsonaro. O Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), a partir de uma análise das medidas provisórias e decretos implementados pela gestão de Bolsonaro, buscou identificar o nome dos “bois”, avaliando quais as normas que favoreciam maior risco para a redução do nível de proteção ambiental. Dessa forma, a desregulamentação e o enfraquecimento do papel dos órgãos ambientais na esfera federal foram analisados em três blocos: normas que visavam flexibilizar a fiscalização e a punição de crimes ambientais, normas que visavam desestruturar os órgãos ambientais e normas que visavam enfraquecer a atuação do Ministério do Meio Ambiente⁶. No afã de seguir “passando a boiada”, Ricardo Salles foi denunciado pela Polícia Federal por crimes de advocacia administrativa, organização criminosa e obstrução a operações após a maior apreensão registrada de madeira ilegal da Amazônia, em maio de 2021. “A investigação apontou desmatamento ilegal, grilagem de terra, fraude em escrituras e exploração madeireira em áreas de preservação permanente”⁷.

6 CARDOSO, A. Dando nome aos bois. **INESC**, 27 maio. 2021. Disponível em: <https://www.inesc.org.br/dando-nome-aos-bois-analise-das-medidas-infralegais-para-o-meio-ambiente-nos-primeiros-dois-anos-do-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 15 jul. 2023.

7 OLIVEIRA, J. C. Delegado detalha denúncias de crime ambiental contra Ricardo Salles; deputados governistas criticam investigação. **Câmara dos Deputados**, 26 abr. 2021. Disponível em: <https://www.>

No mês seguinte, Salles foi exonerado do cargo, entretanto, a política do Governo Bolsonaro se manteve inalterada para a área do meio ambiente.

[Janilson Alves Magalhães] Quais os possíveis caminhos para enfrentar e resolver sérios problemas, como desmatamento, poluição das águas (dos rios, mares etc.), utilização de agrotóxicos nas lavouras e mudanças climáticas no Brasil (e no mundo)?

[Maria Salete S. Amorim] Essa questão é importante e bastante complexa. Vivemos em um cenário onde os problemas socioambientais estão se intensificando a cada dia, e direitos humanos e ambientais estão sendo desrespeitados. Como garantir aos cidadãos um meio ambiente ecologicamente equilibrado, quando as decisões políticas são pautadas no modelo de desenvolvimento agroexportador e na lógica mercantil, em detrimento da preservação ambiental? Ao longo do Governo Bolsonaro, mais de 2.000 agrotóxicos foram liberados no Brasil, especialmente para uso nas monoculturas de exportação, implicando em maior risco de contaminação do solo, dos rios e das águas subterrâneas. Como a sociedade pode enfrentar esse problema? Exercendo a cidadania ambiental: elegendo governos e parlamentares mais comprometidos com a questão ambiental, apoiando e/ou participando diretamente de organizações ambientalistas, promovendo boas práticas sustentáveis, seja no contexto rural ou urbano. Elinor Ostrom, primeira mulher a receber o Prêmio Nobel de Economia, em 2009, já nos apontava alguns caminhos, especialmente sobre a governança de bens comuns. Na visão da autora, a governança é a capacidade das sociedades de gerir o bem comum, agir em prol de interesses coletivos, de modo a evitar o esgotamento dos recursos naturais e assegurar a sustentabilidade socioeconômica e ambiental. Os trabalhos de Ostrom revelam-se bastante atuais e pertinentes para analisar os problemas ambientais do Brasil e pensar alternativas para resolução de conflitos socioambientais (OSTROM, 1990; 2010). Sobre as mudanças climáticas, os setores de maior emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE), como energia, transporte, resíduos, desmatamento, pecuária extensiva e avanço da fronteira agrícola, têm se fortalecido dentro de uma política ambiental que parte da premissa de que não existe limite para a exploração dos recursos naturais. Carlos Nobre tem alertado que estamos vivenciando uma das mais graves crises climáticas do planeta, provocada principalmente pelo aumento do desmatamento e da degradação florestal (extração de madeira, de forma ilegal).

camara.leg.br/noticias/751046-delegado-detalha-denuncias-de-crime-ambiental-contra-ricardo-salles-deputados-governistas-criticam-investigacao/. Acesso em: 15 jul. 2023.

De acordo com o climatologista, o Brasil poderia ser um dos primeiros países a atingir a política de carbono zero através da restauração florestal e do fortalecimento da agricultura sustentável – a chamada agricultura regenerativa⁸. Isso requer uma decisão política por parte dos governos e dos parlamentares, eleitos diretamente pelos cidadãos brasileiros.

[Janilson Alves Magalhães] Qual deve ser o papel da ciência nesse processo, sobretudo o da Ciência Política?

[Maria Salete S. Amorim] A ciência tem um papel importantíssimo na sociedade, pois está sempre gerando novos conhecimentos e tecnologias nas diversas áreas do saber. O conhecimento científico pode contribuir com mudanças na área ambiental de forma mais efetiva quando promove maior aproximação e diálogo entre cientistas e sociedade. A abordagem transdisciplinar responde melhor a esse desafio, pois reúne condições para fomentar a construção do conhecimento, estabelecendo uma interação entre a ciência e a sociedade, e possibilitando tomadas de decisão socialmente responsáveis, inclusive, subsidiando a elaboração de políticas públicas. É uma forma de democratizar o acesso ao conhecimento científico e engajar os(as) cidadãos(ãs) na coprodução do conhecimento e na resolução de problemas socioambientais. Democracia e qualidade ambiental são temas que fazem parte da agenda de pesquisa das Ciências Sociais, e o tema tem ganhado relevância na Ciência Política nos últimos anos. Entre as contribuições da Ciência Política podemos destacar a análise do papel das instituições, das organizações e dos diferentes atores sociais e grupos de interesses nos processos decisórios, de elaboração e implementação de políticas públicas ambientais. Buscando conhecer a recente produção acadêmica de autoria ou de coautoria de cientistas sociais, observamos que, no período entre 2015 e 2022, foram publicados 40 artigos com temática ambiental em nove periódicos nacionais, classificados na área de Ciência Política e Relações Internacionais como Qualis A1. As publicações apresentaram uma grande diversidade de temas, com destaque para gestão de políticas ambientais, conflitos e impactos socioambientais, atual crise hídrica, questão climática, sustentabilidade e justiça ambiental, entre outros.

⁸ ENTREVISTA: Carlos Nobre afirma que mudanças climáticas são o maior desafio da humanidade. **Universidade Federal do Espírito Santo**, 18 nov. 2022. Disponível em: <https://www.ufes.br/conteudo/entrevista-carlos-nobre-afirma-que-mudancas-climaticas-sao-o-maior-desafio-da-humanidade>. Acesso em: 15 jul. 2023.

[Janilson Alves Magalhães] Enquanto pesquisadora e coordenadora, a senhora pode discorrer sobre o que considera mais relevante acerca da sua participação no NUCLEAR? Qual a importância dele para se discutir questões ambientais e pensar em estratégias que estimulem ações menos impactantes entre homem e natureza?

[Maria Salete S. Amorim] O NUCLEAR, vinculado à FFCH da UFBA, tem como objetivo desenvolver atividades de pesquisa, ensino e extensão no campo de estudos ambientais e rurais, com diferentes enfoques e olhares, especialmente das Ciências Sociais, e é composto hoje por mais de 40 integrantes, entre pesquisadores e estudantes de Graduação e de Pós-Graduação. Um núcleo de pesquisa como o NUCLEAR tem grande relevância para a universidade e para a sociedade, por ser um *locus* de debate contemporâneo e um espaço que possibilita o desenvolvimento de projetos científicos e a articulação de redes de pesquisadores através de convênios e parcerias nacionais e internacionais. A linha de pesquisa “Democracia e Análise de Políticas Públicas Ambientais”, na qual estou inserida, busca analisar temas relacionados à democracia, instituições políticas, grupos de interesses, fatores culturais e padrões de comportamento dos atores envolvidos, que repercutem diretamente no processo decisório e na formulação das políticas públicas ambientais. Como eu já disse anteriormente, temos realizado muitas atividades de ensino, pesquisa e extensão com abordagens participativas, de modo a promover o envolvimento e a interação de estudantes da UFBA com a sociedade, especialmente com comunidades rurais e urbanas, no tocante à compreensão dos problemas socioambientais e suas possíveis resoluções. Diante de tantos desafios existentes na contemporaneidade, como o neoextrativismo predatório e a conseqüente degradação ambiental, aumento do desmatamento e segurança alimentar ameaçada, entre outros, a perspectiva de um “futuro verde” para o Brasil está longe de ser realidade. Embora existam inúmeras iniciativas individuais e de cunho popular que visam práticas sustentáveis, que existam projetos desenvolvidos por organizações ambientalistas e movimentos sociais que fazem a diferença no meio ambiente e no planeta, e ainda que o atual presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, tenha assumido a pauta ambiental como uma das prioridades de seu governo, há muitos embates no campo político, especialmente no âmbito do legislativo, em que grupos de pressão e suas coalizões defendem interesses contrários aos da conservação e da preservação da biodiversidade. Portanto, trata-se de uma questão complexa, que envolve conflitos socioambientais por todo o país, e a população deve continuar atenta e exigindo uma gestão sustentável, com uso racional dos recursos

naturais, e a garantia do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme o Artigo 225 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), através de políticas públicas ambientais.

REFERÊNCIAS

AMORIM, M. S. S. et al. O protagonismo das mulheres do café na agricultura familiar: o caso de Piatã e Abaíra, Chapada Diamantina, BA. In: ARZABE, C.; MACIEIRA, J. C.; MENEZES, R. S. S.; BALIZA, D. P.; MOURÃO, T. F. (eds.). **Mulheres dos Cafés no Brasil**. Brasília, DF: Embrapa, 2017. E-book. Disponível em: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/171617/1/mulheres-dos-caf-s-no-brasil.epub>. Acesso em: 15 jun. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 25 jul. 2022.

BROSE, M. (org.). **Metodologia participativa**: uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2010.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.

MENEZES, R. G.; BARBOSA JÚNIOR, R. Environmental governance under Bolsonaro: dismantling institutions, curtailing participation, delegitimising opposition. **Z Vgl Polit Wiss**, [S. l.], v. 15, p. 229-247, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s12286-021-00491-8>. Acesso em: 15 jun. 2023.

OSTROM, E. **Governing the commons**: the evolution of institutions for collective action. Reino Unido: Cambridge University Press, 1990.

OSTROM, E. Polycentric systems for coping with collective action and global environmental change. **Global Environmental Change**, [S. l.], v. 20, n. 4, p. 550-557, out. 2010. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0959378010000634>. Acesso em: 14 jun. 2023.

VIANA, B. et al. Construindo pontes entre universidade e sociedade: experiência de inserção da extensão em cursos de graduação. **Revista Extensão & Cidadania**, [S. l.], v. 11, n. 19, p. 67-83, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/recuesb/article/download/12752/7608>. Acesso em: 15 jun. 2023.

O DESEJO, A CRENÇA E A SENSAÇÃO NA PESQUISA EM CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE NA AMAZÔNIA: NOTAS SOCIOLÓGICAS SOBRE OUTRA “CRISE AMBIENTAL”

DESIRE, BELIEF AND SENSITIVENESS IN BIODIVERSITY CONSERVANCY
RESEARCH IN THE AMAZON BASIN: SOCIOLOGICAL NOTES ON ANOTHER
“ENVIRONMENTAL CRISIS”

Resumo

Neste artigo, descrevo duas saídas de campo, cada uma relativa a um estudo sobre a produção de biomassa da floresta amazônica em duas Unidades de Conservação do Estado de Roraima, em abril e julho de 2015. Abrigados pelo guarda-chuva da conservação da biodiversidade, esses estudos são realizados pelo Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio) do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) em parceria com outras instituições. Ocorrem no interior da grade RAPELD, método inventado pelo PPBio para medir e gerir a biodiversidade. Sua inovação, além de técnica, convoca os “auxiliares locais” a quererem participar e somarem seus saberes aos esforços científicos em conservação. Resgatando o debate sociológico dos potenciais de crença e desejo, analiso o agenciamento que mistura duas lógicas, a métrica e a sensitiva, na produção dos dados sobre biomassa florestal. Desta análise um enunciado espantoso pode ser extraído: a perda da biodiversidade é a perda da capacidade dos sentidos. O que fazer? É preciso inventar novos modos de andar, tocar, escutar. Analiso o agenciamento que inventa estes modos mata adentro. Desta análise, talvez, ecludam novos modos de fazer sociedade.

Palavras-chave: conservação da biodiversidade; desejo; crença; crise ambiental.

Abstract

In this paper, I describe two fieldwork moments, each related to a study about the Amazon forest production of biomass in two conservancy units in the State of Roraima, in April and July 2015. Under the guard of biodiversity conservancy, these studies are carried out by the Biodiversity Research Program (PPBio, in portuguese) of the National Institute for Research in the Amazon (INPA, in portuguese) with other partner institutions. They occur within the RAPELD grid, a method invented by PPBio to measure and manage biodiversity. Its innovation, in addition to being technical,

¹ Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: vargas.felipe@ufba.br

invites “local assistants” to want to participate and add their knowledge to scientific efforts in conservation. Rescuing the sociological debate of the potentials of belief and desire, I analyze the assemblage that mixes two logics, the metric and the sensitive, in the production of data on forest biomass. From this analysis a surprising statement can be extracted: the loss of biodiversity is the loss of the capacity of the senses. What is to do? It is necessary to invent new ways of walking, touching, listening. I analyze the assemblage that invents these modes deep into the forest. From this analysis, perhaps, new ways of making society might emerge.

Keywords: biodiversity conservancy; desire; belief; environmental crisis.

A PESQUISA EM CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE: E A SOCIOLOGIA?

A ciência é, quer se queira ou não, o modo de produção de conhecimento por excelência da atualidade. A crise ecológica/ambiental é, quer se acredite ou não, o acontecimento incontornável que imprime sua marca na atualidade. Não estou a sugerir – e poucos são ingênuos a este ponto – uma relação direta entre ciência e crise ambiental. Estabelecer esta relação exige tecer uma infinidade de mediações e, mais importante, talvez, um modo a partir do qual ela se estabeleça (oposição, convivência, causalidade etc.).

Se a discussão, contudo, é mais do que necessária, este par de termos é, talvez este seja o ponto, exageradamente abstrato. É importante conferir-lhes maior precisão.

O texto é o laboratório do cientista social e nele, portanto, coloco sob teste as mediações e os modos de relação que o par “ciência” e “crise ambiental” pode abrigar. Faço isso ao longo desta introdução utilizando pares de termos e categorias que ganham em concretude em relação a este par inicialmente colocado.

Falar em termos de prática científica e de perda de espécies biológicas é, ao mesmo tempo, algo diferente, mas não tão diferente assim. De início, posso afirmar que aquilo que a ciência faz, ou melhor, como ela é feita, implica tratar de mediações bem mais específicas, quais sejam aquelas que concernem sua dimensão prática. E, neste caso, da prática das biociências. Igualmente, a perda cada vez mais acelerada do número de espécies biológicas e, por conseguinte, das relações ecossistêmicas que estas mantêm, confere à ideia de crise um senso muito mais concreto, uma dimensão localizável e quantificável. Entre a prática científica das biociências, ademais, e este senso de perda, há uma relação evidente de ordem tático-epistemológica: de objeto novo, o número de espécies extintas ou ameaçadas esquadrihado em determinado espaço-tempo (veja logo

abaixo o método biológico) passou a um conceito, o de biodiversidade, que, a sua vez, engendrou todo um novo arsenal de métodos, questões e escalas que acabaram por fundar a biologia e/ou ecologia da conservação já na década de 1980.

Com o desenrolar desta área, um destes novos métodos ganhou destaque pelo seu poder científico e político-institucional: chama-se Rapid Assessment Survey in Long-term Ecological Research (RAPELD). Criado pelo Programa de Pesquisa em Biodiversidade do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (PPBio/INPA), em 2005², este método transformou significativamente a pesquisa em conservação e a gestão da biodiversidade.

Inscrive-se no interior da floresta (aqui, me refiro a Amazônia) um sistema de seis trilhas permanentes norte-sul entrecortadas por outras seis trilhas permanentes leste-oeste, todas com 5 km de extensão, marcadas a cada 50 m, formando uma grade de 25 km² que obedece a múltiplas escalas de dados. Todo um sistema de medidas, importante dizer, bastante inteligente. Trata-se de um instrumento: a) capaz de se adequar a pixéis que variam de 0,5 a 5 km; b) com parcelas amostrais que obedecem à curva de relevo; c) que está sempre lá, imprimindo e sofrendo transformações ambientais (MAGNUSSON et al., 2005)³.

Ao abrigo do RAPELD, centenas de estudos, muitos em parcerias interinstitucionais que servem à formulação de políticas públicas, mas não só, sobre os mais variados temas e questões são conduzidos: inventário de borboletas, interação inseto-planta, diversidade de artrópodes, ecologia de grandes felinos, transição floresta-savana, monitoramento de árvores de grande porte, *barcoding* de árvores madeiráveis etc. O RAPELD foi a resposta para “o choque em descobrir que nenhum dos sistemas propostos para o monitoramento da biodiversidade satisfazia as exigências das pessoas responsáveis pela gestão territorial”, visto que “um dos principais problemas era a escala” (MAGNUSSON et al., 2013, p. 16). É, portanto, um método e um instrumento de gestão.

Trato neste artigo de estudos sobre a conservação da biodiversidade em localidades específicas de uma Amazônia ameaçada. Pensar nestes termos a partir da grade RAPELD implica em descrever de maneira minuciosa as mediações que informam a dimensão prática da ciência, isto é, quais instrumentos, quais perguntas, quais materiais são articulados entre si sob o guarda-chuva desses estudos para responder à questão da escala: o *quantum* de biodiversidade. Implica, também, articular esses elementos com datas, localidades, pessoas e

2 O PPBio forma, majoritariamente, o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Centro de Estudos da Biodiversidade Amazônica (INCT CENBAM), do qual o autor faz parte.

3 São mais de 70 grades ou sítios RAPELD instalados no Brasil, sendo a imensa maioria no bioma amazônico. Para o mapa completo ver: <https://ppbio.inpa.gov.br/sitios>. Acesso em: 22 jun. 2022. Para as minúcias do método ver o trabalho de tese do qual este artigo é seu principal fruto: Vargas (2017, p. 44-51).

instituições. Esta rede sociotécnica (LATOURE, 1991; 2005) será descrita em termos de qual conhecimento é aí produzido. Implica, ao fim e ao cabo, pensar sobre a dimensão política desses eventos no que tange à “crise ambiental”.

Apoio-me em dois estudos sobre a produção de biomassa florestal em abril e maio de 2015. Ambos se inserem em um repertório empírico mais amplo que conformou o trabalho de tese doutoral cujo campo ocorreu em setembro de 2014, novembro a dezembro de 2014 e fevereiro a julho de 2015, nos estados do Amazonas (AM) e de Roraima (RR).

Durante boa parte do mês de abril de 2015, acompanhei o levantamento de dados sobre a biomassa (tronco e folhas) da floresta no Parque Nacional do Viruá (PNV), em Caracará, RR. Este estudo foi (e ainda é) conduzido pelo PPBio em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Em uma semana do mês de julho de 2015, acompanhei o levantamento de dados sobre biomassa (raízes e solo) da floresta na Estação Ecológica de Maracá (ESEC), em Alto Alegre, RR. O estudo foi (e ainda é) conduzido pelo PPBio em parceria com a Universidade Federal de Roraima (UFRR). Ambas as localidades possuem instaladas grades RAPELD completas em seu interior, somando o maior número de pesquisas biológicas já realizados naquele estado.

Em ambos os estudos, como é de praxe no PPBio, a presença de auxiliares locais é de suma importância. Indivíduos das comunidades adjacentes às localidades são convidados e acabam se engajando nas pesquisas. Toda expedição a campo, isto é, todo levantamento de dados científicos sobre os mais variados temas e questões abrigados pelo guarda-chuva da conservação da biodiversidade é realizada mediante a presença desses agentes. Enquanto no PNV eles pertencem a comunidades ribeirinhas, na ESEC todos são de comunidades indígenas macuxis e wapichanas. A presença deste, contudo, é mais do que praxe.

O saber local é selecionado, aparelhado e, mais recentemente, acrescentado e enredado ao conhecimento científico. No percurso mais longo de campo, não raras vezes escutei frases de ecólogos, bioquímicos e botânicos tais como “esses caras [os locais] são um GPS ambulante”; “você não pode entrar no mato sem eles”; “na Amazônia não se faz pesquisa sem os locais, eles conhecem tudo”; “quem faz a pesquisa, na verdade, são eles, eu só gerencio”. Dito de modo simples, a presença de sujeitos locais é condição quase imprescindível.

Disso decorre que o objetivo geral deste artigo é descrever aquela rede de mediações da prática científica, conferindo maior atenção à inserção desses sujeitos nas expedições que, mata adentro, produzem os dados sobre biodiversidade e trazem à tona questões de ordem política inesperadas. A primeira pergunta é bastante óbvia: como esses sujeitos são engajados nas pesquisas?

As principais pistas me surgiram pela fala de William Magnusson, idealizador e Coordenador-Geral do PPBio, em uma de suas aulas que tive a satisfação de atender no âmbito do Curso de Técnicas de Campo para Monitorar a Biodiversidade e Socioeconomia para Projetos de Conservação, organizado e ministrado pelo PPBio e pela World Conservancy Society (WCS), em setembro de 2014, na Reserva Florestal Adolpho Ducke, em Manaus. Na ocasião, disse:

É muito importante você ter um mateiro, assistente ou auxiliar. Só que é muito difícil achar um bom mateiro, um bom auxiliar de campo, e um que fique. Primeiro você tem que ter certeza de que a pessoa realmente conhece o lugar, o nome popular dos bichos, plantas etc. Segundo, uma pessoa que conheça as árvores, por exemplo, trabalha, muitas vezes, para madeireiras e, para você fazer ela deixar esse trabalho, onde ela é bem paga, e mudar para a área da pesquisa e da conservação, não é fácil. Você tem que pagar ela pelo serviço. Mas, afóra isso, ela tem também que querer trabalhar com a pesquisa; ela tem que se sentir pertencendo a algo, senão ela desiste com o tempo (Caderno de campo).

O que parece ser o modo mais óbvio de engajar um ribeirinho ou um indígena é o pagar pelo serviço. Porém, a realidade empírica não autoriza esta resposta. Não há como um ribeirinho que chega a receber até R\$ 3.000,00 por transporte de madeira ilegal preferir trabalhar com análise de biomassa ganhando diárias de um pouco mais de R\$ 45,00. No histórico do PNV, aliás, após a instalação da grade de pesquisa RAPELD, o número de auxiliares só faz aumentar em detrimento da queda daqueles que se envolvem com madeireiros. Nem ousou mencionar os ganhos com garimpo, por exemplo, nos arredores da ESEC⁴.

A segunda pista seria o reconhecimento do saber do lugar. Porém, a realidade empírica mais uma vez não autoriza esta resposta. Um dos ribeirinhos dos arredores do Parque Nacional do Viruá me confessou: “eu fui o primeiro ribeirinho daqui a dar curso para os outros. A Dra. me convidou para falar sobre o nosso trabalho num curso de monitoramento para novos assistentes. Alguns ficaram até com ciúme”. Se, por um lado, seu grau de conhecimento o coloca numa posição de prestígio diante da comunidade, por outro, ele não é um agente passivo que se deixa convencer. Ele não capitaliza seu relativo acúmulo de conhecimento e não recebe nenhum tratamento especial: «rapaz, olha só, nem fala eu falo direito e vou me meter a dizer que planta ou bicho é aquele, como se faz isso e como se faz aquilo?! [...] só trabalho como qualquer outro”, complementou-me na ocasião. Ainda

4 A imensa maioria dos garimpeiros vem de fora das comunidades. Isto não significa que alguns indígenas não se envolvam na atividade. A ilegalidade de tais práticas (extração de madeira e garimpo) é verdade, assusta muitos aventureiros e moradores locais. Porém, ao mesmo tempo, não é como se a fiscalização do Estado brasileiro fosse capaz de os impedir de seguir esses caminhos.

menciono o comentário de outro ribeirinho, auxiliar de pesquisa de outra equipe: “consciência eu sempre tive, aprender a gente aprende, mas quem é pobre tem outras coisas a se preocupar. Conservar a biodiversidade é coisa pra rico”.

Assumir essas duas pistas na fundamentação do argumento sociológico seria conceder à economia ou à epistemologia uma concretude que elas não possuem. São, como a ciência e a crise ambiental, demasiadamente abstratas. Não se trata de lhes desconsiderar. Receber dinheiro pelo trabalho e aprender técnicas científicas são de suma importância para os auxiliares locais. Porém, temo não ser exatamente isso que os vincule.

A terceira pista é, de longe, a menos óbvia e talvez por isso a mais instigante: o “querer trabalhar com a pesquisa”. Seguir essa pista requer resgatar um termo há muito esquecido pela sociologia, o desejo. O desejo aqui, como na história da sociologia, aparece solto. Não se reduz às dimensões econômica ou epistemológica da relação entre pesquisa e lugar. Esse termo pode ser a chave de leitura que articule o “pagar pelo serviço” e o “conhecer o lugar”. Não é o caso de um jogo de exclusão, mas de pressuposição. E o desejo, sugiro provocativamente a leitora, é bastante concreto: “por que a gente faz isso? A gente gosta, né, eu acho [...]”, disseram-me certas vezes.

O sociólogo francês Gabriel Tarde talvez tenha sido o primeiro a reconhecer este ponto. Segundo ele, o desejo, a crença e a sensação são as forças constitutivas de toda e qualquer entidade⁵, de todo e qualquer agente que é, por elas mesmas, posto a agir. Elas animam a vida social por meio de um jogo de atração e repulsão. Enquanto as duas primeiras são de natureza quantitativa, a terceira é de natureza qualitativa. Seus diversos modos de combinação partem de um entendimento preciso: “estes elementos sensitivos [o desejo e a crença] são os zeros da sensação, com os quais se trata de fazer um número” (TARDE, 1985, p. 184, tradução minha). Fazer sociologia, assim, começa pelo estudo dos potenciais de desejo e crença.

Como fazer esta sociologia? Tarde (2010; 2005) é claro, é pouco sugestivo empiricamente. Ainda assim, é bastante razoável esboçar um modelo que nada tem de essencial, mas sim de funcional. Para ele o desejo agencia. Longe de uma aspiração humana, é força que captura. A sensação não pertence a um corpo, é meio de passagem. Disto uma afirmação se desprende, isto é, uma crença, sendo esta a força que sintetiza, encapsula, define e nada tem a ver com não conhecimento, opinião ou superstição. A crença, ao contrário, é saber com precisão. Tem-se, em resumo, que desejar algo é compor um conjunto de elementos

5 Tarde utiliza a expressão “alma” ou “mônada” em referência a Leibniz (TARDE, 2010).

(A+B+C+D) onde a passagem de uma sensação X permite afirmar algo (E) com alguma exatidão.

Não obstante, este modelo carece de algumas modulações de cunho teórico-metodológico⁶. Estas, busco nas máquinas desejantes de Deleuze e Guattari, na filosofia dos corpos misturados de Michel Serres e na etnografia da atenção de Tim Ingold. Cada qual fornece uma adequação pontual ao estudo “sociológico” dos potenciais de desejo e crença.

Deleuze e Guattari (1972; 1980) sugerem com seus termos, na esteira de Tarde, que não há desejo que não construa um agenciamento. “Querer trabalhar com a pesquisa” seria fazer querer. Importa menos, aqui, atribuir a um ecólogo ou biólogo da conservação a engenhosidade de inculcar desejo, ou a genialidade em afirmar verdades. E o mesmo se pode dizer do “auxiliar local”. Nem o sujeito, nem o desejo, nem a verdade estão dados como naturais. Importa mais descrever o seu modo de relação, o agenciamento. Não só o que lhe compõe – e o “auxiliar local” é mais ou tão valioso quanto o sistema de trilhas do RAPELD –, mas como ele se compõe. Disto decorre, arrisco, uma adequação teórica: “a produção social é unicamente a produção desejante ela mesma sob condições determinadas” (DELEUZE; GUATTARI, 1972, p. 38, tradução minha). Seguir a maneira como a ciência da conservação é capaz de articular ou reunir um conjunto de elementos que contam ou não como biodiversidade é seguir a extensão daquilo que conta ou não como sociedade.

Com Serres (2014; 1999), uma segunda inflexão se dá. Uma sensação se produz e se atualiza na *experiência do contato entre corpos*. O corpo não se restringe ao seu invólucro físico ou a sua organicidade, o corpo é a composição de vários elementos por meio dos sentidos, é quando “um acordo pode advir [...] um possível passa ao atual, o sensível faz sentido” (SERRES, 2014, p. 151, tradução minha). Disto decorre o que tomo como uma adequação de método: descrever aquele *como* do agenciamento começa nos gestos, no momento em que sentir algo, esta qualidade do conjunto de sensações é o traço empírico que indica a passagem da incerteza à certeza, onde toda relação, onde tudo é componível, mas nem tudo se compõe.

Por fim, Ingold (2010; 2011; 2014) fornece uma adequação tanto teórica como metodológica. Trata-se do descentramento do pesquisador. O etnógrafo aprende ao apreender: “uma composição íntima, uma percepção como uma ação

6 Tarde igualmente possui limitações dos pontos de vista teórico e epistemológico por se inserir em um debate próprio e inescapável de sua época, que é a dicotomia indivíduo e sociedade e as negociações deste par entre as nascentes ciências da psicologia e da sociologia. Por vezes, ele sugere que não há diferença de natureza entre ambos, somente de grau; por vezes sugere o contrário. Neste sentido, as modulações que assumo aqui partem do deslocamento deste debate ao problema da relação (DELEUZE; GUATTARI, 1972; 1980; GLISSANT, 2012) que desfaz esta dicotomia.

entre observador e observado” (INGOLD, 2011, p. 4). Disto decorre que descrever os gestos é também experimentar uma gestualidade, é adquirir habilidades. Tal atitude serve não somente para o próprio etnógrafo, mas também para firmar com seus interlocutores aquilo que o autor denomina de “compromisso ontológico”.

A fórmula tardiana acima expressa se atualiza: desejar algo é compor uma experimentação sensitiva onde $A+B+C+D+E$ (+ ou - Y + ou - Z) se apreendem e aprendem. No que segue, as vinhetas etnográficas dão conta desse fazer sociológico em meio à mata: como assinalar o desejo e a crença na prática da pesquisa em conservação da biodiversidade a partir do encontro entre o RAPELD e o “auxiliar local” é o problema que pretendo responder.

O AGENCIAMENTO-BIODIVERSIDADE MATA ADENTRO: CONHECER COM A PALMA DA MÃO

Entre os dias 09 e 24 de abril acompanho a equipe da dra. Carolina no levantamento de dados sobre biomassa da floresta a partir de troncos e folhas, no interior da grade RAPELD do Parque Nacional do Viruá (PNV). Max e Caçula, ribeirinhos residentes em Caracará, trabalham há anos com esse estudo.

Já abrigado na sede administrativa do Parque, preparo-me para o primeiro dia, 10 de abril de 2015. São 7h da manhã. “Hoje vamos numa parcela aqui pertinho”, diz Max. Eis o motivo que nos permitiu acordar mais tarde. “A gente leva o almoço pronto, viu? Comemos por lá mesmo”, ele alerta. Pegamos os materiais: fita métrica, facão, escada, binóculos, planilha, prancheta, lápis, paquímetro digital. Acrescento eu: repelente, talco⁷ e máquina fotográfica. São necessários três auxiliares. Max e Caçula vão ensinar a Ângelo, iniciante como eu, como realizar as tarefas. A dra. Carolina, responsável pelo estudo, chegará dentro de alguns dias.

No que este estudo consiste, de modo geral? Trata-se de um projeto de longa data. Parceria entre o PPBio e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). O tema se insere dentro do guarda-chuva das mudanças climáticas e resiliência ambiental. O objetivo é “gerar uma estimativa”, dra. Carolina me explicará dias a frente, “da biomassa produzida e consumida pela floresta amazônica [...] por isso, tiramos essas medidas do crescimento das árvores”. A grande questão de interesse é a potencialidade da floresta na fabricação de, e conversão entre, energia e matéria orgânica. As árvores foram

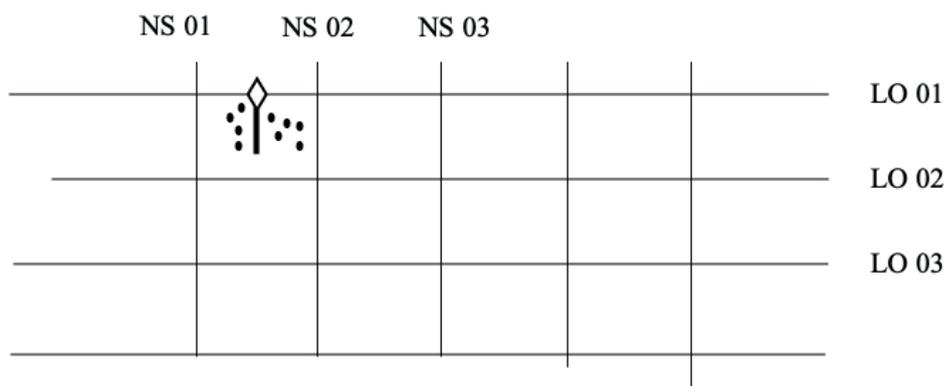
7 Alguns talcos anti-sépticos contêm certa quantidade de enxofre que repele carrapatos, dentre os quais, o chamado carrapato-estrela que causa uma doença grave que os locais dão o nome de ferida aberta pelo fato de ela nunca cicatrizar.

selecionadas anos atrás por meio de um cálculo matemático que obedece à padronização criada pela grade RAPELD. Max me conta esse primeiro processo:

Como foram selecionadas? Ahhh, isso faz muito tempo, óh; foi a gente quem fez as marcações tudinho. A gente fez assim, óh: das mais pequenas para as mais grandes. Caminhava na parcela [cada trilha LO tem uma parcela a cada 500m. A parcela ou unidade amostral se estende por 250m perpendicular à trilha LO] e ia marcando todas as árvores, com uma plaquinha com um número, depois a gente pintava elas com um risco azul na altura que foi tirado o primeiro DAP. Primeiro as árvores a 10 metros de distância da linha da parcela; depois 20; depois 30.

Em cada parcela, Caçula explica se selecionam todas as árvores com um mínimo de 5 cm de Diâmetro à Altura do Peito (DAP), em três anéis de 10, 20 e 30 metros de raio, partindo da linha da parcela. O número de árvores varia entre 135 e 270 por parcela, totalizando, na grade inteira, mais de 20.000 indivíduos.

Figura 1 – Representação de fragmento da grade RAPELD⁸



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Como tudo isto é conduzido *in situ*? Max e Caçula, juntos, me explicam a dinâmica das saídas de campo:

A gente vai fazer a remedição das árvores da Dra. Carolina. A gente faz o monitoramento de tanto em tanto... é a cada 3 meses não é não Caçula?... em algumas parcelas; e, uma vez por ano, a gente faz a remedição completa, em todas as parcelas. Aí meu amigo é mais de mês dentro da mata, óh. A gente registra o estado da árvore para ver quanto ela cresceu, como ela está reagindo ao clima, essas coisas [...].

8 Em que o losango marca o início de parcela (em cada LO há uma a cada 500m) que se estende 250 m perpendicular a trilha LO, indicada pela linha mais espessa. De cada lado da parcela estão marcadas as árvores, representadas pelos pontinhos (135 a 270 por parcela).

Algumas medidas de cada árvore, ou, como se chama na botânica de campo, de cada “indivíduo”, são tomadas: o DAP, o crescimento, o índice de luz (o índice de incidência da luz corresponde um espectro de 1 a 5; não há zero, afinal, sem luminosidade não existiriam espécies vegetais no planeta) e algo como o “bom estado geral” da árvore. Estas medidas entram em um cálculo que estima se cada árvore (obedecendo, claro, características de sua espécie) – ao expandir seu diâmetro, receber uma boa incidência de luz e seguir sua ecologia – está se desenvolvendo ou não. A passagem da escala de um indivíduo a 20.000 responde à pergunta “a floresta produz igual ou mais biomassa do que consome?”, isto é, mantém as condições para seguir existindo?

Trabalha-se, como narro a seguir, uma parcela de uma LO por dia.

Hoje é 12 de abril de 2015. Seguimos pelas trilhas LO01 e NS02. Max, a frente, é seguido por Ângelo, eu e Caçula. Esta distribuição não é nada ao acaso: é que Max e Caçula conhecem a área e, portanto, se dividem, por primeiro e último, para guiar o caminho e cuidar possíveis perigos. Nunca se sabe com quem ou o que podemos nos deparar mata adentro. Existem cheiros que denunciam a presença de onças e/ou bandos de porcão; ruídos e movimentos que indicam grupos de macaco-aranha nas copas das árvores ou cobras pelo chão; pegadas que apontam a passagem de bichos; plantas espinhentas, buracos e troncos caídos. “A mata muda sempre”, assevera Max. Com efeito, a mata é uma presença viva e, justamente por isso, perigosa. Nesse sentido, o saber do lugar (TADDEI, 2015) é inscrição, tanto da *produção dos dados* sobre biodiversidade como da *própria vida dos corpos* ali presentes. O enunciado “não se faz pesquisa na Amazônia sem os locais” adquire, assim, este duplo viés, de calibragem metodológica e garantia de sobrevivência⁹.

Chegando na parcela do dia, a LO02-500, Max organiza as tarefas: “nós nos dividimos por função. Tu anota; o Caçula tira o DAP e o Ângelo o crescimento (...) Ah, eu olho a luz e as observações gerais, assim, o estado da árvore... se tá saudável, se morreu, se tem cupim, se tá inclinada etc. E isso tudinho tu anota aí, no final”. Max e Caçula ensinam a Ângelo como operar com o paquímetro. Max me ensina como fazer as anotações. A planilha possui uma série de colunas. Da esquerda para a direita, se lê: número da árvore, duas medidas anteriores de DAP, coordenada Y – referente a posição georreferenciada de cada árvore –, coordenada X – referente a localização de cada uma ao longo dos 250 metros da

9 Inúmeras ocasiões de perigo são alertadas, contornadas ou evitadas por causa de presença dos ribeirinhos. Em meu percurso de campo, encontros com cobras corais, bandos de macacos-aranha, grupos de catitus e onças pardas foram sempre antecipados por eles e, por causa disso, a segurança da equipe foi mantida.

parcela –, espaço para o novo DAP, espaço para a medida do paquímetro, outro para a luz e outro ainda para as observações gerais.

Existe um sistema. Partimos do encontro da trilha da LO com a trilha-linha da parcela por 250 m, retornando daí ao ponto de partida. “Fazemos primeiro essas árvores daqui”, explica Max, “e depois voltamos fazendo o outro lado”, complementa. Eles começam indo pela esquerda e regressando pela direita da trilha-linha que marca a direção segundo a curva de nível da parcela. “Vamos à frente te cantando os números e tu anota aí”, Caçula diz.

Os três primeiros dias seguem com esta configuração. À medida que cada um opera suas tarefas, todo um jogo de correspondências entre números, palavras e a floresta vai surgindo e, com ele, uma outra história da biodiversidade amazônica pode ser narrada.

Em 14 de abril, a quarta parcela a ser levantada durante esta expedição é a LO02-2.500. Cada um se divide com uma tarefa, mas uma adequação se faz necessária. “Nós vamos pegar, o Caçula e eu, para fazer mais rápido, e tu anota”, disse Max. Ângelo, dessa vez, está encarregado de carregar a escada, as mochilas e as marmitas. É que nos dias anteriores, o que deveriam ter sido “saídas mais rápidas”, posto que, em parcelas mais próximas da sede do Parque, não o foram.

Os materiais são organizados e distribuídos. Fita métrica e giz azul para o Caçula; paquímetro e facão para o Max, prancheta, planilha, lápis e borracha para mim. Ângelo manuseia a escada “somente naquelas que o DAP é lá em cima”, Caçula assevera.

Percorremos, primeiro, o lado direito da parcela. “Ôh, 78... é... 12”, “canta” Caçula. Este 78 corresponde a dezena final do número que identifica a árvore e 12 corresponde ao DAP, ou seja, são 12 cm de DAP. Nisso, a voz de Max já vem de imediato, como que três segundos depois, cortando o ar: “[...] a mesma, 2.78”. “A mesma” se refere a mesma árvore que o Caçula acaba de tirar o DAP; 2.78 é a medida do paquímetro. “Luz... 2”; “bom”, Max complementa. O sistema vai ganhando ritmo acelerado e, com isso, nos dois dias seguintes o ritmo das expedições se padroniza.

É dia 17 de abril. Dra. Carolina, bióloga responsável pelo estudo, já está conosco. O mesmo sistema metodológico se repete, agora em outra parcela da LO03, mas com uma diferença: quem está tomando notas na planilha é ela. Eu, sem mais uma função exclusiva, me revezo entre as tarefas. Por vezes, com Caçula, tiro as medidas com a fita métrica; ao lado de Max, tento manusear o paquímetro; com a dra. Carolina, aprendo a visualizar a planilha.

Percebo que, em cada um desses momentos, se fazem operar maneiras distintas de se orientar e se localizar no interior da grade. Tirar as medidas, seja do DAP ou do crescimento, impõe seguir a marcação e a numeração das árvores; preencher a tabela exige acompanhar a distância percorrida por meio da coordenada (geográfica) X na coluna da direita, que marca o ponto específico, em metros, onde cada árvore se encontra no percorrer da parcela; etnografar as relações entre os corpos em interação me dispara alternar atuações e aprender com instrumentos, troncos e sensações em movimento, ou, como sugere Ingold, ao falar da imbricação entre observar e participar, «fazê-lo a partir da corrente de atividades através da qual a vida transcorre concomitante e conjuntamente com as pessoas e coisas que capturam nossa atenção [...]». (INGOLD, 2014, p. 4). Trata-se de uma qualidade de expertise que se adquire *in situ*, experimentando as conexões entre instrumentos, folhas, troncos, sol, números etc.

A questão é: o que este cotidiano tem a ver com “querer trabalhar com a pesquisa”? De início, trata-se precisamente da construção de um agenciamento. Trata-se de, na prática, engendrar não uma regularidade, mas uma experiência cuja repetição não se confunde com sua coincidência. Não só eu, mas qualquer um tem margem de manobra para se deslocar entre uma perspectiva e outra, entre uma posição e outra no agenciamento e, com isso, refazer a experiência de maneira a engendrar o que Ingold denomina de “redescoberta orientada” (INGOLD, 2010). E isto fica bastante evidente quando um imprevisto se apresenta.

É dia 18 de abril. Estamos na LO02. Chegamos numa pequena clareira, no final da parcela, aberta pela queda de uma Itaúba (família *Lauraceae*). Esta clareira é nova, isto é, não estava lá quando da última medição, meses atrás. Estou auxiliando Caçula. “É... doutora... a 56 deu 30.9”. “30.9? Mede de novo, por favor, Caçula”. “Sim... quanto é que tem aí?”, ele contesta. “30...”, ela confirma. Este número não “confere” com a planilha, onde constam as duas medidas tomadas anteriormente. “Max, quanto tinha dado aí?”, ela pergunta. “Aquele ali? [ele se desloca e mede de novo] Deu zero”, ele responde.

Como Tarde (1985) sugere este ínfimo momento de hesitação não é tão ínfimo quanto parece. É o momento em que o desejo titubeia, isto é, quando a crença que ele busca, a afirmação que possa ser proferida se encontra diante de um imprevisto, de uma não conformidade. Se a medida correta do DAP for 30.9 cm, e não 30 cm, a taxa de crescimento dessa árvore será maior do que o esperado. Explico sucintamente: são raríssimas as vezes e raríssimas espécies vegetais que tem crescimentos fora da curva (como um aumento de quase 1 cm de DAP indicaria) em intervalos curtos, de 3 ou 4 meses (tempo entre as remedições). A potência de uma floresta em se manter de pé é um fenômeno lento, cujo padrão

se identifica no mínimo detalhe de cada uma, duas, três... cem, vinte mil indivíduos, é dizer: o ínfimo detalhe se soma ao infinito e provoca uma diferença (TARDE, 2010).

Esta árvore terá se desenvolvido mais que as outras? Há alguma particularidade dessa espécie? Esse indivíduo desenvolveu alguma estratégia de captação de biomassa especial? Alguma nova conexão ecológica? Terá aumentado a produção de biomassa? Se o valor maior se confirma, estas perguntas são levantadas como hipóteses que podem ser exploradas futuramente. Caçula errou a medida? Alguém anotou errado a medida anterior da planilha? Permanecendo em 30 cm, a interpretação possível é que “a árvore estacionou”, isto é, segue o padrão de crescimento e se auferem uma constância da produção de biomassa. Como resolver este impasse?

Caçula olha para a árvore de cima a baixo, a rodeia passando as mãos no tronco, seleciona a altura um pouco acima de onde ele havia produzido a primeira medida e envolve a árvore com a fita: “A doutora tem razão. 30”. “Ok”, ela responde. Esse é o dado correto e 30 cm vão anotados na planilha.

Figura 2 – Caçula (ao fundo), dra. Carolina (esquerda) e Max (embaixo à direita) executando o método RAPELD.



Fonte: De autoria própria (2015).

Aproveitando o momento, arrisco uma provação. Era uma árvore relativamente grande para ter conseguido se manter ali após a queda de sua vizinha maior (a Itaúba) sem ter sofrido muitos danos, mas relativamente pequena para sustentar as novas condições que se apresentam com a clareira, pois, sem chuvas abundantes, a maior incidência solar pode desidratar, secar e levar à morte do in-

divíduo. Tomo a fita métrica em mãos e procedo como Caçula já me havia ensinado, e refaço o procedimento de medida do DAP: “deu 31.2 para mim”. “Acontece, Felipe, que tu tens que saber olhar pra árvore”, Caçula comenta. Ele segue:

Por isso é que a gente cuida esses encontros da medição... da fita, do paquímetro e da planilha. Tem que olhar bem o tronco, tocar... os detalhes; se, de repente, ele não tem um nó bem onde tu colocou a fita, entendeu?; se o tronco é rugoso, liso, se a casca sai fácil; pressionar para ver se ela afunda com a pressão da fita. Tem que ver se ele não afina muito em um ponto, se não é... tá torto assim, sabe... Tem que cuidar tudo isso. Aí, às vezes, a gente limpa a casca, muda o lugar do DAP. Se o cara sabe qual árvore é, melhor ainda.

Saber olhar? Pressionar o tronco de uma árvore para ver se ele afunda? Mudar o local onde a medida é tirada? Essas ações poderiam colocar em risco a objetividade da pesquisa. Talvez se a perspectiva científica for precisamente aquela que afasta o desejo e a crença, isto é, aquela que cria um abismo intransponível entre o sujeito observador, a técnica neutra e o objeto inerte. Dito de outro modo, se a pesquisa biológica desfizer o agenciamento qualificando o “homem” como aquele que “contamina a cena experimental” (LATOURE, 2005). Como estou a sugerir, este não é o caso aqui.

Desde a perspectiva de uma “métrica do controle”, os “erros subjetivos” os quais implicariam um “crescimento irreal da árvore” são corrigidos por um jogo entre técnicas racionais e instrumentos métricos, digitais e analógicos: a planilha opera como um dispositivo de controle da precisão e de verificação, e o paquímetro a complementa captando mudanças no DAP mais sutilmente. Ainda assim, não se trata simplesmente de método ou da “métrica do controle”.

Os instrumentos, números, medidas e perguntas não são nada sem as habilidades tácteis e visuais que se apresentam ali, enquanto o agenciamento é vivido, experimentado. Esse ínfimo momento de hesitação traz à superfície a pertinência da relação sensorial que excede a vigilância com os *data*. A mão de Caçula, deslizando ao redor do tronco, identifica detalhes – ranhuras, saliências, nós e “imperfeições” – que não são tão somente projetados como qualidades daquela árvore em específico, mas informam sensações que se comunicam com os detalhes – ranhuras, saliências etc. – da própria pele. A experiência táctil permite e se confunde com a precisão métrica. Olhar – literalmente! – com mais atenção para esses mesmos detalhes não coloca em análise a objetivação da coisa, seu controle técnico, mas sim sua apreensão, ou melhor, a apreensão mútua entre clareira, árvore, textura e mãos.

Cascas, membranas, muralhas porosas, pele, coroas, nuances, auréolas; no espaço, no tempo; os campos de força, as fases, causas, pretextos, con-

dições... arredores, desvios, flutuações, vizinhanças da definição estrita: lugares onde passam as mensagens sensíveis, circunstâncias [...] Todo o esforço do pensamento do passado consistiu em negociar a multiplicidade do ponto de vista da unidade ou da lei [...] a biologia avança negociando as multiplicidades. A nuvem circunstancial, fora da vida, em Lamarck, entra nela de qualquer maneira, em Darwin e seus sucessores: a mistura assombra a genética e seu material. (SERRES, 2014, p. 375, tradução minha).

Negociar a multiplicidade do ponto de vista da unidade, como afirma Serres, é justamente o que acontece. Trata-se sim de uma bifurcação que, graças ao relato etnográfico, não se exclui e não se contradiz. Uma bifurcação que não poderia ser afirmada sem os detalhes do quê e de como o agenciamento se compõe. Habilidades muito específicas são fabricadas e adquiridas ao longo da relação “ribeirinha” com a mata e com as técnicas e aparelhos de medição. A fita métrica é, então, realocada e gera, com isso, “a medida certa”: “o puro tocar abre à informação, correlato doce daquilo que chamávamos, antigamente, de intelecto” (SERRES, 2014, p. 102, tradução minha).

Voltamos levantando os dados do lado esquerdo da parcela. Estou, agora, com a planilha na mão. Max “me canta” o crescimento, a luz e o “bom estado” da árvore de final 94: “O... luz 2, sem observações”. “Sem observações”, aprendi, significa que o estado da árvore é bom, de que nada há de “mal” na árvore, ou seja, ela não está morrendo ou já morta, com cupins, machucada, torta etc. No que toca à luz, o dado apresentado foi duvidoso. “2, Max?”, questiona a dra. “O que a senhora acha?”, ele devolve a pergunta olhando para a copa da árvore sob questão.

Há, novamente, um breve momento de hesitação; ele vai, outra vez, ao ínfimo detalhe. Palavras de indecisão são trocadas, “não sei”, “será?”, “pensando bem”. Palavras que acompanham gestos particulares, tais quais o deslocamento em toda a volta da árvore; o franzir nas expressões faciais, fechar os olhos; mãos estendidas como se buscassem pingos de chuva; olhares para o alto. Logo em seguida, a decisão se mantém sem alterações. “É, é 2 sim dra.”. “Anoto 2, então?”, falo perguntando. É verdade que esse não havia sido o primeiro momento de discordância ou dúvida sobre o dado “luz”. E não fora o último.

Passam-se mais alguns dias. É 20 de abril. Outra LO, outra parcela. Eu, novamente, fico responsável pela planilha. Max olha, caminha ao redor de um imenso marupá (família *Simaroubaceae*): “é 5”, diz. “Será? (...) Se fosse como uma clareira aquele dia até concordaria...”, a dra. recoloca. Ele refaz o procedimento, porém agora ele espalma as mãos no ar e vai de num lado ao outro do tronco. “Acho que é 5”. O valor 5, intensidade máxima de luz, vai à planilha.

Aproveito o momento e pergunto: “como vocês estabelecem esse número aí?”. Ambos, Max e a dra. Carolina, constroem a resposta: “É que assim, óh: a gente olha e vê quanto de luz bate ali onde estão as folhas e quanto está aqui no chão”; “é, tudo depende do ambiente”. Max, agora, com mais precisão, acrescenta: “aí tu olha assim, quanto tá chegando nas folhas lá em cima; e aí a luz, ou o calor, ou claridade que tá chegando bem aí”, indica, com um gesto facial típico do norte do país – fazendo um bico com a boca e arregalando o olhar em uma única direção – a minha posição ao lado da árvore.

O olhar que antes identifica troncos, agora busca um nível de incidência de luz. O “calor” ou a “claridade que tá chegando bem aí” é o tato que antes apalpava troncos e, agora, sente a intensidade de luz ao lado da árvore no chão, nos arredores. O agenciamento se atualiza. A incidência de luz não é, simplesmente, aquilo que é projetado e calculado pelos espaços de céu aberto que permitem a entrada de raios solares direto sobre as copas das árvores. Não é, tão somente, a soma disso com a luminosidade percebida pela visão. É, junto a essas impressões, a própria sensação calorífica, tátil, mais uma vez, no interior da floresta. O gesto que distribui a mão no ar, enquanto o corpo se desloca um pouco para lá, um pouco para cá, é aquele que mede. Trata-se de habilidades constantemente reafirmadas pela experiência que se repete e, ao fim e ao cabo, afirma uma crença: “5 de luz”.

Nós refazemos uma experiência cada vez que podemos dizer: ela está aqui, de novo. É a fórmula mais apanhada, a mais mínima de atestação da existência de um objeto. Alguma coisa está mais uma vez aí. O que exatamente reconhecemos? Variações de cor, formas geométricas variáveis, intensidades sonoras particulares, os *sensa* singulares. (DEBAISE, 2015, p. 58-59, tradução minha).

“Felipe, faxa, vou te contar, óh: por isso que tem vez que a luz é maior, mesmo se a mata é um pouco fechada; por que ela acumula calor, que também é luz, saca?”, conclui Max. Há mais de 10 anos trabalhando com pesquisa, ribeirinho, a sua vida toda, como ele mesmo já me havia dito quando nos conhecemos: “conhecemos isso aqui com a palma da mão”.

O AGENCIAMENTO-BIODIVERSIDADE MATA ADENTRO: APRENDER A ESCUTAR O SOLO

Meses depois, no começo de julho, Luciana, da equipe gestora do ICMBio, me alerta da ida da equipe do prof. Reinaldo à Estação Ecológica de Maracá para uma expedição nos dias seguintes, o que ocorre, com efeito, entre os dias 11 e 17 daquele mês. O prof. Reinaldo fora, durante anos consecutivos, o Coordenador do Núcleo do PPBio/CENBAM de Roraima. Parceiro de longa data da equipe de Maracá, é “um bom pesquisador”, como certa vez ouvi de um funcionário macuxi do Departamento de Gestão Territorial do Conselho Indígena de Roraima (CIR).

A campo, hospedado na Terra Indígena do Boqueirão¹⁰, em Alto Alegre, localidade de onde saem todos os “auxiliares locais” que trabalham com pesquisa na ESEC, aguardo para me somar a equipe. Ao raiar do dia 11 de julho, um carro do ICMBio me busca e, juntos, cruzamos o rio Uriracoera com uma balsa, descendo na sede administrativa da ESEC. Vou sendo, aos poucos, apresentado a equipe.

A voz de Reinaldo corta o ar: “Lidiane, vamos só soltar as coisas e vamos”. Lidiane, então Pós-Doutora, comenta que essa pesquisa tinha sido prevista para ser executada em Maracá e no PNV. Contudo, a falta de “tempo”, qual seja, de recursos e dificuldades de conciliar agendas – dos auxiliares, dos pesquisadores e da chuva – os forçaram a ficar somente na ESEC. Pelo que ouço e entendo das conversas, a ideia é percorrer todas as parcelas da grade RAPELD em cinco, seis dias no máximo, contando hoje. Uma média de uma LO e meio por dia, ou, 5 a 7 parcelas por dia, o que exige muita técnica, agilidade, mas também um controle do tempo.

Elizabete, estudante de Graduação em Biologia pela UFRR, de descendência wapixana e macuxi, que integra a equipe, está em treinamento. Está aprendendo como funciona a grade RAPELD e o método de coleta para, mais a frente, prosseguir com seus estudos no Mestrado. Não só ela: “hoje é só um ensaio, viu Venezuelano”, Reinaldo brinca. “Venezuelano” é o apelido de William, “auxiliar local” que encerra os membros da equipe. Tem esse apelido por ser descendente wapichana do outro lado da fronteira nacional.

No que este estudo consiste, de modo geral? Trata-se, como no PNV, de um estudo de produção da biomassa da floresta. Contudo, o método aqui é outro. Utiliza-se a quantificação de carbono retido nas raízes das árvores. Esses dados, como aqueles da pesquisa da dra. Carolina, estimam a quantidade e a qualidade da matéria orgânica e da energia produzidas, consumida e liberada pela floresta. Com amostras de raízes e solo, para além das análises sobre o

¹⁰ Inserida na Região do Tabão (antes, Taiano) de maioria macuxi e wapichana.

“bom estado” da floresta e sua biodiversidade (discussão mais afeita ao estudo anterior), pode-se igualmente investigar o potencial dos “serviços ambientais” da floresta, tema do interesse de Reinaldo e sua equipe. Lidiane, um par de dias mais adiante, respondera-me: “qual a diferença para amostra de raízes e de troncos? É que a chamada biomassa aérea [ela se refere a pesquisa que acompanhei] é incompleta. Com as raízes podemos medir quanto existe, concretamente, de carbono sequestrado. O meu Pós-Doc é na área da ecologia, sabe. O Reinaldo discute mais esse tema de serviços ambientais”.

Como tudo isto é conduzido, exatamente? Sem muito tempo para explicações, sou eu quem, como Ingold sugere, envolvo-me no estudo, observo, participo, aprendo e converto em texto uma cena em que etnografar é “se juntar em correspondência àqueles com quem aprendemos ou entre os quais aprendemos” (INGOLD, 2014, p. 8). No geral, a cena é a mesma todos os dias, exceto quando não o é.

Percorre-se todas as parcelas coletando amostras de solo – com raízes – em dois pontos, um a 80 m e outro a 160 m, medidos a olho, parcela adentro. A escolha de cada ponto obedece a um critério simples: uma área de chão mais aberta, desbastada, não muito próxima (não menos de 1 m), mas também não muito afastada (nunca mais do que 5 m) de árvores de grande porte. Limpa-se bem as folhas e galhos caídos do chão com os próprios pés¹¹. Em cada ponto, as amostras são retiradas mediante um trado especial de corte de raízes. Este instrumento é feito de ferro. Possui uma longa haste ou cabo que se encerra em forma de “T” na ponta superior. Embaixo, na outra ponta, um cilindro aberto de 20 cm de profundidade, 10 cm de diâmetro, coberto de dentes na circunferência. O trado permite a extração de camadas (estratos) do solo a cada 10 cm, de maneira que um estrato não se misture com outro. Apoiando-se no “T” superior, o trado vai sendo afundado mediante giros na direção do sentido horário. É pela pressão do instrumento contra a terra que os estratos sobrevêm colados na parte oca do cilindro. Em cada ponto são coletadas 10 amostras, perfurando o solo até 1 m de profundidade. Tal fato gera 10 saquinhos *ziplock* com mais de 1 kg de terra e raízes cada. No total, cada parcela gera um saco maior (sacos de trigo) de mais ou menos 15 kg. A cada amostra tudo é anotado em uma planilha: a) parcela; b) ponto da amostragem; (c) profundidade (que diz das camadas do solo).

11 Os materiais para as análises são raízes subterrâneas, mas pequenos galhos ou raízes expostas podem “contaminar a amostra” ou “falsar os dados”.

Figura 3 – Trilha da grade da ESEC Maracá com o material a ser carregado



Fonte: De autoria própria (2015).

Já no primeiro dia as funções são designadas: William carregará o trado e fará a extração; Lidiane acondiciona o solo e anota os dados; Reinaldo e eu carregamos o material de volta à sede. Porém, neste primeiro dia, na LO05-4.500, Reinaldo ensina ao Venezuelano como fazer o passo a passo. É o professor quem limpa o chão, posiciona o trado – “oh, só encosta ele e pressiona um pouco para ele firmar” – solta as mãos para mostrar que “oh, firmou”, e, por fim, gira o trado exercendo pressão para que ele afunde. “A subida é importante”, diz. Uma vez que os 10 cm entraram por completo na terra, é preciso extrair a amostra sem que ela se desprenda da boca oca do instrumento. Não há nada que a segure ali senão a pressão. “Aí você vem aqui, por baixo, e vem só na maciota puxando a coisa. A Lidiane fica com o saquinho pronto aqui e aí é só despejar direto ali”. Qualquer movimento brusco pode fazer a terra se desprender, por isso o cuidado com a força para tirar o trado do subsolo e movê-lo uma vez que esteja suspenso.

Há, porém, outro elemento de mais importância:

Você que vai sentir o solo. Não adianta muito os outros que estão aqui ao redor olhando e cuidando a marca ali dos 10 cm. Você que vai dar a pressão e ter o jeito com o solo. Você vai sentir se ele está bem preso no trado, se não vai cair quando você mexer e, principalmente, você vai ouvir os sons que dizem *quando estiver muito duro, quando houver uma pedra ou raízes muito grandes que podem quebrar os dentes do trado*. (Reinaldo. Grifos acrescidos).

Posso, já de início, recolocar a fala de Reinaldo e todo o seu cuidado metodológico nos seguintes termos: “você, o trado e o solo, fazem um corpo misturado” (SERRES, 2014), isto é, formam um corpo plural e *indiscernível*. É a sensação, importada pelo exercício do contato tátil e auditivo, que vai conferir à toda produção do dado científico sua precisão. Eis o agenciamento sendo fabricado na prática.

Terminada a primeira parcela, Reinaldo enuncia: “fizemos em 40 minutos”. Ele havia cronometrado. Prontamente, ele extrapola o dado para toda a grade: “é muito rápido. Vamos terminar tudo até sábado”, ou seja, em 5 dias.

Eis que, poucas horas depois, começa a cair uma chuva torrencial. Desde maio já chovia forte, mais ao sul do Estado de Roraima. Na região mais ao norte, onde nos encontramos, o clima continuava bastante seco. O Igarapé Grande, no meio da TI do Boqueirão, havia se convertido em um filete. O rio Uriracoera estava difícil de atravessar.

Estamos na parcela LO05-2.500. Seguimos adiante, até que somos forçados a parar e nos esconder debaixo de alguns arbustos. Lidiane comenta: “assim não dá”, e com Reinaldo de acordo, decide-se voltar à sede. “Se chover assim todos os dias, vou ter que voltar com o ICMBio na outra terça”, ela sussurra. É curioso refletir sobre o evento: a chuva *acontece*. A chuva irá engendrar mudanças no ritmo da caminhada, no tempo da pesquisa, mas também na qualidade dos dados¹².

Terceiro dia. A repetição da experiência vai deixando claro a pertinência da relação entre a composição do agenciamento (DELEUZE; GUATTARI, 1980) e a experiência sensitiva (SERRES, 2014). William menciona, por diversas vezes, que “o trado tá encostando em alguma coisa”; “o solo, aqui, está compactado demais”; “passei uma camada do solo aqui”; “encontrei uma raiz grande”. Na parcela LO04-500: “escutei alguma coisa. O solo mudou. Tá escutando a zoada diferente?”, diz o Venezuelano. “Já pode ensinar, einh?!”, fala Lidiane preparada para pegar a amostra com seu *ziplock* aberto sem que esta caia no chão.

Importante frisar, aqui, que todas essas afirmações podem ser lidas como “crenças” que, segundo Tarde, foram, aos poucos, na repetição do agenciamento, ganhando concretude. Eis a modulação necessária: a crença não encerra uma ação, ela não encerra o agenciamento. O processo é outro: a repetição da experiência sensitiva prolonga os potenciais de desejo e crença para que algo a mais seja enunciado.

Eis que de mim parte uma dúvida: “espera, você diz que o solo mudou em que sentido?”. “Não sei, parece que não é o mesmo solo do primeiro dia, algo

12 Devido às fortes chuvas, minha máquina fotográfica estragou e perdi quase todas as imagens desta expedição.

aconteceu”, William comenta. Reinaldo estava em outra parcela, procurando amostras de raízes expostas pela queda de árvores após as fortes chuvas para fins de controle dos dados. Após algum tempo de discussão sobre o que haveria mudado, sento no chão e, sentindo a umidade que atravessa meu corpo, comento: “a chuva?”. “Claro!”, Lidiane responde. A chuva interfere no agenciamento. O som que eclode do trado cavoucando o solo agora é outro e, com isso, a sensação que dirá quando se atinge os 10 cm que devem compor uma amostra, nem mais, nem menos, deve ser ajustada.

Como sugeri, com Serres (2014), podemos tratar a sensação como um possível que se atualiza no contato entre os corpos. Quando o campo das definições se abre diante dessa incerteza é outra sensação que virá se somar. Elementos antes excluídos são acrescidos. Diante da chuva que se infiltra no solo, a mim cabe, rente ao trado no chão, cuidar a altura que este afunda de modo a não ultrapassar os 10 cm; Lidiane deve estar atenta aos tremores do trado, à força e à velocidade que William coloca no giro. O sentir tátil-auditivo agora se mistura com outro mais visual-auditivo. Esse agenciamento, agora em duas escalas qualitativas diferentes, porém complementares, faz com que a afirmação “está bom” indique quando se tem o estrato amostral correto.

Isto implica, ademais, em diversos pontos, em muitas parcelas – ainda que não em todas – na dureza de um solo que impede o trado perfurar mais do que 30 ou 40 centímetros. Uma ferramenta auxiliar entra em cena. Uma marreta com a qual William dá golpes no centro do eixo superior “T” do trado para que este afunde devidamente. Os ruídos, agora, mudam radicalmente: é como se o som do solo repercutisse no estalo entre trado e marreta. Todos podem perceber a diferença de um solo mais solto, outro mais compacto, o encontro com raízes e com pedras. No primeiro caso, o barulho é oco, *poc*; no segundo, seco, *ték*; no terceiro, abafado, *póu*; e, no último, estridente, *teinh*. Conforme passam os dias, o Venezuelano não evita o comentário: “o ouvido do cara parece até que fica com as zoada, né? E as mãos vão ficando duras, duras”. Os sentidos fazem passagem e misturam os corpos em variação contínua (SERRES, 2014). O que era tátil endurece e vira a marca suave de uma qualidade auditiva.

A chuva igualmente provocou outro imprevisto. Dia após dia, Venezuelano vai se dando conta das minúcias: “não vai vir não; já escutei o solo caindo lá”. Ele retira o trado do buraco e, com efeito, a amostra de 30 cm-40 cm escorregou, não aderiu à boca do trado e ficou dentro do buraco. Duas, três, quatro tentativas e nada. O que resta é introduzir uma outra ferramenta, o braço. Neste caso, eu, com o braço mais fino e tão longo quanto o dele, deito-me no chão e o enfio no buraco. “Tu vais conseguir sentir a linha onde o trado parou

com a ponta dos dedos”, sugere Reinaldo. “Tu vais ver que, logo abaixo, a terra vai tá mais compactada... tenta tirar a terra que está até ali”, diz. Com efeito, a separação da amostra correta e do resto de terra, aqui, não é senão um deslocamento “pós-trado” da sensibilidade tátil do agenciamento.

Retornando a Tarde, posso sugerir que os dados que permitem estimar a biomassa de raízes da floresta amazônica de Maracá – máximo de crença – passa por esta série de operações técnicas e sensoriais que conjuga e ajusta uma série de elementos heterogêneos entre si – máximo de desejo. O desejo conjuga toda a experiência possível se utilizando de inúmeros meios de captura, alianças provisórias: tais quais a quantidade e a qualidade da pressão exercida no solo *com* o trado, os braços *e* olhos *e* marreta somados à interferência da chuva, que umidifica o chão, engendra novas texturas e deixa a terra mais escorregadia ao trado e, quando esse falha, o “plus” *com* os dedos das mãos. Isso tudo sem mencionar as diferenças sonoras!

Por vezes, ainda, a distribuição de raízes e pedras que obedece a toda uma gradação de densidades de compactação da areia, da argila e da terra impinge demasiada resistência, obrigando a substituir o ponto de amostragem, quase como se o desconhecido, o não identificado se atravessasse no agenciamento e retirasse sua força de captura. É como se a floresta, neste último caso, não desejasse compor a pesquisa. A sub-existência em ação, ou seja, o modo de existência do solo, suas alianças com raízes e com a chuva oferece resistência.

Não foi à toa que a agência imprevista dos elementos acima referidos – chuva, densidade, dureza etc. – reorientam consideravelmente toda a estratégia metodológica a campo. Foi preciso recalcular o tempo – “é, vai demorar mais do que tu achavas, Reinaldo”, diz Lidiane, no quarto dia. “De repente eu fico aqui até domingo ou segunda e volto com o micro-ônibus... ou outro mês, se houver recurso...”, conclui ela. Ademais, foi preciso dividir a equipe. Reinaldo também precisava de algumas raízes expostas de árvores tombadas, “porque é um material fácil de trabalhar, a gente tira umas medidas e deu, pode estimar o alcance das raízes no subsolo”, e, com isso, ele saía a caminhar pela grade e nós dávamos continuidade ao trabalho com as parcelas. Este “nós”, aliás, corresponde, agora, a Lidiane, o Venezuelano e eu. Elizabete, infelizmente, não suportou as longas caminhadas diárias de mais de 16 km carregando materiais, mochilas, sacos de terra sob sol e chuva. Isto gerou um efeito complicador, porquanto, agora, era uma pessoa a menos para trazer os sacos de 15 kg com as amostras de volta à sede. “E se nós formos de quadriciclo?”, perguntei. “Não sei, acho que não temos autorização para usar”, contestam Lidiane e Reinaldo. “Deixem que

eu falo com o fulano¹³”, concluí. No dia seguinte, já 16 de julho, o quadriciclo estava liberado com uma condição: “que o seu Felipe dirija”. O quadriciclo não só resolveu a questão do tempo, mas também do esgotamento físico e mental que todos atravessavam.

Essa solução tornou possível que todas as amostras de solo de todas as 30 parcelas da grade, o que gerou centenas de quilos de solo com raízes, fossem extraídas e a pesquisa não precisasse de mais tempo. Na bancada de um laboratório, na UFRR, essas amostras serão analisadas e extrapoladas para os cálculos de biomassa da floresta, seus potenciais serviços ambientais e sua biodiversidade. O prosseguimento desse processo de produção do conhecimento científico, como descreve Latour (1999) a respeito do solo amazônico, pode ser lido como a inscrição de matéria e signo numa “referência circulante”. Porém, escutar o solo é outra coisa: é a mistura, é a experiência que fabrica e autoriza o dado, mas que não se reduz a este.

DESLOCANDO O PROBLEMA: NOTAS SOBRE A SOCIEDADE NÃO ECOLÓGICA

Este artigo é, com efeito, um prolongamento de uma experimentação a campo para o texto. Comecei o texto sugerindo que a relação entre ciência e “crise ambiental” é, no mínimo, indeterminada. É preciso não só conferir maior precisão a esses termos, como também, e talvez mais importante, estabelecer o modo de relação entre eles. Fiz uma série de mediações. A etnografia me permitiu descrever a prática científica, a maneira como estudos de produção de biomassa da floresta amazônica (tronco e folhas; solo e raízes) acontece na prática, como ela responde ao problema da perda da biodiversidade levantando a maior e melhor quantidade de dados possíveis, mas, também, fazendo querer que os “auxiliares locais” se envolvam nos estudos, isto é, participem da invenção do dado ao fabricar uma experiência sensitiva. A prática científica se adequa à série de imprevistos que acontecem mata adentro: clareiras e medidas descontraçadas entre uma árvore e uma planilha; chuvas, a compactação do solo e o descompasso entre o tempo da pesquisa e o tempo da floresta. Essa série de imprevistos não são nada mais nada menos que ações infinitesimais (TARDE, 2010; DEBAISE, 2008) que põe em marcha o agenciamento o qual, mais tarde, servirá para informar a biologia da conservação sobre o que é ou não, o que conta

13 Por questões óbvias, o nome deste interlocutor, outro auxiliar macuxi com funções distintas da coleta de dados mata adentro, é preservado.

ou não como um “bom dado” sobre a biodiversidade. Esse agenciamento mistura o sensitivo e o técnico.

Produzir os dados que dirão sobre a taxa de crescimento das árvores (DAP, luz etc.) adquire sua precisão na qualidade táctil e visual que manipula a fita métrica, paquímetro, incidência solar, planilhas, números. Do mesmo modo, é a precisão auditiva, táctil e visual que inscreve no conhecimento científico o material a partir do qual será possível afirmar que a floresta sequestra carbono (nas camadas do solo e suas raízes). Em ambos os casos, está em jogo a conservação da biodiversidade. Está em jogo, posso agora sugerir com maior precisão, a *conservação das relações* não só entre plantas, sol, chuva, insetos, indígenas etc., mas entre o próprio objeto de estudo de uma ciência e as condições de sua produção.

A pista que segui, o “querer trabalhar com a pesquisa” não é um enunciado que se dirige do biólogo ou ecólogo ao indígena ou ao ribeirinho. Ele organiza toda a possibilidade de saber. É requisito sem o qual a prática científica seria a mera passagem de dados brutos a dados brutos, de uma quantidade a outra, onde o risco de se cair em um superpoder da abstração científica é muito grande (LATOUR, 1999). Se, por um lado, o “auxiliar local” participa da medida RAPELD, não é ele, tampouco, o detentor do saber, mas o elemento por meio do qual uma sensação passa. O “querer” coproduz pesquisador, ribeirinho, árvores, enfim: biodiversidade. Ele organiza, ao fim e ao cabo, um modo de fazer sociedade, um modo de associação. Posso dizer, com a microssociologia de Tarde, que a descrição da prática científica que visa alguma resposta à extinção da diversidade biológica é coextensiva à prática social que busca alguma resposta à crise ambiental.

A cadeia da produção de conhecimento científico esconde, mas não escapa àquelas forças sociais. As análises biológicas quantitativas vão servir para contar *alguma* história da biodiversidade. A etnografia mata adentro, isto é, enquanto a ciência se faz, deixa amostra que tais análises – os resultados dos estudos que aparecem em artigos, jornais e livros de divulgação científica – sobrecodificam o conjunto dos sentidos no dado graças a um *continuum* de desejo e crença. O sensível e o matemático se articulam. Em outros termos, o “querer trabalhar com a pesquisa” se desloca: é estender, ampliar, prolongar outras possibilidades de contar a história da biodiversidade, e, quiçá, outra história da sociedade:

É perfeitamente concebível que outro tipo de sociedade se organize, a qual preserve processos de singularidade na ordem do desejo, sem que isso implique uma confusão total na escala da produção e da sociedade, sem que isso implique uma violência generalizada e uma incapacidade de

a humanidade fazer a gestão da vida. É muito mais a produção de subjetividade capitalística - que desemboca em devastações incríveis a nível ecológico, social, no conjunto do planeta - que constituiu um fator de desordem considerável, e que, aí sim, pode nos levar a catástrofes absolutamente definitivas. (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 217).

A produção de biomassa da floresta e na floresta é a produção da sociedade sob outra perspectiva, a perspectiva da mistura. O “corpo misturado” (SERRES, 2014) não é só um conceito, mas também *uma prática de fazer sociedade*. Uma prática que se exerce como um outro pacto que se faz, *no micro*, nesse conjunto notável das ações infinitesimais que realizam os potenciais de desejo e crença. Eis um modo de relação inesperado, mas possível entre ciência e “crise ambiental”. “Se o ser social não é, ao mesmo tempo, um ser natural, sensível e aberto, mas impressões da natureza exterior também a sociedades estranhas a sua, ele nunca seria suscetível à mudança” (TARDE, 2005, p. 80, tradução minha).

O que é, então, desde este ponto de vista, a “crise ambiental”? Proponho uma resposta simples: é a desatenção à experiência sensitiva do saber, à modulação sensitiva que compõe, de modo cabal e irredutível a prática científica mata adentro. É a desatenção à experiência sensitiva com a qual fabricamos a correspondência entre esta prática e o mundo porvir.

A conservação da biodiversidade como ciência de cercamento e esquadramento do espaço amazônico, cujo modelo das Unidades de Conservação vem como penoso reforço, somente constitui uma questão presente para uma sociedade cujas ruínas são cada vez mais sentidas. Trata-se da realização de uma sociedade *não ecológica*, exatamente no sentido específico, singular que se contrapõe ao agenciamento aqui descrito, onde as múltiplas possibilidades das relações entre seus componentes são cortadas, recolhidas ao controle instrumental. Em outros termos, os corpos são fragmentados em suas interações, a sensação é sobrecodificada, o desejo é enfraquecido, conduzido ao seu mínimo de captura e a crença aparece como uma afirmação desesperada:

Devemos planejar a coleta de dados da biodiversidade para poder usufruir da nova tecnologia e tratar das demandas do máximo número de clientes simultaneamente. Senão, a biodiversidade permanecerá o que é hoje: um grito por apoio para a inteligência conservacionista e um terrível impedimento para o desenvolvimento social e econômico para os políticos. (MAGNUSSON et al., 2013, p. 27).

Não se trata de desqualificar a urgência em que a crise ambiental se encontra¹⁴. Não se trata somente de aprender novas habilidades. Trata-se de fazer ecoar, de prolongar aquilo que Ingold chama de “compromisso ontológico” que a etnografia pode fazer emergir: precisamos dos nossos dados, números e estatísticas, talvez, porque se coloque diante de nós um longo e árduo processo de reapropriação de outros modos de convívio, de outra experiência da crise ambiental.

A questão ambiental se manifesta neste ínfimo, porém, assombroso detalhe: a experiência está ali, uma e outra vez, no cotidiano. O ambiente, cujo sentido, proponho, por fim, é análogo ao da biodiversidade, é um modo de experimentar a quantidade de área verde, de área cinza, de florestas, de vento, de chuva, de sol, de cidade. Não é algo externo a nós, não é alvo de disputa, não é objeto, não é conceito; ele é uma prática que excede a tradição do cercamento do espaço, do controle do tempo e a sobrecodificação da experiência sensitiva em dados em uma planilha.

O problema é, então, outro. Não mais como salvar a biodiversidade, mas como recolocar as maneiras pelas quais se experimenta *o ambiente e a sociedade* na sequência dos imprevistos que se repetem, dia a dia, mas que não coincidem, e sim que atualizam o agenciamento, que são carregados de novos sentidos, desejos e crenças.

REFERÊNCIAS

DEBAISE, D. Une métaphysique des possessions: puissances et sociétés chez Gabriel Tarde. **Revue de métaphysique et de morale**, n. 60, pp. 447-460, 2008. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-de-metaphysique-et-de-morale-2008-4-page-447.htm>. Acesso em: 15 dez. 2015.

DEBAISE, D. **L'appât des possibles**: reprise de Whitehead. Dijon: Les presses du réel, 2015.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **L'anti-oedipe**: schizophrénie et capitalisme I. Paris: Éditions Le Minuit, 1972.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mille plateaux**: schizophrénie et capitalisme II. Paris: Éditions Le Minuit, 1980.

GLISSANT, É. **La philosophie de la relation**: poésie en étendue. Paris: Gallimard, 2012.

14 De suma importância salientar que o PPBio e o CENBAM vêm, nos últimos anos, abrindo radicalmente esta perspectiva justamente ao encontro de experiências de saber que levem em conta aquilo que excede o dado matemático. Não só alianças entre os pesquisadores com comunidades indígenas na luta contra a expropriação, o desmatamento e a desestruturação dos modos de vida locais, mas também o que a ciência da conservação pode vir a ser (PERES et al., 2010; RED et al., 2010; MAGNUSSON et al. 2016; VÁRIOS AUTORES, 2016; VARGAS, 2017).

- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.
- INGOLD, T. Da transmissão das representações à educação da atenção. **Educação**, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 6-25, jan./abr. 2010. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/6777>. Acesso em: 11 jul. 2017.
- INGOLD, T. **Being alive**: essays on movement, knowledge and description. Londres: Routledge, 2011.
- INGOLD, T. That's enough about ethnography!. **Journal of Ethnography Theory**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 383-395, 2014. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/pdfplus/10.14318/hau4.1.021>. Acesso em : 11 jul. 2017.
- LATOUR, B. **Nous n'avons jamais été modernes**: essai d'anthropologie symétrique. Paris: La découverte, 1991.
- MAGNUSSON, W. E. et al. RAPELD: a modification of the Gentry method for biodiversity surveys in long-term research. **Biota Neotropica**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 2-6, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bn/a/f77RCKmNYmkHFxBLcFRFgSL/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 06 fev. 2020.
- MAGNUSSON, W. E. et al. **Biodiversidade e monitoramento ambiental integrado**. São Paulo: Átemma, 2013.
- MAGNUSSON, W. E. et al. O programa de pesquisa em Biodiversidade. In: PEIXOTO, A. L.; LUZ, J. R. P.; BRITO, M. A. (orgs.). **Conhecendo a biodiversidade**. Brasília: Editora Vozes, 2016. p. 15-33.
- PERES, C. A. et al. Biodiversity conservation in human-modified Amazonian forest landscapes. **Biological Conservation**, [S. l.], v. 143, n. 10, p. 2314-2327, 2010. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0006320710000224>. Acesso em: 03 out. 2017.
- SERRES, M. **Les cinq sens**. Paris: Fayard/Pluriel, 2014.
- SERRES, M. **Variations sur le corps**. Paris: Le pommier, 1999.
- TADDEI, R. O lugar do saber local (sobre ambiente e desastre). In: SIQUEIRA, A.; VALENCIO, N.; MALAGOLI, M. A. S. M. **Riscos de desastres relacionados à água**. São Paulo: Rima Editora, 2015. p. 311-325.
- TARDE, G. La croyance et le désir. In: TARDE, G. **Essais et mélanges sociologiques**. Paris: A. Maloine, Collection Bibliothèque de criminologie, 1895. p. 180-235.
- TARDE, G. **Les lois de l'imitation**: étude sociologique. Paris: Elibron Classique, 2005.
- TARDE, G. **Monadologie et sociologie**. Paris: Essai, 2010.
- VÁRIOS AUTORES. **Sanõma samakõnõ sama tõkõ nii pewõ oa wi tõkõ waheta**. Ana amopõ = Enciclopédia dos alimentos yanomami (sanõma). Cogumelos. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2016.

VARGAS, F. “Você precisa estar na mata”: entre-saberes e modos de enajamento nas práticas de conservação da biodiversidade no norte- amazônico brasileiro”. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

MARXISMO E MEIO AMBIENTE: DA CONTRIBUIÇÃO DE MARX ÀS INTERPRETAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DIANTE DA CRISE ECOLÓGICA

MARXISM AND ENVIRONMENT: OF THE CONTRIBUTION OF MARX AT
CONTEMPORARY INTERPRETATIONS IN FRONT OF ECOLOGY CRISIS

Resumo

O artigo trata da questão do meio ambiente/natureza em Marx e alguns marxistas contemporâneos. Inicialmente retoma Marx e como a natureza é vista como parte integrante do próprio ser humano. Em seguida, analisamos as contribuições contemporâneas de Adorno e Horkheimer na relação de subordinação da natureza pelo homem moderno, que lhes aparece como exterioridade e de sua própria natureza. Por fim, as contribuições de Mézaros e de Harvey sobre a crise ecológica contemporânea e a proposta de Lowy em lutar por um ecossocialismo. Esta última abordagem visa tornar a luta socialista ativa em relação à crise ecológica que põe em risco a sobrevivência da humanidade em nosso planeta. Portanto, o estudo tem como intuito levantar reflexões sobre o debate teórico a respeito da questão ambiental em autores clássicos e contemporâneos, assim, evidenciando em cada pensador aspectos que influenciaram nos rumos do debate ecológico.

Palavras-chave: natureza; humanidade; marxismo.

Abstract

The article speech about the question of the environment in Marx and some contemporary marxists. Initially resume to Marx and how nature is seen as an part integral the human being self. Then analysis the contemporary contributions of the Adorno and Horkheimer, in the relationship of subordination of nature that outside to him, and of the tour own modern human. Finally the contributions of the Mézaros e Harvey about the contemporary ecology crise and, the proposal of the Lowy in fight by

-
- 1 Professor Titular da Universidade Federal da Bahia. Doutor em Sociologia - Université de Paris VII. Pós-Doutor pela CNRS/Universidade Toulouse le Mirail (França). Líder do grupo de pesquisa Representações sociais: arte, ciência e ideologia.
 - 2 Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (PPGCS/UFBA). Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (PPGCS/UFBA). Graduado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Membro do grupo de pesquisa Representações Sociais: arte, ciência e ideologia.

a ecossocialismo. This last approach aims to make the socialist fight activated at relation the ecology crise that on in risk the survival of humanity on our planet. Therefore, the study aims to raise reflections on the theoretical debate regarding the environmental issue in classic and contemporary authors, thus, showing in each thinker aspects that influenced the course of the ecological debate.

Keywords: nature; humanity; marxismo.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objeto discutir como Marx e, posteriormente, alguns autores marxistas analisaram a questão da relação entre a sociedade capitalista e a natureza e, particularmente, como o desenvolvimento de forças destrutivas, no interior das próprias forças produtivas, nos conduziram à atual crise ambiental. Partimos da discussão clássica de Marx que sustentava uma perspectiva de uma dialética na qual homem e natureza pudessem ser apreendidos de modo unitário. Essa sua tese continha a alienação histórica necessária para o desenvolvimento das forças produtivas materiais e a reconciliação entre a sociedade e a natureza, que só poderia ocorrer com a supressão da propriedade privada dos meios de produção e do próprio capital. Em seguida abordamos dois autores da escola de Frankfurt que já antecipavam traços da crise atual como decorrentes do desenvolvimento capitalista e da própria razão iluminista. No entanto, será a partir da discussão de três autores contemporâneos, quais sejam Mézaros, Harvey e Lowy, que introduzimos no texto a crise ambiental contemporânea e os limites em reconhecê-la em toda a sua extensão.

O estudo da natureza e das relações em seu entorno é fundamental, principalmente neste contexto de crise ecológica global, para o entendimento dos limites humanos na interação com os fenômenos do meio ambiente. Não há possibilidade de futuro entre o conjunto dos seres vivos sem a redução profunda dos danos causados pelos indivíduos. Dentre os principais elementos, podemos destacar a transformação da lógica racional como o ponto básico para frear o avanço desproporcional visto na contemporaneidade. A partir desta discussão sobre a racionalização, o contato cotidiano entre homem/natureza e de novas proposições teóricas-metodológicas acerca do ambiente natural, buscamos levantar algumas reflexões ao sinalizar os avanços e limitações de autores que pensaram a respeito das temáticas. Logo, o objetivo é apresentar o debate intelectual desses pensadores que contribuíram para pensar a ecologia, impulsionando e direcionando caminhos políticos e socioeconômicos, influenciando profundamente as discussões ecológicas em uma perspectiva socialista.

Assim, o método utilizado para a elaboração deste ensaio consistiu em examinar em autores marxistas, clássicos e contemporâneos, como a questão da relação entre humanos e a natureza, bem como o desenvolvimento de forças produtivas e de forças destrutivas implicaram no fenômeno atualmente percebido como crise ambiental. Assim, recuperamos as principais discussões de Marx (2000; 1975; 2012; 2015; 2019) e verificamos como, posteriormente, ocorre o desdobramento da compreensão da relação homem/natureza, considerando que há uma insuficiência no materialismo histórico, que começa a encontrar um curso de desenvolvimento na discussão atual sobre o ecossocialismo.

A NATUREZA E A LUTA AMBIENTALISTA: A SEPARAÇÃO, RECONCILIAÇÃO E O DOMÍNIO DO HOMEM SOBRE O MEIO AMBIENTE

Nos *Manuscritos*, Marx (2000) esboça algumas de suas principais descobertas que serão consolidadas em *O Capital*. No entanto, como ainda se encontrava sob forte influência da filosofia, preocupa-se com o ser e a natureza de modo explícito, o que aparecerá secundarizado em outras obras, sobretudo naquelas voltadas para a discussão da luta de classes, como *O manifesto comunista* (2012); *As lutas de classe na França* (2015) e *Brumário de Napoleão Bonaparte* (2015), voltando a ocorrer no livro três de *O Capital*. Para os nossos objetivos, os *Manuscritos* (2000) aparecem como os textos mais plenos para a discussão da natureza e dos elementos em seu entorno.

A natureza aparece em Marx (2000) a partir de sua compreensão acerca do processo de alienação, envolvendo não só a separação inicial do homem em relação à natureza a partir de sua atividade criativa de trabalho, como o desenvolvimento de relações de produção e a apropriação privada dos meios de produção e do resultado do próprio trabalho. A cisão inicial necessária entre homem e natureza com o trabalho afastando os indivíduos de seu próprio ente biológico acentua-se com a apropriação privada da natureza e do trabalho, instaurando-se a oposição definitiva e irreconciliável entre humanidade e natureza, e entre os próprios seres humanos (detentores e despossuídos dos meios de produção).

Marx (2000) acentua como o surgimento da propriedade privada desenvolverá a alienação do trabalhador em relação ao fruto do seu próprio trabalho. Observará que a apropriação privada dos meios de produção e da própria força de trabalho ampliará imensamente essa alienação ou estranhamento, e verá na sociedade capitalista o seu desenvolvimento acabado, isso porque a apropriação privada apresentar-se-á como a subsunção tanto da natureza quanto das forças

do trabalho e de todos os meios de produção a um elemento externo, qual seja, o capital. Este é o primeiro modo de produção que submete as forças produtivas e os meios de produção ao capital, buscando como objetivo principal o lucro, e não a satisfação das necessidades individuais e coletivas. A sociedade e a natureza encontram-se, assim, subordinadas ao valor, consubstanciado na forma do valor de troca. Reproduzir para obter lucro através da exploração da mais-valia e dos mecanismos de realização na troca de mercadorias tornou-se o objetivo principal do capitalismo.

A questão da alienação em relação à natureza e a necessidade de superá-la através da instituição de um novo modo de produção aparecem como crítica à ganância do capital e a propriedade privada:

[...] agora temos, portanto, de conceber a interconexão entre a propriedade privada, a ganância, a separação do trabalho, capital e propriedade da terra, de troca e concorrência de valores valorização do homem, de monopólio e concorrência etc., de todo esse estranhamento (Entfremdung) com o sistema do *dinheiro*. (MARX, 2000, p. 80).

Marx (2000) preocupa-se, sobretudo, em verificar como a alienação em relação à natureza torna-se alienação em relação ao próprio homem através do processo de trabalho. Assim, o trabalho que hominizou a espécie através de sua efetivação é o mesmo que provoca a sua desafetivação ao tornar a sua atividade e o seu resultado como algo que lhe é estranho. Segue-se a essa compreensão a relação do ser humano genérico com a natureza.

[...] praticamente, a universalidade do homem aparece precisamente na universalidade que faz da natureza inteira o seu corpo orgânico inorgânico, tanto na medida em que ela é 1) um meio de vida imediato, quanto na medida em que ela é o objeto/ matéria e o instrumento de sua atividade vital. A natureza é o corpo *inorgânico do homem*, a saber, a natureza enquanto ela mesma não é corpo humano. O homem *vive* da natureza significa: a natureza é o seu corpo, com o que ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza. Na medida em que o trabalho estranhado 1) estranha do homem a natureza, 2) e o [homem] de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital; ela estranha do homem o *gênero* [humano]. Faz-lhe da vida genérica apenas um meio de vida individual. Primeiro, estranha da *vida genérica*, assim como a vida individual. Segundo, faz da última em sua abstração um fim da primeira, igualmente, em sua forma abstrata e estranhada. (MARX, 2000, p. 84).

Logo, Marx (2000) aponta para a dupla alienação, afastar-se da natureza e distanciar-se da própria função ativa da existência. Isso devido ao trabalho

alienado, pois este transforma a própria vida em meio de vida. Em oposição ao trabalho alienado, Marx (2000) chama atenção para o trabalho consciente – que distinguiria o homem da atividade animal, uma vez que apenas o homem a transformaria em ação livre. No mundo animal, a ação seria imediatamente a sua própria atividade vital, não ocorrendo distinção entre sua existência e a natureza, enquanto o ser humano, por ter adquirido consciência da sua própria existência, não seria por ela determinado.

O engendrar prático de um *mundo objetivo*, a *elaboração* da natureza inorgânica é a prova do homem enquanto ser genérico consciente, isto é, um ser que se relaciona com o gênero enquanto sua própria essência ou [relaciona] consigo enquanto ser genérico. É verdade que o animal produz, constrói para si um ninho, habitações, como abelha, castor, formiga etc. No entanto, produz apenas aquilo de que necessita imediatamente para si ou sua cria; produz unilateral [mente], enquanto o homem produz um universal [mente]; o animal produz, primeiro e verdadeiramente, na sua liberdade [com relação] a ela; o animal só produz a si mesmo, enquanto o homem reproduz a natureza inteira; no [animal], o seu produto pertence imediatamente ao seu corpo físico, enquanto o homem se defronta livre [mente] com o seu produto; (no animal) o seu produto pertence imediatamente ao seu corpo físico, enquanto o homem reproduz a natureza inteira; O animal forma segundo a medida e a carência da espécie à qual pertence, enquanto o homem sabe produzir segundo a medida de qualquer espécie, e sabe considerar, por toda parte, a medida inerente ao objeto; o homem também forma, por isso, segundo as leis da beleza. (MARX, 2000, p. 85, grifos do autor).

Por outro lado, a alta atividade é reduzida e a atividade livre transforma-se no meio da própria existência física. Enfim, o autor vê a vida genérica tornar-se apenas um meio de trabalho estranhado tanto do ser genérico do homem quanto da própria natureza, portanto, individualizando a vida e levando o indivíduo a estranhar o seu próprio corpo e a natureza que está fora dele. Em outro fragmento dos *Manuscritos*, Marx (2000) observará que a propriedade que aparece no passado sobre a forma da propriedade privada da terra se transmutará em uma propriedade universal, qual seja o próprio capital. A partir desse momento, a própria propriedade da terra perde sua função original subordinando-se integralmente ao próprio movimento do capital:

É necessário que esta aparência seja supra-assumida (*aufgehoben*), que a propriedade fundiária, a raiz da propriedade privada, seja completamente arrastada para dentro do movimento da propriedade privada e se torne mercadoria; que a dominação do proprietário apareça com a pura dominação da propriedade privada, do capital, dissociado de toda a coloração

política; que a relação entre proprietário e trabalhador se reduza a relação nacional-econômica de explorador e explorado; que toda relação pessoal do proprietário com sua propriedade termine, e esta se torne, ela mesma, apenas riqueza material coisal; [...] É necessário que aquilo que é a raiz da propriedade fundiária, o sórdido interesse pessoal, apareça também na cínica figura. É necessário que o monopólio inerte se transmute em monopólio em movimento inquieto - a concorrência; [que] A fruição ciosa do suor e do sangue alheios se transmute num comércio multi-ativo com os mesmos. Finalmente, é necessário que nesta concorrência a propriedade fundiária mostre, sob a figura do capital, a sua dominação tanto sobre a classe trabalhadora, quanto sobre os próprios proprietários, na medida em que as leis do movimento do capital os arruinem ou promovam. Assim, entra no lugar do provérbio medieval nenhuma terra sem senhor (nulle terre sans seigneur), o provérbio moderno: o dinheiro não tem dono (l'argent n'a pas de maître); no qual é exprimida a completa dominação da matéria morta sobre os homens. (MARX, 2000, p. 75).

Ainda nos *Manuscritos*, Marx (2000) antecipa um futuro de superação da propriedade privada e de reconciliação com a natureza. Este futuro seria a sociedade comunista, como “expressão positiva da propriedade privada”, na medida em que aboliria a apropriação individual, tornando-se assim uma “propriedade privada universal”. Para sugerir o comunismo como horizonte de futuro, o autor retorna ao comunismo primitivo, que teria a comunidade como a negação da propriedade, mais ainda de modo tosco, implicando na apropriação universal das coisas e das pessoas, a exemplo da comunidade de mulheres que aparece na citação abaixo:

[...] ao aprender esta relação em sua universalidade, ela é 1) Só uma generalização e aperfeiçoamento da mesma em sua primeira figura; como tal, mostra-se em uma figura duplicada: uma vez o domínio da propriedade coisa é tão grande frente a ele que ele quer aniquilar tudo o que não é capaz de ser possuído por todos como propriedade privada; ele quer abstrair de um modo violento do talento etc.; a posse imediata; física, lhe vale como a finalidade única da vida e da existência; a determinação do trabalhador não é supra assumida, mais estendido a todos os homens; a relação da propriedade privada permanece sendo a relação da comunidade com o mundo das coisas; finalmente, este movimento de contrapor a propriedade privada universal a propriedade privada se exprime na forma animal na qual o casamento (que é certamente uma forma de propriedade privada exclusiva) é contraposto a comunidade de mulheres, na qual a mulher vem a ser, portanto, uma propriedade comunitária e comum pode-se dizer que esta ideia de comunidade de mulheres é o segredo expresso deste comunismo ainda totalmente rude refletido. (MARX, 2000, p. 103-104).

As notas de Marx (2000) sobre o comunismo se oferecem como previsões de um desenvolvimento da sociedade livre das amarras da propriedade privada, sobretudo em sua forma mais avançada e alienada da natureza, qual seja o capital. Por isso, o comunismo é visto como a superação positiva da propriedade privada, conseqüentemente pondo fim ao estranhamento humano com a sua “apropriação efetiva da essência humana pelo e para o homem” (MARX, 2000, p. 105). A natureza aqui seria retomada pelo ser humano, por isso Marx considera o comunismo como naturalismo consumado e o iguala ao humanismo. Aqui a contradição entre homem e natureza seria dissipada:

Ele é a verdadeira dissolução do antagonismo do homem com a natureza e com o homem; a verdadeira resolução do conflito entre existência e essência, entre objetivação e autoconfirmação, entre liberdade e necessidade, entre indivíduo e gênero. É o enigma resolvido da história e se sabe como essa solução. (MARX, 2000, p. 105).

Hegel (2014), mesmo tendo apontado para a relação homem/natureza e identificado nesta última o desenvolvimento de categorias de sua dialética, como já assinalado por Engels (1976), ainda que de forma mecanicista em sua *Dialética da natureza*, não reconhecia na natureza a plenitude da dialética, isto porque desta ausentava-se a consciência de si e sua superação reflexiva. Marx (2000) admite uma diferença fundamental entre o homem e a natureza, a negação da sua naturalidade é realizada a partir do trabalho que o alienou do seu mundo primordial e ao mesmo tempo permitiu o desenvolvimento de uma relação de apropriação do mundo natural em função da resolução de suas necessidades, o trabalho encarna não só a ação sobre o mundo material, mas também a consciência sobre este mundo. Logo, não se perde a categoria hegeliana da consciência, porém a esta não é atribuído um mundo prévio das ideias.

Será essa noção que permitirá Marx (2000) imaginar a possibilidade, não encontrada em Hegel, de reconciliação do humanismo com o naturalismo, ou do homem com a natureza. Assim, Marx postula por algo superior e contrário à exacerbada desumanização provocada pelas relações de produção capitalista, que subordina o trabalho e a própria existência à reprodução ampliada do capital, a ponto do trabalhador só se sentir humano, como assinalado no *Manifesto comunista* (2012) e na *Ideologia alemã* (1975), na satisfação de suas necessidades animais (comer, saciar a sede, procriar), pois a atividade de trabalho tornou-se estéril e externa à sua existência. Logo, a humanidade do gênero humano posta de forma universal seria, ao mesmo tempo, a recuperação de sua naturalidade.

O fato de Marx (2000), seguindo uma perspectiva de o conceito de progresso saudar o formidável desenvolvimento das forças produtivas no modo de

produção burguês, não o impediu, no entanto, de atentar para o aspecto destrutivo que acompanhava esse desenvolvimento e, sobretudo, observar o fim dessa era de desenvolvimento e os entraves desse modo de apropriação dos meios de produção que implicaria em progressiva destruição de forças produtivas. É necessário destacar como aparece na *Contribuição à crítica da economia política* (2003) que as forças produtivas compreendem mais do que o constante crescimento da produção material, elas conteriam também o desenvolvimento da arte, da ciência e da cultura em determinado momento histórico. Logo, o impulso das forças produtivas na época heroica da burguesia teria terminado, pois as contradições entre as forças produtivas e os grilhões das relações sociais de produção ensejariam a superação do modo de produção, tarefa que seria cumprida pelo proletariado revolucionário.

O entusiasmo de Marx (2000) parecia apontar para um momento muito próximo, e apesar de em tese identificar os efeitos da superprodução e da destruição da própria natureza em função do lucro capitalista e, mesmo esboçar a reconciliação do humano com a natureza, escapava-lhe as dimensões da destruição provocada pelo capital e o próprio risco de destruição do planeta enquanto moradia da espécie humana. De forma arguta, percebeu que o mundo poderia ser tomado pela barbárie e foi acompanhado no futuro por outros revolucionários, a exemplo de Rosa Luxemburgo, mas a barbárie inseria-se em um retrocesso histórico, na perda de tudo o que foi conquistado historicamente por sucessivas gerações. Hoje, sabemos que esta possibilidade é extremamente plausível, mas a ela se acrescenta o risco de perda do próprio planeta para as formas de vida que hoje conhecemos.

A perspectiva positivista que dominou a discussão da segunda internacional não percebeu a mudança qualitativa do próprio capitalismo e a mudança da burguesia de uma classe que revolucionou as forças produtivas para uma classe predatória e, por isso, estabeleceu um estreitamento do conceito de forças produtivas elaborado por Marx (2000), adotando o crescimento econômico como chave para a superação do capitalismo. E, em um segundo momento, o produtivismo adotado pelo stalinismo na Rússia afastou o debate da relação homem-natureza do “marxismo oficial”. Seguindo uma perspectiva próxima a de Marx (2000), mas visando construir uma ontologia social, Lukács (2013) reconhecerá a importância da natureza como a base e ponto de partida da própria vida humana, mas mesmo enquanto um pensador contemporâneo ao século XX não destacará os riscos de destruição da natureza pela ação humana, mantendo-se na crítica ao estranhamento e na apreensão do trabalho na sua dimensão construtiva.

Partindo da perspectiva crítica de uma dialética negativa, serão os clássicos da Escola de Frankfurt que verão os riscos destrutivos na relação da humanidade com a natureza. A tese principal encontra-se principalmente na *Dialética do Esclarecimento* (1969) e no *Eclipse da razão* (1976), nestas obras os autores sustentam que a luta pela sobrevivência implicou na dominação da natureza e concomitantemente na dominação dos próprios seres humanos, com uns apropriando-se do resultado do trabalho dos outros, o paradoxo da humanização com a subordinação da natureza (interna e externa aos homens) seria ao mesmo tempo a desumanização. A produção do ser é, ao mesmo tempo, a sua destruição. Temos nestes autores não o risco de que mais tarde será compreendido como ecocídio, mas a perspectiva do quanto o estranhamento da humanidade em relação à natureza a remeteria ao seu próprio passado, com o fracasso de suas conquistas propiciadas pelo esclarecimento.

Na *Dialética do esclarecimento* (1969), Adorno e Horkheimer, diante da ascensão nazista, prognosticam uma escalada de destruição do próprio esclarecimento:

Se uma parte do conhecimento consiste no cultivo e no exame atento da tradição científica (especialmente onde ela se vê entregue ao esquecimento como um lastro inútil pelos expurgadores positivistas), em compensação, no colapso atual da civilização burguesa, o que se torna problemático é não apenas a atividade, mas o sentido da ciência. O que os fascistas ferrenhos elogiam hipocritamente e os dóceis especialistas da humanidade ingenuamente levam a cabo: a infatigável autodestruição do esclarecimento, forçado o pensamento a recusar o último vestígio de inocência em face dos costumes e das tendências do espírito da época. (ADORNO; HORKHEIMER, 1969, p. 12).

Os autores acusam o esclarecimento de recaída no mito que a ciência sempre combateu, transformando seus próprios conceitos e paradigmas em novos mitos. Tal postura teria reconduzido os homens à naturalização, o humanismo, encarnado no esclarecimento como da superioridade dos humanos sobre o restante da natureza, encontrar-se-ia comprometido pelo desenvolvimento do próprio capital:

A naturalização dos homens hoje em dia não é dissociável do progresso social. O aumento da produtividade econômica, que por um lado produz as condições para um mundo mais justo, confere por outro lado ao aparelho técnico e aos grupos sociais que o controlam uma superioridade imensa sobre o resto da população. O indivíduo se vê completamente anulado em face dos poderes econômicos. Ao mesmo tempo, estes elevam o poder da sociedade sobre a natureza a um nível jamais imaginado. Desaparecendo diante do aparelho ao qual serve, o indivíduo, se vê melhor do que provido por ele. Numa situação injusta, a impotência e a dirigibilidade da massa

umentam com a quantidade de bens a ela destinados. A elevação do padrão de vida das classes inferiores, materialmente considerável e socialmente lastimável, reflete-se na difusão hipócrita do espírito. (ADORNO; HORKHEIMER, 1969, p. 14).

Talvez, iludidos com um breve período no qual o capitalismo parecia melhorar o padrão de vida do proletariado, os autores desviaram o interesse da economia para a barbárie no pensamento, mesmo assim percebem o risco de regressão social e econômica em função das crises capitalistas, tendo como pano de fundo o próprio fascismo. No que interessa para o nosso tema, vemos que há um raciocínio semelhante ao de Marx, pois os autores também observam como o desenvolvimento das forças produtivas subordinado à burguesia pode reconduzir a humanidade ao seu estado de natureza.

Marx (2000; 1975; 2012; 2015; 2019) havia observado o predomínio da humanidade sobre a natureza em função do amplo desenvolvimento material e científico, mas já indicava também o seu contrário, qual seja o desencadear de forças destrutivas com potência inédita. Mas, a este crescente de destruição decorrente das amarras das relações de produção burguesas, ele opunha o socialismo, que nos seus textos aparecia num horizonte muito próximo. Já os dois últimos autores citados não perscrutam um futuro com soluções, atestavam um presente sombrio no qual a dominação plena do capital levaria a uma derrocada da sociedade.

No âmbito da promessa de um mundo sem medo, o esclarecimento teria por meta o domínio da natureza e a superação de todos os mitos, desde a narrativa de Ulisses, que consegue controlar a natureza passando inalterado aos seus encantos e terrores até o empirismo científico moderno e o racionalismo. Esse percurso realizado no intuito de projetar a subjetividade humana sobre a natureza, de expurgar o medo do que é estranho ao humano, seria também comum ao mito, pois nele estaria presente “relatar, denominar, dizer a origem, mas também expor, fixar, explicar” (ADORNO; HORKHEIMER, 1969, p. 2). No entanto, o esclarecimento avançou no sentido de busca de um controle objetivo da natureza, dessa forma, o “mito torna-se esclarecimento, e a natureza em mera objetividade” (ADORNO; HORKHEIMER, 1969, p. 2). O conhecer implica em manipular a natureza, mas seguindo um caminho distinto ao do mito, a ciência não reconhece a sua pretensão de dominação e manipulação da natureza. O método científico assim afasta-se da mimese e busca apreender de modo abstrato o conteúdo da natureza enquanto objeto. Desse modo, os autores concebem a abstração científica com um afastamento da própria realidade empírica que todas as ciências se arrogam a apreender:

A abstração, que é um instrumento do esclarecimento, comporta-se com seus objetos do mesmo modo que o destino, cujo conceito é por ele eliminado, ou seja, ele se comporta como um processo de liquidação. Sob o domínio nivelador do abstrato, que transforma todas as coisas na natureza em algo de reproduzível, e da indústria, para qual esse domínio do abstrato, que transforma todas as coisas da natureza em algo reproduzível, os próprios liberados acabaram por se transformar naquele destacamento que Hegel designou como resultado do esclarecimento. A distância do sujeito com relação ao objeto, que é o pressuposto da abstração, está fundada na distinção em relação à coisa, que o senhor conquista através do dominado. (ADORNO; HORKHEIMER, 1969, p. 27-28).

Mais grave ainda seria o resultado desta dominação, pois para os autores estaríamos diante de uma situação na qual os homens teriam alienado a natureza de si mesmos, vendo-a como objetividade que lhe é externa, na medida em que construíram uma sociedade racional, subtraindo poder da natureza.

Essa aparência, na qual se perde a humanidade inteiramente esclarecida, não pode ser dissipada pelo pensamento que tem de escolher, enquanto órgão da dominação, entre o comando e a obediência. Incapaz de escapar ao envolvimento que o mantém preso à pré-história, ele consegue, no entanto, reconhecer na lógica da alternativa, da consequência e da antinomia, com a qual se emancipou radicalmente da natureza, a própria natureza, reconciliada e alienada de si mesma. O pensamento, cujos mecanismos de compulsão refletem e prolongam a natureza, também se refletem a si mesmo, em virtude justamente de sua consequência inelutável, como a própria natureza esquecida de si mesma, com um mecanismo de compulsão. É verdade que a representação é só um instrumento. Pensando, os homens distanciam da natureza a fim de torná-la presente de modo a ser dominada. Semelhante à coisa, à ferramenta material - que pegamos e conservamos em diferentes situações como a mesma, destacando assim o mundo como o caótico, multifário, disparatado do conhecido, uno, idêntico - o conceito é a ferramenta ideal que se encaixa nas coisas pelo lado por onde se pode pegá-la. (ADORNO; HORKHEIMER, 1969, p. 49-50).

A alienação da natureza, portanto, seria ampliada na mesma proporção do progresso do conhecimento científico e tecnológico, que a vê como coisa inerte, com características que lhes permitem ampliar a própria produtividade do trabalho. A crítica ao produtivismo que subordina a natureza à possibilidade de aumento constante da produtividade do trabalho não se limitaria à sociedade capitalista, pois os autores atentam para uma interpretação do marxismo que permitiria manter o paradigma do esclarecimento:

[...] Reconhecer, porém, a presença da dominação dentro do próprio pensamento como natureza não reconciliada seria um meio de afrouxar essa necessidade que o próprio socialismo veio a confirmar precipitadamente como algo de eterno, fazendo assim uma concessão ao common sense reacionário. Ao fazer da necessidade, para todos sempre, a base e ao depravar o espírito de maneira tipicamente idealista como ápice, ele se agarrou com excessiva rigidez a herança da filosofia burguesa. Assim, a relação da necessidade com o Reino da Liberdade permaneceria meramente quantitativa, mecânica, e a natureza - colocada como algo inteiramente alheio estranho, como ocorre na primeira mitologia - tornar-se-ia totalitária e absorveria a liberdade juntamente com o socialismo. (ADORNO; HORKHEIMER, 1969, p. 51).

Não sabemos se essa crítica é dirigida apenas à social-democracia e ao socialismo burocrático ou até que ponto se dirige ao próprio Marx por ter acentuado a reconciliação com a natureza a partir do fim do reino da necessidade, de certa forma preservando a herança hegeliana. A nosso ver, seria mais apropriado limitá-la ao arcabouço das modificações que a teoria de Marx sofreu no século XX e, sobretudo, a pressa em imaginar-se em uma sociedade desenvolvida materialmente e, portanto, livre das limitações do reino da necessidade. O destaque dessas observações reside no fato dos autores irem para além das corriqueiras justificativas tanto do desenvolvimento nos países capitalistas quanto em países que estiveram subordinados ao socialismo burocrático, pondo em questão a capacidade do crescimento econômico e o progresso técnico, deixados à sua própria sorte, resolverem problemas da sociedade e reconciliá-la com a natureza.

Tais questões postas pelos dois autores será retomada por Horkheimer no *Eclipse da razão* (1976), e nele podemos visualizar algumas singularidades quanto à relação homem/natureza. Neste livro as noções de razão instrumental e subordinação do homem à natureza como o paradoxo da própria razão burguesa reaparecem na crítica e emergência de uma barbárie contemporânea. Na perspectiva do filósofo alemão, o indivíduo não se percebe enquanto natureza, porque faz parte de uma “razão formalizadora” (HORKHEIMER, 1976, p. 118) na qual a dominação externa sobre todas as outras coisas que não são da espécie humana é a razão de ser do desenvolvimento social. Nesse raciocínio estabelecido pelo autor, ocorre um desprendimento da ideia do eu – não sendo mais o indivíduo uma unidade – no sentido natural, portanto, predominando a lógica racional.

A moderna insensibilidade para com a natureza é de fato apenas uma variação da atitude pragmática que é típica da civilização ocidental como

um todo. As formas são diferentes. Os antigos caçadores viam nos campos e nas montanhas apenas a perspectiva de uma boa caçada; os homens de negócios modernos veem na paisagem uma oportunidade para a colocação de cartazes de cigarros. O destino dos animais em nosso mundo é simbolizado por uma notícia publicada nos jornais alguns anos atrás. A reportagem relatava que as aterrissagens de aviões na África eram frequentemente embaraçadas por hordas de elefantes e outros animais selvagens. Nessa notícia os animais são considerados simplesmente como obstrutores do tráfego. Essa mentalidade do homem como senhor da natureza pode ser localizada em uma origem nos primeiros capítulos de Gênese. Os poucos preceitos em favor dos animais que encontramos na Bíblia foram interpretados por destacados pensadores religiosos, como São Paulo, Tomás Aquino e Lutero, como algo relativo à educação moral do homem, e de modo nenhum ligados a qualquer obrigação do homem em relação a outras criaturas. (HORKHEIMER, 1976, p. 115).

Aqui, o autor chama atenção para a mudança da civilização moderna no contato com o meio natural, o que antes era visto a partir de uma interação harmônica, é alterado na modernidade, necessariamente, de acordo com a técnica e o progresso. Nessa interpretação podemos visualizar a força exercida pela razão em relação à natureza e o modo como o indivíduo compreende a função dos elementos naturais. A questão do meio ambiente, colocada por Horkheimer (1976), está preocupada em analisar o distanciamento e a conseqüente separação produzida pela racionalização da vida social, porque não é mais necessário entender-se enquanto parte da natureza, mas desconectar-se dessa correlação ao ponto de utilizar seus recursos buscando construir um mundo cada vez mais racional.

É possível perceber na afirmação de Horkheimer (1976) uma tentativa de evocar a temática religiosa – da criação da humanidade – para destacar que, desde os primórdios, o sujeito já tinha a mentalidade de domínio sobre a natureza. Dessa forma, estabelecendo uma independência do conjunto dos outros animais e atributos naturais existentes no universo. Assim, o avanço da razão estava presente desde o início do mundo bíblico, entretanto:

[...] Todavia, a filosofia que há por trás disso, a idéia de que a razão, a mais alta faculdade humana, se relaciona exclusivamente com instrumento, ou melhor, é um simples instrumento em si mesma, é formulada mais claramente e aceita mais geralmente hoje do que jamais o foi outrora. O princípio de dominação tornou-se o ídolo ao qual tudo é sacrificado. A história dos esforços humanos para subjugar a natureza é também a história da subjugação do homem pelo homem. (HORKHEIMER, 1976, p. 116).

A natureza aparece na compreensão do autor a partir da interpretação da razão e da maneira como a racionalidade se desenvolveu ao longo da histó-

ria. Com isso, ao pensar sobre a instrumentalização da sociedade e da atividade humana, as questões em torno do domínio sobre a natureza são fundamentais aos olhos do teórico. Nessa leitura, a capacidade racional do ser humano é colocada como uma espécie de domínio sobre tudo, ou seja, os elementos presentes no meio ambiente apenas são instrumentos para um desenvolvimento técnico e tecnológico elaborado pela humanidade.

Agora, a natureza passa a ser uma forma de representação da razão instrumental, ou seja, a condição da sua existência enquanto uma forma específica de vida não é mais em si um elemento de desenvolvimento natural, mas um objeto racionalizado pelas ações humanas. Isso quer dizer que as múltiplas formas de atividades presentes no conjunto da natureza são extraídas e utilizadas pela humanidade com o intuito de reprodução social, a qual está baseada no valor. Então, a racionalização do mundo objetivo passa a ser instrumento fundamental na relação entre os sujeitos e as formas de vida não humanas.

Assim, observa-se, portanto, que a instrumentalização da vida social através do usufruto dos elementos da natureza não está condicionada na responsabilidade mútua, mas em um domínio científico a partir de um ideal de progresso. Ora, essa contribuição de Horkheimer (1976) – ao pensar a natureza como elemento de domínio pela razão – proporciona entender o avanço desenfreado da ciência e do estilo de vida adotado pela industrialização. Desse modo:

[...] a natureza é hoje mais do que nunca concebida como um simples instrumento do homem. É objeto de uma total exploração, que não tem objetivo estabelecido pela razão, e, portanto, não tem limite. O domínio da espécie humana sobre a Terra não tem paralelo naquelas outras épocas da história natural em que outras espécies animais representavam as formas mais altas de desenvolvimento orgânico. Seus apetites eram limitados pelas necessidades de existência física. Na verdade, a avidez do homem para estender o seu poder em duas infinitudes, o microcosmo e o universo, não emerge diretamente da sua própria natureza, mas da estrutura da sociedade. Assim como os ataques das nações imperialistas ao resto do mundo devem ser explicadas na base de suas lutas internas e não em termos do seu caráter nacional, o ataque totalitário da espécie humana em relação a tudo que se exclui dela mesma deriva mais das relações inter-humanas do que de qualidades inatas do homem. O conflito entre homens na guerra e na paz é a chave da insaciabilidade da espécie e das atitudes práticas resultantes disso, bem como das categorias e métodos da inteligência científica nos quais a natureza aparece cada vez mais sob o aspecto de sua exploração eficaz. Essa forma de percepção determinou também o modo pelo qual os seres humanos se concebem reciprocamente nas suas relações eco-

nômicas e políticas. Os padrões da visão da natureza pela humanidade refletem e determinam em definitivo a representação dos humanos na mente humana e eliminam a última finalidade objetiva que poderia motivar o processo. (HORKHEIMER, 1976, p. 119-120).

Não resta dúvida de que a natureza é compreendida por Horkheimer (1976) como antagonista do indivíduo e importante fonte de recursos econômicos para o fortalecimento e contínuo desenvolvimento das forças produtivas. Não podemos deixar de acentuar a simbiose que o autor constrói ao destacar a razão humana e a presença da natureza como dois elementos contrastantes e ao mesmo tempo são um só, mas nessa interação somente um lado produz devastação e constantes crises ecológicas. A racionalização do meio ambiente está diretamente relacionada a dificuldade da humanidade em compreender o movimento da natureza, o qual tem em seus diversos ciclos orgânicos a sua fonte de manutenção, portanto, se desestabilizados produzem catástrofes em múltiplos níveis.

O domínio da natureza, explicado por Horkheimer (1976), não comporta somente a apreensão das matérias-primas do meio ambiente almejando a sua reprodução social em larga escala, mas a completa dissociação entre a razão humana e a natureza. Essa é a discussão elementar e não é possível pensar a atividade socioambiental sem levantar, talvez, esse que é o ponto mais importante em sua análise. Sobretudo, a dominação dos elementos naturais é também a condição de controle entre os sujeitos, os quais são representados como parte dessa engrenagem técnica. Então, a racionalidade é concebida figurando a ideia de um “futuro melhor”: aparelhos tecnológicos sofisticados; facilidade na comunicação entre as instituições e as pessoas etc., porém, a instrumentalização destes novos mecanismos é parte da destruição dos componentes ecológicos, pois sem eles não há existência material do “progresso”.

Em sua obra mais significativa, *Para além do capital*, Mézaros (2002), dentre outros temas relevantes para entender a crise do capital e do próprio movimento socialista, aborda questões relativas às forças destrutivas do capital contemporaneamente e afirma a necessidade de conceber os seres humanos como parte da própria natureza, retomando assim a compreensão apresentada nos *Manuscritos* (2000). Destaca-se, dentre outros pontos, nessa abordagem a atualização da capacidade destrutiva do capital, a percepção de como a superprodução capitalista está na origem do esgotamento dos recursos naturais, a crítica ao ecologismo “ingênuo” e, por fim, a sua proposição de superação radical do sociometabolismo capitalista como única possibilidade de pôr fim aos riscos que sofre a humanidade sob o controle do capital. Esboçamos abaixo como o

autor desenvolve seus argumentos sobre o que consideramos como a crise ambiental e a questão ecológica nos nossos dias.

Para Mészáros (2002), haveria uma contradição imanente entre a natureza do capital e a necessidade de controle racional dos recursos da natureza. O caráter expansionista do capital decorrente da sua necessidade de acumulação ilimitada seria a origem dessa contradição, que é impossível de ser solucionada sob a égide do modo de produção capitalista:

O impulso expansionista cego do sistema do capital é incorrigível, porque não pode renunciar a sua própria natureza e adotar práticas produtivas compatíveis com a necessidade de restrição racional em escala global. Praticando uma restrição racional abrangente, o capital de fato reprimiria o aspecto mais dinâmico de seu modo de funcionamento, cometendo o suicídio como um sistema de controle sóciometabólico historicamente único. Esta é uma das principais razões porque a ideia de um 'governo mundial' globalmente racional e consensualmente limitador baseado no sistema do capital - é uma contradição gritante. (MÉSZÁROS, 2002, p. 259).

Analisando a lógica reprodutiva do capital, o autor observa que os recursos naturais (renováveis e não renováveis) são explorados de forma predatória e ao lado deles encontra-se o “desperdício em escala monumental e seu corolário fatal dessa maneira alienada de se relacionar com a necessidade humana individual” (MÉSZÁROS, 2002, p. 260). Além das carências primárias básicas da espécie, o capital acrescentou outras (artificiais ou não) que tornam impossíveis a autolimitação da produção, pois essa na interrupção ou queda acentua a “realização” e “valorização” do capital. Dentre as características apontadas por Mészáros (2002), encontra-se a permanência da hierarquização do controle da produção e distribuição, o autor acentua, tal como Marx já o fizera, que a produção é coletiva e a apropriação individual e hierárquica, realizada de forma discriminatória na sociedade.

O expansionismo do capital aliado às suas práticas de produção e consumo tornaria impossível a aplicação de medidas remediadoras propostas pelos discursos ambientalistas, considerados por Mészáros (2002) como ingênuos, pois preveem um sistema racional, capaz de controlar os recursos humanos e materiais sob a égide do atual modo de produção. Esses discursos partiriam de uma visão simplificada, personificada do capital, propondo soluções tópicas para os indivíduos envolvidos em determinadas situações limites. Contrapondo-se a essa visão individualizadora de solução para o sociometabolismo do capital, o autor afirma:

Portanto, as pessoas preocupadas com o ambiente perderam a batalha para a racionalidade e restrição legítima da economia antes mesmo dela começar, se sua meta não envolver a mudança radical dos parâmetros estruturais do próprio sistema capitalista. Em si, o fato de que, na forma da ameaça de destruir as condições fundamentais da reprodução sócio metabólica, um dos limites absolutos do capital esteja sendo ativado não é nada estimulante. Tudo depende do sucesso ou fracasso em complementarmos no futuro possível as condições sociais inevitáveis de reprodução global (hoje seriamente deturpadas) com o modo de produção e controle inerentemente social em todos os níveis do processo da reprodução social - em outras palavras: um modo de cooperação abrangente sua constituição interna. (MÉSZAROS, 2002, p. 259).

Mészáros (2002) observa o equívoco de imaginar-se um crescimento constante da base material do capital de modo a satisfazer todas as necessidades humanas numa sociedade de abundância e abandonar, de forma definitiva, a escassez, tal como Marx previra para a sociedade comunista. Os social-democratas teriam retomado esta perspectiva como possível de realização sob a própria sociedade capitalista no final do século XIX e início do século XX. Segundo ele:

Enquanto Marx ainda vivia, antes, portanto, que se completasse a distributividade incorrigível dos acontecimentos atuais, talvez houvesse algum fundamento para essa conclusão. No entanto, mesmo naquela época, era uma convicção discutível que se deveria limitar energeticamente concentrando-se atenção nas forças e tendências compensadoras inerentes ao modo de funcionamento do capital. (MÉSZAROS, 2002, p. 264).

Aproximando-se de críticas já apresentadas pelos frankfurtianos, o autor observa que a ciência e a tecnologia não seriam antídotos a essa destruição, pois estes se encontravam profundamente “incrustados nas determinações que hoje prevalecem na produção, por meio dos quais o capital impõe à sociedade as condições materiais de sua existência instável” (MÉSZAROS, 2002, p. 265). Temos, portanto, um elemento novo na discussão marxista e que como veremos será compartilhada por outros autores contemporâneos: a promessa do fim do reino da escassez não é mais plausível, dado o grau de destrutividade alcançado pelo capital, a regulação social da produção sob uma sociedade socialista precisaria, necessariamente, limitar parte das necessidades que foram criadas pelo capital. Isto não implicaria na tese de que algumas tendências ambientalistas defendem o decréscimo das forças produtivas, mas em sua reorientação visando limitar a destruição do meio ambiente. Ao lado desse argumento, encontra-se a percepção de que a destruição produtiva perdeu seu caráter criativo, visto em momentos anteriores do desenvolvimento capitalista:

Outrora os defensores do sistema do capital podiam louvar com certa justificativa seu poder de 'destruição produtiva', inseparável da dinâmica positiva do progresso. Essa visão estava muito bem alinhada com o constante aumento da escala de operação do capital, verdadeiramente uma forma de destruição produtiva. A invasão pelo capital de tudo o que poderia ser invadido ou usurpado, ou seja, antes que o sistema tivesse de superar a si mesmo da maneira que já examinamos - deu sustentação à ideia da 'destruição produtiva', ainda que sempre mais problemática conforme aumentava a escala. [...] Historicamente passamos da prática de 'destruição produtiva' da reprodução capital para uma fase em que o aspecto predominante é o da produção destrutiva cada vez maior e mais irremediável. (MÉSZAROS, 2002, p. 267).

A lucidez do autor reside em observar como as forças destrutivas estariam incorporadas ao próprio processo de produção capitalista e escapariam a essa sociedade. Em função da sua estrutura de classes e dos interesses privados sobrepostos aos interesses coletivos, estaria descartada a possibilidade de controlar a produção de forma planejada, único mecanismo capaz de pôr um freio à destruição ecológica e à própria sociedade. Sobretudo, devido ao fato de não termos condições de satisfazer, de modo ilimitado, à todas as necessidades materiais, em particular aquelas criadas pelo capital estabelecendo nichos de consumo de massas e de consumo de luxo. No entanto, quando trata especificamente da crise ecológica, Mézaros (2002) mantém-se na crítica à ingenuidade dos ambientalistas e aponta apenas soluções finais envolvendo a passagem da ordem social atual para a ordem socialista. Arriscamos a dizer que a dimensão destrutiva dessa crise não é plenamente percebida por Mézaros (2002). Ainda que nos pareça louvável a sua perspectiva, segundo a qual não seria mais possível, mesmo em uma sociedade socialista, garantir a satisfação de todas as necessidades humanas, pois isto acarretaria a exaustão dos recursos do planeta.

O menosprezo pelos ecologistas aparece de modo mais nítido na sua percepção sobre a emergência do discurso de defesa da natureza. Tal discurso seria consequência das derrotas militares e tecnológicas dos EUA nas últimas décadas.

O Deus que falhou, na imagem da onipotência tecnológica, e agora recomposto é novamente apresentado sobre o disfarce do 'interesse ecológico' universal. Há 10 anos a ecologia podia ser tranquilamente ignorada ou desqualificada como totalmente irrelevante. Atualmente, ela é obrigada a ser grotescamente desfigurada. Exagerada unilateralmente para que as pessoas - possam ser, com sucesso, desviadas dos candentes problemas sociais e políti-

cos. Africanos, asiáticos e latino-americanos especialmente estes últimos não devem se multiplicar como bem lhes aprouver - nem mesmo de acordo com a vontade de Deus, caso sejam apostólicos romanos -, dado que o desequilíbrio demográfico poderia resultar em tensões 'ecológicas intoleráveis'. (MÉSZAROS, 2002, p. 987).

Assim, o autor identifica um engodo no discurso ecológico que remonta aos anos 1970 e 1980 do século XX vinculado à perspectiva do controle demográfico, talvez não seja necessário acentuar que atualmente esse discurso é amplamente ultrapassado, sobretudo pela queda das taxas de crescimento demográfico nas duas últimas décadas na Europa e nas Américas. O atual discurso ecológico não parte de tais considerações de ordem demográfica neomalthusianas, preocupa-se muito mais com as formas e modos de explorar os recursos naturais. Sem dúvida, Mézaros (2002) está correto quando observa a contradição entre o discurso militante, as práticas dos agentes capitalistas, e os limites para se alterar o modo de produzir sem a ruptura com as relações sociais de produção dominantes. No entanto, não parece correto menosprezar como um todo as diversas acepções ecológicas que nos alertam para a profunda crise ambiental na qual estamos imersos. Observa-se que ele não nega a crise ecológica, chega a afirmar que “o problema da ecologia é real já algum tempo, ainda que, evidentemente, por razões inerentes a necessidade do crescimento capitalista, poucos tenham dado alguma atenção a ela” (MÉSZAROS, 2002, p. 90).

Mas, retornando ao seu ceticismo quanto às medidas necessárias para barrar a crise ecológica, Mézaros (2002) critica os ambientalistas quando defendem a coletivização dos custos para a despoluição da natureza, pois seria “sempre a comunidade dos produtores que cobre os custos de tudo” (MÉSZAROS, 2002, p. 988). Os que defendem essa coletivização dos custos não perceberiam que dado o controle social alienado, a maioria da população não teria como “arcar com tais custos”.

Se a solução definitiva para o impasse ecológico está bastante caracterizada, pois o autor reafirma que só uma sociedade na qual os meios de produção e distribuição sejam efetivamente coletivos, com a extinção da propriedade privada, permitiria estabelecer uma nova forma de controle sobre o meio ambiente, ainda restam dois problemas na sua abordagem. O primeiro diz respeito à manutenção da esperança iluminista, segundo o qual a racionalidade humana poderá, com o auxílio da ciência e da tecnologia, estabelecer, de fato, um controle eficiente sobre as forças da natureza, parafraseando Adorno e Horkheimer (1969), ainda estaríamos sucumbidos ao mito esconjurado pelo Iluminismo. O segundo reside no fato de não se identificar um percurso de luta socioecológi-

ca entre o momento atual e uma possível sociedade socialista, lembramos que mesmo em direção distinta, no passado Trotski (1978) observou que entre um momento de luta revolucionária e outro é necessário estabelecer-se um programa de transição. Só um programa com propostas que unificassem o programa mínimo (medidas anteriormente defendidas pelo reformismo) e o programa máximo (a própria revolução socialista) poderiam conduzir ao enfrentamento da ordem capitalista e do burocratismo.

No momento atual, combater a deterioração das condições ambientais exige não apenas apontar para a falência do modo de produção e a necessidade de outra sociedade, mas identificar quais as ações que vão nesta direção e auxiliam em pôr um freio à reprodução ampliada do capitalismo. Nestas circunstâncias, os ambientalistas não podem ser vistos como ingênuos, mas como aliados na luta contra a crise ecológica. Isso não significaria subordinar-se às apropriações da ideologia dominante, ao contrário, apontar para seus limites, nos tirar da passividade quanto à luta imediata. Mesmo não sendo o objetivo de Mézaros (2002), podemos visualizar como consequência de sua posição uma espécie de “atentismo”, passividade na luta imediata, na espera da revolução social, pois, seguindo os argumentos do autor, esta espera pode custar muito à sociedade, sobretudo dada a insuficiente mobilização do proletariado para a realização de uma revolução nas últimas décadas.

A CRÍTICA AO AMBIENTALISMO DE HARVEY E A PERSPECTIVA ECOSOCIALISTA DE LOWY

Seguindo uma linha similar a de Mézaros (2002), Harvey (2016) aponta para questões ecológicas, ainda que minimizando suas consequências para o planeta. Em livro no qual apresenta dezessete contradições do capitalismo, no décimo sexto ele discorre sobre a contradição capital/natureza e a crítica ao que poderíamos considerar como alarmismo quanto a uma crise iminente e generalizada do meio ambiente. Reconhecendo que existe de fato uma pressão ambiental atribuída ao crescimento exponencial da população, o autor dúvida da plausibilidade dessa tese e elenca seus motivos:

Em primeiro lugar, o capital tem uma longa história de sucesso na resolução de seus problemas ambientais, não importa que se refiram ao uso dos recursos ‘naturais’, à capacidade de absorver os poluentes ou enfrentar a degradação do *habitat*, a perda da biodiversidade, a qualidade cada vez pior do ar, da água e da Terra etc. Vistas em retrospecto, as velhas previ-

sões de que a civilização e o capitalismo teriam um fim apocalíptico, parece insensatas. (HARVEY, 2016, p. 229).

No seu primeiro contra-argumento à crise ambiental relacionada ao crescimento populacional, o autor observa que a tese malthusiana segundo a qual a população cresceria em progressão geométrica e a produção de alimentos em progressão aritmética não teria sido realizada, portanto, como não tivemos uma escassez em termos de provimento das necessidades básicas, para Harvey (2016) devemos permanecer céticos quanto à possibilidade de uma catástrofe iminente. Um segundo argumento contrário à crise iminente residiria no fato de a própria natureza encontrar-se interiorizada no movimento do capital. Aqui o autor superestima o capital e a própria tecnologia, pois partindo do fato do capital manipular a produção de alimentos e até mesmo o plantio, colheita e os recursos naturais, todos os meios de produção deveriam ser considerados sob a ótica capitalista como agentes da acumulação do capital. Vai mais longe admitindo que o próprio fluxo monetário poderia ser entendido como variável tecnológica. Dessa forma, todos os problemas relativos à produção de alimentos subordinados ao modo de produção capitalista poderiam ser resolvidos tecnologicamente. Logo, não caberia aqui a tese da “dominação da natureza”, pois seria um equívoco “do pensamento cartesiano de pensar capital e natureza como entes separados.” Dessa forma, para Harvey (2016, p. 230), o capital teria absorvido a natureza: “O Capital como um sistema ecológico em constante funcionamento e evolução” – no qual natureza e capital são constantemente produzidos e reproduzidos.

O terceiro ponto acentuado por Harvey (2016) diz respeito ao fato de a própria questão ambiental ter-se tornado um grande negócio para o próprio capital. Dessa forma, para Harvey (2016), o lucro seria o elemento definidor da ecologia: “todos os projetos ecológicos e ambientais são projetos socioeconômicos (e vice-versa). Sendo assim, tudo depende dos projetos socioeconômicos e ecológicos: bem-estar das pessoas ou taxa de lucro?” (HARVEY, 2016, p. 21). Se, por um lado, o autor observa corretamente uma das facetas da apropriação do discurso e das práticas ambientalistas pelo capital, isto é, o fato de grandes empresas disfarçarem seus lucros utilizando-se de um discurso aparentemente voltado para a melhoria de vida dos indivíduos. Por outro, parece não ver que mesmo essa apropriação é decorrente de uma luta social que impõe, a contragosto, limites ao próprio capital.

Um quarto argumento alerta para o fato do capital poder operar e reproduzir-se mesmo em situação de catástrofe ambiental.

Desastres ambientais criam oportunidades abundantes para um capital do desastre lucrar com a prodigalidade. Não necessariamente a morte por inanição de pessoas expostas e vulneráveis e a destruição generalizada de *hábitus* prejudicarão o capital (a não ser que provoquem rebelião e revolução), justamente porque grande parte da população mundial já se tornou redundante e descartável. (HARVEY, 2016, p. 232).

O autor refere-se aqui ao fato de existirem empresas que lucram com os desastres ambientais. No entanto, por mais que existam situações de desastres provocadas de modo direto pelo capital (como morte por resíduos tóxicos assinalados pelo autor), é necessário observar que os desastres ambientais não podem ser generalizados como resultado imediato de ações locais decorrentes da expansão do capital (a exemplo do degelo nos polos) e nem sempre o capital poderá auferir lucros com acidentes em grande escala – mesmo aqueles provocados por sua expansão. Logo, a argumentação quanto ao capitalismo enquanto gestor de tragédias ambientais apenas em parte pode ser aceita, pois estamos diante de situações que podem ultrapassar a possibilidade de controle e mesmo de lucro para o capital.

Assim, para Harvey (2016), a natureza seria para o capital apenas uma reserva de recursos a ser apropriado, portanto o capital torna-se proprietário da natureza, e o controle dos rentistas sobre tais recursos levaria cada vez mais aos monopólios da natureza, vista como monopolizada e uma “mercadoria reificada”. Aqui o autor, após caracterizar esse modo de lidar com a natureza, arrisca uma reflexão sobre o ambientalismo:

Contestar esse fato seria contestar o funcionamento do capitalismo e negar aplicabilidade da racionalidade econômica do capital à vida social. É por isso que o movimento ecológico, quando vai além de uma política meramente cosmética ou de melhoria, deve ser anticapitalista. O conceito de natureza que sustenta várias filosofias ambientalistas opõe-se radicalmente àquele que o capital tem de impor para se reproduzir. O movimento ambientalista, aliado a outros movimentos, poderia ser uma ameaça séria à reprodução do capital, mas até abaixo dos ambientalistas, por diversas razões, não avançou muito nessa direção. Muitas vezes eles preferem ignorar a ecologia que o capital está construindo e se prendem a questões que podem ser separadas da dinâmica central do capital. (HARVEY, 2016, p. 234).

Desta forma, visualizamos que um dos riscos apontados por Harvey (2016) seria do próprio capital visto sob o manto da responsabilidade ambiental dominar os discursos ecológicos e tentar resolver a contradição em nome dos seus próprios interesses. Ele reconhece que a pressão do capital para se apropriar de todos os aspectos do mundo, vivido em função de manter seu cresci-

mento exponencial contínuo, implica em uma degradação progressiva do meio ambiente. Admite até situações apocalípticas de modo localizado, mas que poderiam “[...] facilmente ser absorvidos pelo capital, uma vez que o ‘predatório’ capitalismo de desastre está sempre disposto a reagir” (HARVEY, 2016, p. 236). Dessa forma, mesmo os desastres ambientais seriam incorporados à reprodução capitalista, gerando situações lucrativas. Novamente, mesmo reconhecendo que os problemas ambientais ganharam dimensão global, o autor demonstra desprezo pelas iniciativas internacionais, pois “não levam a lugar nenhum”. Logo, o capital não encontraria barreiras na natureza para resolver esses problemas, esses seriam inteiramente de ordem política, econômica e ideológica. O exemplo de Harvey com a mudança climática é sugestivo de sua apreciação:

No caso da mudança climática, por exemplo, o problema não é que não sabemos o que está acontecendo, ou que não sabemos o que fazer (por mais complicado que pareça) em termos amplos. O problema é a arrogância e os interesses particulares de certas facções do capital (e de certos governos e aparelhos de Estado capitalistas), que tem o poder de contestar, atrapalhar e evitar ações que ameçam seus lucros, sua competitividade e seu poder econômico. (HARVEY, 2016, p. 237).

A dúvida quanto à destruição em escala global permanece na argumentação do autor ao afirmar: “a existência de práticas destrutivas em um lugar não significa necessariamente que existe práticas semelhantes em outro lugar” (HARVEY, 2016, p. 238). Por outro lado, não teríamos condições de avaliar o grau de depreação ambiental tornando muito difícil um juízo cabal sobre as questões socioecológicas.

Mesmo diante das catástrofes ambientais o autor afirma:

[...] a postura geral que parece prudente agora diante dessas ressalvas é a seguinte: não há nada de natural nos chamados desastres naturais, e a humanidade sabe o suficiente para atenuar ou controlar a ameaça da maioria das catástrofes ambientais (ainda que não de todas). (HARVEY, 2016, p. 239).

Expectativa semelhante adotada quanto a um possível colapso ambiental, pois considera que os estudos existentes não apontariam para isso, dessa forma, os alertas em relação a escassez de água e energia são menosprezados, pois o autor vê condições tecnológicas para resolvê-las. Retomando Adorno e Horkheimer, o autor assim define a necessidade da luta atual em prol do meio ambiente, cumprindo a promessa da própria natureza humana em rebelar-se contra a desumanização provocada pelo capital. Se em termos concordamos com essa argumentação, parece-nos, entretanto, demasiadamente abstrata diante da dimensão da crise atual. O autor subestima os eventos extremos

na natureza, a escassez que poderá estar para além do capital, o aquecimento global que avança celeremente e até mesmo os riscos de doenças epidêmicas atingirem a humanidade. Por isso, um cientista social que se predispôs a compreender os riscos ecológicos, a nosso ver, deveria ir adiante da identificação de uma ecologia capitalista, observando as iniciativas de movimentos ambientalistas e os avanços científicos na área das ciências naturais para ter condições de identificar as lutas sociais e suas contribuições para barrar o comportamento predatório do capitalismo. Por fim, nos parece que enquanto marxista ausenta-se desta análise o papel da luta de classes, contemporaneamente ela deve ser buscada em todos os atos de resistência, denúncias e exigências de leis regulatórias. Também é necessário avaliar amiúde como estes atos têm ou não posto um freio à destruição generalizada. Ao pensar a ecologia apenas como subordinada à lógica do capital, isto talvez nos impeça de pensar e agir por outra ecologia.

Em caminho distinto dos teóricos já citados, porém, resgatando alguns elementos presentes nos estudos desses clássicos sobre a natureza, Lowy (2014) propõe o *ecossocialismo* como uma perspectiva de transformação radical da sociedade de economia capitalista. Nesse sentido, a modificação das relações socioeconômicas e políticas seriam integrantes de uma crítica marxiana ao capitalismo, ou seja, não haveria possibilidade de mudar as relações de produção a não ser pela compreensão profunda das estruturas sociais. Essa mudança radical só seria possível a partir dos pressupostos teóricos e práticos do marxismo.

Partindo dessa concepção, Lowy observa que a questão ecológica já estava presente em Marx e Engels, porém de forma incipiente e pouco desenvolvida, como também já vimos no presente texto, tanto nos *Manuscritos econômicos-filosóficos* (2000) como em *O Capital* (2019) que já se encontrava o debate teórico sobre a natureza. Lowy alerta para a crítica de Marx à devastação das florestas decorrente da expansão da agricultura capitalista. Além disso, observa que Engels referiu-se à destruição das florestas cubanas e de grandes produções de café na Espanha, registrando ainda um processo de desertificação do solo, causado pela atuação predatória do modo de produção capitalista. A problemática da poluição ambiental, encontraria também registro na obra de Engels, *A condição da classe operária inglesa* (1844), quando descreve as condições de insalubridade dos bairros proletários devido à acumulação de dejetos e resíduos das indústrias nos rios e nas ruas (LOWY, 2014).

Entretanto, tanto as observações de Marx quanto as descrições de Engels ainda seriam insuficientes para a apreensão da complexidade da questão ambiental. Por isso, Lowy repensa a partir de Benjamin temáticas de ordem ecológica, como as que estão presentes na obra *Senso único*, escrita no início do

séc. XX, quando o autor afirma que o domínio do capital sobre a natureza era uma espécie de “ensinamento imperialista” (LOWY, 2014).

Tendo como ponto de referência o alcance do capital em todas as suas dimensões, ele percebe que não bastaria a realização de reformas parciais no sistema de trocas para gerar uma mudança civilizatória, nem mesmo apenas o redirecionamento tecnológico do uso de fontes de energia. O primeiro passo para essa modificação civilizacional é o controle dos meios de produção retirado das grandes empresas capitalistas e dos bancos, portanto, tornando-os administrados de acordo com o bem comum da sociedade. Logo, é fundamental a alteração na lógica de consumo, mas não a pregada pelos ecologistas em geral baseada na diminuição dos excessos consumistas e, sim, na metamorfose do consumo fundado na ostentação, alienação mercantil, no desperdício desenfreado e na obsessão acumuladora (LOWY, 2014). Ademais, o autor aponta:

Uma reorganização de conjunto do modo de produção e de consumo é necessária, fundada em critérios *exteriores ao mercado capitalista*: as necessidades reais da população (não necessariamente ‘pagáveis’) e a preservação do meio ambiente. Em outras palavras, *uma economia de transição para o socialismo* [...]. Em outras palavras, um planejamento democrático local, nacional, e, cedo ou tarde, internacional, que defina: 1) quais produtos deverão ser subvencionados ou até mesmo distribuídos gratuitamente; 2) quais opções energéticas deverão ser seguidas, ainda que não sejam, num primeiro momento, as mais ‘rentáveis’; 3) como reorganizar o sistema de transportes, em função de critérios sociais e ecológicos; 4) quais medidas tomar para reparar e o mais rápido possível, os gigantesco estragos do meio ambiente deixados ‘como herança’ pelo capitalismo. (LOWY, 2014, p. 48).

Partindo dessas considerações, o ecossocialismo seria, fundamentalmente, uma proposta socialista que tem como elemento central a problematização da natureza e da forma como a humanidade utiliza o meio ambiente de maneira degradante. Assim, essa perspectiva não aglutina apenas a mudança no comportamento socioambiental dos indivíduos, mas a diminuição da jornada de trabalho, alternativas de fontes energéticas naturais, socialização do modo de produção, desenvolvimento de mercadorias de acordo com as necessidades reais da população, reformulação da mercadoria como ostentação etc.

Desse modo, Lowy (2014) realiza uma crítica à ecologia de mercado capitalista, que propõe apenas reformas imediatas, ao contrário disso, prevê a necessidade de reestruturação da base econômica, a exemplo da mudança nas relações de trocas, do consumo em larga escala de mercadorias, do usufruto pre-

datório da fauna e flora; em suma, modificar de modo radical a degradação da natureza provocada por grandes empresas e corporações capitalistas.

A sua proposta para o meio ambiente leva em consideração uma união política entre “os vermelhos e os verdes”, isto é, entre os ecologistas liberais e a esquerda radical. Nessa visão, essas duas formas de pensar a realidade social seriam aliadas em um momento de transformação, pois a natureza é o ponto de convergência entre essas duas práticas de atuação política na sociedade. Contudo, o autor compreende a importância de reformas imediatas propostas pela ecologia de mercado, a exemplo da luta pela redução do consumismo produtivista e de mudanças energéticas propostas por movimentos sociais. Entretanto, a exemplo dos demais autores até agora analisados, percebe-se a sua insuficiência por não atacar a raiz dos problemas ecológicos, os quais passam necessariamente pela organização do capitalismo.

Por mais que Lowy (2014) traga elementos novos para pensar a relação do indivíduo com a natureza e da forma como a sociedade se relaciona com os bens naturais, notamos uma ausência do reconhecimento das práticas das comunidades tradicionais e sua importância no combate às degradações ambientais. Outra fragilidade de sua proposta encontra-se na possível aliança entre os ecologistas liberais e os radicais, posta como fundamental para construção de estratégias socioambientais. No entanto, essa união transmite uma ideia romântica a respeito da disputa que é travada econômica, social e politicamente entre estes dois grupos de ecologistas. Do ponto de vista da realidade material, ambos estão em frentes dissonantes, os chamados ecologistas de mercado operam na lógica reprodutiva do capital, construindo alternativas internas incapazes de levarem à ruptura com o modo de produção do capitalismo, e, conseqüentemente resgatar a natureza da exploração desenfreada. Por outro lado, os ecologistas radicais estão preocupados em enfrentar o domínio técnico e tecnológico dos elementos naturais a partir de um movimento externo ao funcionamento da lógica capitalista, partindo, portanto, da crítica às grandes empresas e setores do agronegócio que exploram em larga escala os recursos da natureza. Logo, mesmo convergindo em determinados momentos por pautas similares, a estrutura de ambos os pensamentos é radicalmente divergente.

Sem dúvida, a diferença entre este pensador e os analisados anteriormente consiste na busca de identificar ações concretas que podem ser realizadas em um período de transição entre o capitalismo e o socialismo, talvez, sua agenda de alianças teria mais coerência se retomasse o discurso dos interesses das classes, indo além de convergências e/ou divergências entre grupos ideológicos. Certamente, este caminho permite identificar as pautas sociais e propor

caminhos em função dos interesses das classes subordinadas, as principais prejudicadas pela ganância capitalista.

Na operacionalização do ecossocialismo, Lowy (2014) se aproxima dos agentes sociais concretos, de certa forma indo além da proposta genérica entre duas formas distintas de pensar a ecologia. Assim, propõe três princípios éticos. Primeiro, a ética social: estruturada mediante a modificação da lógica de produção e distribuição mercadológica, portanto, nesta perspectiva é necessário a atuação de movimentos sociais, organizações de luta pela sobrevivência do meio ambiente, organizações não governamentais e a mobilização do conjunto da sociedade. Este elemento ético não é uma dimensão individual de mudança comportamental, mas articula-se a partir de um contexto coletivo.

Outro princípio apontado pelo teórico é a ética igualitária. Esta proposição trabalha através da redistribuição da riqueza mundial, ou seja, uma modificação do capitalismo avançado dos países centrais. Segundo Lowy (2014), este mecanismo alteraria a forma de socialização do poder socioeconômico ocasionando uma relação de igualdade com os estados do sul global. Neste sentido, haveria uma nova ordenação do paradigma produtivo e do modo de lidar com a natureza.

O terceiro fundamento está centrado na ética democrática. Aqui, o autor sinaliza para alteração do monopólio capitalista e do poder econômico através de uma reestruturação coletiva. Logo, destituindo os meios de produção não somente em relação ao conjunto das grandes empresas industriais e conglomerados, mas da atuação política e sociocultural. Sobretudo, essas três formas são fundamentais para o ecossocialismo e atuam de maneira simultânea, porque ao destacar as particularidades desses pressupostos éticos é evidente a relação intrínseca no funcionamento de cada um. Apesar de trazer esses fundamentos éticos como forma de estruturação do conceito de ecossocialismo não é possível visualizar ao longo do debate proposto pelo teórico uma articulação política na qual possa sustentar e reunir os diferentes segmentos da sociedade em prol desta transformação ecológica radical. A ausência de menção aos povos originários na luta ambiental nesta obra, no entanto, é compensada pela *Declaração ecossocialista de Belém* (2014)³ distribuída no Fórum Social Mundial, escrita por Lowy e outros ativistas, nesse os povos originários são vistos como fundamentais na defesa do meio ambiente:

Os elementos mais oprimidos da sociedade humana, os povos pobres e os indígenas, devem ter um papel central na revolução ecossocialista, a fim

3 Declaração está contida na obra *O que é ecossocialismo* (2014).

de revitalizar as tradições ecológicas sustentáveis e dar voz àqueles que o sistema capitalista não pode ouvir. Dado que os povos do sul global e os pobres são geralmente as primeiras vítimas da destruição capitalista, suas lutas e demandas ajudarão a definir os contornos da sociedade ecológica e sustentável economicamente a ser criada. (LOWY, 2014, p. 121).

Essa argumentação é reforçada na crítica da declaração à devastação ecológica, em que aparece a necessária aliança entre os oprimidos:

A devastação ecológica não será paralisada nas salas de conferências ou nas negociações de tratados: somente a ação de massa pode fazer a diferença. Os trabalhadores urbanos e rurais, os povos do Sul global e os povos indígenas de todo o mundo estão na vanguarda desta luta contra a injustiça social e ambiental, combatendo as multinacionais exploradoras e poluidoras, o agronegócio químico venenoso e desregulado, as invasivas sementes geneticamente modificadas, e os biocombustíveis que agravaram a crise alimentar. Nós devemos intensificar estes movimentos socioambientais e construir a solidariedade entre as mobilizações ecológicas anticapitalistas do Norte e Sul. (LOWY, 2014, p. 123-124).

Percebemos uma tentativa em evocar a luta pelo território das comunidades tradicionais, por Lowy (2014), como forma de sinalizar possíveis alianças políticas, articulando o ecossocialismo com o enfretamento histórico dos indígenas. Além disso, o autor acentua a importância das camadas populares do sul global no processo de modificação ecológica. O manifesto propõe de modo mais específico algumas propostas, a exemplo da redução da emissão dos gases estufa, substituição da matriz rodoviária, elaboração de programas de despoluição, sistema de transporte público gratuito, eliminação da energia nuclear etc.

Ao trabalhar uma proposta de ação política através do manifesto fica evidente a busca pela transformação das relações humanas com a natureza. Logo, fixa-se uma crítica ao modo de produção capitalista que tem por fundamento para a sua expansão a exploração do meio ambiente, pois compreende que esse mundo objetivo existe porque é possível inventar, organizar, classificar e produzir mercadorias mediante os insumos extraídos da terra, ar, águas, florestas, plantas medicinais etc. Ademais, observamos que o manifesto propõe outra lógica racional ao lidar com as questões ecológicas, sinalizando a necessidade vital de conscientizar a população sobre o desastre praticado pela humanidade e, aqui, não é apenas destacando o consumismo desenfreado, mas educando os sujeitos para participarem ativamente das decisões a respeito do aumento acelerado da temperatura, da massiva produção de lixo, da poluição e do desmatamento do agronegócio etc.

Em síntese, o manifesto critica o modo do capitalismo em lidar com as questões ambientais e o avanço sem precedente da devastação da natureza. Logo, o ecossocialismo é posto como a única alternativa viável para barrar a barbárie produzida pela sociedade industrial, entretanto, essa alternativa de mudança ecológica está fundamentada na socialização da produção econômica das grandes empresas que degradam os sistemas naturais. Mas, para isso, é necessário construir a consciência socioambiental dos indivíduos e decidir o rumo da produção mediante “a tomada de decisão e a posse coletiva da produção”, as quais “podem oferecer a perspectiva a longo prazo que é necessária para o equilíbrio e a sustentabilidade de nossos sistemas sociais e naturais” (LOWY, 2014, p. 120).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso deste artigo visou investigar em Marx e alguns autores contemporâneos como é tratada teoricamente a questão ambiental. Em Marx, preocupamo-nos com a questão da relação homem/natureza, pois, naquele momento, mesmo com algumas situações já se apresentando como poluição, uso irracional das terras e moradias urbanas precárias, ainda não era possível visualizar a imensa crise ambiental que vivemos nos nossos dias. Marx identifica o problema como gerado primeiro pela necessidade de separação do ser humano da natureza para efetivar-se como ser consciente e produtor de sua própria existência, mas tal separação será seguida, historicamente, pela apropriação privada dos meios de produção que atinge seu auge no desenvolvimento capitalista. Essa dupla alienação desumaniza o próprio ser humano e o põe em oposição a si mesmo (as classes sociais) e à natureza. De modo ainda genérico, Marx pensava em um futuro no qual a apropriação e distribuição coletiva dos meios de produção e dos valores de uso pudessem enfim permitir a reconciliação com a natureza. Caminho semelhante, mas apenas quanto à origem da contradição, será explorado por Adorno e Horkheimer, no entanto sem um horizonte possível de superação.

Já Mézaros e Harvey também identificarão as origens do problema e acentuarão o papel do modo de produção capitalista em tornar a própria natureza mercadoria e assim produzir as crises ambientais contemporâneas. Ambos, no entanto, apontam apenas para a solução final – a extinção do capitalismo –, sem observar as próprias lutas atuais para impedir que tais crises possam comprometer a própria existência da humanidade. Apenas Lowy, em que pese as inconsistências, avança no sentido de incorporar no presente todas as lutas em defesa da ecologia. O seu ecossocialismo talvez seja um ponto de partida para o

marxismo ir além de mostrar a origem e a solução, com a superação do capital, pois enquanto isto não ocorrer é necessário empreender as lutas cotidianas e buscar unificá-las para barrar a degradação acelerada do meio ambiente.

Ademais, o artigo se coloca como uma proposta de reflexão ao destacar os desafios da atualidade através das contribuições teóricas elaboradas ao longo dos anos sobre ecologia, relação homem/natureza e da capacidade destrutiva dos indivíduos frente ao meio ambiente. Portanto, compreendemos a necessidade de aprofundar o debate a respeito das novas posições críticas referentes às crises ambientais, além dos problemas socioambientais postos para as novas gerações. Desta maneira, pensar a concepção de autores clássicos e contemporâneos é fundamental na construção, inovação e definição de alianças políticas.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

ENGELS, F. **A dialética da natureza**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do espírito**. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

LOWY, M. **O que é Ecosocialismo**. São Paulo: Cortez, 2014.

HORKHEIMER, M. **Eclipse da razão**. Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976.

LUKÁCS, G. **Por uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **A ideologia alemã**. Lisboa: Martins Fontes, 1975.

MARX, K. **Manuscritos económicos filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2000.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, K. **O manifesto comunista**. São Paulo: Monte Cristo, 2012.

MARX, K. **As lutas de classe na França**. São Paulo: Boitempo, 2015

MARX, K. **18 brumário de Napoleão Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MARX, K. **O Capital (Crítica da economia Política)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

MÉSZAROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

TROTSKI, L. **Programa de transição para a revolução socialista**. Lisboa: Antidoto, 1978.

AS REPRESENTAÇÕES CINEMATOGRAFICAS DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM TORNO DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE NA AMAZÔNIA

CINEMATOGRAPHIC REPRESENTATIONS OF THE SOCIO-ENVIRONMENTAL
CONFLICTS AROUND THE BELO MONTE HYDROELECTRIC PLANT IN AMAZON

Resumo

O presente estudo aborda os conflitos socioambientais em torno da construção e execução da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, situada no estado do Pará, por meio da análise de dois filmes documentários que tratam desse problema: *Belo Monte: anúncio de uma guerra* (2016) de André D'Elia e *Belo Monte: depois da inundação* (2016) de Todd Southgate. A perspectiva da pesquisa relaciona duas subáreas da sociologia: sociologia do cinema e a sociologia dos conflitos socioambientais, com o objetivo de melhor compreender um dos principais focos de tensão econômica e socioambiental na Amazônia, que são as usinas hidrelétricas, ao lado de outros problemas graves, tais como a ação do agronegócio, a extração de madeiras, a grilagem de terras, a ação do garimpo e as queimadas. O artigo trata das questões de Belo Monte, como um exemplo de conflagração de interesses distintos, de um lado, indígenas, ribeirinhos, pequenos pescadores e agricultores e, de outro, empreiteiras, empresas e o Estado, representado principalmente pelo poder executivo, que na maior parte desses conflitos se coloca ao lado dos empreendimentos privados. Para a realização da pesquisa foi utilizado a análise textual dos filmes, no qual se decompõe a obra fílmica em segmentos a serem estudados separadamente e depois são reagrupados para compreensão totalizante do filme. E para o exame dos textos foi, no qual se observa detidamente os escritos e em seguida faz inferências interpretativas do texto, relacionando as proposições consideradas corretas.

Palavras-chave: Sociologia da Arte; Conflitos Socioambientais; Usina Hidrelétrica de Belo Monte; Amazônia.

¹ Graduado em Filosofia pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL), graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), com Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e doutorado em Ciências Sociais pela UFBA com estágio pós-doutoral na Iniversité de Strasbourg, França. Atualmente é professor do Departamneto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Coordena na mesma instituição o Grupo de Pesquisa em Sociologia da Arte (SOAR) e integra o Grupo de pesquisadores do Núcleo de Estudos da Arte (NULEARTE) da UFBA. E-mail: humbertoalves@unir.br

Abstract

The present study addresses the socio-environmental conflicts surrounding the construction and execution of the Belo Monte hydroelectric plant, located in the state of Pará, through the analysis of two documentary films that deal with this problem: *Belo Monte: anúncio de uma guerra* (2016) by André D'Elia and *Belo Monte, depois da inundação* (2016) by Todd Southgate. The perspective of the research relates two subareas of sociology: the sociology of cinema and the sociology of socio-environmental conflicts, with the aim of better understanding one of the main focuses of economic and socio-environmental tension in the Amazon, which are hydroelectric plants, alongside other serious problems, such as agribusiness, wood extraction, land grabbing, mining and burning. The article deals with the issues of Belo Monte, as an example of the conflagration of different interests, on the one hand, indigenous, riverside, small fishermen and farmers and, on the other, contractors, companies and the State, represented mainly by the executive branch, which in the Most of these conflicts are on the side of private enterprises. To carry out the research, textual analysis of the films was used, in which the filmic work is decomposed into segments to be studied separately and then regrouped for a total understanding of the film. And for the analysis of texts, content analysis was applied, in which the writings are closely observed and then make interpretative inferences from the text, relating the propositions considered correct.

Keywords: Sociology of Art; Socio-environmental Conflicts; Belo Monte Hydroelectric Power Plant; Amazônia.

INTRODUÇÃO

A produção de filmes documentários, longas e curtas metragens sobre a região da Amazônia brasileira, em especial sobre a floresta e seus habitantes, é ampla, remonta às décadas de 1920, com filmes como *No Paiz das Amazonas* (1922) de Silvino Santos. Entretanto, é a partir dos anos 1980 que os documentários se consolidam em uma filmografia constante. Não por acaso, com o fim da Ditadura Militar de 1964 e com a redemocratização do Brasil em 1985, esse momento de abertura democrática estimulou a produção de documentários que em sua maior parte segue a temática ambiental, apontando a destruição da maior floresta tropical do mundo, narrando e perscrutando os motivos da devastação socioambiental no território amazônico e os surgimentos de novos movimentos sociais em defesa da floresta e de suas populações.

Ao longo desses últimos quarenta anos, as produções fílmicas sobre a Amazônia aumentaram, como cresceu também de modo vertiginoso a destruição da floresta. Os documentários de maior relevo foram produzidos nas duas últimas décadas tendo como maior objetivo mostrar a degradação socioambiental da região e a organização de movimentos que atuam na defesa dos ecossistemas e dos povos originários. É o caso de filmes como: *Amazônia: heranças de uma utopia* (2005) de Ricardo Favilla Ferreira; *Amazônia revelada: os descaminhos ao*

longo da BR-163 (2005) de Thieres Mesquita; *Corumbiara* (2007) de Vincent Carelli; *Expedito: em busca de outros nortes* (2007) de Beto Novaes e Aída Marques; *Mataram irmã Dorothy* (2009) de Daniel Junge; *Jaci: sete pecados de uma obra amazônica* (2015) de Caio Cavechini e Carlos Juliano Barros; *Serras da desordem* (2006) de Andrea Tonacci; *Martírio* (2017) de Vincent Carelli; e *Ex-Pajé* (2017) de Luiz Bolognesi.

A maior parte desses documentários testemunha a destruição da floresta Amazônica por parte do agronegócio, madeireiras, garimpo e da grilagem de terras, proporcionando a percepção de que a devastação, tanto ambiental quanto social, está perto de se tornar irreversível, fato que causaria riscos de vida não apenas às populações que habitam a região, mas também ao planeta como um todo, pois o desaparecimento da floresta pode significar o surgimento de um deserto em seu lugar, o que acarretaria consequências ambientais e climáticas em outras regiões do Brasil e do mundo.

Em termos locais ocasionam problemas tais como: diminuição dos níveis pluviométricos, a extinção de espécies de animais e vegetais, a poluição do ar provocada pelas queimadas incessantes realizadas por grileiros e pelo agronegócio, principalmente nos períodos secos, de junho a setembro, e a derrubada das árvores, que promovem a erosão do solo, tornando-o pouco agricultável.

O presente trabalho conflui duas áreas de estudos da sociologia: a sociologia do Cinema e os estudos sobre conflitos socioambientais na Amazônia. Em relação ao cinema, o material do qual ele é constituído se encontra na realidade externa ao próprio filme, na ideologia dominante, nos mais variados tipos de imaginários que contêm elementos do real. Como afirma Jameson: “a realidade social e os estereótipos de nossa experiência da realidade cotidiana constituem a matéria-prima que os filmes [...] são inevitavelmente forçados a trabalhar” (JAMESON, 1995, p. 39), portanto, ao analisar esses elementos, temos acesso às representações sociais de um determinado período e lugar, e descobre-se aspectos relevantes do real, que muitas vezes em uma pesquisa direta realizada *in loco* não capta determinados aspectos da realidade social. Partindo dessa perspectiva, o trabalho analisa dois filmes: *Belo Monte: anúncio de uma guerra* (2016) de André D’Elia e *Belo Monte, depois da inundação* (2016) de Todd Southgate, que abordam a implementação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e suas consequências sociais trágicas para às populações tradicionais que moram em torno do empreendimento e os seus conflitos com grupos econômicos poderosos nacionais, internacionais e o poder do Estado.

OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA AMAZÔNIA

Os conflitos socioambientais na Amazônia brasileira estão ligados intrinsecamente aos projetos de colonização promovida pelo Estado, visando objetivos econômicos com a expansão das fronteiras agrícolas, para descomprimir as tensões sociais em outras regiões do país por conta da luta por terras. E por outro lado, a ocupação do território nacional seria uma garantia de preservação das fronteiras, sobretudo em dois momentos históricos, a primeira no período do governo de Getúlio Vargas (1930/1945) e a segunda nos governos da Ditadura Militar (1964/1985).

Desse modo, as ações econômicas e político-militares adotadas por essas administrações visavam supostamente diminuir os problemas sociais realizando o deslocamento populacional camponês com a promessa que receberiam terras para agricultura com fins de colonização, além do objetivo de ocupar a região contra um suposto inimigo externo que desejasse usurpar parte do território brasileiro.

Esses problemas sociais agravaram-se principalmente na década de 1970, os governos ditatoriais incentivaram a política de colonização em massa da Amazônia, contando com a imigração de colonos vindos de algumas regiões do Brasil, sobretudo do sul. Os governos prometiam terras para acomodar principalmente agricultores pobres; entretanto, na realidade estes não obtiveram as áreas prometidas para plantar por parte dos órgãos governamentais, nem as condições mínimas necessárias para se instalarem como colonos agricultores, e desse modo passaram a integrar um espaço já marcado por constantes contendas entre indígenas, ribeirinhos e latifundiários em torno de problemas relacionados a ocupação da terra, tornando ainda mais complexo o problema dos conflitos socioambientais na Amazônia, pois esses novos atores sociais, oriundos em sua maioria dos estratos mais pobres da sociedade brasileira, passaram a se envolver com frequência em conflitos com grupos nativos ou que já estavam estabelecidos na terra como os ribeirinhos e seringueiros; segmentos que já sofriam com as investidas empreendedoras do poder econômico e da omissão do poder estatal.

Na época, os governos militares defendiam a política de integração/ocupação da Amazônia, com a justificativa de ocupar “extensos espaços vazios”, como se o território amazônico não fosse ocupado por populações autóctones há muitos séculos em nome da integração nacional, como afirmavam os defensores do regime: “integrar para não entregar”. Por detrás desse lema havia o interesse de construir uma infraestrutura para melhor explorar os recursos

econômicos da Amazônia por parte da iniciativa privada, e muitas vezes com empresas estrangeiras. Um exemplo foi a instauração do projeto Jari tendo à frente o empresário estadunidense Daniel Keith Ludwig, ele adquiriu em 1968 uma área de um milhão e seiscentos mil hectares no Pará com o apoio do governo do general Arthur Costa e Silva para implantar uma das maiores fábricas de celulose do mundo, como informa o filme *Amazônia – Heranças de uma Utopia* (2005) de Ricardo Favilla Ferreira.

Entretanto, nos anos 1980 surge a esperança de um movimento global de preservação da Amazônia. Principalmente a partir de 1985 com o fim da Ditadura e a transição democrática, o que se observa inicialmente em destaque é a luta pela reforma agrária voltando com força, conjuntamente com a defesa do meio ambiente. Atuaram na formação desse novo cenário movimentos como: a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), ambos ligados à Igreja Católica, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Sindicatos Rurais, Movimento Indígena e de Ribeirinhos.

A despeito de uma maior organização da sociedade civil, foi um período de expansão do latifúndio e do agronegócio, com a introdução de novas monoculturas voltadas para a exportação.

[...] a expansão da fronteira agrícola da soja no sul-sudeste do estado do Amazonas, com a abertura de novas estradas e rodovias, além de aumentar a especulação imobiliária e incentivar a grilagem de terras, vem ameaçando os sistemas tradicionais de acesso a espaços e uso dos recursos naturais. (CHAVES; BARROS; FABRÉ, 2008).

As novas fronteiras agrícolas forçam o Estado a criar a infraestrutura necessária para o escoamento da produção agrícola e pecuária, estes, por sua vez, efetuam políticas sem as medidas necessárias que protejam o meio ambiente e os modos de vida das populações tradicionais.

Apesar da atuação de grupos de defesa da fauna e da flora da Amazônia e dos povos da floresta nas décadas de 1980/1990, o Estado brasileiro adotou medidas insuficientes para deter a deterioração da Amazônia. Os problemas socioambientais pouco mudaram em comparação ao velho modelo autoritário e omissivo do período da Ditadura Militar, mesmo com o advento da democracia e com a organização de vários movimentos sociais na região.

A situação de degradação ambiental e social na Amazônia, contudo, continuou no final do século XX e início do século seguinte, mesmo com a posse de governos supostamente progressistas que estavam comprometidos

com as antigas reivindicações dos movimentos sociais que defendiam a preservação da floresta e das populações tradicionais da Amazônia, foi o caso das administrações dos presidentes Fernando Henrique Cardoso (1995/2002), Luís Ignácio Lula da Silva (2003/2009) e Dilma Rousseff (2010/2016), que continuaram a financiar grandes empreendimentos como as usinas hidrelétricas e o agronegócio, e em contrapartida não se comprometeram em realizar uma política efetiva de reforma agrária, proteção do meio ambiente e defesa das comunidades tradicionais. Por outro lado, essas administrações tomaram decisões importantes em relação ao meio ambiente local, como a criação de instituições para a defesa da floresta Amazônica:

O Plano de Prevenção e Controle dos Desmatamentos na Amazônia (PPCDAM), iniciado no primeiro mandato de Lula, foi responsável pela maior redução de emissões de gases do efeito estufa já realizada por um país (...) no primeiro período de implementação do plano, entre 2004 e 2006, a taxa de desmatamento caiu cerca de 50 %. A demarcação de terras indígenas, a criação de unidades de conservação, o desenvolvimento de novas ferramentas de monitoramento do desmatamento e o reforço na fiscalização ambiental e punição de infratores, contribuíram decisivamente para a redução das taxas, assim como a queda de preços das commodities agrícolas (RAMOS, 2021, p. 289).

Ainda nos Governos Lula foi criado o Plano de Prevenção e Controle dos Desmatamentos na Amazônia (PPCDAM), responsável por uma grande redução de emissões de gases do efeito estufa. As administrações de Lula nos dois primeiros mandatos presidenciais significaram maior número de demarcação de Terras Indígenas (TIs) e das Unidades de Conservação (UCs), que constituem duas instituições de grande relevo para a proteção de áreas naturais, da vida dos povos indígenas e segurança socioambiental para o ecossistema da Amazônia. Por outro lado, reforçou a fiscalização ambiental, principalmente pelos órgãos Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IBAMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), criado em 2007 pelo Governo Lula.

Mesmo com ações fundamentais de proteção à Floresta Amazônica, o Governo Lula ficou aquém das promessas de um mandatário supostamente de esquerda. A gestão dos dois primeiros mandatos presidenciais foi marcada pelo início da construção de grandes obras na Amazônia no interior do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), capitaneado pelos governos Lula e Dilma, que afrouxaram os licenciamentos ambientais para a construção de grandes usinas hidrelétricas na região a despeito da posição contrária de indígenas, ribeirinhos, técnicos e ambientalistas que previam as consequências desastrosas da

construção de Belo Monte para a Floresta Amazônica e para os modos de vida da população originária.

Assim, medidas como essas apontam a atuação dúbia dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) em relação à proteção da Amazônia. As gestões de Lula e de Dilma Rousseff, em muitas ocasiões, cederam às pressões dos grandes interesses econômicos na época. Em 2006, por conta de licenças ambientais, Lula afirmou que os povos indígenas, quilombolas, e ambientalistas e o Ministério Público eram “entraves” para o desenvolvimento econômico do país (PICHONELLI, 2006).

No governo de Dilma Rousseff não houve grandes mudanças na área de proteção da floresta Amazônica, ao contrário, buscou-se dar continuidade ao avanço destrutivo dos interesses do capital. Em grande medida, o Governo Rousseff implementou ações que já tinham sido elaboradas nos governos anteriores. A elaboração de projetos que previam a construção de usinas hidrelétricas na Amazônia remonta aos governos ditatoriais dos anos 1970:

[...] a polêmica em torno da UHE Belo Monte, situada na sub-bacia do rio Xingu, bacia Amazônica, remonta a mais de 40 anos. Os primeiros estudos de aproveitamento hidrelétrico do Xingu surgiram inicialmente em meados da década de 1970, com o mapeamento da bacia do rio Xingu pelo grupo da Camargo Correa para fins de inventário hidrelétrico. Foram definidos, 5 (cinco) usinas hidrelétricas para a Bacia, com potência instalada total de quase 12.000 MW. (CHOUERI, 2019, p. 12).

Segundo o pesquisador Pedro Abranches (2013), a proposta ambiental de Dilma Rousseff colocou em prática os projetos de expansão capitalista na floresta Amazônica, que tiveram seus projetos iniciais na década de 1970 durante o regime da Ditadura Militar, como é o caso do Complexo de Belo Monte, que tiveram seus estudos iniciados na Bacia Hidrográfica do Rio Xingu em 1975. Ou seja, os quatro primeiros mandatos do governo do PT significaram descaso com os impactos socioambientais das usinas hidrelétricas na Amazônia e um forte compromisso com o setor elétrico, com as empreiteiras e com os consórcios administrados pela iniciativa privada, em detrimento aos interesses dos movimentos sociais como pequenos pescadores, indígenas e ribeirinhos.

Nos últimos anos, os problemas socioambientais da floresta Amazônica se agravaram ainda mais com a administração do governo de extrema direita de Jair Bolsonaro (2019/2022), que representou não apenas o reforço dos aspectos negativos dos últimos governos federais, mas também um ataque declarado aos povos da floresta, o estímulo à exploração de minérios em Terras Indígenas,

desmatamento da Amazônia, incentivo às queimadas na vegetação natural e a invasão de Terras Indígenas por parte de grileiros e do agronegócio.

Observa-se, portanto, que o governo de Bolsonaro não apenas coloca em prática ações insuficientes de proteção socioambiental da região, mas, ao contrário, incentiva o desmatamento, as queimadas e as invasões de áreas de proteção ambiental. De um lado, o chefe do executivo apresenta a inércia como respostas aos crimes socioambientais; por outro, ele desaparece os órgãos oficiais de fiscalização, além de reduzir significativamente as multas por crimes ambientais. O fechamento das coordenações dos centros de pesquisa do ICMBio (BRAGANÇA; MENEGASSI, 2020), a demissão de funcionários que estavam nos cargos mais importantes das instituições responsáveis pela proteção do meio ambiente e das populações da floresta na Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e IBAMA, passando a ser ocupado por militares, que, na maioria das vezes, não têm conhecimento dos problemas amazônicos, agravaram os conflitos socioambientais.

AS USINAS HIDRELÉTRICAS NA AMAZÔNIA NO SÉCULO XXI

Um dos focos principais de conflitos socioambientais na Amazônia no século XXI ocorreu em torno das usinas hidrelétricas, apesar de não ser novidade a existência desse tipo de fonte energética na região, uma vez que anteriormente tínhamos as usinas de Tucuruí (PA) e Balbina (AM) construídas na década de 1980. Em tempos recentes, a Amazônia passou a se destacar pela construção de usinas de grande porte, algumas delas consideradas como umas das maiores do Brasil, como a Usina Hidrelétrica de Jirau, de Santo Antônio em Rondônia e a de Belo Monte no Pará.

Essas usinas agravaram os conflitos socioambientais já existentes na Amazônia, a Usina de Belo Monte foi planejada durante a Ditadura Militar, seus estudos remontam a 1975 como um dos objetivos de integração nacional. A implementação de Belo Monte foi reavivada nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), mas, por motivos econômicos ou por conta da pressão dos movimentos sociais, o projeto foi adiado (FREURY, ALMEIDA, 2013).

Entretanto, ela foi construída e colocada em execução no governo de Dilma Rousseff em 2016. Desde seu planejamento até a sua implementação, a usina foi marcada por protestos de movimentos sociais de povos indígenas, camponeses e ribeirinhos, disputas no judiciário e modificações nas propostas governamentais para a região.

Nesse contexto, a retomada de construções de usinas hidrelétricas na Amazônia brasileira é mais um fator de devastação ambiental de grande monta e de ataque aos modos de vida de indígenas, camponeses, ribeirinhos e quilombolas. As usinas agravaram os problemas citados e provoca outros, como atesta Philip Fearnside:

Planos para construir hidrelétricas na Amazônia prevêem dezenas de grandes barragens e mais de uma centena de pequenas barragens. [...] Impactos das barragens incluem efeitos sobre os povos indígenas, como a perda de peixes e de outros recursos dos rios. Impactos do reassentamento de pessoas urbanas e rurais representam uma concentração do custo humano desta forma de desenvolvimento. Isto também é verdade em relação aos impactos sobre os moradores a jusante, que perdem a subsistência baseada na pesca e agricultura na várzea. Impactos dos reservatórios sobre a saúde incluem a proliferação de insetos e a metilação de mercúrio (transformação deste metal na sua forma tóxica). A perda de vegetação pode ocorrer não só por causa da inundação direta, mas também pelo desmatamento por residentes deslocados pelo reservatório e por imigrantes e investidores atraídos para a área (inclusive pela construção de estradas até os locais das barragens), e o agronegócio viabilizado pelas hidrovias associadas às barragens. As barragens emitem gases de efeito estufa; o dióxido de carbono é emitido pela decomposição de árvores mortas por inundação e o óxido nitroso, e, especialmente, o metano são emitidos pela água nos reservatórios e da água que passa através das turbinas e vertedouros [...] A maneira em que as emissões de barragens são comparadas com as de combustíveis fósseis muitas vezes distorce os resultados, particularmente para o valor do tempo. O impacto das barragens é muito pior, em relação aos combustíveis fósseis, se os cálculos são feitos de uma forma que representa melhor os interesses da sociedade. (FEARNSIDE, 2015, p. 10).

Observa-se que os fatores de degradação social e ambiental na Amazônia estão associados entre si. A exploração indiscriminada de madeiras, a grilagem, o garimpo, o desmatamento, as queimadas, as usinas hidrelétricas e o agronegócio se complementam. Por exemplo, as usinas precisam da construção de barragens, esses reservatórios artificiais de água trazem um enorme dano socioambiental, as populações locais são dependentes das atividades pesqueiras e de outros recursos fluviais para a subsistência, com isso, a alteração do regime dos rios, a diminuição de peixes e outros animais que fazem parte da alimentação desses grupos diminuem significativamente, o que muitas vezes provoca a emigração desses povos de sua região para outros ambientes que se distinguem dos locais que viviam originalmente, esses fatos, conseqüentemente, acarretam

uma adaptação extremamente difícil e uma sobrevivência penosa por parte dessas populações deslocadas.

Em muitos casos, esses grupos migratórios desmatam não só áreas oficialmente destinadas ao assentamento, mas também outras áreas por necessidade de subsistência. A implantação de hidrelétricas em si em qualquer região força a construção de estradas que criam grandes clareiras na floresta com a derrubada de árvores nativas e estimula a ocupação populacional às margens dessas vias, esses dois fatores ampliam ainda mais o desmatamento. Além disso, como afirma Fearnsaid (2015), é uma falácia afirmar que as usinas hidrelétricas produzem “energia verde”, a inundação de áreas com árvores provoca a liberação de dióxido nitroso, tão agressivo quanto outras fontes de energia – como as usinas termelétricas, que são alimentadas por combustíveis fósseis.

Os graves problemas ambientais e sociais provocados por uma usina hidrelétrica, elencados por Fearnsaid, estão presentes na implementação de Belo Monte. O presente trabalho pretende compreender as situações de conflitos socioambientais por meios de dois documentários que tratam dos impactos da usina construída na região do Xingu, no estado do Pará: *Belo Monte: anúncio de uma guerra* (2016) de André D’Elia e *Belo Monte: depois da inundação* (2016) de Todd Southgate.

Os dois filmes são paradigmáticos dos problemas socioambientais que a Amazônia enfrenta: o primeiro, realizado antes da construção da Belo Monte, faz um alerta sobre os riscos humanos e ambientais da usina hidrelétrica na região do Xingu, no Pará, a partir dos depoimentos de cientistas, indígenas, ribeirinhos e eclesiásticos, muitos deles se referiam aos problemas que tinham ocorrido de modo recente com as usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio em Rondônia; o segundo documentário, realizado logo após a construção da usina, constata que quase todos os problemas levantados como possíveis pelo primeiro filme estavam ocorrendo depois que a Usina de Belo Monte foi construída e colocada em execução.

OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO DOCUMENTÁRIO BELO MONTE: ANÚNCIO DE UMA GUERRA

O filme *Belo Monte: anúncio de uma guerra* (2012) de André D’Elia é paradigmático ao tratar dos problemas socioambientais na Amazônia brasileira do século XXI. Pode-se citar dois fatores fundamentais presentes no filme que descrevem essa situação: a) com o fim da Ditadura Militar nos anos 1980, os investimentos de grande porte do governo federal na Amazônia decaíram e são retomados no início do século XXI; b) o retorno de grandes obras em infraestrut-

tura por parte do Estado, como a construção de usinas hidrelétricas, é alegado, supostamente, como uma necessidade de retomar o crescimento econômico da região; c) o agravamento dos conflitos socioambientais com a inserção dessas novas ações governamentais no século XXI.

O documentário disserta sobre o ponto de vista de vários atores sociais em relação à construção das usinas hidrelétricas na região de Belo Monte. Atores estes como os líderes indígenas de diversa etnias: Kayapós, Juruna, Kalapalos, Kuikuros, Awiti, entre outros; em que se destaca o líder Raoni, que luta há anos em defesa das terras indígenas ocupadas pelo latifúndio e pela ameaça de inundação das terras do Xingu por parte da instalação da Usina de Belo Monte.

O documentário *Belo Monte: anúncio de uma guerra* aponta que setores progressistas da Igreja Católica como Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) colaboraram com a defesa dos moradores locais, auxiliando-os na sua sobrevivência com doações de gêneros alimentícios e a organização política dos movimentos indígenas, antes e durante todos os anos em que estava em discussão a ideia da construção da usina desde os anos 1970.

O filme ainda aponta que apesar das promessas do setor privado e do Estado de que o empreendimento compensaria as populações atingidas com as indenizações e com a criação de mecanismos de proteção socioambiental, que mitigariam os efeitos danosos ao meio ambiente e às populações que vivem na área da construção da hidrelétrica, as chamadas condicionantes não foram atendidas, e de 67 obras relacionadas na expansão da infraestrutura para proteger as populações dos efeitos deletérios de Belo Monte, 44 delas não saíram do papel.

O Promotor da Promotoria do Ministério Federal (PMF), Felício Pontes, previa que poderia haver uma vazão reduzida que produziria uma seca em torno de 100 km, inviabilizando a sobrevivência de etnias tradicionais como Paquiçamba, Juruna, Arara e Xicrin. Perspectiva compartilhada por Flávia Pinheiro do Movimento Xingu Vivo, que no filme afirma:

As pessoas que estão ali vão perder o peixe, a floresta vai secar, porque essa floresta depende desse fenômeno de inundação e seca. Essa dinâmica vai desaparecer, então essa floresta vai sofrer, e toda fauna e flora, vai sofrer essas drásticas mudanças. E as populações que vivem dependem desses recursos naturais, e elas são simplesmente ignoradas, como se não existissem.

Diante dessas expectativas, o promotor Felício Pontes afirma que o governo e as empresas dizem que a população não vai sofrer consequências como essas citadas anteriormente.

Belo Monte: anúncio de uma guerra, em uma outra sequência, mostra os riscos das barragens e das hidrelétricas em relação à diminuição de peixes no Rio Xingu, privando as populações que vivem em torno do rio de usufruir dos pescados como alimentação e a ameaça que os pescadores estavam sofrendo com a perspectiva da redução da pesca por conta da Usina de Belo Monte que ainda estava sendo construída.

Esse problema afeta não somente os indígenas, mas os pequenos pescadores que moram ao longo dos 1700 km no rio Xingu. O filme mostra um protesto no qual eles pescam uma grande quantidade de peixe, inclusive daqueles que são proibidos, pois, para os pescadores, de que vale a restrição de determinados tipos de peixe, se com a usina vão morrer todas as espécies. Portanto, os pescadores tinham a previsão da morte de uma grande quantidade de peixes na região. Como conta um pescador entrevistado pelo documentário:

Você vê o sofrimento que temos nesse tempo, não tem uma ilha para acampar quando chega o inverno, com 30 dias está seco tudo de novo. Se a barragem chegar, a gente vai ficar onde? (pois) vai ficar tudo permanente debaixo d'água. Então não vão ter peixe, os frutos vão acabar, muitos peixes que dependem das pedras para desova como o tucunaré, acará, (...) nossa situação aqui é caótica e os órgãos competentes daqui não olham, eles olham para o dinheiro, porque quanta liminares do IBAMA foram embargadas, e depois toda semana tem uma nova liminar que dá no ponto positivo para barragem, (...) aqui só quero deixar bem claro, se nós unir com os índios, nem que para isso tenhamos que formar uma guerra, estamos dispostos a fazer isso (SIC).

Em seguida, o filme mostra imagens de indígenas pintados para a guerra e o depoimento do indígena Roberto Moré, que indiretamente afirma o desejo do pescador: “tem que guerrear com flecha, cacete, borduna ...tem que ir para guerra”. Essa expressão “guerrear” aparece com frequência no filme tanto por parte dos pescadores como dos indígenas. Como também diz o líder Awallukamã Waura ao conceder uma entrevista:

Eu não entendo vocês, ficam nos ameaçando, vocês querem que nós nos juntemos com os Kuikuros, com os Kalapolo, Kaiapó, Awiti, Mehinako. Podemos nos juntar todos. Quando estamos juntos temos coragem para fazer essas coisas, é assim que funciona. Se ficar decididos vamos lá matar vocês.

Fica evidenciado que não se trata de uma guerra promovida pelos indígenas, mas sim uma reação de defesa contra a destruição de sua cultura e do meio ambiente em volta provocado pela construção da Usina de Belo Monte.

Em seguida, há um conjunto de sequências de imagens de indígenas de distintas aldeias se pintando para a guerra ou expressando o desejo de guerrear contra as empreiteiras e o governo.

Belo Monte: anúncio de uma guerra também mostra manifestações de ribeirinhos que protestam contra a expulsão de suas áreas de residências e produção agrícola e a falta de garantia de uma nova casa por parte da Eletro Norte. Os moradores foram habitar bairros pobres da cidade de Altamira no Pará, ficaram sem as condições de sobrevivência, pois não podem mais plantar e pescar.

Segundo o filme, a construção da usina tem altos custos, algo em torno de 30 milhões de reais no período e seus recursos são voltados a preencher os setores industriais, como citado pelo especialista Célio Berman no filme: “são seis indústrias, a do cimento; a siderúrgica; a de metais não ferrosos; os ferros liga (setor metalúrgico); a química; a de papel e celulose, que juntos correspondem a 30% da energia elétrica do país”. E além de todos os prejuízos já destacados, sabe-se que devido a cheias e baixas do rio, a usina tem a previsão de ficar quatro meses parada, gerando assim danos orçamentários enormes, e a “solução” que se encontra é ir construindo durante boa parte do rio, um número cada vez maior de barragens, agravando ainda mais problemas socioambientais na região.

No filme, o Bispo Dom Erwin, em um tom “premonitório”, analisa a situação de Altamira e cita a previsão dos danos que a futura usina de Belo Monte poderia gerar, ele descreve os conflitos semelhantes aos que ocorreram recentemente em outras regiões da Amazônia, como na usina de Jirau, localizada na região da Porto Velho, capital de Rondônia, onde a superlotação das cidades mal preparadas para receber os trabalhadores das usinas e barragens acarretaram, dentre outros distúrbios sociais, no crescimento da criminalidade, assassinatos, violência, abusos sexuais, alto custo de vida e desemprego. Como é relatado no depoimento dado pelo ativista da Fórum da Amazônia Oriental (FAOR), Marquinhos Mota.

O documentário mostra a luta dos indígenas e ribeirinhos contra a construção da Usina de Belo Monte, que avançava de forma apressada e desrespeitosa, mas alcançou, ainda que de modo efêmero, a grande repercussão dos conflitos por meio da mídia, contribuindo para ampliar internacionalmente o conhecimento dos crimes que estavam ocorrendo por conta da implantação da usina e a resistência das populações indígenas e ribeirinhas que se manifestaram contra os ataques às suas terras e aos seus modos de vida e conseqüentemente a favor da defesa ambiental.

O projeto de Belo Monte foi apresentado no período da Ditadura, mas foi negado o investimento de quinhentos milhões de dólares, e, assim, retoma-

do no primeiro Governo Lula. Os técnicos do governo garantiram que o principal elemento de crítica ao projeto era a grande área de inundação que estava na proposta anterior. O jornalista e ativista ambiental Lúcio Flávio Pinto questionou o presidente da Eletronorte, José Antônio Lopes: “pelo que vi aqui Belo Monte vai ficar quatro meses parada, não tem água”. Outros ativistas reforçam a ideia, Marquinho Mota, integrante da FAOR, faz o mesmo questionamento: “vai passar quatro meses desligada”. E Renata Pinheiro, do Movimento Xingu Vivo: “como você vai fazer um empreendimento, construir a segunda maior barragem do Brasil, gastar 30 bilhões de reais para algo que vai ficar parado por 3 ou 4 meses”. E ela complementa em seguida: “nada há que impede o setor elétrico fazer as outras barragens, se fizer... vai aumentar os reservatórios e aí alaga todas as outras terras Indígenas, a montante do rio”.

Isso significa a necessidade de deslocamento das populações para outras áreas, o que afeta diretamente os modos de vida desses grupos, pois passam a ter dificuldade de sobreviver em uma área desconhecida, além do inundamento de grandes extensões da floresta, destruindo a fauna e a flora de modo irreversível e produzindo substâncias extremamente tóxicas como a liberação de dióxido nitroso, como vimos anteriormente.

Evidentemente desastres geraram destruição de grande amplitude nas culturas que vivem no Xingu, a realocação de etnias de seus territórios, muitas vezes, ocorrem sequer para regiões de floresta, muitos indígenas passam a habitar em áreas urbanas, principalmente na cidade de Altamira, e ficam submetidos a outros problemas: desalojamentos, falta de saneamento básico, desemprego, violência extrema, homicídio e suicídio.

A ação do Estado no período analisado pelo filme foi “contraditória”, oscilando entre a defesas das comunidades indígenas e ribeirinhas e o interesse das empreiteiras. Atendendo, entretanto, em maior parte, às exigências econômicas dos grandes empreendimentos, pois a usina hidrelétrica de Belo Monte passa a ser um fato, construída em nome do desenvolvimento regional e é também uma das maiores ameaças às populações de pequenos agricultores, pescadores, indígenas e ribeirinhos do Xingu no Pará.

OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO DOCUMENTÁRIO BELO MONTE: DEPOIS DA INUNDAÇÃO

O segundo documentário, lançado no mesmo ano do anterior, aborda a usina de Belo Monte e suas consequências nefastas sociais e ambientais, intitulado *Belo Monte: depois da inundação* (2016), de Todd Southgate, trata praticamente

dos mesmos desastres já analisados no filme anterior de André D' Elia. Esse último mostra os problemas socioambientais que poderiam ocorrer e outros que já estavam acontecendo com o advento da construção da usina. Os dois documentários em termos gerais chegam a mesma conclusão sobre os impactos da usina de Belo Monte na floresta Amazônica.

O filme *Belo Monte: depois da inundação* nos primeiros minutos apresenta os principais fatos que serão analisados pelo documentário. Inicia-se com a seguinte frase: “Em 17 de fevereiro de 2016, cinco anos após a construção ter iniciado, Belo Monte testou a sua primeira turbina”, apontando o início de um desastre socioambiental sem precedentes na Amazônia, que foi adiado muitas vezes por força dos movimentos indígenas e ribeirinhos (sua elaboração, como dito anteriormente, remonta aos projetos dos governos ditatoriais na década de 1970), mas a partir de 2016 finalmente o pesadelo das populações da região do Xingu começa a se concretizar.

As imagens panorâmicas da gigantesca construção encravada na floresta Amazônica apontam a dimensão do estrago socioambiental no Xingu, que é acompanhado do depoimento de Antônia Mello da Silva, líder do Movimento do Xingu Vivo para Sempre (MVXPS), moradora de Altamira, que afirma: “aqui em Belo Monte não tem essa história de impactado diretamente e impactado indiretamente. Todas as pessoas são impactadas diretamente”. Em seguida mostra um dos desastres comuns produzido pela usina, a morte de muitos animais, principalmente de peixes, a principal fonte de alimentação das populações que moram na jusante do rio Xingu.

Nos primeiros testemunhos dos moradores das áreas próximas à usina, atesta-se o desespero da população que não foi consultada, sequer avisada a tempo sobre os desastres que a usina poderia causar às populações locais. O filme aponta que as populações do Xingu perderam parte de suas condições de sobrevivência, sem poder pescar para alimentar seus membros ou para vender os produtos nos mercados de Altamira. Esses fatos geram outros, a dieta alimentícia muda, boa parte passa a se alimentar de gêneros diferentes que estavam acostumados, o consumo de frango é um exemplo, que, por sua vez, são comprados no comércio de Altamira.

Ainda nesse prólogo, o filme mostra os impactos sociais da usina na cidade de Altamira, que não estava preparada para receber um afluxo grande de pessoas em um curto espaço de tempo. Houve uma explosão demográfica no período de sua construção e que depois de concluída a maior parte dos operários saíram da cidade e os que ficaram tiveram dificuldades de encontrar emprego ou se tornaram moradores de rua. O crescimento demográfico, assim como foi

destacado no filme *Belo Monte: anúncio de uma guerra*, também é citado em *Belo Monte: depois da inundação*, entretanto com números piores do que o documentário anterior, segundo esse último, a população saltou de 80 mil para 150 mil habitantes, com isso, os números de acidentes automobilísticos cresceram 140%, assim como os crimes violentos.

Logo após essa apresentação introdutória, o documentário apresenta uma cronologia dos fatos que levaram a implementação da usina de Belo Monte.

O discurso predominante em quase todos os governos entre 1975 a 2016 é em relação à existência de uma demanda cada vez maior por energia elétrica pelo país, o que justificaria a construção dessas usinas e por conta da grande capacidade hídrica do Brasil, além de afirmarem se tratar de um “energia limpa”, que, como já foi visto, não é verdade.

Essas justificações são praticamente as mesmas defendidas por presidentes da época da Ditadura nos anos 1970, passando pelas administrações de Fernando Henrique Cardoso e sendo implementadas por governos supostamente de esquerda, como o PT.

O que comprova que o Estado brasileiro, encarnado em governos de distintas matrizes ideológicas, efetivamente não se preocupa com a defesa da floresta tropical, com os efeitos globais de sua destruição e com o fim e a morte dos grupos sociais que vivem na região. Essa indiferença é uma constante nos dois filmes.

O documentário *Belo Monte: depois da inundação* traça uma cronologia da usina de Belo Monte, observa-se que a história da hidrelétrica é marcada por destruição ambiental, desarticulação das sociedades tradicionais e a luta constante dos indígenas para proteger a sua terra, seus grupos étnicos e o meio ambiente diante da voracidade do conchavo entre Estado e as empresas. Como registrou *Belo Monte: anúncio de uma guerra*, o documentário *Belo Monte: depois da inundação* aponta o número excessivo de barragens para colocar em funcionamento a usina. O filme afirma que, em 1987, no governo José Sarney, a Eletrobrás desejava retomar o Plano Nacional de Energia Elétrica, que representaria a construção de 6 barragens, o que acarretaria a inundação das terras indígenas: Kararaô, Babaquara, Pimental, Ipixuna, Kalcimoro e Jaúna. Depois de dois anos de ação política contra o Estado brasileiro, os Kaiapós realizaram o Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em Altamira, em fevereiro de 1989.

O documentário mostra que o evento que contava com o diretor da Eletronorte, José Antônio Muniz Lopes, o presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Fernando César Moreira Mesquita, 300 ambientalistas, 150 jornalistas e 650 indígenas entrou para a história da resistência indígena no Brasil. Quando Muniz Lopes abordou

o tema da usina, então conhecida como usina Kararaô, a índia Kayapó Tuíra, que estava na plateia, levantou-se e foi em direção ao diretor da Eletronorte, encostou um facão no rosto de Muniz Lopes para expressar sua indignação em relação às intervenções do Estado brasileiro contra os povos da floresta (FLEURY; ALMEIDA, 2013). E como mostra o filme, depois desse evento, as obras foram paralisadas, o Banco Mundial suspendeu o financiamento e o projeto da hidrelétrica foi arquivado.

O filme demonstra que, em 2002, o projeto é retomado no governo de Fernando Henrique Cardoso, cria-se uma licitação para a construção do empreendimento, que muda de nome, passando a ser chamado de Complexo Hidrelétrico de Belo Monte. O projeto pretendia mudar o curso natural do Rio Xingu na chamada Volta Grande. Entretanto, na gestão de FHC o plano não seria implementado.

Em 2003, a despeito da constatação política dos indígenas e da proximidade de setores da esquerda com as questões dos povos da floresta e da defesa do meio ambiente, o suposto governo progressista de Luís Ignácio Lula da Silva se apressou para implementar o projeto iniciado pela gestão anterior. Em pouco tempo, criou-se um decreto do legislativo autorizando o projeto, entretanto, sem nenhuma consulta com os indígenas e ribeirinhos sobre os efeitos deletérios da usina para o meio ambiente e para a vida das sociedades da região como prevê a constituição de 1988.

Belo Monte: depois da inundação cita o Decreto Legislativo nº 788 de 2005, que autoriza o poder executivo a construir a usina hidrelétrica de Belo Monte. E em 2008, mais uma vez, os grupos indígenas criam uma mobilização exigindo do Governo Lula o compromisso de não haver mais nenhuma barragem a ser construída no Rio Xingu. A resposta dada pela administração federal foi a elaboração, muito tardiamente, de um estudo de impacto ambiental na região em 2009.

Entretanto, mesmo esse tipo de assistência é passível de crítica, pois ela foi realizada, como atesta o documentário, pelas empresas mais interessadas na construção da usina, como Odebrecht, Camargo Correa e Andrade Gutierrez em conjunto com a Eletrobrás. Esse projeto de impacto realizado nessas condições possibilitou ao governo federal aprovar a construção do Complexo de Belo Monte. O documento mal elaborado e com lacunas sobre as garantias de sobrevivência das etnias e a conservação do meio ambiente ocasionou a ação de dois altos funcionários do IBAMA pedirem demissão.

Em 2011, no primeiro Governo Dilma, as pressões aumentaram sobre os funcionários do IBAMA para que o projeto de Belo Monte fosse definitivamente

implementado, foi o momento que o então presidente da instituição, Abelardo Azevedo, também pediu demissão.

Abelardo Bayma Azevedo, que renunciou à Presidência do IBAMA, não é a primeira renúncia causada pela pressão para construir Belo Monte. Seu antecessor, Roberto Messias, também renunciou pelo mesmo motivo ano passado, e a própria Marina Silva também renunciou ao Ministério do Meio Ambiente por desafiar Belo Monte. (ROSA, 2011).

O novo presidente do IBAMA, Curt Trennepohl, empossado em junho de 2011, aprovou a licença de instalação de Belo Monte, afirmando que a usina era “ambientalmente sustentável”. Ao longo dos anos seguintes, a luta dos povos indígenas continuou, receberam apoio de órgãos internacionais como a Organização dos Estados Americanos (OEA), que classificaram o ato como atentado dos direitos humanos.

O filme constata que a execução da obra foi conduzida pelo consórcio da Norte Energia, financiada com dinheiro público que abrigava as empresas estatais e privadas, tais como: Eletrobrás, Chesf, Neoenergia, Light, Vale, Cemig. Nos anos seguintes, houve uma grande mobilização dos povos indígenas, como ocupação dos canteiros de obras para impedir a ação das empreiteiras e paralisações dos operários da usina por conta das condições de trabalho.

Operários que trabalham na construção da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, maior obra em curso do país, declararam greve geral na manhã desta quinta-feira, 29 de março. Eles reivindicam melhores salários e condições de trabalho. O clima de insatisfação já era generalizado desde o começo da semana e se agravou com a morte do operador de motosserra Francisco Orlando Rodrigo Lopes, atropelado por uma retroescavadeira na tarde de quarta-feira, 28. Os trabalhadores estimam que 5 mil aderiram à greve e afirmam que a obra foi interrompida. (REPÓRTER BRASIL, 2012).

De acordo com o filme, também o Ministério Público Federal interveio na agressão sofrida pelas populações em virtude da construção da usina: “o MPF ajuizou várias ações contra as empresas e o governo”, apontou “desde irregularidades no processo de licenciamento ambiental e até medidas obrigatórias de mitigação e compensação de impactos sociais e ambientais”. O MPF conseguiu paralisar em alguns momentos a continuidade da construção da usina, mas “juízes ligados ao governo rapidamente derrubaram decisões legais”. As obras continuaram e, em 2016, sua execução e sua implementação definitiva foram realizadas no governo de Dilma Rousseff.

Ao final da cronologia de Belo Monte, a narração do filme afirma que o valor final da construção da usina custou quatro vezes o valor original da obra,

e esse preço foi pago com o dinheiro do contribuinte e questiona: “E quanto aos custos sociais e ambientais?”.

O documentário destaca ao menos cinco aspectos desses custos socioambientais de Belo Monte, todos eles interrelacionados: habitação, economia, meio ambiente, as condições de vida de grupos indígenas, ribeirinhos, pequenos agricultores e pescadores e a ação criminosa do Estado em relação às populações vulneráveis pela implementação da usina de Belo Monte.

O primeiro se refere a habitação, algumas pessoas que moravam perto do rio tiveram que abandonar suas moradias, como afirma Antônia Mello da Silva, líder do MVXPS, ela diz que o bairro onde habitava em Altamira, os moradores tiveram que deixar suas casas por conta da barragem, forçada a abandonar um espaço. Em seguida, *Belo Monte: depois da inundação* relata o caso de Raimunda Silva, que, por conta da barragem, ela e o marido, que é pescador, perderam duas casas, uma em Altamira e outra em uma habitação simples no interior de uma ilha que servia de base para o trabalho de pesca, mas com a inundação da barragem, a ilha ficou submersa e inviabilizou a atividade econômica da família. Em muitas partes de Altamira, esse fenômeno se repetiu, um número grande de famílias teve que se deslocar para o interior da cidade, deste modo, pescadores e ribeirinhos da região próxima ao rio foram realocados para assentamentos criados pela Norte Energia, em habitações precárias, mal construídas e com custo de manutenção alto.

Em relação a esses e outros impactos da usina, o filme chama a atenção sobre as promessas de contrapartidas por parte da empresa Norte Energia por conta da desestabilização econômica e socioambiental das famílias atingidas pelo empreendimento.

No documentário, o então presidente da Norte Energia em 2012, Carlos Nascimento, prometeu a implementação rápida das condicionantes através do chamado Planejamento Básico Ambiental (PBA), que dizia atender 117 projetos para mitigar os problemas causados pela usina. Entretanto, constata-se no filme que as chamadas condicionantes e planos de mitigação de danos provocado pela usina ou não foram aplicadas ou foram insuficientes para atender às populações desabrigadas por conta da hidrelétrica.

Como exemplos o filme mostra: o hospital construído para atender a demanda da população que chegava à região ainda se encontrava fechado em 2016; o sistema básico de saneamento que também fazia parte das condicionantes não foi realizado.

Sobre as nações indígenas, a Usina de Belo Monte significa, como aponta o filme, o extermínio cultural e físico dos grupos étnicos que moram próximo ao complexo. Distantes de Altamira, mas inserida na região da hidrelétrica, 10 mil

indígenas de 11 grupos étnicos diferentes se localizam na jusante da barragem principal, como as TIs: Curuaía, Xipaya, Cachoeira Seca, Kararaô, Koatinemo, Araweté, Trincheira Bacaja e Apylerewa.

Entretanto, as mais ameaçadas são as TIs Arara e Juruna, que ficam na Curva Grande, onde o fluxo fluvial foi violentamente reduzido, pois parte do rio foi redirecionado para um canal artificial para alimentar o principal reservatório do projeto. A edificação dessa estrutura modificou o regime natural do rio, visto que ele aumenta e diminui seu nível a depender da ação da barragem da usina, o que afeta de modo drástico a vida dos indígenas Arara e Juruna, dado que, ao alterar a velocidade do rio, proporciona um conjunto de modificações ambientais que afeta diretamente o modo de sobrevivência das aldeias e por consequência modifica significativamente os hábitos e costumes desses povos.

Como atesta o depoimento de Bel Juruna no documentário, vice-líder da aldeia Muratu, por causa do reservatório que abre e fecha as comportas sem uma regularidade, o rio Xingu passou a ter um movimento semelhantes às marés, mas ela afirma que evidentemente, não se trata de um mar, Bel complementa: “só que a maré tem hora para subir e aqui não... o rio (sobe e desce) todo instante”. Com esse novo tipo de comportamento do rio, a atividade pesqueira, por exemplo, ficou comprometida, e o peixe é o principal alimento da aldeia.

Um outro fator que desencadeou o desaparecimento do peixe é o funcionamento da própria usina que leva uma grande quantidade de espécies animais e vegetais à morte. Desde o primeiro enchimento do reservatório de Belo Monte, mais de 16 bilhões de peixes foram encontrados mortos em 2016, o que levou o IBAMA a multar Belo Monte em R\$ 35 milhões.

O reservatório de Belo Monte estimula também a redução dos peixes por destruir áreas de reprodução e alimentação dessas espécies, segundo a bióloga Cristiane Costa Carneiro, que aborda a questão no documentário: “mais de 50 piracemas que ficavam localizadas nesse trecho foram extintas porque as ilhas foram retiradas, os peixes não terão onde reproduzir, e já no trecho de vazão reduzidas, as áreas de alimentação de pacu, Piáu, Curumatã e Tricham, já não estão mais disponíveis, então a lagoa não alagou o suficiente esses ambiente para que esses animais se alimentem. Então esses são os impactos que vem acontecendo nesse início de Belo Monte”.

No documentário *Belo Monte: depois da inundação*, a promotora federal Thaís Santi assevera que era medida *sine qua non* para a construção da usina de Belo Monte na Amazônia um plano de proteção às TIs, assim como às Unidades de Conservação, entretanto esse projeto não foi levado em consideração, portan-

to reforçou a indiferença do Estado em relação aos povos do Xingu que foram atingidos pela usina construída pela própria estrutura estatal.

Como enfoca o documentário, diante do descaso do poder público e da iniciativa privada que não cumpre a legislação, os grupos indígenas fizeram dezenas de protestos em 2012, ocupando canteiros de obras da usina, organizando marchas políticas que questionavam a ausência da aplicação das condicionantes que foram prometidos como elementos imprescindíveis para a construção da usina, reclamando também da falta de consulta aos indígenas sobre os avanços das obras e dos impactos ambientais possíveis de ocorrer.

Os indígenas reivindicavam os compromissos registrados nos contratos oficiais de elaboração do complexo e a ação da FUNAI diante de promessas não cumpridas pelo consórcio responsável por Belo Monte, cabendo ao órgão federal suspender o licenciamento da usina.

O movimento ganha repercussão na mídia e consegue pressionar o governo e o consórcio, que os recebem em uma reunião com os representantes da Norte Energia, inclusive com a presença do presidente Carlos Nascimento. Diante da pressão política dos indígenas, a Norte Energia elaborou um plano emergencial que supostamente serviria para atender os problemas mais agudos das etnias indígenas do Xingu causados pela construção da hidrelétrica.

Entretanto, a ação da Norte Energia foi de comprar o apoio de parte dos indígenas e de quebrar a aliança entre eles. O consórcio ao oferecer aos indígenas barcos, gasolina e óleo para os motores, televisores, carros e pagamento de R\$ 30 mil por aldeia comprou o silêncio de parte deles e desmobilizou o movimento.

O documentário destaca o conflito entre partes desiguais, de um lado, uma empresa bilionária e, do outro, grupos indígenas desesperados com as suas condições de vida que foram totalmente modificadas por conta da construção de um grande empreendimento que destrói o meio ambiente e sua cultura. Soma-se isso a ausência de representantes do governo federal e, portanto, mais uma vez, fica patente que a negligência estatal em socorrer os povos atingidos pela hidrelétrica é sistemática. Evidencia-se que a não presença do Estado, representado pelo governo de Dilma Rousseff, significou a convivência deste com a iniciativa privada, renunciando o seu papel legal e obrigatório de intervir a favor do equilíbrio das relações sociais, e, neste caso, conceder atenção ao lado mais fragilizado do conflito.

Dando prosseguimento ao desfecho desse encontro entre os indígenas e o consórcio, o documentário mostra a cisão dos grupos étnicos depois desse evento. Bel Juruna demonstra indignação com o resultado do encontro: “a gente está decepcionado com toda essa situação, querem fazer negociações baratas,

isso é o mínimo, nós queremos nossos direitos, as condicionantes que eram para serem cumpridas e, condicionantes nenhuma”. Em seguida aparece o presidente da Norte Energia: “quando falo em confiar em mim, é confiar em nossa empresa, nas pessoas que estão trabalhando conosco, acreditar no governo”.

Nesse trecho do filme, fica constado de maneira mais aberta o conflito socioambiental em torno de Belo Monte; de um lado, os ribeirinhos, pescadores, pequenos agricultores e os indígenas e, do outro, as empresas que formam o consórcio e o Estado brasileiro.

O documentário registra a insistência do poder econômico e do Estado em enfraquecer a organização política dos diversos movimentos sociais e implementar um empreendimento no interior da floresta Amazônica a todo custo. Segundo a narração do documentário *Belo Monte: depois da inundação*, o plano de emergência foi “minando a autonomia dos povos indígenas, possibilitando a Norte Energia e ao governo um maior controle de suas vidas constituindo uma sistemática duradora e deliberada de destruição de suas culturas, ou em suma: etnocídio”.

O final do documentário aponta como essa reunião em 2012 entre indígenas e representantes da Norte Energia, que parecia ser uma conquista de várias etnias atingidas pela hidrelétrica, foi na verdade fator de desmobilização política e divisão dos povos indígenas, 18 aldeias foram subdivididas em 48 aldeias pela discordância entre os grupos em decorrência da aceitação ou não das ofertas feitas pelo consórcio.

Com isso as empresas e o governo quebraram a união dos movimentos indígenas e corromperam uma parte das etnias com oferta de carros, barcos, combustíveis, dinheiro e moradias que não tinham relação com as habitações tradicionais, pois essas não atendem ao clima quente da região, além de serem construídas sem a consulta dos povos indígenas.

Belo Monte: depois da inundação conclui alertando para outros projetos de hidrelétricas cobiçados por empresas e com a chancela do Estado brasileiro. Esses projetos estão em andamento na jusante do Rio Tapajós, tais como as usinas hidrelétricas: São Luiz Tapajós, Jatobé, Jamanxim, Cachoeira dos Patos, Cachoeira do Cai, Jardim de Ouro e Chocorão. Essas usinas seriam responsáveis pela inundação de parques nacionais e outras áreas protegidas, assim como, as barragens atingiriam territórios de comunidades tradicionais e indígenas mais uma vez.

Com a possível construção de uma usina hidrelétrica no Tapajós, há previsão que ocorra problemas semelhantes aos que se sucederam em Belo Monte – do mesmo modo quando houve a construção e a implementação das usinas de Jirau e Santo Antônio em Rondônia, que havia a expectativa que os impactos socioambientais produzidos por hidrelétricas nesses dois casos fossem ocorrer

semelhantemente em Belo Monte, como demonstra o filme anterior analisado, *Belo Monte: um anúncio de uma guerra*.

Problemas já relacionados neste texto: alagamento de grandes áreas de floresta que atingem principalmente indígenas, ribeirinhos e outras sociedades tradicionais, dificuldades de realizar atividades de caça e pesca para sobrevivência desses grupos, desconfiança em relação ao governo, este sendo visto como inimigo que pode a qualquer momento construir barragens, o que modifica os hábitos das diversas culturas e até mesmo a sobrevivência delas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ganância do capital nacional e estrangeiro ao realizar empreendimentos predatórios na Amazônia, bem como a cumplicidade do Estado brasileiro que, por um lado, incentiva e financia com recursos públicos parte desses negócios e, por outro, se omite em realizar um combate eficiente em relação aos crimes contra o meio ambiente e às populações tradicionais apontam que leis e planejamentos estratégicos governamentais são insuficientes para deter a devastação da floresta e o aniquilamento de suas populações. Ou, para ser mais preciso, como registrou os dois documentários analisados, o Estado e o Capital não têm compromissos com as populações tradicionais e com a preservação da floresta Amazônica, pois a meta é o lucro a todo custo. E mesmo que tenham sido refigurados nesses filmes, momentos (que foram poucos) de atuação governamental a favor dos movimentos sociais, o que prepondera são imagens e sons da cumplicidade do Estado com o capitalismo.

Os dois filmes analisados neste trabalho trazem informações que se complementam e também citam fatos históricos em comum, como a forte resistência dos indígenas, ribeirinhos e pequenos pescadores contra a implementação da usina ao longo de décadas, desde o momento que se levantou a possibilidade de sua criação na década de 1970. Os dois documentários mostram com fartas imagens as atuações políticas desses segmentos sociais que tiveram suas vidas atingidas pela construção e implementação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Esses grupos denunciaram os impactos ambientais provocados por Belo Monte, como a morte de milhares de peixes, a alteração do fluxo das águas do Rio Xingu, a falta de consulta aos indígenas, ribeirinhos e pescadores nas decisões sobre a construção da hidrelétrica, o descumprimento das condicionantes que seriam as contrapartidas dos danos causados por Belo Monte às populações mais vulneráveis à degradação socioambiental.

Além disso, os dois filmes apontam que funcionários e técnicos do IBAMA, ao avaliarem os riscos socioambientais que o projeto trazia ao ser implementado, foram demitidos ou pediram demissão. Em seu lugar, o Governo Dilma Rousseff colocou diretores e funcionários que se comprometeram em legalizar a construção de Belo Monte, ainda que esses soubessem que a hidrelétrica significava a destruição de parte dos biomas naturais da região do Xingu e a ameaça à sobrevivência das populações tradicionais, apontado, portanto, para a inviabilidade do projeto.

A destruição da floresta Amazônica se deve a vários fatores, dentre eles: a extração intensa de madeiras, de minérios, das queimadas, ação de grileiros em áreas de proteção ambiental, o agronegócio, que desmata e contamina a região com um número alto de agrotóxicos e com uma produção voltada para o exterior de carne e soja.

Os documentários *Belo Monte: anúncio de uma guerra* e *Belo Monte: depois da inundação* são dois registros fundamentais para compreender que, além das madeiras, garimpo e o agronegócio, há também as usinas hidrelétricas como fator decisivo de destruição da Amazônia.

Por outro lado, os dois filmes mostram também que as populações atingidas por Belo Monte, como indígenas, ribeirinhos, pequenos agricultores e pescadores, atuaram e atuam contra esses e outros empreendimentos com muita determinação. Especialmente as etnias indígenas em vários segmentos dos dois documentários demonstraram disposição para lutar literalmente, seja pintando os corpos para o combate, seja nas palavras de ordem proferidas por alguns líderes indígenas demonstrando que estavam prontos para uma guerra física.

Belo Monte: uma guerra anunciada e *Belo Monte: depois da inundação* colocam em relevo algo que passa despercebido em muitas análises sobre movimentos sociais. Os documentários constatam a forte atuação política dos indígenas da região, a disposição para o enfrentamento ao adversário, sem hesitações e em ações assertivas com arco e flecha na mão e aos gritos de morte aos inimigos.

Constata-se que há uma constante atuação política desses grupos que não é registrada pela grande mídia; e que, sem essa mobilização desses atores políticos, os efeitos danosos da construção de Belo Monte e de outras usinas que estão planejadas de serem erguidas a situação socioambiental da Amazônia estaria muito pior.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, S. A Política Ambiental Sitiada no Governo Federal. **O Globo**, 08 jan. 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/ciencia/a-politica-ambiental-sitiada-no-governo-federal-7218302>. Acesso em: 19 nov. 2020.
- BRAGANÇA, D.; MENEGASSI, D. Nanico e militarizado: reestruturação do ICMBio entra em vigor. **O Eco**, 12 maio 2020. Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/nanico-e-simmilitarizado-reestruturacao-do-icmbio-entra-em-vigor/>. Acesso: 31 jul. 2022.
- CHAVES, M. do P. S.; BARROS, J. F.; FABRÉ, N. Conflitos socioambientais e identidades políticas na Amazônia. **Achegas.net**, [S. l.], v. 37, p. 42-57, 2008. Disponível em: http://www.achegas.net/numero/37/maria_37.pdf. Acesso em: 07 mar. 2018.
- CHOUERI, R. **Conflito, licença ambiental e energia na Amazônia**. 2019. 249 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.
- FEARNSIDE, P. **Hidrelétricas na Amazônia**: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras. Manaus: Editora do INPA, 2015.
- FLEURY, L. C.; ALMEIDA, J. A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: conflito ambiental e o dilema do desenvolvimento. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 16, n. 4, p. 141-156, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2013000400009>. Acesso em: 14 jul. 2022.
- JAMESON, F. **As marcas do visível**. Rio de Janeiro: Graal, 1995.
- PICHONELLI, M. Ambientalistas criticam discurso de Lula. **Folha de São Paulo**, 25 nov. 2006. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2511200605.htm>. Acesso em: 25 dez. 2023.
- RAMOS, A. Amazônia sob Bolsonaro. **Aisthesis**, [S. l.], n. 70, p. 287-310, 2021. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0718-71812021000200287&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso: 31 jul. 2022.
- ROSA, M. Presidente do IBAMA se demite sob pressão para construção de Belo Monte. **Ciclovivo**, 14 jan. 2021. Disponível em: https://ciclovivo.com.br/planeta/meio-ambiente/presidente_do_ibama_se_demite_sob_pressao_para_construcao_de_belo_monte/ Acesso: 31 jul. 2022.
- TRABALHADOR morre em Belo Monte e os trabalhadores decretam greve geral. **Repórter Brasil**, 29 mar. 2012. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2012/03/trabalhador-morre-em-belo-monte-e-operarios-declaram-greve-geral/>. Acesso em: 29 mar. 2022.

Lídia Maria Pires Soares Cardel¹
Maria Aparecida José de Oliveira²
José Geraldo de Aquino Assis³
Janilson Alves Magalhães⁴
Rita de Cássia Cerqueira Melo⁵
Maria Lenise Silva Guedes⁶

DIÁLOGOS TRANSDISCIPLINARES ENTRE A SOCIOLOGIA AMBIENTAL, A AGROECOLOGIA E O SABER-FAZER CAMPONÊS⁷

TRANSDISCIPLINARY DIALOGUES BETWEEN ENVIRONMENTAL SOCIOLOGY,
AGROECOLOGY AND PEASANT KNOW-HOW

Resumo

Neste artigo pretendemos tratar de alguns aspectos relativos à gênese, à manutenção e às reconfigurações tecidas no assentamento rural MAJU, localizado no município de São Sebastião do Passé (BA), após atuações integradas de pesquisa e extensão efetuadas por pesquisadores das áreas das ciências sociais e biológicas, em conjunto com os agricultores assentados, tendo como objetivo a construção de ações para incentivar a transição agroecológica nas práticas agrícolas da comunidade. A discussão será norteada a partir de alguns eventos e enfoques transdisciplinares, deflagrados no assentamento em voga, pelos seguintes atores envolvidos: agricultores familiares, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e membros acadêmicos vinculados à Universidade Federal da Bahia (UFBA), sobretudo os do Projeto Temático (PT08): “A Sociobiodiversidade do

1 Professora Doutora da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (FFCH/UFBA), Departamento de Sociologia e Pós-Graduação em Ciências Sociais. E-mail: lidiacardel@gmail.com

2 Professora Doutora do Instituto de Biologia da Universidade Federal da Bahia (IBIO/UFBA). E-mail: aparecid@ufba.br

3 Professor Doutor do Instituto de Biologia da Universidade Federal da Bahia (IBIO/UFBA). E-mail: jose.geraldo.assis@terra.com.br

4 Pós-Doutorando da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (FFCH/UFBA), Departamento de Sociologia e Pós-Graduação em Ciências Sociais. E-mail: janciso@yahoo.com.br

5 Pós-Doutoranda do Instituto de Biologia da Universidade Federal da Bahia (IBIO/UFBA). E-mail: riitaccmelo@gmail.com

6 Professora Mestra do Instituto de Biologia da Universidade Federal da Bahia (IBIO/UFBA). E-mail: mlguedes@ufba.br

7 Agradecemos às agricultoras e agricultores do assentamento rural MAJU/BA e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)/BA.

Litoral Norte baiano: pesquisa interdisciplinar sobre os saberes e as práticas naturais, a mobilidade, as dinâmicas territoriais e o desenvolvimento rural sustentável em um bioma de Mata Atlântica”, projeto vinculado ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Estudos Interdisciplinares e Transdisciplinares em Ecologia e Evolução (INCT IN-TREE). As descrições e as análises compõem-se de observações *in loco*, relatos, resgate da memória, documentos oficiais, referências teóricas e realização de cursos, oficinas e experimentos pensados e executados a partir de uma perspectiva dialógica. Os resultados apontaram que as ações desse projeto desenvolvidas no assentamento MAJU trouxeram para a comunidade importantes informações e construção de saberes transdisciplinares sobre sociobiodiversidade, sustentabilidade local, agroecologia, utilização das Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs) e ações práticas para uma relação simétrica entre homem e natureza.

Palavras-chave: sociobiodiversidade; sustentabilidade local; transdisciplinaridade; agricultura familiar; agroecologia.

Abstract

This article aims to address some aspects related to the genesis, maintenance and reconfigurations woven in the rural settlement MAJU, located in the municipality of São Sebastião do Passé – in the state of Bahia, Brazil, after integrated activities of research and extension carried out by researchers in the areas of social and biological sciences, together with the settled farmers, in order to build actions to encourage the agro-ecological transition in the agricultural practices of the community. The discussion will be guided by some events and transdisciplinary approaches, sparked in the settlement in particular, by the following actors involved: family farmers, the Landless Rural Workers’ Movement (MST) and academic members linked to the Federal University of Bahia (UFBA), especially those from the Thematic Project (PT08): “The Socio-biodiversity of the North Coast of Bahia: interdisciplinary research on natural knowledge and practices, mobility, territorial dynamics and sustainable rural development in an Atlantic Forest biome”, a project linked to National Institute of Science and Technology in Interdisciplinary and Transdisciplinary Studies in Ecology and Evolution (INCT IN-TREE). The descriptions and analyzes are made up of *in loco* observations, reports, memory recovery, official documents, theoretical references and realization of courses, workshops and experiments designed and carried out from a dialogic perspective. The results showed that the actions of this project, developed in the MAJU settlement, brought to the community important information and the building of transdisciplinary knowledge about socio-biodiversity, local sustainability, agro-ecology, use of Non-Conventional Food Plants (PANCs), and practical actions for a symmetrical relationship between man and nature.

Keywords: socio-biodiversity; local sustainability; transdisciplinarity; family farming; agro-ecology.

INTRODUÇÃO

A construção do conhecimento interventivo sob uma perspectiva interdisciplinar e transdisciplinar requer mecanismos e pesquisadores capazes de transitar por vários campos de saberes, sem prescindir da escuta sensível e do posicionamento aberto frente às comunidades, aos interlocutores e às várias formas de vida

existentes, assim como demanda um modelo de universidade que, por meio de seu tripé: ensino-pesquisa-extensão, não dissocie a ciência destas realidades e, de fato, viabilize e seja uma aliada no concatenamento entre teoria e prática, cumprindo o papel social de criar laços e pontes com a sociedade civil, incentivando o processo de retroalimentação entre conhecimento e realidade vivida.

Neste sentido, este artigo tem como meta apresentar e analisar os resultados de ações inter e transdisciplinares voltadas para a transição agroecológica, realizadas por pesquisadores de diferentes áreas, em uma comunidade rural de agricultores assentados do litoral norte baiano. Essa área congrega uma grande diversidade de territórios administrativos, como: Área de Proteção Ambiental (APA), Áreas de Reserva Extrativista, Áreas de Assentamentos Rurais e demais áreas criadas por políticas públicas essenciais, voltadas para a preservação ambiental e que estão cercadas por inúmeras áreas particulares, orientadas para a indústria do turismo, indústrias petroquímicas, área de reflorestamento, assim como hotéis e condomínios residenciais.

O projeto⁸ que dá base à pesquisa e aos resultados aqui apresentados procura realizar estudos de comunidades, de territórios comunitários, de mobilização social e de questões ambientais relacionadas às matrizes energéticas locais, avaliando os sistemas de manejo em áreas naturais e agrícolas. Visa também a desenvolver atividades de pesquisa e extensão – relacionadas às PANCs e às tecnologias para produção de mudas de espécies nativas com uso de microrganismos –, buscando promover a sustentabilidade local, de modo que os saberes e as práticas socioeconômicas tradicionais, as dinâmicas territoriais e as perspectivas das ações para o desenvolvimento rural sustentável sejam levados a cabo, a fim de que as ações antrópicas não comprometam o vínculo entre o tempo da lembrança, o tempo do trabalho (BOSI, 2006) e do metabolismo social (MARX, 2011; FOLADORI, 2001), construídos e vivenciados pelos grupos sociais.

A construção deste artigo está pautada em um trabalho de pesquisa e extensão desenvolvido exclusivamente no assentamento MAJU. Esta escolha adéqua-se com a busca pela ampliação do entendimento deste local e de suas dinâmicas, bem como com as ações interventivas aí desenvolvidas. Neste percurso investigativo de cunho qualitativo, foram utilizadas informações advindas de

8 Este artigo apresenta dados coletados pelo conjunto de pesquisadores do Projeto Temático (PT08): “A Sociobiodiversidade do Litoral Norte baiano: pesquisa interdisciplinar sobre os saberes e as práticas naturais, a mobilidade, as dinâmicas territoriais e o desenvolvimento rural sustentável em um bioma de Mata Atlântica”, projeto vinculado ao INCT IN-TREE, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). Cabe destacar que todas as visitas a campo contaram com a parceria da Atividade Curricular em Comunidades (ACCS) – “Matas Urbanas: Agroecologia, Educação Popular e Movimentos Sociais”, importante componente acadêmico de extensão da UFBA.

observações *in loco*, tendo como base a metodologia da sociologia interventiva. Neste sentido, os dados foram coletados por meio de múltiplas ações investigativas que seguiram três eixos: o mapeamento da memória social, através dos relatos dos agricultores do MAJU; o resgate da memória institucional, por meio da análise dos documentos oficiais sobre a origem fundiária do assentamento; e a realização de cursos, oficinas e experimentos durante o período de trabalho de campo, entre os anos de 2018 e 2022, como formas de construir novas ações e saberes em diálogo com os conhecimentos e as práticas agroecológicas.

Diante deste contexto, tais intentos foram fundamentais para traduzir as nuances do campo da investigação e do recorte empírico deste artigo, visto que se constituíram como pontos de partida para desvelar a repercussão e os impactos de um conjunto de ações sociais e ambientais praticados pelo grupo social sobre o bioma de Mata Atlântica, como: as atividades agrícolas, os múltiplos usos do território e a utilização da madeira de espécies nativas para cocção de alimentos e para a venda na forma de carvão vegetal.

Neste sentido, o princípio norteador das ações de pesquisa e extensão efetuadas com os agricultores assentados foi embasado na concepção de que as práticas agrícolas e extrativistas, ao serem racionalmente orientadas por meio do paradigma agroecológico, podem ser repensadas e ressignificadas como práticas menos impactantes na relação homem-natureza. Aliados a esta concepção, partimos do entendimento de que essas ações podem contribuir para plasmar relações humanas e formas de existências mais saudáveis e equilibradas, a exemplo da redução do uso de agrotóxicos nas lavouras, da restauração de áreas degradadas com espécies nativas e da utilização sustentável da madeira como fonte energética.

A despeito de algumas dessas práticas já estarem ocorrendo em territórios desse bioma, como é o caso do assentamento rural MAJU (Figura 1), localizado no município de São Sebastião do Passé (BA), elas estão sendo intensificadas e implantadas em outros espaços contemplados pelo projeto. Certamente, a ideia é alargar o leque de abrangência do conhecimento científico e socializá-lo, por meio da tríade ensino-pesquisa-extensão, sem ignorar a importância do conhecimento da população local (CARDEL, 2016; 2019). Entende-se que este tipo de postura possibilita dialogar com os sujeitos da pesquisa, num constante movimento de ensino e aprendizagem acerca das ações voltadas para a relação do humano com o não humano, inseridas nas formas de apropriação territorial, na mobilidade intralocal, na dinâmica fundiária, nos impactos socioambientais, no manejo de áreas naturais e agrícolas e na escolha de matrizes energéticas, tanto no âmbito teórico quanto no prático, instigando a sensibilização socioambiental, econômica, política, tecnológica e cultural dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

Figura 1 – Imagem da área do assentamento antes da implementação do Sistema Agroflorestal e da área de restauração MAJU/BA



Fonte: Adaptada do Google Earth (2019).

Para explanarmos os objetivos e os resultados das nossas ações de pesquisa e extensão, o presente artigo encontra-se organizado em três seções. Na primeira, apresentamos a composição do tecido social e territorial do assentamento rural MAJU. Na sequência, apresentamos os resultados das ações da implementação do Sistema Agroflorestal Agroecológico (SAF), construído conjuntamente com os agricultores, por meio da integração dos saberes tradicionais e das práticas agroecológicas. Por último, tratamos das reconfigurações tecidas no MAJU, a partir da construção coletiva dos saberes transdisciplinares, amparada nas ciências biológicas e sociais.

ASPECTOS DA INTER E DA TRANSDISCIPLINARIDADE

O contato com o assentamento MAJU se deu há 6 anos, via integração dessa comunidade com um componente curricular da Universidade Federal da Bahia, denominado “Atividade Curricular em Comunidades (ACCS) – Matas Urbanas: Agroecologia, Educação Popular e Movimentos Sociais”, atividade que teve como mediadores os movimentos sociais vinculados ao projeto de Educação no Campo. Após as ações socioeducativas de extensão realizadas, a comunidade aceitou a presença de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, participando ativamente dos experimentos, das atividades e das oficinas propostas, como pode ser observado na figura a seguir.

Figura 2 – Levantamento nas áreas de Quintais, Roças e Área Coletiva



Fonte: Acervo do Projeto Temático 08 (2019).

Os atores que habitam o território administrativo, denominado assentamento MAJU, são oriundos de diferentes realidades sociais, com um corpo coletivo pouco coeso e pequenos grupos razoavelmente integrados. Por meio de uma literatura sobre o tema e a experiência de campo, levantamos a hipótese de que esta estrutura de sociabilidade está associada à predominância da identidade política dos assentados sobre as identidades culturais dos diversos grupos que deram origem ao assentamento, realidade presente neste tipo de território e que constitui um dos pontos nevrálgicos dos movimentos sociais vinculados à luta pela terra. Os assentados dessa localidade, geralmente dotados de baixa escolaridade, dispõem de casas e quintais produtivos que dão forma à pequena agrovila. Na sua conformação inicial, estabelecida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e que segue um modelo usado por todo o território nacional, o assentamento possui área total de 479,7218 ha e está dividido em 4 áreas: a) a Agrovila, onde estão as casas que possuem um pequeno quintal de 250 m²; b) os Lotes de plantio (11 ha), co-

mumente denominados roças; c) a Área de Reserva Ambiental (100 ha); d) a Área Comum (7 ha). Esta última é contígua à área das residências e hoje está ocupada com atividades de agricultores familiares que não fazem parte das 29 famílias originalmente assentadas, algo não previsto pelo INCRA, órgão que hipoteticamente deveria acompanhar com ações resolutivas as transformações ocorridas nos assentamentos rurais no seu processo de consolidação e de envelhecimento da população originalmente assentada.

Longe de ser uma particularidade do assentamento MAJU, esta é a realidade da maioria dos assentamentos rurais, como aponta uma vasta literatura na área dos estudos rurais, o que demonstra a impotência do Estado brasileiro em atender a demanda agrícola e agrária dos agricultores familiares brasileiros⁹ dentro das suas singularidades locais e regionais¹⁰.

Estes agricultores familiares costumam produzir, especialmente nos quintais, feijão, milho, mandioca, banana, coco, abacate, limão, laranja, abóbora, maxixe, quiabo, jiló, alface, rúcula, coentro, couve, dentre as principais espécies alimentícias que compõem a microeconomia da família camponesa, voltada, em primeira instância, para a lógica do consumo familiar e, *a posteriori*, para a venda de circuitos curtos (CHAYANOV, 1974).

A produção nos lotes/roças segue a mesma lógica de policultura, porém com baixíssima produtividade para a grande parte dos assentados, pois suas propriedades estão a quilômetros da agrovila, o que prejudica e até mesmo inviabiliza o plantio, a manutenção e a produção, salvo algumas poucas famílias que possuem lotes contíguos à área comum.

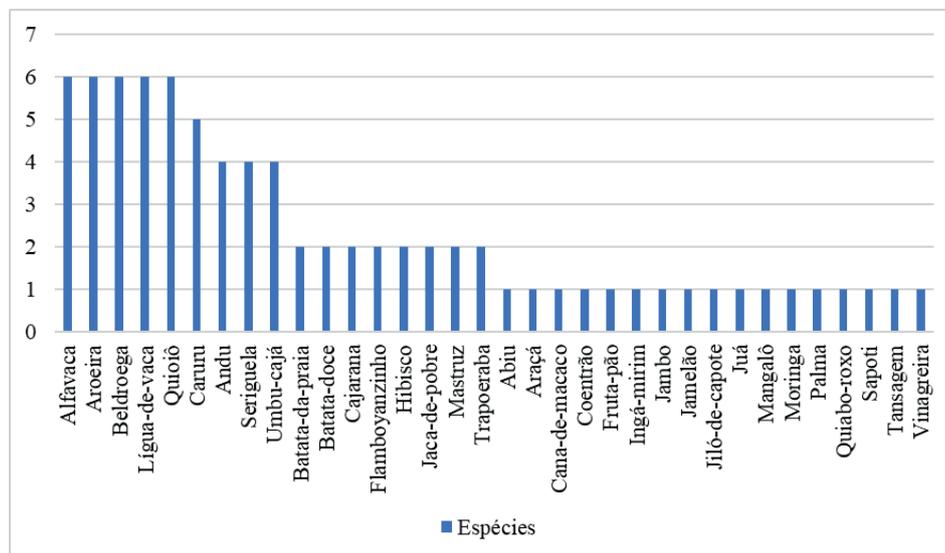
A diversidade da produção é comercializada por alguns integrantes desse assentamento nas feiras agroecológicas na cidade de Salvador (BA), realizadas duas vezes por semana: uma no Museu de Arte da Bahia (MAB) e outra na UFBA – *campus* Ondina, como também nas feiras dos municípios de Mata de São João e São Sebastião do Passé. Esta estratégia de produção, privilegiando os mercados curtos, está associada ao locavorismo (AZEVEDO, 2015), uma vez que os camponeses feirantes – residentes em localidades rurais da região metropolitana de Salvador, a exemplo do MAJU – vendem seus produtos a preços acessíveis, diretamente aos consumidores, e ajudam a fortalecer a economia local. Além disto, contribuem para pôr em relevo o diálogo entre os meios

9 Ver Martins (2000).

10 As políticas públicas modeladas desde o Estatuto da Terra (BRASIL, 1964) não deram conta dos anseios e necessidades do campesinato brasileiro. O modelo de assentamento rural proposto, e ainda atualmente em voga, culpabiliza os próprios assentados por todas as limitações impostas, que vão desde a incapacidade de captar linhas de crédito até o ato de se desfazerem das áreas ocupadas (lotes) por culpa dos imensos equívocos burocráticos estatais.

rural e urbano, a articulação entre o local e o global, e a confiança na agricultura familiar sustentável, que possibilita ao consumidor o acesso a alimentos frescos e saudáveis, sem a utilização de agrotóxicos e sem comprometer os recursos dos bens da natureza. Constatou-se, como já apontado, que os quintais apresentam uso mais intenso que as roças, com marcada diversidade de plantas, sobretudo as alimentícias, mas também com presença de plantas medicinais e ornamentais. Nos processos de levantamento por meio da técnica de caminhamento, foram identificadas espécies consideradas PANCs, cultivadas ou espontâneas, nas áreas de quintais e áreas comunais, como apresentadas no gráfico a seguir.

Gráfico 1 – Levantamento das PANCs encontradas numa amostra de 7 quintais produtivos

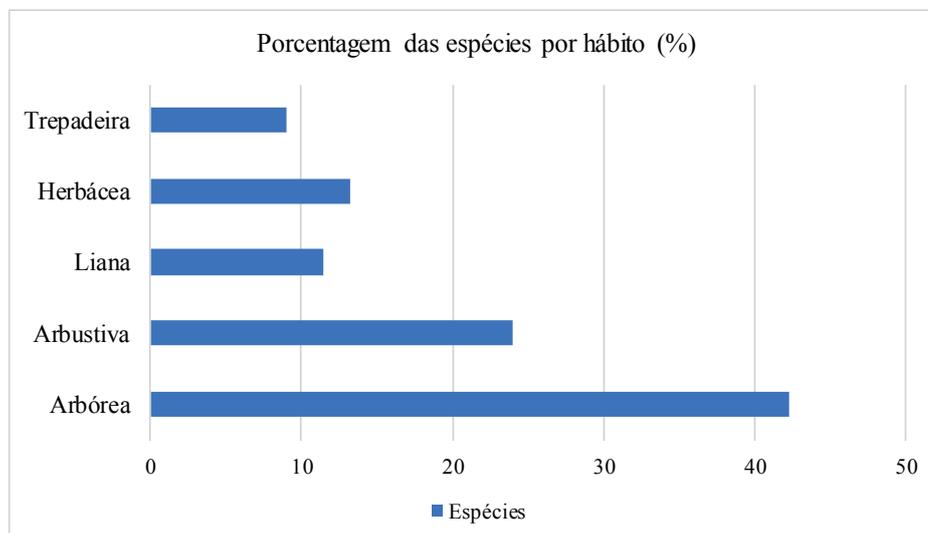


Fonte: Acervo do Projeto Temático O8 (2020).

Também foi possível constatar que alguns assentados efetuam um intercâmbio contínuo com as suas localidades de origem, trazendo para o assentamento recursos vegetais que remetem a suas raízes como agricultor ou pecuarista, reforçando o aspecto multicultural dos assentamentos.

Para conhecer melhor a vegetação da mata ciliar, foi realizado um levantamento florístico na área de reserva do assentamento. Verificou-se que a vegetação está em bom estado de conservação devido à presença de árvores de grande porte (estrato arbóreo), vegetação arbustiva e vegetação herbácea no estrato inferior (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Distribuição das espécies por hábito –
vegetação da mata ciliar do assentamento MAJU/BA



Fonte: Acervo do Projeto Temático O8 (2020).

Observou-se por meio deste levantamento que, dentre as 58 espécies levantadas, 24% são madeireiras, 36% ornamentais, 28% potencialmente medicinais e 12% alimentícias, como podem ser vistas no Quadro 1.

Quadro 1 – Distribuição das espécies vegetais por categoria de uso

Madeira	
<i>Andira fraxinifolia</i> Benth.	<i>Pouteria beaurepairei</i> (Glaz. &Raunk.) Baehni
<i>Cupania rugosa</i> Radlk.	<i>Protium heptaphyllum</i> (Aubl.) Marchand
<i>Eugenia florida</i> DC.	<i>Sapium glandulosum</i> (L.) Morong.
<i>Miconia prasina</i> (Sw.) DC.	<i>Schinus terebinthifolia</i> Raddi
<i>Mimosa caesalpiniaefolia</i> Benth.	<i>Simarouba amara</i> Aubl.
<i>Moquiniastrum oligocephalum</i> (Gardner) G.Sancho	<i>Tapirira guianensis</i> Aubl.
<i>Moquiniastrum polymorphum</i> (Less.) G.Sancho	<i>Xylopia sericea</i> A.St.Hil.
Ornamental	
<i>Adiantum latifolium</i> Lam.	<i>Myrcia splendens</i> (Sw.) DC.
<i>Adiantum obliquum</i> Willd.	<i>Passiflora alata</i> Curtis
<i>Andira fraxinifolia</i> Benth.	<i>Passiflora silvestris</i> Vell.
<i>Anemopaegma citrinum</i> Mart. ex DC.	<i>Protium heptaphyllum</i> (Aubl.) Marchand

<i>Cecropia pachystachya</i> Trec.	<i>Psychotria bracteocardia</i> (DC.) Müll.Arg.
<i>Cissus erosa</i> Rich.	<i>Psychotria hoffmannsegiana</i> (Willd.ex Schult.) Müll. Arg.
<i>Dichorisandra cf.procera</i> Mart. ex Schult. & Schult.	<i>Psychotria schlehtendeliana</i> (Müll.Arg.) Müll. Arg.
<i>Handroanthus chrysotrichus</i> (Mart. ex A.DC.) Woodson	<i>Serjania salzmanniana</i> Schlttd.
<i>Heliconia psittacorum</i> L. f.	<i>Xylopi sericea</i> A.St.Hil.
<i>Lindsaea lancea</i> (L.) Bedd.	
<i>Lygodium volubile</i> Sw.	
<i>Mandevilla scabra</i> (Hoffmann ex Roem. & Schult.)	
Medicinal	
<i>Aegiphila pernambucensis</i> Moldenke	<i>Mikania belemii</i> R.M.King & H.Rob.
<i>Aegiphila racemosa</i> (Vell.)	<i>Myrcia sylvatica</i> (G.Mey.) DC.
<i>Casearia commersoniana</i> Cambess.	<i>Petiveria alliacea</i> L
<i>Clidemia capitellata</i> (Bonpl.) D.Don	<i>Protium heptaphyllum</i> (Aubl.) Marchand
<i>Costus spiralis</i> (Jacq.)Roscoe	<i>Sapium glandulosum</i> (L.) Morong.
<i>Guatteria pogonopus</i> Mart.	<i>Siparuna guianensis</i> Aubl.
<i>Henriettea succosa</i> (Aubl.) DC.	<i>Smilax syphilitica</i> Humb. & Bonpl. ex Willd.
<i>Lantana radula</i> Sw.	<i>Tarenaya spinosa</i> (Jacq.) Raf
Alimentar	
<i>Annona muricata</i> L.	<i>Myrcia splendens</i> Sw.) Dc.
<i>Bixa orellana</i> L.	<i>Pouteria beaurepairei</i> (Glaz. &Raunk.) Baehni
<i>Eugenia florida</i> DC.	<i>Simarouba amara</i> Aubl.
<i>Hancornia speciosa</i> (Sw.) DC.	

Fonte: Projeto Temático 08 (2021).

Frente à diversidade apresentada, cabe frisar que no assentamento existem várias atividades não agrícolas voltadas para o uso dos recursos ambientais presentes no território da comunidade e que são responsáveis pelo sustento das famílias. Além das relacionadas às policulturas agrícolas e às feiras, os assentados se voltam para as atividades de pesca, artesanato, meliponicultura (criação de abelhas sem ferrão), carpintaria, dentre outras, inclusive as que se encontram no âmbito da culinária e do extrativismo. Isto ilustra bem a composição pluriativa do tecido social dessa localidade.

Assim, durante o intercâmbio com os assentados, foi possível visualizar várias atividades de produção que extrapolam as roças e os quintais, e que criam dinâmicas sociais e culturais importantes para além da realidade cotidiana estabelecida pela terra, pelo território e pelos bens da natureza. O assentamento rural é um território produtivo e político. Neste sentido, o fato dos agricultores do MAJU participarem de atividades econômicas e sociais vinculadas às redes de ações eminentemente urbanas mostra que as ações camponesas não se reduzem ao assentamento e às atividades agrícolas. Ou seja, as práticas pluriativas¹¹ são essenciais para a autorreprodução do modo de vida do agricultor familiar.

No contexto do assentamento e das suas unidades produtivas¹², levando-se em consideração o conceito da unidade doméstica de produção (CHAYANOV, 1974), nota-se que existe a busca por um equilíbrio entre a produção e o consumo em cada família assentada, com o objetivo de manter um mínimo vital. Ao trabalhar com a terra, os agricultores do assentamento MAJU têm como objetivo garantir as necessidades alimentares básicas das suas famílias e produzir um excedente a ser comercializado no mercado de circuitos curtos, com a finalidade de obter renda e não lucro.

Assim, o entendimento desse cálculo demanda não se perder de vista as supracitadas atividades, em grande medida, direcionadas ao atendimento do consumo da família camponesa. No fundo, o equilíbrio tem um grande peso na avaliação da subjetividade familiar envolvida, pois ele permite desvelar a intensidade de autoexploração das unidades econômicas camponesas que vivem da microeconomia. Isto pôde ser observado em diálogos com assentados do MAJU, os quais chegaram a afirmar que, se a produção agrícola dos lotes e dos quintais garantisse a sobrevivência cotidiana “sem passar apertos, não precisaria correria”.

De forma evidente, os camponeses assentados estão inseridos nas estruturas da sociedade organizada pelo princípio do lucro, do capital e do trabalho. Entretanto, o camponês está inscrito numa fração de classe que possui uma certa autonomia sobre as suas horas de trabalho, bem como o saber-fazer agrícola, o que o torna um grupo social com uma relação distinta sobre os bens que seus integrantes produzem. Ao levarem para as feiras-livre o produto do trabalho com a terra, eles têm uma percepção do valor do trabalho empregado, mesmo que este valor seja subordinado ao mercado.

11 Para uma discussão aprofundada sobre pluriatividade e modo de produção camponês, ver Schneider (2003).

12 Cada família assentada tem o direito a uma residência com quintal, um lote produtivo e acesso à área comum e à área de reserva.

Porém, os assentados da comunidade MAJU não são camponeses históricos tradicionais, visto que o acesso à terra se deu por meio de lutas sociais e implementação de políticas públicas. Sendo assim, com o desenvolvimento da pesquisa, detectamos a ausência de conhecimento dos agricultores sobre a história do assentamento e dos seus aspectos legais, pelo fato de poucos serem membros originais da localidade. Neste sentido, decidimos elaborar uma análise mais acurada da dinâmica deste *locus* desde a origem, realizando um avivamento da memória do assentamento rural MAJU, principalmente a institucional, com a finalidade de rememorar o processo legal do surgimento e obter informações sobre o uso das terras antes das famílias serem assentadas. Para isso, foram realizadas, junto ao Superintendente Regional do INCRA, solicitações de acesso completo ao processo administrativo de implantação e acompanhamento do Assentamento MAJU. O atendimento à solicitação tardou cerca de nove meses, evidenciando assim a dificuldade na obtenção desse tipo de documentação.

Ao consultarmos os dados que integram tal processo, soubemos que a constituição do assentamento rural MAJU remonta aos tempos idos do final da década de 1990, informação corroborada por relatos de moradores locais durante uma visita técnica.

No momento da apresentação da oficina sobre o “Resgate da memória institucional do assentamento rural MAJU”, além da análise dos marcos históricos da desapropriação e criação do assentamento, foram debatidos vários aspectos sobre as questões legais que não estavam explícitas nos documentos que compõem o referido processo. Em vista disto, optamos pela utilização de uma linguagem simples e compreensível, capaz de incluir o grupo social heterogêneo ali presente. A importância de uma oficina sobre memória institucional é uma ação imprescindível para a população de assentamentos rurais, uma vez que este tipo de política pública para camponeses sem-terra parte, impreterivelmente, de situações de conflitos fundiários e mediações de movimentos sociais. Mesmo quando se trata de um Assentamento Rural consolidado, como é o caso aqui estudado, e com longa história de contato direto com as autarquias institucionais para resolução de problemas e demandas, é comum que os técnicos de órgãos governamentais utilizem uma linguagem excessivamente técnica e restrita aos seus pares. Esse desencontro revela que, além da ausência de políticas públicas consistentes, existe um processo de invisibilidade e negligência por parte do Estado brasileiro em dois níveis: a) a falta de treinamento adequado dos quadros burocráticos voltado para as políticas públicas relativas a questões fundiárias e suas especificidades; e b) a invisibilidade das populações subalternas do meio ru-

ral brasileiro, que apresentam imensas heterogeneidades locais, regionais e nacionais. Prova disto é que a não entrega pelo INCRA de uma versão impressa do documento original da criação do assentamento aos integrantes da comunidade MAJU gerou um apagamento do processo de luta pela terra e pelos direitos adquiridos enquanto agricultores familiares assentados. Como aponta Bosi (2006), a *memória-lembrança* é uma ferramenta central de luta e de construção de cidadania e identidade. Sem memória, a luta se perde e o grupo social se enfraquece.

Por meio da *oficina de memória*, foi possível rememorar a cadeia domínial das terras e informar aos agricultores do assentamento MAJU que, através daquele documento, eles adquiriram o direito ao usufruto das terras, mas não a propriedade individual dos lotes. E este fato gerou um diálogo rico e tenso sobre a questão fundiária e o futuro das famílias assentadas. Explanamos, passo a passo, os caminhos da reforma agrária de mercado no Brasil e os paradoxos criados no processo de implementação dos assentamentos rurais. Informamos que a terra desapropriada é paga pelo Estado brasileiro aos antigos proprietários pelo valor de mercado local e regional, mas não é transferida como propriedade ao agricultor. Isto causa inúmeros problemas, como, por exemplo, a falta de perspectivas dos filhos dos assentados, que nascem sem a possibilidade de herdar os lotes onde nasceram e foram criados. Outro problema enfrentado é a questão de que há uma imposição por parte do Estado para a criação de uma entidade burocrática, uma associação¹³ com Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), que detém a prerrogativa de agir e mediar todas as ações de captação de recursos para os agricultores, gerando conflitos internos entre os assentados. Neste ponto, os agricultores informaram que a falta de pagamento das mensalidades por parte de alguns membros da Associação dos Agricultores da Fazenda MAJU, bem como dívidas antigas com projetos de incentivo rural, têm sido umas das fontes conflitivas no assentamento, visto que a referida organização está impedida de captar recursos de políticas públicas para fomentar qualquer projeto voltado para o plantio, a criação de animais e outras atividades econômicas essenciais. Outro problema, ainda maior, é que, no decorrer dos anos, com a falta de suporte técnico e econômico, as famílias assentadas estão migrando e se desvinculando da terra conquistada. Atualmente, das 29 famílias originalmente assentadas, apenas 13 permanecem na fazenda MAJU. Existem também 3 famílias, formadas por filhos de assentados, que lutam para permanecer como agricultores e que reivindicam, com o suporte do MST e dos

13 A Associação dos agricultores do assentamento MAJU foi criada no momento da implantação do assentamento, como ocorre com todos os assentamentos rurais criados pelo Estado. Obviamente, a sua estrutura original não acompanha a dinâmica da comunidade.

assentados, o direito de receberem do INCRA os mesmos direitos que os seus pais possuem.

As informações contidas no Processo nº 54160.000691/1999-13, no SEI-INCRA (PROCESSO, 1999), nos propiciaram inferir que a cadeia sucessória da fazenda MAJU, antes de se tornar assentamento, teve a seguinte configuração entre transmitentes e adquirentes: Phillipi Abboud, Antônio Calmon Vilas Boas (16/04/1964) e SIBRA ELETROSIDERÚRGICA BRASILEIRA S.A. (30/12/1970)¹⁴. O documento aponta ainda a inexistência de trabalhadores assalariados, arrendatários e/ou parceiros vinculados à empresa, sendo identificadas apenas três famílias de posseiros morando no imóvel, em espaços menores do que um módulo da região, que foram incorporadas como famílias assentadas.

Diante de tal cenário, houve a luta de camponeses e de membros do MST pela desapropriação da fazenda, uma vez que a proprietária, a empresa agropecuária SIBRA, não estava cumprindo com a função social da terra. Neste contexto, o imóvel foi considerado como área passível de reforma agrária, conforme determinam os artigos 184 e 185 da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

A proposta de desapropriação do imóvel destinou-se a um projeto de assentamento, inicialmente pensado para alocar 10 famílias de trabalhadores rurais sem terra da região, conforme consta no Parecer da Comissão do INCRA, elaborado em 01 de outubro de 1999. Mas, como soubemos durante o encontro no MAJU, houve considerável mudança no formato do projeto original, para que fosse possível assentar uma quantidade total de 29 famílias. Esta reivindicação foi uma iniciativa da militância do MST, e não das 10 famílias originalmente engajadas na luta. Cabe frisar ainda que, conforme informaram alguns assentados, tal mudança significou uma redução do número de hectares por família. Inicialmente, quando havia 10 famílias, cada uma delas teria direito a 16 hectares. Contudo, quando outras 19 famílias foram acrescentadas por meio da mediação do MST, cada uma das 29 famílias passou a ter direito a lotes de 11 hectares. Nota-se, assim, o quão relevante é a memória do grupo social. Como nos ensina Bosi (2006), a oralidade é imprescindível

14 Consta que em 09 de março de 1998 foi emitida a Ordem de Serviço/INCRA/SR-05/BA/nº 12/98, a fim de formar comissões de campo para proceder ao Levantamento de Dados e Informações, Vistoria e Avaliação de Imóveis Rurais, Atualização Cadastral e Levantamento Topográfico. Em 12 de novembro de 1998, Luiz Gugé Santos Fernandes, Superintendente Regional Adjunto (INCRA/BAHIA), comunicou, via ofício, à SIBRA ELETROSIDERÚRGICA BRASILEIRA S.A. sobre o Levantamento de Dados e Informações no imóvel rural denominado Fazendas Reunidas Maju/Panema. No ano seguinte, entre os dias 19 e 20 de agosto, foram feitas as primeiras movimentações referentes à Vistoria do Imóvel Fazenda MAJU, pela Superintendência Regional da Bahia-SR-05 – e a última no dia 18 de dezembro de 2000. O imóvel (que teve como proprietária a citada empresa), localizado nos municípios de São Sebastião do Passé e Mata de São João (BA), com área registrada de 521,7391 ha (superior à área cadastrada de 479,7218 ha, localizada no primeiro município), possui 15,99 módulos fiscais, bem abaixo do municipal, que atinge a marca de 30,0 ha.

na construção das relações sociais e na rememoração do surgimento de uma nova localidade repleta de detalhes e de negociações objetivas e subjetivas¹⁵.

Embora 9 de novembro de 1999 seja, para o Estado brasileiro, considerada a data de fundação do assentamento rural MAJU, o ano anterior está mais presente na memória dos membros desse território administrativo, os quais costumam associá-lo ao início da luta pela terra, vide o interessante relato abaixo de uma das mulheres que ainda luta para ser reconhecida como assentada.

No ano que eu cheguei aqui, o assentamento tava fazendo, eu acho que era 10 anos ou 11 anos. Quando o finado Enézio falou... Quando eu cheguei, na data que eu cheguei aqui, quando eu vim lá de baixo, ainda ele falou [...] pra mim... Eu guardo por causa disso, porque ele me disse... Tava comemorando essa tal festa de São Cosme e São Damião e eu cheguei aqui nessa data. Não sei se era 26 ou 27. Ele [Enézio] falou: 'você é bem-aventurada, que tu tá chegando na data de São Cosme e São Damião e na data do aniversário do assentamento, que se comemorava nessa data'. Foi tanto que ele ainda disse... Deve ter sido em setembro de 1998, quando as 10 famílias começaram a se organizar para lutar pela terra (Informante A, 2022).

Apesar da existência de desencontros entre a memória institucional e a memória dos agricultores, ambas possuem liames que se complementam. No decorrer da análise do processo, feita por meio da oficina de memória, percebemos que o documento institucional gerado pelo INCRA funciona, para eles, como uma espécie de escritura de propriedade do assentamento rural MAJU. Entretanto, como a política de assentamento rural gera apenas o direito ao usufruto, os camponeses assentados não possuem o direito à propriedade individual das terras. Elas são, legalmente, inegociáveis e intransferíveis, inclusive para os filhos dos agricultores assentados, que não possuem o direito de herança sobre os lotes, as casas e as áreas comunais. No decorrer da oficina, muitos agricultores, inclusive aqueles que não faziam parte das 29 famílias, demonstraram espanto ante o fato de que a luta pela terra não havia se concretizado como eles

15 No processo acima, foi declarado de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado "Fazenda MAJU", com área de 521,7391 ha (quinhentos e vinte e um hectares, setenta e três ares e noventa e um centiares), no Decreto de 9 de novembro de 1999, assinado por Fernando Henrique Cardoso e Raul Belens Jungmann Pinto, publicado no dia seguinte, quarta-feira, no Diário Oficial nº 215 – seção 1, depois do reforço com vista à publicação do Decreto para a desapropriação desta fazenda, do dia 13 de outubro de 1999, assinada por Cezar Jorge Coelho Pinheiro, chefe da DFD-2. No dia 11 do mês seguinte, o processo foi restituído à Superintendência do INCRA/BA e no dia 22 de dezembro de 1999 houve o registro da Certidão do procurador Emanuel G. de Carvalho, favorável à desapropriação do imóvel. A área total desapropriada teve o seguinte resumo da avaliação: valor total do imóvel Faz. Panema: R\$98.838,32; valor de benfeitorias indenizáveis: R\$23.900,73; valor a ser pago em Título da Dívida Agrária (TDA): R\$74.937,59 (indenização da "terra nua"); custo por família: R\$9.883,83; valor total por hectare: R\$206,03 (PROCESSO, 1999).

desejavam. Apesar disso, demonstraram ciência acerca do caráter comunitário e do direito de usufruto das áreas comuns e da reserva florestal.

De acordo com dados do relatório agrícola realizado pelo INCRA em 1997/1998, a distribuição da cobertura vegetal das áreas do assentamento apresentava o seguinte quadro: a) preservação permanente (margens dos rios, encostas e nascentes) – 79,0 ha = 16,47%; b) inaproveitável (estrada, casa, inapta para fins agrícolas) – 5,0 ha = 1,04%; c) aproveitável, mas não utilizada (capoeira, mata em estágio inicial, médio e avançado) – 395,7218 ha = 82,49%; d) área total: 479,7218 ha = 100%. Com relação às condições ideais para a atividade agrícola, a região onde o imóvel estava situado foi considerada rica em água devido a precipitações pluviométricas superiores a 1400 mm, com solos férteis, apesar de grande parte da vegetação ter dado lugar à cultura de eucalipto, já que a principal atividade econômica desenvolvida pela empresa SIBRA, antiga proprietária, era a extração de espécies nativas, destinadas à produção de carvão para o consumo e abastecimento da empresa. Esta atividade extrativista, associada ao plantio de maciços de pinus e eucalipto, impôs extensas áreas de degradação, o que é visível ainda hoje em várias localidades do assentamento, realidade confirmada pelos assentados. Segundo os informantes, quando da criação do assentamento, a fazenda apresentava várias áreas impactadas, o que dificultou imensamente a produção agrícola das roças, além da falta de assistência técnica e de infraestrutura para produção agrícola sustentável e sustentada.

Após 26 anos de ocupação da área pelos agricultores, verifica-se a presença da ação positiva da agricultura familiar na fazenda MAJU. Entretanto, sem a assistência técnica orientada, essas ações não são suficientes para a recuperação das áreas impactadas. Um exemplo é a extração de madeira sem orientação de manejo adequada. Atualmente foi observado um aumento no consumo de espécies vegetais para matriz energética essencial com usos difusos.

De acordo com o relato dos assentados, as principais espécies utilizadas como matriz energética são as indicadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Nomes científico, popular e uso de algumas espécies vegetais no assentamento MAJU/Bahia

NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR	USO
<i>Tapirira guianensis</i> Aubl.	pau-pombo	Cerca/lenha
<i>Simarouba amara</i> Aubl.	paparaíba/pau-paraíba	Lenha
<i>Moquiniastrum oligocephalum</i> (Gardner) G.Sancho	candeia	Lenha
<i>Cupania rugosa</i> Radlk.	cambotã/camboatá	Cerca/lenha

<i>Eschweira ovata</i> (Cambess.) Mart. ex Miers	biriba	Cerca/estacas
<i>Caraipa densifolia</i> Mart.	camaçari	Madeira/cerca
<i>Byrsonima sericea</i> DC.	murici	Madeira/lenha

Fonte: Acervo do Projeto Temático O8 (2020).

Com relação ao exposto, considerou-se relevante fomentar a criação de um SAF no assentamento MAJU, uma vez que as roças, em sua maioria subutilizadas, poderiam se adequar bem ao cultivo de espécies madeireiras e frutíferas. Partindo dessa proposta, nosso grupo de pesquisa previamente consultou moradores do assentamento a respeito das espécies vegetais nativas de interesse dos agricultores, a fim de aumentar a biodiversidade local, bem como gerar renda para a comunidade como um todo.

Neste sentido, duas espécies nativas (Figura 3) foram escolhidas levando-se em consideração a falta destas na área do assentamento e o potencial econômico de ambas: a mangabeira (*Hancornia speciosa* Gomes) e o vinhático (*Plathymenia foliolosa* Benth.).

Nessa fase da pesquisa, quando os assentados já estavam cientes das ações dos pesquisadores da área da botânica, mais um conhecimento foi incorporado ao trabalho transdisciplinar, dessa vez com a microbiologia agrícola. Para a produção de mudas dessas espécies, foi realizada a pesquisa de base agroecológica, para a aplicação de microrganismos eficientes, com o apoio do Laboratório de Sementes e Desenvolvimento Vegetal da Universidade Federal da Bahia (LASED-UFBA).

Nesse contexto, assumiu-se a premissa de que os microrganismos, a exemplo de Microrganismos Eficientes (EM - Effective Microorganisms) e fungos micorrízicos arbusculares (PRATES JÚNIOR et al., 2021), se caracterizam como bons bioindicadores de impactos dos diferentes tipos de manejo, bem como exercem papel multifuncional em sistemas naturais e agrícolas. Muitos grupos funcionais de microrganismos benéficos podem ser utilizados como ferramentas biotecnológicas para promover o crescimento e a saúde das plantas e contribuir para a redução do uso de agroquímicos, ampliando a emancipação e autonomia de agricultores familiares. Assim, em sintonia com o interesse dos assentados do MAJU, buscou-se a produção de mudas das duas espécies já previamente citadas: a mangabeira, pelo interesse no valor comercial do fruto (polpa); e o vinhático, pelo valor da sua madeira (Figura 4).

Os benefícios desta metodologia para incrementar a produção e o plantio de espécies nativas estão focados na praticidade, na economia e na qualidade

dos insumos. Os agricultores podem realizar tal método sem grandes custos, visto que a captura dos microrganismos na mata ocorre sem gastos adicionais. A interação dos microrganismos e das plantas são nutricionais, facilitando a absorção de fósforo e zinco e aumentando a tolerância a estresses, ao déficit hídrico, à salinidade e ao ataque de patógenos, sendo uma prática agroecológica por não agredir o meio ambiente.

Figura 3 – Frutos da mangabeira obtidos através de doação da Embrapa Tabuleiros Costeiros, com posterior despolpa para a obtenção das sementes



Fonte: Acervo do Projeto Temático 08 (2021).

Figura 4 – Preparo do solo e dos sacos para o transplântio das mudas de vinhático



Fonte: Acervo do Projeto Temático 08 (2021).

A demanda por práticas agrícolas que retornem em renda direta ou indireta é algo indispensável, uma vez que o grupo doméstico forma uma unidade econômica de produção e consumo.

Visando a manutenção da autonomia dos agricultores familiares, os experimentos foram realizados mirando o baixo custo e os baixos impactos ambientais. Assim, para a produção de mudas do vinhático, foram utilizadas sementes adquiridas no estado do Espírito Santo. Já para a produção das mudas de mangaba, os frutos foram doados pela Embrapa Tabuleiros Costeiros – Aracaju/SE. Foram, então, montados experimentos para verificar o efeito de Microrganismos Eficientes (EM) sobre o enraizamento de estacas de mangaba e sobre o crescimento inicial em mudas de mangaba e vinhático. Os

resultados indicaram que não ocorreu enraizamento em estacas de mangaba tratadas com EM. Porém, foi verificado que mudas de mangaba e vinhático tratadas com esses microrganismos mostraram maior crescimento, indicando que o uso de microrganismos acelera o crescimento dessas duas espécies. Esses resultados foram levados à comunidade e, por meio de oficinas, foi mostrado como deve ser desenvolvida a técnica de capturas dos microrganismos e o preparo do material a ser usado nas plantas. As mudas produzidas nos experimentos foram doadas para os assentados que estavam presentes nas oficinas.

Por meio desta ação de vínculo entre pesquisa e extensão, apontamos que a Microbiologia tem sustentado muitos conceitos e ações em Agroecologia, que ultrapassam aspectos da produção e avançam em direção ao consumo de alimentos saudáveis, contribuindo para embasar temas relacionados à segurança alimentar e nutricional, potencializando a conscientização dos atores sociais sobre os seus papéis social, cultural e político com relação à soberania alimentar.

Este trabalho interdisciplinar, de importância tanto ecológica como social, contribuiu para a diversificação das espécies vegetais cultivadas no assentamento rural MAJU, impactando positivamente na reorganização da matriz energética local.

AVANÇOS NAS PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS

Uma das ações essenciais do projeto de pesquisa e extensão desenvolvidas com a comunidade MAJU está relacionada aos mutirões de plantio de mudas de espécies nativas. Com a participação de estudantes da UFBA/ACCS e de assentados (ver Figuras 5 e 6), foi realizada a atividade de implantação do SAF na área coletiva da comunidade¹⁶. Por meio dessas ações socioeducativas de “mão dupla”, de incentivo de práticas agroecológicas e de enriquecimento da mata ciliar com espécies nativas, objetivou-se reconfigurar a paisagem local de áreas degradadas e incrementar a diversidade da produção das hortas coletivas e dos quintais, visando não apenas fortalecer a diversidade de produção de alimentos e de espécies multiuso, como também alinhar princípios éticos do bem-viver entre humanos e não humanos.

¹⁶ Foram doadas pelo assentamento Terra Vista, município de Arataca (BA), 2.500 mudas de espécies diversas, como: cacau, bananas, açaí, cupuaçu, mogno brasileiro e abacaxi.

Figura 5 – Imagens de horta em área coletiva e quintais do assentamento



Fonte: Acervo do Projeto Temático 08 (2019).

Figura 6 – Primeira imagem: o coletivo realizando o sombreamento nas espécies arbóreas plantadas no SAF; segunda imagem: o SAF após 3 anos de manejo; terceira imagem: o SAF sendo o espaço de aula sobre a vida do solo



Fonte: Acervo do Projeto Temático 08 (2018; 2019; 2021).

Muitas ações de pesquisa e de extensão foram levadas a cabo nos 5 anos de interação entre os grupos de pesquisadores da UFBA e os agricultores do assentamento MAJU. O Quadro 3 abaixo compara o uso de práticas agroecológicas antes da intervenção do projeto INCT com as que foram adotadas *a posteriori*, quando do encerramento da primeira etapa da pesquisa.

Quadro 3 – Relato das práticas agroecológicas no assentamento antes e após as atividades do projeto

Práticas agroecológicas	Em 2018	Em 2022
Uso de agrotóxicos	Às vezes	Não
Uso de esterco	Sim	Sim
Uso de cobertura morta	Não	Sim
Uso de adubação verde	Não	Às vezes
Irrigação por aspersão	Sim	Transição
Uso de sementes crioulas	Não	Transição
Caldas biológicas	Sim	Sim
Uso do material de podas	Não	Sim
Cultivo de hortas	Sim	Sim
Técnicas de sombreamento	Não	Sim
Diversidade de cultivo	Sim	Sim
Rotação de culturas	Sim	Sim
Compostagem	Às vezes	Sim
Coleta seletiva de resíduos	Não	Não

Fonte: Acervo do Projeto Temático O8 (2022).

Como já foi mencionado ao longo do texto, outras ações educativas e formativas foram implementadas, como: a) o curso de meliponicultura; b) oficinas gastronômicas para utilização das PANCs; c) oficinas de produção de mudas de espécies nativas; d) oficinas sobre compostagem; e) oficinas sobre caldas biológicas; f) oficinas de manejos do SAF, dentre outras atividades socioculturais diversas. Todas as oficinas tiveram como protagonistas os agricultores do assentamento MAJU e os pesquisadores e alunos da UFBA, estimulando a intersecção entre o saber-fazer camponês com as práticas agroecológicas apresentadas.

DIÁLOGO ENTRE OS SABERES

As ações transdisciplinares desenvolvidas nessa localidade durante a atuação da pesquisa foram responsáveis por valiosos aprendizados, a saber: troca de conhecimentos, leituras da realidade e construções interventivas voltadas para uma relação menos impactante entre homem e natureza. O resultado desta primeira etapa do projeto foi apresentado no segundo encontro dos projetos integradores do INCT IN-TREE, ocorrido em agosto de 2022 na UFBA.

Figura 7 – Banner de atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas pelo PT08 e apresentadas durante o Encontro do INCT IN-TREE



Fonte: Acervo do Projeto Temático 08 (2022).

Observamos, na síntese apresentada, que a questão central da transdisciplinaridade e da interdisciplinaridade presente nas ações de todos os integrantes do projeto está focada na esfera da *sociobiodiversidade* (Figura 7), que significa entender a dinâmica do nosso impacto com relação à terra, à fauna, à diversidade biológica e aos outros tantos elementos da natureza que foram reconfigurados pelos actantes. Diante disto, o entendimento a respeito do sig-

nificado da sustentabilidade – uma maneira que possuímos de conviver com a natureza e impactar o menos possível o lugar onde estamos – fez parte das referidas ações, a exemplo da criação do SAF, o incentivo ao uso das PANCs e o reavivamento da memória da terra/do território.

Soma-se a isso a proposta da transição amparada nas trocas das práticas convencionais pelas práticas agroecológicas (Figura 6), visando à construção local da soberania e segurança alimentar por meio da valorização do uso das PANCs, bem como da comercialização da produção realizada no formato de circuitos curtos. Essas atividades de pesquisa e extensão mostram como são relevantes as ações que objetivam a dimensão socioambiental, cujo papel transdisciplinar resulta da integração entre duas grandes áreas e que envolvem a busca pela junção das relações humanas e não humanas, e das relações entre outros tantos actantes que permeiam os coletivos (LATOURE, 2013).

Nessa perspectiva, a ciência agroecológica – dotada de uma natureza multidisciplinar, resultante da agregação dos conhecimentos científico e tradicional –, direcionada à soberania alimentar (ALTIERI, 1989) e à diversidade ecológica e sociocultural (CAPORAL; COSTABEBER, 2002), estabelece parâmetros fundamentais para o reestabelecimento da simetria entre humanos e não humanos, e deve ser defendida como um movimento social e político para a soberania e o bem viver dos povos. Ao entrar na academia e se incorporar como um discurso científico e político de ativismo das boas práticas no campo e na cidade, os discursos e as ações agroecológicas fornecem as ferramentas necessárias para que os povos e as comunidades tenham participação ativa no processo da transição e do desenvolvimento de outras formas de estar no mundo (CASAGRANDE; OLIVEIRA, 2020). Essas práticas tornaram-se parte do cotidiano do território administrativo do assentamento MAJU, especialmente porque vários de seus membros começaram a perceber a importância de produzir alimentos saudáveis e de tratar os bens da natureza de forma reflexiva. Isto se deve, sobremaneira, à realização das atividades participativas, como oficinas, roda de conversa, mapa falado, mural da história, cine agroecologia, memória do território, caminhamento nos quintais, curso sobre gastronomia local, entre outras atividades que permitiram aproximações entre os saberes e o uso da biodiversidade local. Evidentemente, as contradições entre os diversos grupos locais evidenciam que o diálogo apenas foi iniciado.

A síntese da coprodução do conhecimento entre os pesquisadores e os agricultores da comunidade MAJU está representada pela criação do SAF, que se tornou um espaço de conhecimento vivo e pulsante. Neste sentido, os envolvidos na pesquisa, assentados e pesquisadores da universidade, constataram que

plantar, produzir e conservar são ações fundamentais para cumprir a função social da propriedade sem comprometer o meio ambiente.

Dentro desse contexto,

[...] as universidades públicas brasileiras vêm tendo um papel importante na divulgação das práticas agroecológicas. Neste sentido, as atividades curriculares com comunidades extrauniversitárias, bem como as atividades de pesquisa e extensão, que têm como objetivo a ampliação do conhecimento e do saber fazer agroecológico, fazem parte das estruturas curriculares das principais instituições públicas de ensino superior do Brasil. Assim sendo, a agroecologia vem se construindo como um contradiscurso no âmbito científico, político e ético na ação e na construção de políticas públicas transnacionais que envolvem a busca da soberania alimentar como um bem comum (OLIVERA et al., 2020, p. 4).

O papel do trabalho científico fincado nas múltiplas esferas do conhecimento trans e interdisciplinar torna-se uma ferramenta imprescindível para a proposição de resoluções no âmbito dos conflitos e contradições socioambientais, uma vez que o fazer científico é um ato político que gera novos conhecimentos e novas práticas, a exemplo do reflorestamento de áreas degradadas com espécies nativas e da implantação de SAFs, que fundem múltiplas ações reflexivas nas relações sociais, econômicas e ambientais. No caso do Assentamento MAJU, a criação do SAF incentivou a complementaridade de gênero, o encontro de gerações e a fluidez multicultural das práticas agrícolas dos assentados. Como a origem social e cultural dos assentados é diversa, todos que participaram da implementação do SAF colaboraram com uma gama do saber-fazer camponês dos seus locais de origem. Neste conjunto, as técnicas agroecológicas levadas pelos pesquisadores dialogaram com as plasticidades regionais dos agricultores familiares.

Nesta ótica, trabalhar a memória da gênese do território administrativo por meio do resgate da memória institucional do assentamento rural MAJU, juntamente com as histórias de vida dos assentados, trouxe importantes informações sobre a constituição da localidade. Em suma, suscitou discussões e serviu para que os agricultores conhecessem a história de onde vivem, falassem sobre suas trajetórias de vida, ponderassem sobre a estrutura organizacional do assentamento e refletissem a respeito da sustentabilidade, da sociobiodiversidade e do atual cenário socioambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender como a comunidade MAJU trabalha a relação com o território, com a terra e com a agricultura e propor ações para a transição agroecológica

cológica do assentamento foi o objetivo central do nosso trabalho de pesquisa e extensão, que teve início com as oficinas de apresentação das ações do projeto, com o levantamento dos quintais produtivos e culminou com a criação do SAF na área comum do assentamento e com as diversas oficinas já relatadas.

O caminho do trabalho não foi retilíneo e sem enfrentamentos. Houve impasses nessa empreitada, como a inadimplência da associação local e o pouco envolvimento de alguns dos seus membros, bem como um visível e preocupante distanciamento entre os agricultores e o MST, que teve um papel central para que o assentamento fosse implantado pelo INCRA. Cabe pontuar que este e outros movimentos sociais que lutam para que, de fato, exista reforma agrária desempenham importantes papéis, pois realizam as mediações entre os agricultores sem-terra e o Estado, e ajudam a viabilizar as políticas públicas essenciais para a consolidação dos assentamentos rurais. Sabemos que, na prática, as microestruturas políticas dos movimentos e dos agricultores geram distensões e conflitos e que, a maior complexidade desta relação está na tensão entre o desejo dos agricultores pela propriedade da terra e a defesa do MST pela permanência da atual política, que concede a terra por meio de uma relação jurídica complexa baseada no usufruto¹⁷.

Contudo, apesar das adversidades, as ações de extensão e de pesquisa foram extremamente exitosas. Juntos, os docentes da ACCS/UFBA, a equipe do projeto INCT-PT08 e os assentados iniciaram uma dinâmica de troca de conhecimentos que possibilitou que todos se conscientizassem de que a ciência e o saber-fazer não são unidirecionais. Para além do conhecimento científico formal, a pesquisa teve como base elaborar e compreender questões voltadas para a complexidade da sociobiodiversidade de uma população assentada em uma área degradada do bioma de Mata Atlântica e propor um processo de transição agroecológica nas práticas cotidianas dos agricultores. Essas ações não seriam possíveis de serem concretizadas sem a firme articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Essa conexão oportunizou pôr em prática um projeto de pesquisa e intervenção, cuja proposta consistia em implantar, por meios de estudos das áreas da sociologia ambiental, da botânica e da educação, uma mudança de pa-

17 “Marcelo Sampaio Carneiro *et alii*, (1998), em seu estudo sobre a reforma agrária no Maranhão, insistentemente chamam a atenção para o grande desencontro cultural que há entre técnicos do governo e assentados, sublinhando que os técnicos são ‘completamente ignorantes acerca do cálculo camponês no que toca à produção para autoconsumo e para comercialização’ (CARNEIRO *et alii*, 1998, p. 275). Convém ter em conta o risco de ignorância semelhante do outro lado, o dos intelectuais que apoiam a luta pela terra e se empenham na causa da emancipação dos pobres da terra. O problema mais comum é o do resgate etnográfico de categorias do pensamento popular sem o correspondente resgate da lógica camponesa mediadora das possibilidades do processo histórico, o possível próprio da dialética, sem o que caímos num reducionismo que compromete seriamente os propósitos do apoio e da identificação” (MARTINS, 2000, p. 112).

radigma na relação Humano-Natureza sob o prisma da agroecologia. E como ações de mudança de boas práticas não são estanques, elas vêm sendo construídas no assentamento rural MAJU a partir da continuidade do SAF, das Feiras Agroecológicas e de outras ações construídas interdisciplinarmente.

Neste sentido, o projeto possibilitou, como foi colocado ao longo deste trabalho, uma abordagem aprofundada sobre as dinâmicas territoriais do assentamento, o resgate da memória institucional e grupal, o diagnóstico dos sistemas produtivos distribuídos entre os quintais, roças e áreas coletivas, o levantamento florístico da área de reserva ambiental, a implantação de um SAF produtivo, o mapeamento dos problemas institucionais e burocráticos da associação dos agricultores, assim como viabilizou a criação de oficinas diversas sem perder de vista a percepção do *ethos* camponês a respeito de práticas socioambientais.

Em meio a isso, a utilização da lenha como matriz energética sem um plano de manejo e as abordagens acerca de outros elementos da natureza não foram tratadas a partir de uma perspectiva punitiva ou moralista, mas sim educativa e dialógica, de modo que a tecnologia social, através da tecnicização e do conhecimento científico da agroecologia, tornou-se um canal de divulgação e incentivo à mudança de determinados paradigmas conservadores. Por meio das múltiplas oficinas, foi instituído um diálogo entre a lógica das habilidades agrícolas e extrativistas dos assentados e as condutas agroecológicas, com o objetivo de estabelecer protocolos de boas práticas ambientais.

Para tanto, tivemos como meta articular a construção de ações conjuntas entre a universidade, os pesquisadores e os agricultores do assentamento MAJU, para estabelecermos uma nova *práxis* agroecológica, com o objetivo de superarmos a lógica produtivista sobre os bens da natureza. Acreditamos que este trabalho gerou um conjunto sólido de conhecimento, pautado exclusivamente na ética ambiental e humana, tendo como propósito a busca da conexão entre o conhecimento tecnicamente orientado e o saber-fazer tradicional.

Destacamos que as políticas públicas de educação ambiental, segurança e soberania alimentar, bem como aquelas de incentivo à produção agrícola de base agroecológica, devem ser urgentemente retomadas no Brasil como metas para uma agenda política de defesa da sociobiodiversidade, da autonomia alimentar e do meio ambiente.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. A. (ed.). **Agroecologia**: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

AZEVEDO, E. O Ativismo Alimentar na Perspectiva do Locavorismo. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 81-98, jul./set. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/jG8ybrRMcjMLGCKmxZk9LXs/>. Acesso em: 24 ago. 2022.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: 28 ago. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 25 jul. 2022.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia. Enfoque científico e estratégico. **Agroecol. e Desenv. Rur.Sustent.** Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 1-4, abr./jun. 2002. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/519/2019/10/31.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.

CARDEL, L. et al. **Estudos socioambientais e saberes tradicionais do Litoral Norte da Bahia**: diálogos interdisciplinares. Salvador: Edufba, 2016.

CARDEL, L. et al. **Enjeux Environnementaux Et Tourisme Au Brésil**: le role de l'artisanat em forêt atlantique. Paris: L'Harmattan, 2019.

CASAGRANDE, N.; OLIVEIRA, M. A. J. **As atividades curriculares em comunidade (ACC) na UFBA e os impactos na formação profissional e comunitária**: experiências de articulação entre agroecologia e educação popular. 1ed. [S. l.]: Acadêmica Editora, 2020.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

FOLADORI, G. O metabolismo com a natureza. **Revista Crítica Marxista**, Campinas, v. 1, n. 12, p. 105-117, 2001. Disponível em: www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo7505folad.pdf. Acesso em: 14 set. 2021.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. São Paulo: Editora 34, 2013.

MARTINS, J. de S. Reforma agrária, o impossível diálogo sobre a história possível. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 97-128, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/3cKRhQt3XTpyYLnPRQYsMFw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. 29. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

OLIVEIRA, M. A. J. et al. Agroecologia e agrotóxicos: as percepções da população soteropolitana. **Revista Macambira**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. e042008, 2020. Disponível em: <https://revista.lapprudes.net/index.php/RM/article/view/444>. Acesso em: 27 jun. 2022.

PRATES JÚNIOR, P. et al. Fungos micorrízicos arbusculares: manejo, inoculação de espécies agrícolas e florestais, e uso na restauração ambiental. **Sociedade Brasileira de Ciência do Solo**, Viçosa, v. 1, p. 94-120, 2021.

PROCESSO nº 54160.000691/1999-13 no SEI-INCRA. **SR(05)BA-D1/INCRA**, Salvador, 1999. Disponível em: https://sei.incra.gov.br/sei/processo_acesso_externo_consulta.php?id_acesso_externo=32022&infra_hash=db11ec178a567547fade4b80b966e769. Acesso em: 9 mar. 2022.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **RBCS**, [S. l.], v. 18, n. 51, p. 109-192, fev. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcso/a/rztr5GB6thSx7TVPkw4wf7z/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 maio. 2022.

PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO E PARTICIPATIVO NA GESTÃO ESCOLAR

DEMOCRATIC AND PARTICIPATORY PRINCIPLE IN SCHOOL MANAGEMENT

Resumo

O presente artigo tem como objetivo discutir como gestores e professores da rede pública estadual de Santa Catarina compreendem a gestão democrática e o processo de eleição para escolha dos gestores escolares. Além disso, pretende-se discutir o conceito de gestão democrática, reconhecendo a importância da gestão escolar e refletindo sobre sua evolução até chegarmos ao processo de eleição dos gestores, atualmente em vigor na rede. Acredita-se que esse processo é fundamental para o desenvolvimento e aprimoramento da educação. O estudo caracterizou-se como teórico-empírico de cunho qualitativo. Participaram do estudo dezesseis professores da rede pública do Estado, dos quais quatro são gestores. Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se questionário contendo questões abertas para a compreensão do processo de escolha, em forma de eleição, para a função de gestor escolar. A análise dos dados foi realizada de forma qualitativa com o intuito de, a partir das respostas dos pesquisados, compreender o processo de forma clara, sempre relacionando a discussão com os autores que fundamentam nosso estudo. O artigo possibilita uma reflexão sobre os mecanismos que asseguram a gestão democrática, sobre como esse processo ainda necessita ser aprimorado e, principalmente, a percepção de que é um grande avanço na busca pela efetivação da democracia no espaço escolar.

Palavras-chave: gestão escolar; gestão democrática; eleição direta.

Abstract

This article seeks to discuss how managers and teachers of the public system of the state of Santa Catarina understand the democratic management and the election process to choose the school managers. In addition, we intend to discuss the democratic management concept, recognizing the importance of school management and reflecting about its evolution to reach the process of electing managers, currently in force in the system. It is believed that this process is fundamental for the education development

1 Dr em Educação nas Ciências (UNIJUÍ/RS), professor da rede pública do Estado de Santa Catarina e professor do Centro Universitário Fai (UCEFF) de Itapiranga. E-mail: dskrsypcsak@hotmail.com

2 Graduada em Pedagogia (UCEFF) e pós graduada em Educação Infantil e anos iniciais. E-mail: camila_schmidt@hotmail.com

and improvement. The study was characterized as a qualitative theoretical-empirical study. Sixteen teachers from the state public system participated in the study, being four of them school managers. All of them work in schools in the municipalities of Tunápolis and Itapiranga both in the state of Santa Catarina. As a data collection instrument, a questionnaire containing open questions was used to understand the process of choosing the role of school manager. The data analysis was performed in a qualitative way with the intention of, with the answers of the researched, to understand the process in a clear way, always relating the discussion with the authors that base our study. The study allows a reflection on the mechanisms that ensure democratic management, how this process still needs to be improved and, mainly, we realize that it is a great advance in the search for the effectiveness of democracy in the school space.

Keywords: school management; memocratic management; direct election.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo discutir como gestores e professores da rede pública estadual de Santa Catarina compreendem o processo de eleição para a escolha dos gestores escolares. Também nos interessa discutir o conceito de gestão democrática, reconhecendo a importância da gestão escolar e refletindo sobre sua evolução e relação com as políticas públicas educacionais.

Diante dos impasses e paradigmas que a educação se encontra, acreditamos que analisar e refletir sobre o processo de eleição de diretores como princípio democrático e participativo é fundamental para o desenvolvimento da educação. Tendo em vista a importância da democracia em nosso meio social, acreditamos que o processo de eleição pressupõe a democracia, uma vez que essa nova proposta é acompanhada e analisada pela comunidade escolar.

Desta maneira, a temática torna-se relevante justamente por ser uma tarefa que exige compromisso e responsabilidade. No contexto local em que estamos inseridos, o processo de escolha dos gestores escolares ainda ocorre por indicação em muitas redes públicas, sejam municipais ou estaduais. Na rede pública do Estado, a partir de 2015, esse processo ocorre por eleição direta.

A pesquisa caracterizou-se como teórico-empírica, uma vez que foram utilizados dados secundários (pesquisa bibliográfica) e dados primários (pesquisa de campo). Em relação à abordagem do problema, a pesquisa se caracterizou como qualitativa tendo como objetivos descrever as características e fenômenos da temática pesquisada, analisando seus dados qualitativamente. Participaram do estudo dezesseis professores da rede pública do Estado de Santa Catarina, atuantes em escolas dos municípios de Tunápolis-SC e Itapiranga-SC, dos quais quatro eram gestores. Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se questionário contendo questões abertas para a compreensão do processo de escolha,

em forma de eleição, para a função de gestor escolar, bem como outros elementos acerca do debate.

Consideramos esta pesquisa relevante, uma vez que a gestão é um dos pontos centrais necessários para o bom funcionamento e organização da parte pedagógica, administrativa, financeira e social da escola. Entender os aspectos que fazem da gestão escolar uma gestão democrática é essencial para a sua construção. Convidamos todos para uma boa leitura.

POLÍTICA EDUCACIONAL E A GESTÃO DEMOCRÁTICA

Diante das inúmeras discussões e paradigmas do cenário educacional, a partir do conceito de gestão escolar, aponta-se para a gestão democrática, que é considerada como peça-chave na organização da educação perante os avanços e retrocessos em que ela se desenvolve. Durante toda a caminhada em direção ao sucesso escolar, esta temática foi o foco de muitas discussões. Porém, ainda se percebe, em algumas instituições escolares, a falta de esclarecimento e também de aplicabilidade do tema gestão democrática.

Atualmente, deparamo-nos com mudanças e inovações que surgem em vários segmentos da sociedade. Esta evolução interfere significativamente nas relações familiares, na escola, no trabalho e na sociedade em si. As novas formas de viver moldadas pelo pós-modernismo estão diretamente ligadas ao capitalismo. Essa forte tendência é o cerne das mudanças que ocorrem em nosso meio. A escola modifica-se conforme a sociedade evolui, e neste tempo incerto que a educação vive hoje, a democracia é fundamental no meio social e, conseqüentemente, no espaço escolar (CAMPOS, 2010).

Dourado (2006, p. 58) contribui salientando que “a gestão democrática, no sentido *lato*, pode ser entendida como espaço de participação, de descentralização do poder e de exercício de cidadania”. A gestão democrática possibilita a participação e interação dos sujeitos no processo educacional, contribui para a construção da autonomia da escola e dos seus educandos.

Gestão democrática como princípio de luta em prol da efetiva autonomia, compreendida como capacidade de cada povo de autogovernar-se. A efetivação desse processo de democratização da gestão da escola pública implica, portanto, a partilha do poder, a sensibilidade para conduzir a escola, a partir das demandas da comunidade escolar, e a tomada de decisões e escolhas responsáveis e coletivas. (DOURADO, 2006, p. 46).

Nesse sentido, a gestão democrática surge como mecanismo sucessor ao desenvolvimento da democracia, uma vez que a “democracia não pode

ser vista apenas como um sistema de organização do Estado ou de um sistema, mas como um processo interativo vinculado à vida cotidiana de todos nós, possibilitando a nossa participação efetiva nas decisões de forma colaborativa.” (BARRETA, 2012, p. 18). Desse modo, a gestão democrática quebra com a hierarquia do saber visto na escola, tanto na forma de organização dos cargos como de conhecimento, onde um sujeito é o detentor do saber.

Perante a lei maior, a Constituição Federal, professores, gestores e alunos puderam assegurar melhorias na educação, voltadas para a igualdade, qualidade, valorização e democracia, uma vez que a lei é reproduzida nos âmbitos estaduais e municipais de educação. Nesse sentido, a luta de gestores, professores e demais sujeitos clamando pela democracia exigiam, conforme Oliveira (2009, p.199) “a democratização escolar enquanto expansão, gratuidade, qualidade, financiamento, [...] a valorização do trabalho docente em novas estruturas internas das redes escolares quanto a qualificação dos sujeitos do ato pedagógico.”

Podemos observar que, no inciso VI da Constituição, a “gestão democrática do ensino, na forma da lei” é aspecto crucial para garantir a participação da comunidade escolar nas tomadas de decisão e aperfeiçoar o processo educativo. “A participação é um direito e um dever de todos que integram uma sociedade democrática, ou seja, participação e democracia são dois conceitos estreitamente associados” (HORA, 2012, p.55).

Portanto, destaca-se que a gestão democrática promove a descentralização do trabalho da gestão e também promove a ação conjunta pensada e elaborada a partir da visão da equipe, tanto dentro da escola como com os sistemas de educação nos diversos âmbitos escolares. Assim, Lück (2011, p. 36) afirma que

[...] quando se fala em participação, pensa-se em processo a ser realizado na escola, deixando-se de abranger o segmento de maior impacto sobre o sistema de ensino como um todo: a gestão de sistema, realizada por organismos centrais – as secretarias de Educação – e respectivos órgãos regionais.

A gestão democrática também está assegurada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional³, no Art. 12º. É possível perceber que pela LDB está garantida a autonomia para as instituições de ensino, uma vez que elas devem obter meios para cumprir com êxito as leis a elas destinadas. O que muitas vezes percebemos é que seus pressupostos ficam no plano teórico. Para Libâneo, Oliveira e Tochi (2009, p. 333) autonomia

3 Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. (BRASIL, 1996)

é definida como a faculdade das pessoas de autogovernar-se, de decidir sobre o próprio destino. Instituição autônoma é a que tem poder de decisão sobre seus objetivos e sobre suas formas de organização, que se mantém relativamente independente do poder central e administra livremente recursos financeiros. Assim, as escolas podem traçar o próprio caminho, envolvendo professores, alunos, funcionários, pais e comunidade próxima, que se tornam co-responsáveis pelo êxito da instituição.

A autonomia faz com que a escola construa seus próprios caminhos. “Só decidindo se aprende a decidir e só pela decisão se alcança a autonomia”. (FREIRE, 1996, p. 119). E, junto à comunidade escolar, decide, faz escolhas e traça seus objetivos. A LDB fornece pressupostos legais que norteiam as ações da escola. É uma base comum que serve como guia das instituições brasileiras, tornando o ensino, na sua base, homogêneo em questões que cabem a cada instituição, respeitando as realidades em que se encontram.

Uma das importantes ferramentas que conduz a escola à autonomia é o Projeto Político Pedagógico (PPP). Para Campos “o projeto político pedagógico é uma carta de intenções em que se define a função social da escola” (2010, p. 53). Este importante documento é constituído por propostas e objetivos que professores, pais, alunos e comunidade próxima, estabelecem para o ano. Neste sentido, Hora (2012, p. 53) afirma que

elaborar o projeto político-pedagógico de uma escola significa mobilizar toda a comunidade escolar em torno de um grande movimento que vise à transformação global da escola: um trabalho que identifique as condições reais da escola e, também, as condições ideais de trabalho para todos.

Desse modo, o projeto político pedagógico reúne questões fundamentais que orientam o trabalho pedagógico e administrativo. É um projeto com objetivos e assuntos norteadores que serão postos em prática durante o ano letivo. Para Dourado (2006, p. 56) “a discussão sobre o projeto político-pedagógico implica entendê-lo, portanto, como um dos principais instrumentos para a organização do trabalho e das atividades da escola e, particularmente, para a definição de sua própria organização pedagógica.” Compreende-se que a construção e também o acesso a este importante documento necessita ser compartilhado com todos os sujeitos da comunidade escolar.

Outra contribuição para a gestão democrática foi o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001. O PNE é um documento elaborado a cada dez anos, pelos órgãos federais, estaduais e municipais da educação. Nele, constam objetivos e diretrizes que norteiam a educação brasileira, por isso a necessidade de ser construído e avaliado coletivamente por diferentes instâncias de ensino (DOURADO, 2006).

Acredita-se que a legislação educacional tem a pretensão de contribuir para que a gestão democrática se desenvolva nos âmbitos escolares, dando suporte legal e autonomia às instituições. “A democracia se sustenta a partir do respeito de todos ao cumprimento dos princípios emanados pela carta magna constitucional e das leis regulares instituídas pela Constituição para organização do Estado e da vida em sociedade” (CAMPOS, 2010, p. 95).

Necessitamos refletir sobre a importância da gestão democrática, uma vez que ela “implica, portanto, a efetivação de novos processos de organização e gestão, baseados em uma dinâmica que favoreça os processos coletivos e participativos de decisão” (DOURADO, 2006, p. 59). Desse modo, a gestão democrática se concretiza no momento em que os sujeitos envolvidos com o processo educacional tomam consciência de que eles são os autores das relações democráticas.

Assim sendo, Dourado (2006, p. 80) expressa que

a gestão democrática é entendida como a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar, pais, professores, estudantes e funcionários na organização, na construção e avaliação dos projetos pedagógicos, na administração dos recursos da escola, enfim, nos processos decisórios da escola.

É a partir dessa relação dinâmica entre escola e sociedade que a gestão democrática se firma. A democratização das relações existentes na escola implica democratização do saber e, conseqüentemente, construção da autonomia e da identidade da escola, pautada na transformação social.

ELEIÇÃO DE DIRETORES

A escola como espaço de transformação social e formação de cidadãos críticos e autônomos, tem como principal meta buscar manter e aprimorar mecanismos de participação que levam a instituição escolar a organizar-se de forma descentralizada. Portanto, é necessária a mobilização de alunos, pais, professores, dirigentes, funcionários e comunidade local para obter gestão e relações democráticas.

Temos muitos mecanismos que democratizam a gestão escolar: a construção coletiva do projeto político-pedagógico, o conselho escolar, a associação de pais e mestres, o grêmio estudantil. Todos eles fortalecem a participação e a autonomia da escola. Ainda temos como foco de discussão um processo decisivo para a construção da gestão democrática, a eleição de diretores.

Esse processo diz muito a respeito da escola e de sua identidade, uma vez que a escolha de diretores acontece de várias formas. Para Dourado (2006, p. 64) são elas:

- a) diretor livremente indicado pelos poderes públicos;
- b) diretor de carreira;
- c) diretor aprovado em concurso público;
- d) diretor indicado por listas tríplices ou sêxtuplas ou processos mistos;
- e) eleição direta para diretor.

Pelo fato de entendermos que a modalidade que deva prevalecer como processo de escolha democrática é a eleição direta, não se fará menção ou explicação das outras formas apontadas. É a eleição direta para diretores que tem seu caráter numa perspectiva democrática. Na medida em que as instituições vão democratizando sua organização, com a participação da comunidade escolar na tomada de decisões, a eleição entra em cena como mais um aspecto que complementa a gestão democrática.

Paro (2003, p. 27) considera que “a democratização da escola pública deve implicar não apenas o acesso da população a seus serviços, mas também a participação desta na tomada de decisões que dizem respeito a seus interesses, o que inclui o envolvimento no processo de escolha de seus dirigentes”.

A eleição de diretores é um marco que surgiu como elemento da democracia implantada nas escolas. A eleição, sendo um processo democrático, tem a participação da comunidade escolar, que pode avaliar os candidatos e suas propostas. Para Dourado (2006), o processo eleitoral pode incluir toda a comunidade escolar ou ser restrita a parte dela, como por exemplo, somente aos professores, ou funcionários, estudantes ou pais. “Em alguns casos, há definição legal e operacional para o andamento e transparência do processo, como data, local, horário, regras de propaganda e de debates. Em outros, a comissão eleitoral se incumbem de regulamentar as diferentes etapas da eleição” (DOURADO, p. 65).

O processo eletivo com total ou parcial participação da comunidade também contribui para a construção da autonomia e para a quebra da hierarquia, perceptível na indicação política. Paro (2003, p. 26) afirma a importância do “controle democrático do Estado por parte da população, no sentido do provimento de serviços coletivos em quantidade e qualidade compatíveis com as obrigações do poder público e de acordo com os interesses da sociedade”.

Diante disto, muitos governos conservadores não desejam implantar o processo eletivo, uma vez que ele descentraliza o poder do governo e o transfere para a comunidade. Paro (1996) em suas escritas expõe que, no início da im-

plementação das eleições diretas, os governos – pouco comprometidos com a democracia – entravam com Ações Diretas de inconstitucionalidade contra as eleições, com a clara intenção de proteger seus interesses político-partidários identificados com práticas clientelistas.

Um dos principais argumentos para a implantação das eleições de diretores fundamenta-se na crença na capacidade do sistema eletivo de neutralizar as práticas tradicionalistas calcadas no clientelismo e no favorecimento pessoal, que inibem as posturas universalistas, reforçadoras da cidadania (PARO, 1996, p. 378).

Neste sentido, sobre a eleição direta, Dourado (2006, p. 66) ressalta que “trata-se de uma modalidade que se propõe a valorizar a legitimidade do dirigente escolar como coordenador do processo pedagógico no âmbito escolar”. Logo, conforme o Programa Nacional de Fortalecimento dos conselhos escolares (2004), a eleição por si só não garante a democratização da gestão, mas consiste em um importante instrumento a ser a ela associado e complementado.

Paro (2003) ressalta a importância de o eleito manter-se aliado à comunidade, ouvindo e atendendo às necessidades da comunidade escolar que o elegeu. A eleição perde seu sentido se o estado possui o direito de demitir o gestor eleito quando ele não atende aos interesses do governo. O autor ainda complementa:

Por interesses particularistas de partidos ou de grupos do governo, vê o diretor de escola como um funcionário que, mesmo eleito, pode ser demitido à vontade pelo Poder Executivo é a mesma que entende o diretor como mero preposto do Estado, exercendo sua autoridade sem levar em conta as peculiaridades de cada escola e os interesses daqueles que ele comanda (2003, p. 75).

Diante do exposto, percebemos a importância do diretor eleito em atender aos interesses da escola e da comunidade escolar que o elegeu. Com a eleição, a comunidade escolar pode cobrar comprometimento, uma vez que ela acompanha e avalia suas propostas. Oliveira (1996, p. 83) destaca que “a consolidação da democracia representativa não exige somente a eleição dos dirigentes, mas requer, sobretudo, que o eleitor acompanhe a gestão desses dirigentes”.

A respeito dos candidatos ao cargo de diretor escolar, Paro (2003) salienta que, mesmo existindo a candidatura de não educadores, tem-se percebido que a maioria dos estados exigem educadores escolares (professores, coordenadores pedagógicos e orientadores educacionais). Destes, são avaliados também alguns requisitos como “dados sobre a competência, a formação acadêmica e a experiência no magistério” (p. 84).

Lima (2012), em seus estudos, constatou que estados como Goiás, Pernambuco, Minas Gerais e municípios como os do Rio de Janeiro, Tocantins e Palmas utilizam procedimentos correspondentes para a escolha de diretores. Verifica-se que os candidatos a diretores escolares devem, antes da eleição, participar de etapas seletivas.

Estas etapas consistem em: certificação de capacitação; apresentação de planos elaborados pelos candidatos que comprovem o conhecimento de políticas públicas educacionais articulando-as às necessidades da instituição; “capacidade de argumentação através de entrevistas com bancas examinadoras; uso das TIC, por meio de plataformas on-line em cursos de gestão” (LIMA, 2012, p.11).

Na Rede Estadual de Santa Catarina, conforme o Decreto SC Nº 1794/13⁴, os candidatos ao cargo de diretor devem elaborar um plano de gestão escolar, vistos a ocupar a Função Gratificada e devem ainda preencher alguns requisitos como: ser professor efetivo na rede; optar por dedicação exclusiva à função de diretor de escola; não ter sofrido penalidades no exercício de função pública; possuir cursos de formação continuada na área da gestão escolar de, no mínimo, 200 (duzentas) horas; entre outros requisitos.

Diante do exposto, averiguamos que os candidatos à direção necessitam estar preparados e capacitados para exercer essa função. A experiência como docente permite que o professor candidato conheça a realidade e os aspectos da instituição de ensino. Paro (2003) expõe que os diretores, em sua maioria, relatam da importância da experiência docente como requisito para assumir a direção. No entanto, esse aspecto não deve ser único e isolado, uma vez que atributos como competência e liderança também devem ser considerados como pré-requisito para esta importante função.

Perante aos desafios e discussões que a eleição trouxe ao contexto das redes de ensino, sua implantação ainda é favorável no que diz respeito à construção da democracia. O Programa Nacional de Fortalecimento dos conselhos escolares (2004, p. 39) cita que “a defesa dessa modalidade se vincula à crença de que o processo implica uma retomada ou conquista da decisão sobre os destinos da escola pela própria escola”.

Em vista disso, é possível tratar a eleição como sendo um processo de descentralização, uma vez que este processo está calcado na participação da comunidade escolar. Assim, Paro (2003) ressalta que um dos principais motivos para a implementação da eleição de diretores se fundamenta na ideia de que a

4 Dispõe sobre a Gestão Escolar da Educação Básica e Profissional da rede estadual de ensino, em todos os níveis e modalidades (DECRETO Nº 1794/13).

eleição rompe com as práticas tradicionalistas relacionadas ao clientelismo e ao favorecimento pessoal.

Na tentativa de eliminar o clientelismo, o processo de eleição gradualmente ganha espaço nas instituições escolares. Vinculado a outras instâncias democráticas, a eleição é mais um mecanismo que assegura a gestão participativa. Dourado (2006, p. 66) afirma que

trata-se de modalidade que se propõe valorizar a legitimidade do dirigente escolar como coordenador do processo pedagógico no âmbito escolar. Em que pesem os limites que se interpõem no curso dessa modalidade, fruto da cultura autoritária que permeia as relações sociais e escolares, a eleição para dirigentes se configura em uma modalidade a ser problematizada e avaliada, articulada ao estabelecimento de premissas e princípios básicos visando à democratização da escola.

Como um processo que ainda precisa ser aperfeiçoado, o processo eletivo por si só não garante a gestão democrática, no entanto é um importante mecanismo que, somado a outras medidas associadas à democracia, favorecem a construção da gestão democrática. Assim, conforme Oliveira (1996, p. 96), “o grande avanço que a eleição de diretores proporcionou para a consolidação dos valores democráticos foi a possibilidade de abertura da escola à participação da comunidade escolar na definição do seu projeto”.

A participação da comunidade escolar torna a escola um espaço democrático à medida que é um espaço aberto a todos, um espaço social que visa à melhoria dos cidadãos. “A eleição de diretores, abriu o caminho para uma nova relação da escola com a comunidade, isso é, mostrou que a escola, por ser pública, não é propriedade do governo ou do indivíduo que a administra, mas é um bem comum, utilizado por todos” (OLIVEIRA, 1996, p. 96).

Em muitos estados foi-se implantando a eleição direta para diretores escolares. Paro (2003, p. 38) coloca que

o importante é desenvolver na sociedade os mecanismos necessários para levar o Estado a cada vez mais agir de acordo com os interesses dos cidadãos, entendidos estes como indivíduos livres que optam por viver em sociedade de acordo com regras delimitadas e comumente aceitas. Com isto se quer enfatizar a importância da sociedade moderna, fundada nos direitos dos cidadãos e no contratualismo, contrapondo-a às formas sociais pré-modernas baseadas numa concepção organicista.

Neste sentido, em prol dos interesses dos cidadãos surge a eleição direta como um mecanismo que promove a participação e a autonomia. “Em âmbito institucional, falar em autonomia da escola é considerá-la como sujeito social” (PARO, 2003, p. 40). A eleição direta para gestores foi instituída no Estado de

Santa Catarina através do Decreto SC Nº 1794/13, que tem como objetivo assegurar a gestão democrática e a autonomia escolar.

A autonomia escolar, respeitada a legislação vigente, se manifesta por meio da participação da comunidade escolar na construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP), como expressão de suas relações sociais internas e externas interdependentes e articuladas de forma pedagógica, administrativa e financeira (DECRETO Nº 1794/13. Art 3º).

Percebe-se que a lei se manifesta claramente a favor da participação da comunidade escolar na organização da instituição escolar, na construção do PPP, e nas dimensões da gestão, que necessitam ser articuladas. Diante desses objetivos que a lei expressa, a eleição direta faz com que a comunidade escolar acompanhe diretamente as ações da gestão.

A gestão escolar deve funcionar de maneira que suas ações estejam em conformidade com o que foi estabelecido nas normas e diretrizes da SED, da legislação, do PPP e do Plano de Gestão Escolar. O Plano de Gestão Escolar – PGE é um documento que será elaborado pelos candidatos. Nele deverão constar os objetivos a serem alcançados durante os quatro anos de posse.

Em consonância com o Plano de Gestão Escolar, o candidato necessita conhecer a realidade da escola, suas conquistas e seus desafios, para assim traçar metas, objetivos e ações a serem alcançados durante o mandato. É importante o candidato verificar o PPP da escola para assim fazer um diagnóstico, verificando o que a escola já conquistou e o que necessita ser alcançado. Também é fundamental que todas as propostas estejam compromissadas com o sucesso da aprendizagem dos educandos.

Em conformidade com o Decreto 1794 e com a portaria, os Planos de Gestão deverão seguir as dimensões e os elementos definidos pela SED.

A SED publicará edital com orientações específicas de como proceder no processo de escolha do Plano de Gestão Escolar, com 30 (trinta) dias de antecedência ao período em que inicia cada uma das seguintes etapas:

- I) inscrição do Plano de Gestão Escolar para análise e parecer da Banca Avaliadora;
- II) escolha pela comunidade escolar de um Plano de Gestão Escolar. (PORTARIA Nº1/SED, art. 3º).

A banca avaliadora foi composta por consultores definidos pela SED. Após passar pela banca avaliadora, o Plano de Gestão é escolhido pela comunidade escolar. A SED compreende Comunidade Escolar, aquela que é composta por profissionais da educação em efetivo exercício na escola; os pais, ou responsáveis, de estudante regularmente matriculado na escola; e os estudantes

regularmente matriculados na escola nos anos finais do Ensino Fundamental e em todas as séries do Ensino Médio e da Educação Profissional.

O processo de votação é organizado por uma Comissão Escolar, composta por dois representantes de cada segmento da comunidade escolar e escolhidos em assembleia convocada pelo Conselho Deliberativo Escolar – CDE. No ato da posse, o candidato designado para a função de diretor de escola firmará Termo de Compromisso de Gestão com base no Plano de Gestão Escolar.

Dessa forma, percebe-se que a eleição de diretores escolares acontece de forma democrática, na qual todos os segmentos da comunidade escolar participam. A portaria, o decreto bem como o edital evidenciam pontos que vão contra as práticas clientelistas, como, por exemplo, os requisitos necessários para os candidatos, os passos para a elaboração do PGE, a banca avaliadora, entre outros.

Acredita-se, assim, que o processo de eleição contribui significativamente para a implantação da democracia no espaço escolar, uma vez que o Estado abre espaço para a comunidade escolar participar ativamente da eleição. Além disso, ela poderá acompanhar o trabalho da equipe gestora, cobrando a execução do plano de gestão.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Pretendemos apresentar um recorte a partir dos resultados obtidos no estudo bem como fazer as devidas discussões em torno deles. Para a apresentação, optamos por transcrever as respostas dos pesquisados que apresentaram questões relevantes para o debate.

Para entender como os professores estão vivenciando o processo da gestão democrática, perguntou-se a eles: O que você entende por gestão democrática? Na maioria das respostas continha a ideia de que a gestão democrática se constitui com a participação de toda a comunidade escolar na organização da escola e na tomada de decisões. O professor (A) relata: “Tomar decisões individuais não convêm com os princípios da gestão democrática, deve-se tomar decisões sempre de forma coletiva”.

De acordo com os princípios da gestão democrática, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional cita que

Art. 14 – Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político-pedagógico da escola; II –

participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Desse modo, percebe-se que, de acordo com o professor (A), a gestão deve estar em consonância com os princípios citados pela LDB. Sobre a tomada de decisões, o pesquisado entende que elas não podem ser individuais. Neste sentido Dourado (2006, p. 67) entende que

É totalmente diferente uma decisão do diretor e uma decisão do colegiado. Estamos acostumados com a lógica de gestão centrada na figura do gestor, do diretor de escola. A efetivação da gestão democrática implica ações compartilhadas que resultem na participação de todos, contrariando a lógica cartorial e hierárquica vigente na gestão das escolas.

O Professor (B) afirma não ter muito conhecimento sobre a temática por estar atuando como professor há pouco tempo e iniciando a licenciatura. Porém, expressa que, para ele, *“democracia é ter várias opiniões sobre um assunto e dar oportunidade de todos se manifestarem quando necessário, seja onde for”*.

A escola, sendo um espaço de democracia, “é a expressão de um aprendizado de participação pautado pelo dissenso, pela convivência e respeito às diferenças em prol do estabelecimento de espaços de discussão e deliberação coletivos” (DOURADO, 2006, p. 67). Nesse sentido, a gestão democrática se faz presente quando o gestor ou equipe gestora respeita e abre espaço para a comunidade escolar participar das discussões da escola.

O professor (C) contribui afirmando que, além da participação da comunidade escolar, é importante para a efetivação da gestão democrática a participação do Grêmio Estudantil e do Conselho Deliberativo Escolar (CDE). Identificamos que o professor (C) mencionou as entidades democráticas que são essenciais para a efetivação da democracia. Conforme as Diretrizes da Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina, o Conselho Deliberativo Escolar é entendido como uma entidade de deliberação coletiva, de caráter político, formado por pais, alunos e professores.

O Conselho Deliberativo Escolar tem por função a análise, discussão e aprovação das questões referentes à educação na unidade escolar, no âmbito administrativo, pedagógico e financeiro contempladas no Projeto Político-Pedagógico, sempre em parceria com as outras entidades organizadas na escola. Participando nas decisões coletivas, responsabiliza-se e compromete-se com a função social da escola que é a da formação cidadã, via apropriação de conhecimentos essenciais por todos (SANTA CATARINA, 2008, p. 15).

No nosso entendimento, as entidades democráticas não podem existir apenas como um procedimento burocrático e ficar restrita ao papel e, sim, se-

rem realmente atuantes e que participem, ou pelo menos acompanhem, da tomada das principais decisões.

O professor (D), além de citar o Conselho Deliberativo Escolar e o Grêmio Estudantil, também citou como uma importante entidade a Associação de Pais e Professores. O pesquisado compreende que essas entidades são necessárias para obter uma efetiva gestão democrática. Para ele, a gestão também se torna democrática quando há a participação da comunidade escolar na gestão administrativa, pedagógica e financeira da unidade escolar. Percebe-se que o Professor (D) mencionou as dimensões da gestão escolar. Para Lück, 2009, p. 95) “a gestão pedagógica é, de todas as dimensões da gestão escolar, a mais importante, pois está mais diretamente envolvida com o foco da escola que é o de promover aprendizagem e formação dos alunos”.

De acordo com a autora, todas as demais dimensões vão ao encontro da gestão pedagógica, uma vez que o pedagógico é o foco de todo o trabalho da unidade escolar, que visa garantir e promover a formação e aprendizagem dos discentes. A gestão financeira contribui para a autonomia da instituição, uma vez que ela administra seus recursos com o apoio de uma estrutura colegiada “(Caixa Escolar, Conselho Escolar, Associação de Pais e Professores ou semelhante), que se constitui em uma personalidade jurídica própria, sem fins lucrativos” (LÜCK, 2009, p. 112).

Sobre a gestão administrativa, sabe-se que ela já foi o foco da gestão no tempo da escola conservadora e tradicional, na qual suas ações eram fragmentadas. Atualmente, a gestão administrativa se situa no contexto de um “conjunto interativo de várias outras dimensões da gestão escolar, passando a ser percebida como um substrato sobre o qual se assentam todas as outras, mas também percebido com uma ótica menos funcional e mais dinâmica.” (LÜCK, 2009, p. 106). Percebemos que o professor (D) possui um conhecimento aprofundado sobre o tema, apontando pontos importantes para a discussão. Consideramos que esse conhecimento se deve ao fato de ele ser gestor escolar.

O professor (E) entende que a gestão democrática “é um conjunto de instrumentos formais – eleição de diretores, entidades democráticas, descentralização financeira – com práticas efetivas e participação da comunidade escolar”. Compreende-se que esse conjunto de instrumentos são práticas democráticas, que viabilizam a participação dos segmentos da unidade escolar, tornando o processo de gestão um processo dinâmico e interativo entre princípios, diretrizes, dimensões, entidades e demais aspectos que colaboram para a efetiva participação da comunidade escolar. As demais contribuições dos pesquisados envolvem os elementos aqui apresentados. Dessa forma, optamos por não detalhar suas respostas.

Desse modo, conclui-se que os professores pesquisados possuem um bom conhecimento sobre alguns princípios da gestão democrática. Todos incluíram nas respostas a participação da comunidade escolar perante a organização, a tomada de decisões, a construção coletiva, entre outros. Cabe a nós refletir se o processo de gestão democrática, além de ser conhecido pelos professores e gestores, é também realizado na prática, com mecanismos que sustentam a democracia no espaço escolar.

Outro questionamento feito aos participantes consistiu em: Já foi gestor de escola ou gostaria de ser? Compreendemos que o trabalho do gestor e da equipe gestora é desafiador, pois, para gerir uma escola, são necessárias várias competências e habilidades. Neste sentido, a respeito de assumir esta função – de gestor –, todos afirmaram que a gestão é um grande desafio, porém eles gostam de se desafiar.

O professor (E), que atua como gestor há nove anos, relata: “Me identifico, gosto, preciso e vejo que devo contribuir com a construção do conhecimento”. O professor (D) diz: “Acredito na educação para transformar e melhorar a sociedade, para fazer uma boa escola, precisa de uma gestão participativa e profissionais comprometidos com a escola e com a causa.”

Dessa maneira Lück (2009, p. 65) expressa que a gestão deve estar baseada na construção da escola como organização dinâmica e competente, tomando decisões em conjunto, orientadas pelo compromisso com valores, princípios e objetivos educacionais elevados, respeitando os demais participantes e aceitando a diversidade de posicionamentos.

Neste sentido, um dos desafios de gestar é aceitar a opinião e o envolvimento de toda a comunidade escolar nas decisões da escola. Dourado (2006, p. 24) complementa dizendo que a escola “é uma organização social dotada de responsabilidades e particularidades que dizem respeito à formação humana por meio de práticas políticas, sociais e pedagógicas.” Sendo assim, o gestor necessita criar práticas que desenvolvam a formação humana, sendo a escola um espaço de transformação social.

O professor (C) contribuiu afirmando: “Já fui gestora de escola, diria que cada profissional de Educação deveria ter essa possibilidade desde que aceite trabalhar com efetiva participação”. Acreditamos que esse desafio de gestar é um caminho muito pertinente para os professores que buscam a democracia no ambiente escolar. O professor (F), que também já foi gestor, relata que “a função é desafiadora e exige grande dedicação promovendo crescimento pessoal e profissional. A função ensina a ser mais tolerante, trabalhar coletivamente, tomar decisões, aprender com erros e acertos e desenvolve a liderança”.

Segundo Libâneo, Oliveira e Tochi (2009, p. 397) “a liderança é a capacidade de influenciar, motivar, integrar e organizar pessoas e grupos, a fim de trabalharem para a consecução de objetivos.” Neste sentido, compreende-se que a gestão desenvolve várias habilidades que agregam conhecimentos e experiências relevantes aos professores que se desafiam a essa função.

O professor (A), ciente dos desafios, relata: “Gostaria de ser só se algum dia alcançar competência para o cargo, porque ser diretor não é fácil, dada a responsabilidade em nível estratégico de tudo o que acontece na escola”. Segundo Lück (2009), as competências do diretor não são intrínsecas de uma pessoa, mas, sim, expressões de seu empenho em manifestá-las e exercitá-las.

Dessa maneira, subentende-se que é de cada um a busca pelo desenvolvimento e aprimoramento das competências necessárias para ser um bom gestor e fazer uma boa gestão. Ter conhecimento de algumas delas já é um considerável começo para quem almeja esse cargo. O professor (G) também contribuiu relatando: “Gostaria de ser integrante de uma equipe que realmente representasse os professores e os alunos, focando no que realmente define uma escola: o setor pedagógico. Penso que a escola deve intervir, definindo a vida dos alunos e não reproduzindo um sistema”.

Conforme a fala do professor (G), torna-se necessário refletir sobre o real sentido e trabalho da gestão escolar, porém acredita-se que a escola não é representada somente pelo pedagógico, mas sim pela dinamicidade e inter-relação de todas as dimensões. Andando juntas as dimensões, com uma equipe participativa e motivada, não teremos a reprodução de um sistema, mas sim o desenvolvimento integral do aluno, que é o objetivo fim do processo.

Sobre os professores que não desejam assumir a função de diretor, o professor (H) relata que não foi gestor e não gostaria de ser porque a gestão envolve muitas discordâncias, disputas, autoritarismo, ato político, conflitos, que diminuem o ato educativo. Hora (2012) ressalta que uma boa gestão provém do resultado das relações e “cada superação de um conflito ajuda a formar uma estrutura mais flexível para enfrentar o próximo” (HORA, 2012, p. 104).

Acredita-se que a equipe gestora deve manter uma relação dinâmica, na qual o gestor dá abertura para o grupo contribuir com ideias e discussões pertinentes às questões escolares. O professor (I) relata: “Nunca fui gestora. Se gostaria de ser? Não nos atuais moldes que são impostos. Sim, havendo possibilidade de realmente decidir, em conjunto com a comunidade, sobre os rumos da educação”.

Conforme Lück (2009, p. 02):

Cabe lembrar que toda pessoa tem poder de influência sobre o contexto de que faz parte, exercendo-o, independentemente da consciência desse fato e da direção e intenção de sua atividade. No entanto, a falta de consciência dessa interferência resulta em falta de consciência do poder de participação que tem; disso decorrem resultados negativos para a organização e para as próprias pessoas que constituem o ambiente escolar. Faltas, omissões, descuidos, incompetência são aspectos que exercem esse poder negativo.

Compartilhamos a ideia de Lück (2009), na qual cada pessoa tem o poder de influenciar positivamente ou negativamente no grupo, cabe a cada um ter essa consciência. Nesse sentido, percebemos que muitos professores se sentem motivados ao desafio de gestor, alguns com certas restrições. Dos entrevistados, nove gostariam de assumir o cargo, alguns não no momento, mas demonstraram interesse. Sete professores deixaram claro que não se interessam pela função.

Dessa forma, compreende-se que há ainda muitos aspectos da gestão que não estão esclarecidos. Todo processo que envolve pessoas necessita de certa organização, diálogo e muita compreensão por todos os envolvidos. A participação da comunidade escolar é fundamental para a efetivação da gestão democrática e deve se dar de forma que todos possam ser ouvidos e respeitados.

Em relação à eleição dos gestores para as instituições de ensino do estado de Santa Catarina, questionamos: Você considera este processo vantajoso para a escola? Por quê?

O professor (C) explica:

Todo processo gera conflitos. É necessário que a comunidade escolar se prepare para esse momento. Vantagens ou não depende do entendimento dos profissionais e famílias. Se na escola onde ocorre o processo não se entende o que é democracia, como a sociedade entenderá? Estou a favor.

Diante do que foi colocado pelo professor (C), compreendemos que esse processo necessita ser entendido e discutido com a comunidade escolar, para todos terem clareza do que acontecerá. Afinal, todo processo novo causa dúvida, questionamentos e incertezas. Paro (2003) expressa que a eleição, sendo um processo de inovação, provoca muitas reações e expectativas na comunidade escolar. Porém, é necessário ser realista e ter clareza que esse processo não irá transformar a qualidade da educação, tampouco solucionar problemas que estão fora do alcance do candidato ou da instituição. “A eleição deve ser encarada como um ponto de partida e não de chegada” (PARO, 2003, p. 44).

O professor (F) afirma que considera esse processo vantajoso.

A comunidade escolar participa da escolha do gestor e do processo. O gestor tem mais legitimidade, assim como o plano de gestão. O gestor pode

desempenhar sua função por caráter mais pedagógico. É vantajoso também porque se sabe antes os planos do candidato e porque o processo prevê avaliação no final do ano.

Neste sentido, percebemos que a eleição é um processo de escolha de dirigentes, calcado na democracia e na participação, uma vez que os sujeitos envolvidos no processo acompanham e avaliam de perto o andamento da eleição.

Dourado (2006, p. 66) expõe que

as eleições escolares, tanto para os cargos de dirigentes como para compor os colegiados, são canais de participação e de aprendizado político da gestão democrática, compreendida como construção de cidadania, de luta política, que não se circunscreve aos limites da prática educativa, mas vislumbra a transformação das relações sociais autoritárias da sociedade.

O professor (H) relata que é vantajoso: “É um espaço de participação e de decisão de quem será o novo gestor, que possibilita a participação de toda a comunidade escolar, e contribui, assim, para a efetivação da democracia participativa e para a melhoria da qualidade social da educação.” O professor (B) diz que “é vantajoso, porém no sentido de não se tornar uma monarquia”.

Paro (2003, p. 45) afirma que “a democratização da escola, com a substituição do autoritarismo e da hierarquia cristalizadas por relações de colaboração entre as pessoas, é uma das expectativas mais fortemente presentes diante da perspectiva de escolha do diretor via eleição.” O professor (L) se aproxima do pensamento do autor acima citado, expondo que o processo é vantajoso, pois foge da indicação política, passando a ser escolhida pelo grupo escolar.

Sendo assim, temos a percepção de que o processo de eleição é mais um mecanismo de participação da comunidade escolar que vai contra as práticas clientelistas. A participação de toda a comunidade escolar no processo eleitoral faz com que a escola seja um espaço de cidadania, pautado por relações democráticas. “A eleição de diretores abre caminho para uma nova relação de escola com a comunidade, isso é, mostra que a escola, por ser pública, não é propriedade do governo ou do indivíduo que a administra, mas é um bem comum, utilizado por todos” (OLIVEIRA, 1996, p. 96).

O professor (J) respondeu: “É vantajoso em parte, porque através deste processo a comunidade escolar inteira é envolvida na escolha dos novos diretores, mas por outro lado, vejo que possa trazer certo atrito entre professores em escolas que tenham mais candidatos”.

O professor (D) expressa:

É vantajoso a partir do momento que for entendido como participação e não como competição. O gestor não pode ser visto como alguém que deseja impor aos demais a sua forma de pensar e fazer educação. A comunidade escolar precisa considerar o perfil dos candidatos. Entendo que o processo ainda precisa ser aperfeiçoado e necessita de muita consciência política dos envolvidos.

Neste sentido, pensamos que a comunidade escolar necessita ter clareza de que a eleição é um processo democrático que visa escolher de acordo com os planos de gestão o melhor candidato que atenda aos requisitos e demandas da unidade escolar. Sobre a consciência política, Paro (2003, p. 78) expressa que

o que se busca é a ampliação da democracia, pela organização da sociedade civil com vistas ao controle democrático do Estado. Neste caso, mormente em se tratando de uma instituição que busca fins educativos, como é o caso da escola, devem-se privilegiar os mecanismos persuasivos, de convencimento (ou seja, pedagógicos), na busca do consenso, por oposição aos recursos mais característicos da luta política entre facções ou grupos antagônicos.

Desse modo, conforme o edital, a campanha dos candidatos deve acontecer de forma respeitosa, na qual o candidato apresenta e convence a comunidade escolar sobre seu plano de gestão, nunca menosprezando os oponentes e suas propostas. Paro (2003, p. 79) coloca como sugestão que “o ideal talvez seja a previsão de debates em que se ofereçam iguais oportunidades para cada candidatura expor e defender o seu programa, dialogando com toda a comunidade presente.” Nas expostas pelo edital, colocam-se que os planos de gestão devem ser submetidos à defesa pública, independentemente do número de candidatos que estiverem disputando em cada unidade escolar.

Na opinião do professor (L) o processo é vantajoso em parte. “A democratização deste processo é muito importante, porém alguns requisitos adotados para ser apto excluem ótimos candidatos, deixando poucas opções de gestores. Outra vantagem é que coloca o candidato a gestor no compromisso de cumprir sua proposta.”

Acreditamos ser essencial a experiência dos candidatos, conhecer a escola, sua identidade, a comunidade escolar e estar ciente da competência necessária para exercer o cargo e realizar um bom mandato. Quando o professor comenta de requisitos que excluem ótimos candidatos, entende-se que faz menção ao número de faltas injustificadas que o servidor pode ter para concorrer, fato que gerou muitas críticas, pois impediu que um número significativo de profissionais pudesse participar. Um dos motivos das faltas da maioria é a participação em movimentos sindicais.

O professor (I) afirma:

Tornar consciente a possibilidade de escolha, de decidir é positivo, mas é necessário aprimorar o processo como um todo: quem pode participar, o “peso” dos votos de cada segmento, a percepção sobre a eleição, pois não estamos acostumados a poder participar, portanto não sabemos dialogar e todo conflito é encarado como sendo negativo, assim muitos preferem abdicar do direito a escolha.

Bobbio (1986, p. 20) afirma que

é preciso que aqueles que são chamados a decidir ou a eleger os que deverão decidir sejam colocados diante de alternativas reais e postos em condição de poder escolher entre uma e outra. Para que se realize esta condição é necessário que aos chamados a decidir sejam garantidos os assim denominados direitos de liberdade, de opinião, de expressão das próprias opiniões, de reunião, de associação, etc.

Desta feita, consideramos a eleição um processo vantajoso para as unidades escolares, uma vez que a eleição contribui com a gestão democrática e participativa. É necessário que toda a comunidade escolar se conscientize sobre a importância da participação no processo, bem como contribua para uma eleição justa, que visa melhorar a qualidade da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que as instituições escolares, a fim de alcançarem seus objetivos, tanto pedagógicos, administrativos, culturais como sociais, que visam atingir os aspectos relacionados aos processos de ensino-aprendizagem, a formação da cidadania e da autonomia, buscam através da gestão escolar mecanismos para a efetivação desses objetivos.

Nesse sentido, com o presente estudo pudemos constatar que a gestão escolar tem como finalidade mobilizar recursos, materiais, pessoas, princípios, entidades, entre outros, capazes de promover o sucesso educacional e a formação pautada na cidadania, em valores e atitudes que possam engrandecer e concretizar os objetivos da educação. Para que de fato a gestão escolar atinja com êxito seus objetivos, ela conta com a participação de toda a comunidade escolar.

Partindo desse pressuposto, acreditamos que a gestão democrática é fundamental para a realização de uma gestão comprometida com a qualidade educacional. Certamente, os avanços e melhorias no contexto da educação contribuíram para que práticas democráticas adentrassem nas escolas, ultrapas-

sando práticas e teorias tradicionalistas e hierárquicas. A gestão democrática contribui para que a comunidade escolar (pais, professores, alunos, funcionários) participem das tomadas de decisões, nas definições dos objetivos, no funcionamento da unidade escolar. Para que se obtenha a efetiva participação de todos os membros da comunidade escolar, é necessário que se estabeleça mecanismos que assegurem a participação.

Com subsídios de autores e dos pesquisados, verificou-se que o processo de eleição direta é um importante meio democrático, pois a própria comunidade escolar pode eleger o seu dirigente, conforme suas intencionalidades e seus planos de gestão. Com a pesquisa realizada com professores e gestores das escolas estaduais dos Municípios de Tunápolis - SC e Itapiranga - SC, constatou-se que há ainda muitos aspectos da gestão que não estão esclarecidos e que não existe unanimidade perante os professores pesquisados em estarem dispostos a assumirem o desafio de estar na equipe diretiva de uma escola.

Questionamos esse fato, pois muitas vezes os gestores são alvo de críticas por parte do grupo, e quando se tem oportunidade em assumir a gestão escolar muitos têm receio. Isso ficou claro na resposta de um dos entrevistados, quando aborda que o mesmo não foi gestor e não gostaria de ser porque a gestão envolve muitas discordâncias, disputas, autoritarismo, ato político, conflitos que diminuem o ato educativo.

Todo processo que envolve pessoas necessita de certa organização, diálogo e muita compreensão por todos os envolvidos. A participação da comunidade escolar é fundamental para a efetivação da gestão democrática e deve se dar de forma que todos possam ser ouvidos e respeitados. Podemos compreender que esse processo necessita ser entendido e discutido com a comunidade escolar, para todos terem clareza do que acontecerá. Afinal, todo processo novo causa dúvida, questionamentos e incertezas.

Temos a percepção de que o processo de eleição é um mecanismo de participação da comunidade escolar que vai contra as práticas clientelistas. A participação de toda a comunidade escolar no processo eleitoral faz com que a escola seja um espaço de cidadania pautado por relações democráticas, e nesse sentido precisa ser amplamente discutido, pois a comunidade escolar necessita ter clareza de que a eleição é um processo democrático que visa escolher de acordo com os planos de gestão o melhor candidato que atenda aos requisitos e demandas da unidade escolar.

Finalizando nossas reflexões, deixamos em aberto muitos pontos em relação ao debate sobre essa temática, para que novos estudos possam ocorrer e, assim, desmistificar e melhor esclarecer os elementos que envolvem a gestão

escolar. Sentimo-nos realizados com o estudo por poder contribuir, mesmo que de forma não tão abrangente para esse debate importante no contexto educacional.

REFERÊNCIAS

- BARETTA, Roselange Barbara Zenere. *Gestão Educacional e Organização do Trabalho Escolar*. Joaçaba: Unoesc Virtual, 2012.
- BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília-DF, Senado, 1998.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9394, 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Conselho Escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor*. Brasília-DF, 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad5.pdf. Acesso em: 11 maio 2015.
- CAMPOS, Casemiro de Medeiros. *Gestão escolar e docência*. São Paulo: Paulinas, 2010.
- DOURADO, Luiz Fernandes. *Gestão da educação escolar*. Brasília-DF: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2006.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- HORA, Dinair Leal da. *Gestão democrática na escola: artes e ofícios da participação coletiva*. 15. ed. Campinas: Papyrus, 2012.
- LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- LIMA, Maria de Fátima Magalhães de. *Modalidades de escolha e de provimento de diretores escolares: desafios e alternativas para a gestão democrática e o alcance da qualidade da educação*. Disponível em: http://www.anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalhos/MariaDeFatimaMagalhaesDeLima_res_int_GT8.pdf. Acesso em: 9 maio 2015.
- LÜCK, Heloísa. *Dimensões de gestão escolar e suas competências*. Curitiba: Positivo, 2009.
- LÜCK, Heloísa. *Gestão educacional: uma questão paradigmática*. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- OLIVEIRA, Ana Angélica Rodrigues de. *A eleição para diretores e a gestão democrática da escola pública*. São Paulo: Alfa-Omega, 1996.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade. *Gestão democrática: desafios contemporâneos*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

PARO, Vitor Henrique. *Eleição de diretores: a escola pública experimenta a democracia*. 2. ed. São Paulo: Xamã, 2003.

PARO, Vitor Henrique. *Eleição de diretores de escolas públicas: avanços e limites da prática*. R. bras. Est. pedag., Brasília-DF, v.77, n.186, p. 376-395, maio/ago. 1996. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/289/291>. Acesso em: 9 maio 2015.

PARO, Vitor Henrique. *Gestão democrática da escola pública*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2000.

SANTA CATARINA. Decreto n. 1794/13, de 16 de outubro de 2013. Dispõe sobre a Gestão Escolar da Educação Básica e Profissional da rede estadual de ensino, em todos os níveis e modalidades. *Lex*: Diário Oficial – SC – Nº 19.683. Disponível em: www.sed.sc.gov.br/.../3519-decreto-no-179-de-15-de-outubro-de-2013. Acesso em: 20 maio 2015.

MANDINGA E PODER DECISÓRIO: A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS GRUPOS DE CAPOEIRA NA BAHIA CONTEMPORÂNEA²

MANDINGA IS DECISION – MAKING POWER: THE POLITICAL ORGANIZATION OF
CAPOEIRA GROUPS IN CONTEMPORARY BAHIA

Resumo

O presente artigo tem por objetivo apresentar uma discussão sobre a organização da capoeira na contemporaneidade que, através da reconfiguração de sua estrutura organizacional, adotou um modelo específico: capoeira escolarizada, que auxiliou na transição da fase de abandono e desvalorização estatal para a fase de valorização, reconhecimento social e investimentos públicos. Este modelo e seus interlocutores encontraram na sociedade baiana um cenário sociopolítico propício para reivindicação de uma identidade política autônoma e construção de novos arranjos institucionais que viabilizaram a implementação de políticas públicas para a capoeira. Por meio da pesquisa qualitativa, utilizamos a técnica de aplicação de questionário elaborado no *software sphinx* com o público-alvo. Os resultados indicam assimetrias nas organizações internas e no poder decisório no interior dos grupos de capoeira na Bahia.

Palavras-chave: capoeira; organização política e poder decisório.

Abstract

This article aims to present a discussion about the organization of contemporary capoeira which, through reconfiguring its organizational structure, adopted a specific model: schooled capoeira, which helped in the transition from the abandonment phase and the state devaluation to the valorization phase, social recognition and public investments. These models and their interlocutors found a favorable socio-political scenario in Bahia society for the claim of an autonomous political identity and the construction of new institutional arrangements that enable the implementation of public policies of capoeira. Through qualitative research, we used the questionnaire application technique developed with the sphinx software with the target audience. The results indicate asymmetries in the internal organization and in the decision – making power within the capoeira groups in Bahia.

Keywords: capoeira; political and organization; making-power

¹ Licenciado e Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Especialista em Ensino de Sociologia pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMS). E-mail: ferreira.rubens12@gmail.com

² Este artigo é parte da minha dissertação, defendida em janeiro de 2019 no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal da Bahia.

Um dos desafios da democracia brasileira consiste em solidificar um sistema político pautado no desenvolvimento de uma cidadania política e social e consolidar uma cultura política democrática, baseada na participação, na confiança recíproca e na solidariedade social. A plena democratização deve preencher o hiato entre a igualdade proposta pelo regime político e a desigualdade material que gera a miséria do povo brasileiro (AMORIM, 2007, p.117).

INTRODUÇÃO

A capoeira é uma expressão cultural negra brasileira. Foi com este grupo racial que ela nasceu, ganhou proporções internacionais, transformou-se internamente e resistiu às barreiras do tempo, sobretudo as repressões e perseguições do Estado brasileiro devido à sua suposta vinculação com malandragens e confusões em festas de largo. Segundo o historiador Waldeloir Rego:

A capoeira foi inventada com a finalidade de divertimento, mas na realidade funcionava como faca de dois gumes. Ao lado do normal e do cotidiano, que era divertir, era luta também no momento oportuno. Não havia academias de capoeira, nem ambiente fechado, premeditadamente preparado para se jogar capoeira. Antigamente havia uma quitanda ou uma venda de cachaça, com um largo bem em frente, propício ao jogo (REGO, 2015, p. 51).

Desde a sua origem, a capoeira apresenta características de transversalidade, ou seja, em sua composição cultural existem diversas dimensões, tais quais: musicalidade, estética, dança, condicionamento físico, identidade, cultura política, organização social de classe, entre outras, que possibilitam ao pesquisador estudar e entender de múltiplas formas esta expressão. Conforme apontado por Waldeloir Rego, a capoeira, no Brasil, foi desenvolvida nas ruas. Entretanto a diversidade desta prática cultural se tornou objeto de interesse das mais variadas áreas do conhecimento, tais como Sociologia, Antropologia, História, Literatura, Música, Ciência Política, entre outras. Esses estudos proporcionaram avanços no que tange à compreensão aprofundada acerca da sua formação, simbolismos e contribuição para a sociedade brasileira.

Christine Zonzon (2011) chama a atenção para um aspecto importante da dialética entre a prática cultural e a produção científica: é preciso aprender a ver a capoeira conforme o seu objetivo. Amparada nas teorias fenomenológicas, convida os pesquisadores da capoeira e demais interessados a realizar um processo de reeducação corporal, sobretudo dos órgãos ligados aos sentidos – com um peso maior na visão, para aprender a ver e compreender a capoeira através da sua cosmogonia e não utilizar pacotes epistemológicos advindos de resulta-

dos interpretativos de outras manifestações culturais cujas estruturas organizacionais possuem trajetórias, experiências e objetivos diferentes. Ou seja, para entender a capoeira, em suas águas profundas, é preciso consultar os antigos, desenvolver um conjunto de habilidades corporais e treinar os sentidos para poder compreender os códigos culturais desta tradição tão cara à população negra, pois, esses elementos são preponderantes no que diz respeito à maneira como os indivíduos pertencentes à capoeira se movimentam nas rodas da capoeira, ambientes sociais privados e nas redes sociais da internet.

O desenvolvimento da capoeira na sociedade brasileira sofreu ao longo dos anos expressivas modificações no modos de aprender, ensinar e praticar. Sobretudo no bojo do movimento social de construção de um projeto de nação para o Brasil na década de 1930. Neste contexto surgiram dois mestres baianos no universo da capoeiragem, que contribuíram para a transição de abandono ou repressão para a aceitação e valorização da capoeira no Brasil. São eles: Manuel dos Reis Machado, o mestre Bimba, criador da capoeira regional; e Vicente Ferreira Pastinha, o Mestre Pastinha, figura importante no cenário da capoeira angola (MAGALHÃES, 2011, p. 19). É sobre um destes aspectos que as mudanças da sociedade brasileira na década de 1930 proporcionaram à capoeira que iremos nos debruçar neste artigo, sobretudo no que concerne as ideias de modernização, a saber: grupos de capoeira. Inicialmente conhecidos como academias por influência acadêmica, sobretudo da área de Educação Física, segundo Waldeloir Rego:

Academia de capoeira estruturada e assim chamada é coisa recente, datando dos princípios da década de 1930 ao presente momento. O primeiro mestre de capoeira a abrir academia foi o mestre Bimba (Manuel dos Reis Machado), em 1932, no Engenho Velho de Brotas, por sinal também o primeiro a conseguir registro oficial do governo, para a sua academia chamada Centro de Cultura Física e Capoeira Regional, num período em que o Brasil caminhava para o pleno regime de força que as leis penais consideravam os capoeiristas como delinquentes perigosos (REGO, 2015, p. 309).

Mestre Bimba deu início, na Bahia, a uma tendência de organização dos capoeiristas através de grupos autônomos e com lideranças políticas que penetrou de tal forma esta expressão cultural que nos dias hodiernos é difícil pensá-la de uma outra forma, sobretudo os praticantes e admiradores pertencentes às gerações pós ditadura militar que cresceram dentro de uma sociedade de tendências nacionalistas, democratização do Estado e valorização das produções artísticas.

É a partir deste novo formato que iremos buscar responder às seguintes questões: como os grupos de capoeira se organizam politicamente? Como ocorrem as tomadas de decisões dentro destes grupos? Para fabricar este trabalho utilizamos a metodologia qualitativa cuja técnica de coleta de dados escolhida foi a aplicação de questionários em praticantes de capoeira acima de 15 anos de idade durante os encontros semanais: treinos e rodas de capoeira. Devido às dificuldades enfrentadas em campo no acesso às 128 instituições mapeadas, realizamos a coleta de forma não probabilística (aleatória) chegando ao número de 108 questionários respondidos. A partir destes números apresentaremos os dados a partir do seguinte cálculo amostral: a margem de erro é de 4% e a margem de confiança é de 96%. Dito isto, cabe-nos apresentar o jogo da capoeira com a sociedade baiana, a organização política dos capoeiristas na contemporaneidade e o seu poder decisório. Por tanto, mandinga, é o que veremos a seguir.

MANDINGA E HISTÓRIA: A QUERELA DE UM PODER ANCESTRAL INVISÍVEL

A estrutura simbólica da capoeira passou por diversas fases ao longo de sua trajetória no Brasil. Essas fases proporcionaram aos seus praticantes um diálogo com o poder público e a sociedade, regado a uma interação conflituosa marcada por uma oscilação entre desprezo e repressão, conforme aponta Luiz Renato Vieira (2012). Para Adriana Albert Dias:

A capoeira, do início da República até a atualidade, sofreu uma série de transformações concernente tanto à sua prática quanto aos significados sociais a ela atribuídos por grupos sociais distintos em diferentes momentos históricos. Criminalizada dois anos após a extinção da escravidão, e em consonância com o projeto civilizador da República, durante muito tempo ela foi duramente reprimida e associada ao mundo da marginalidade. Todavia, a partir de meados dos anos 1930, inicia-se um longo processo de afirmação social e legitimação da capoeira enquanto um dos símbolos da identidade nacional (DIAS, 2015 p. 105).

Essas transformações acompanham o imaginário da sociedade, cujos marcos apontados por Adriana Albert Dias acompanham a discussão do pensamento social brasileiro. O que reforça o nosso argumento da íntima imbricação da capoeira com a população negra, pois esta expressão cultural até o presente momento, ainda que vivenciando transformações intensas no interior de sua estrutura simbólica, é inquestionavelmente negra. Sem negritude não há capoeira.

O inventário de registro da capoeira fabricado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 2007, apresenta três fases que a capoeira, enquanto estrutura simbólica, vivenciou ao longo da história:

[...] o aprendizado na capoeira se divide em três momentos históricos que caracterizam fases marcantes e distintas. A primeira fase destaca as formas de aprendizado da capoeira existentes no período em que esta foi amplamente criminalizada, do ano de 1890 até o início de seu processo de descriminalização, em 1937. Posteriormente, alcança o período conhecido como “escolarização da capoeira”, em que são formadas as primeiras academias oficiais e institucionalizadas, destacando principalmente as vertentes da capoeira regional, de Mestre Bimba, e capoeira angola, codificada por Mestre Pastinha. Por último, recorta o período que vai da década de 1980 até os nossos dias, ou fase contemporânea da capoeira, em que podemos observar o crescimento e difusão da capoeira baiana (regional e angola) por todo o Brasil e o mundo, numa proliferação de grupos e vertentes (IPHAN, 2007, p. 51).

Essas fases, como dito anteriormente, acompanham o amadurecimento da sociedade brasileira acerca do entendimento sobre a concepção de Brasil enquanto nação e o lugar do negro como membro e pertencente a esta sociedade. As duas últimas fases correspondem à escolarização da capoeira e à popularização do modelo de organização baiana, o que sinaliza nesse processo a adaptação da capoeira aos valores modernizadores, que resultou na valorização e incorporação em escala crescente no rol das manifestações eleitas para receber investimentos pelos poderes públicos e o setor privado no Brasil.

Mestre Bimba realizou um movimento político importante pois demonstrou à sociedade da época que a capoeira é uma produção cultural constituída de indivíduos autônomos, diferentes e com estrutura organizacional confiável. Assim como Mestre Bimba, outros mestres de capoeira estão constantemente incorporando, retirando ou ressignificando elementos tradicionais desta expressão cultural.

A capoeira, antes de expandir suas fronteiras, reformou internamente os alicerces da tradição, abdicando sobretudo de um elemento importante: o mistério. Realizou o movimento de desconstrução da imagem tida como poder invisível atrelado à dinâmica do candomblé, cujas histórias populares apresentavam os praticantes de capoeira como instrumentos energizados pelos poderes sobrenaturais das divindades afro-brasileiras, os orixás da Bahia. A capoeira escolarizada forneceu segurança pedagógica e panorama completo do que é a prática da capoeira através de planos de curso para cada fase de aprendizado do aluno, cujo conteúdo possui sequências de golpes e toques de berimbau a serem gravados e direcionados a um público, a princípio à elite baiana, que histórica-

mente perseguiu e reprimiu os negros e a própria capoeira, e posteriormente à toda a sociedade. Nesse sentido, a capoeira escolarizada, que se tornou patrimônio imaterial, é o resultado de abdições estilísticas e penetração de alguns elementos típicos das sociedades modernas, sobretudo do elemento: organização socioinstitucional. Como está estruturada a organização da capoeira e como é a sua dinâmica na Bahia contemporânea é o que veremos a seguir.

A ORGANIZAÇÃO DA CAPOEIRA NA CONTEMPORANEIDADE

A capoeira é organizada no seu interior a partir de grupos. Esses grupos possuem um sistema hierárquico de poder, cujos princípios norteadores estão na senioridade, onde os mais velhos de iniciação são respeitados, possuem prioridade e legitimidade, cujo topo da hierarquia de poder está no título de mestre de capoeira e a base no aluno novato.

Esses líderes, os mestres, são os responsáveis pelo gerenciamento do grupo e que, a partir da prática, formará outros mestres que poderão optar por continuar no grupo de seu mestre formador ou sair para formar outro grupo sob o seu comando. Existem casos de capoeiristas com os seguintes títulos: aluno formado, professor e contramestre, que por situações diversas que envolvem divergências ideológicas, expulsões, perseguições religiosas, entre outras, influenciam na saída de um membro para formar um outro grupo de capoeira, formando, assim, as grandes árvores cheias de ramificações dos grupos, popularmente conhecidas como família de capoeira.

As saídas dos membros de capoeira dos grupos, sobretudo a dos mestres, raramente são apresentadas e discutidas nos trabalhos acadêmicos sobre capoeira. Esse tema constitui-se como um tabu entre os capoeiristas e acadêmicos devido à sua relação com elementos emocionais, políticos e econômicos que, de modo geral, os supracitados agentes evitam expor. Mas afinal, o que seria um grupo de capoeira? Este é composto por um conjunto de pessoas que almejam praticar capoeira, cujo objetivo maior é o desenvolvimento de habilidades corporais baseadas nos saberes ancestrais de luta e dança afro-brasileira, gerenciados e transmitidos pela oralidade. No Ensaio Sócio Etnográfico da Capoeira Angola, Waldeloir Rego fala sobre alguns aspectos dos grupos de capoeira por ele observados:

As academias de capoeira dispõem de Mestre, que é o dono da capoeira, um Contramestre, tirado entre os discípulos ou outros capoeiras convidados, e o Coro, que em algumas academias, como a do Mestre Bimba, é misto, isto é, masculino e feminino. Do ponto de vista econômico, essas

academias, de um modo geral, são a manutenção de seus mestres. São cobradas matrícula e mensalidade dos discípulos, cinema e com entidades carnavalescas para participarem dos seus enredos, quando o mesmo exige a presença da capoeira (REGO, 2015, p. 317).

Essas características das academias — aqui tratadas como grupos de capoeira — apresentadas por Rego são interessantes, pois a partir das transformações da sociedade baiana e da ascensão do multiculturalismo enquanto perspectiva política, houve desdobramentos e a adoção de características de ordem ideológica nos indivíduos que compõem esses grupos, visto que na contemporaneidade existem três grandes perfis de grupos de capoeira: os que assumem perspectivas liberais, ou seja, uso da cultura para fins econômicos; os tradicionalistas, que são ligados às ideias de preservação da cultura, identidade racial e valorização das classes populares; e grupos mistos com características liberais e de preservação cultural. Dentro destes existem frações que são contraditórias e que oscilam entre os perfis supracitados, a depender da situação política que se encontrem. Esta classificação de cunho ideológico interfere diretamente na gerência prática dos grupos conforme seus objetivos e explica parcialmente a presença e/ou ausência de alguns grupos de capoeira na participação de debates e construções de políticas para o fomento por via Estado ou parcerias com o setor privado.

Existem tipos de grupos e mestres de capoeira que possuem objetivos ideológicos e políticos dos mais variados, entretanto, são colocados erroneamente numa mesma estrutura simbólica narrativa no cenário político e institucional. Com a expansão da capoeira na sociedade brasileira houve um processo de incorporação de indivíduos ligados a outras classes sociais, que por sua vez são possuidores de outras visões de mundo, experiências de classe, perspectivas, valores e hábitos. Esse processo gerou mudanças significativas no modo de organização interna dos grupos e nas disputas de poder e reconhecimento por conta de articulações e novas redes políticas e sociais. É justamente nessa direção que aparecem algumas assimetrias no tocante aos capitais culturais e de poder dentro do universo dos praticantes de capoeira, sobretudo em Salvador, capital baiana.

Os praticantes de capoeira, assim como os grupos, possuem educação, valores políticos, sociais e ideológicos dos mais variados. Entretanto, dentro do universo da capoeira, no que tange às tomadas de decisões, o princípio reinante é o da senioridade. Segundo essa regra, os mais velhos possuem o poder deliberativo no grupo e isso implica um panorama em que as deliberações não são tomadas a partir do voto de cada membro, mas sim pela decisão do mestre e de alguns poucos privilegiados, com a carga temporal significativa dentro da estrutura

hierárquica de um determinado grupo. Entretanto o processo de modernização da capoeira trouxe não só o modelo que promoveu sua valorização, trouxe também os ventos democráticos, a participação como elemento deliberativo e cidadã importante. A democracia e a senioridade possuem princípios conflitantes. Contudo eles convivem aparentemente bem dentro da cultura da capoeira na Bahia contemporânea. Descortinar a cultura política, suas estratégias e ver como os grupos tomam as suas decisões é o que vamos analisar a seguir.

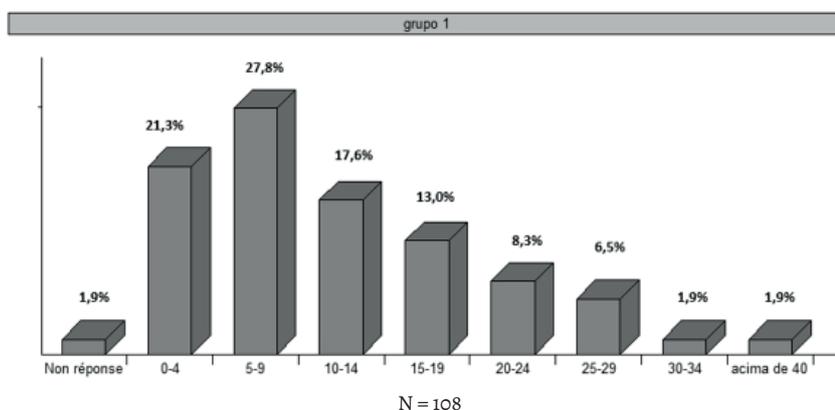
CULTURA POLÍTICA E A CAPOEIRA CONTEMPORÂNEA

O comportamento social e político dos integrantes dos grupos de capoeira, na contemporaneidade, segue um processo curioso, o qual podemos caracterizar através da dialética do silêncio da boca e do grito do corpo, pois no processo formativo dos capoeiristas ao longo de suas trajetórias há um cenário de poucos diálogos verbais no interior dos grupos. Para Jean Adriano Barros da Silva, o mestre Jean Pangonlin:

A experiência com a capoeira pode ser uma metáfora constante dos desafios da vida em comunidade, considerando-se a experiência da roda como escola de formação para vida. O movimento corporal embalado pela música produz, para além de todos os ganhos fisiológicos da atividade física, uma percepção sob o signo flutuante do jogo, em que precisamos aprender que o melhor será capaz de vencer “com” o outro e não “contra” o outro. Neste sentido, a movimentação dessa arte está impregnada de tolerância, parceria, respeito às diferenças e produção coletiva e apropriação privada” (SILVA, 2015, p. 144).

Para o indivíduo desenvolver estas habilidades apontadas por Jean Adriano Barros da Silva é preciso pertencer ao universo da capoeira por um espaço de tempo considerável, para que seja possível obter o aprendizado e a experiência necessários para empregar na prática os conhecimentos adquiridos pelos mais velhos, os mestres. Nesta pesquisa, os entrevistados apresentaram um perfil diversificado acerca da carga temporal de prática dentro da cultura da capoeira, conforme aponta o gráfico I.

Gráfico I - Tempo de Prática dos Entrevistados

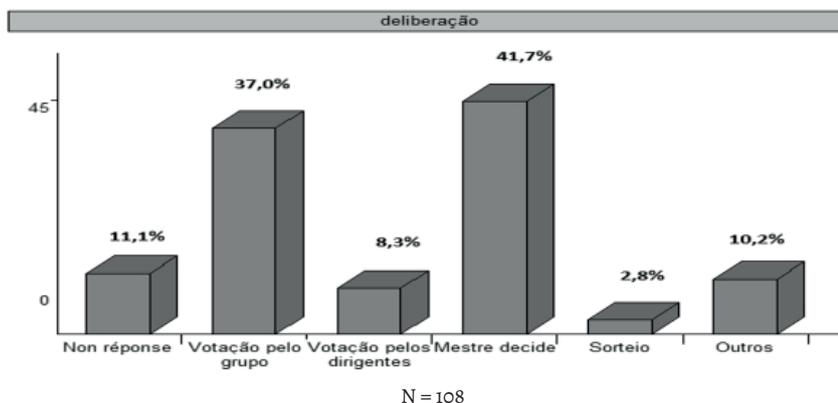


Fonte: O "mandingar da capoeira no cenário político baiano", Salvador, 2017.

Os dados do gráfico I indicam que o nosso público, os capoeiristas entrevistados, possuem um perfil diversificado de trajetória dentro do universo cultural da capoeira no qual apenas vinte e três capoeiristas estão na capoeira no espaço de tempo entre zero e quatro anos, já os demais possuem uma trajetória entre dez e acima de quarenta anos. O que podemos inferir é que nosso público possui familiaridade com as regras da capoeira por pertencerem não somente a um grupo na convivência dentro de um espaço de tempo considerável, mas também possuem larga experiência com as dinâmicas deliberativas por conviverem e pertencerem ao sistema hierárquico.

Os nossos entrevistados forneceram um panorama interessante sobre este traço da cultura política da capoeira: como ocorrem as deliberações dentro dos grupos de capoeira? Foi questionado aos entrevistados como funciona a interação entre os respectivos grupos e o Estado através do formato de editais das políticas públicas de fomento à cultura na Bahia.

Gráfico II- O Poder deliberativo dos capoeiristas (%)



Fonte: O "mandingar da capoeira no cenário político baiano", Salvador, 2017.

Segundo os dados do gráfico II, dois elementos se sobressaíram: o primeiro é que os capoeiristas entrevistados possuem conhecimento dos assuntos internos e deliberam em conjunto na maioria dos grupos, no qual supõem-se que ocorrem de forma democrática através da votação e contagem de maioria simples dos votos dos seus membros. Estes representam 37,0 %. O segundo é que o mestre, enquanto líder do grupo, delibera sem a consulta dos demais, indicando que na maioria dos grupos as tomadas de decisões são realizadas pelo mestre, o dono do grupo, o que sinaliza que não existe homogeneidade nas tomadas de decisões dentro da cultura da capoeira e reforça o nosso argumento de que na contemporaneidade, em sua dimensão política, a capoeira deve ser pensada a partir dos grupos, pois estes podem apresentar características distintas, o que não retira ou invalida o seu *status quo* de pertencente à estrutura simbólica ancestral como é amplamente conhecida, Mandinga. Existem múltiplas disputas de poder decisório no cotidiano da cultura da capoeira na contemporaneidade, e este achado é positivo para que a cultura continue se perpetuando ao longo do tempo por meio do elemento: diversidade de experiência na interação com o universo para além dos muros dessa cultura.

A política no universo dos grupos de capoeira funcionou ao longo dos anos desde a sua origem como elemento tangencial ou como ferramenta de disputa por questões imediatas do plano micro que envolve relações de poder acerca de quem cantará uma música primeiro, quem vai armar/afinar um berimbau cuja afinação esteja no gosto do público e dos capoeiristas antigos e quem detém as habilidades corporais, mandingas, mais bem elogiadas/apreciadas pelos antigos e admiradores, entre outros. Nesse sentido, analisar o comportamento dos capoeiristas a princípio deve levar em consideração que a capoeira é uma cultura cujo objetivo é a promoção de habilidades corporais e que apenas recentemente essa cultura está expandindo as suas fronteiras. O que, em nível de cultura cívica, esta população, pensada enquanto coletivo simbólico, repousa em condições iniciantes em sua atuação ou nível de organização política, refletindo, assim, uma movimentação no terreno político com expressivo desconhecimento, carência de experiência e modelos de interações bem-sucedidas acerca da participação dentro das estruturas organizacionais do Estado e o mercado financeiro.

A capoeira, no tocante ao aspecto de sua dimensão organizacional, grupos autônomos, possibilita um entendimento sobre a dinâmica complexa de sua interação interna com o mundo contemporâneo que envolve, ainda que desconhecida para o público pouco familiarizado, mas existente desde o surgimento dos grupos de capoeira, a relação de rivalidade entre os grupos no que tange

as disputas sobre recursos financeiros, espaços para o desenvolvimento destes grupos, visibilidade, entre outros.

Nesse sentido, a perspectiva adotada nesta pesquisa questiona uma visão estereotipada que paira sobre a capoeira enquanto estrutura simbólica, cuja identidade dos indivíduos praticantes desta cultura assume traços de ausência de agência, autonomia, interesses particulares e gramáticas sócio-políticas das mais variadas. Os grupos de capoeira, cuja dinâmica se estrutura a partir do saber oral, principalmente através do princípio da senioridade, possuem limitações em sua autonomia frente aos indicadores democráticos que alicerçam a sociedade brasileira no pós-ditadura militar e as políticas públicas baseadas na Constituição Federal do Brasil de 1988. Em relação ao comportamento político social dos indivíduos praticantes desta cultura, segundo a tradição, o poder decisório repousa na figura do mestre. Este é um dos elementos que constitui a cultura política da capoeira, pois parcela expressiva dos seus praticantes foi ensinada a se ausentar dos espaços de deliberação e discussão sobre os possíveis rumos políticos e sociais dos grupos, o que na contemporaneidade, frente ao avanço dos valores democráticos, a efervescência política de participação através dos conselhos participativos possibilitou descortinar as deficiências de mobilização social de uma massa volumosa numericamente deste público cujos valores culturais estão amparados na descrença do poder público. É possível considerar que, ao passo que a capoeira foi realizando seu processo de modernização e ascensão na sociedade brasileira, enquanto estrutura simbólica, reproduziu parte dos valores e respectivos problemas da democracia representativa do país, muito em função da experiência cidadã empobrecida pelo racismo vivenciado pelos negros, que são, em sua maioria, praticantes de capoeira.

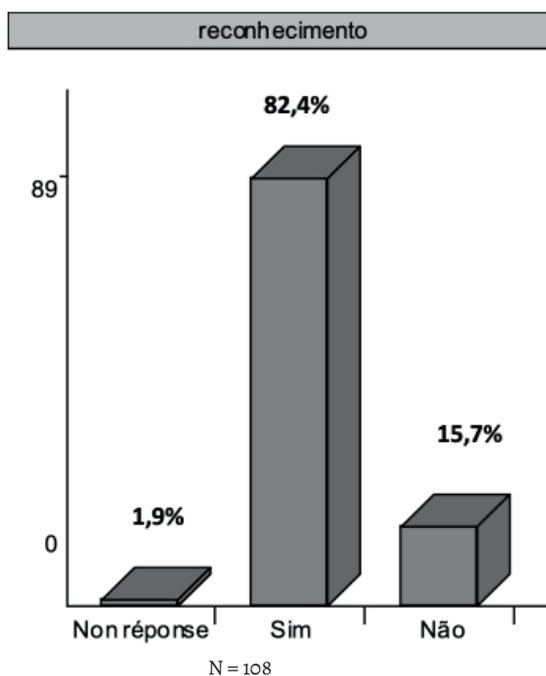
A fragmentação dos grupos, surgimento e expansão dos coletivos e ausência de entidades representativas, estatutos, cultura cível e as ocupações trabalhistas, sobretudo as ocupações em subempregos ou jornadas extensas que dificultam a mobilização e participação dos praticantes, possibilitam a inferência entre os capoeiristas aqui estudados, pertencentes aos grupos, e possuem uma combinação de dois traços simbólicos que promovem a cultura da submissão, que em nossa avaliação apresentam-se como a consolidação da cultura política deste grupo cultural: a primeira corresponde ao racismo enquanto elemento que constitui uma das bases pertencentes da sociedade baiana e o princípio da senioridade, reinante dentro da capoeira que promove uma hierarquia entre os capoeiristas.

A combinação destes elementos promove um cenário de afastamento do público da capoeira na participação na esfera política através da carência de informações, sobretudo as confiáveis acerca da dinâmica das etapas das políticas públi-

cas: formulação, implementação e avaliação e origem dos recursos e investimentos na capoeira, promovendo, assim insatisfações, sentimentos revoltosos de indignação e comportamentos e atitudes em desajustes com as regras democráticas do Estado brasileiro e consequentes instituições de fomento à cultura na Bahia.

É neste contexto que o público da capoeira está inserido, na contemporaneidade, dentro de um movimento de construção de uma nova narrativa nacional, e as estruturas de pensamento deste público estão submetidas às amarras políticas, sociais e econômicas que estimulam a continuidade dos valores tradicionais que promovem o comportamento de pouca participação nos espaços políticos no interior das academias, e o mesmo comportamento se reproduz nos espaços políticos promovidos pelo Estado e setores privados. O conhecimento sobre a transição de abandono e desvalorização da capoeira é do conhecimento do público, como evidencia os nossos entrevistados no gráfico III. Foi questionado aos capoeiristas se é do conhecimento deles o reconhecimento da capoeira como patrimônio imaterial.

Gráfico III- O reconhecimento político da capoeira (%)



Fonte: O “mandingar da capoeira no cenário político baiano”, Salvador, 2017.

Segundo os dados do gráfico III, oitenta e nove dos entrevistados possuem conhecimento sobre o que está ocorrendo no processo de institucionalização da estrutura simbólica da capoeira. Entretanto dezessete desconhecem e dois não responderam, o que nos possibilita inferir que a mudança do status da

capoeira de desvalorização para valorização do Estado brasileiro é de conhecimento de parte significativa entre os nossos entrevistados. Contudo a dificuldade está em acompanhar e participar do processo político, pois os resultados são frutos de intensos debates e disputas que não se encerram no conhecimento ou formulação e implementação de políticas de promoção cultural, como aponta Maria Salete Amorim ao discutir democracia e cultura política:

[...] a consolidação da democracia não é algo que possa ser alcançado com a simples adoção de leis e normas, mas depende de uma base normativa de apoio por parte dos cidadãos às instituições políticas. A mudança atitudinal dos atores políticos e a formação de uma cultura política compatível com os valores democráticos são de fundamental importância para promover a organização social e a legitimidade do sistema político (AMORIM, 2007, p. 117).

Nesse sentido, a democracia como princípio que estimula a criação de políticas públicas para a capoeira enfrenta dificuldades de implementação por conta da cultura política desta população que desenvolveu uma configuração assimétrica de poder dentro dos grupos e que intensifica a dificuldade de interação com o poder público e espaços de discussão sobre a promoção da capoeira por conta da ausência de instituições amplamente reconhecidas e legitimadas como porta-vozes dessa expressão cultural, resultando numa ausência de participação política enquanto estrutura simbólica, ocorrendo, assim, no cenário político, apenas as ideias e agenda dos grupos previamente organizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, analisamos a organização da capoeira e o poder decisório na contemporaneidade. A capoeira como elemento cultural da população negra possui potencialidades múltiplas e, conforme apontou Cristine ZonZon (2011), deve ser analisada a partir de seus objetivos enquanto elemento prático cujas potencialidades são de caráter transversal. Sem negritude não há capoeira.

A organização da capoeira se modificou ao longo do tempo. Sua última fase reconfigurou sua estrutura organizacional, que passou a adotar um modelo específico baiano: capoeira escolarizada. Este modelo promoveu mudanças drásticas no modo de ver, sentir e praticar a capoeira. Entretanto promoveu continuidades no tocante aos seus princípios norteadores da criação da capoeira, que é a transmissão dos saberes por meio da oralidade. A ruptura ocorreu na instauração de um novo modo de tomar as decisões na capoeira: a participação democrática dos membros do grupo, que passou a conviver de forma oscilatória

entre conflito e harmonia com a senioridade nos processos deliberativos dentro dos grupos.

O modelo de organização da capoeira proposto por Mestre Bimba introduziu uma série de elementos racionais e políticos, instaurou um processo de criação de múltiplas lideranças na capoeira por meio de porta-vozes, os mestres-presidente dos grupos de capoeira, e marcou o início da revolução organizacional desta expressão cultural. Neste novo momento da capoeira na Bahia, a valorização estatal e participação política gerou descentralização do poder decisório dos grupos de capoeira, pois cada grupo possui uma elite política que realiza o processo decisório, e não raras vezes entram em conflitos com os mestres acerca da agenda interna, que pode conduzir suas ações deliberativas de forma democrática ou com o posicionamento imperativo do mestre que lidera um grupo.

A atual fase de capoeira é a organização em grupos com lideranças internas cujas relações de poder são reguladas por uma estrutura assimétrica no poder decisório. Deste modo, o elemento “autonomia” atravessou a capoeira em todas as suas fases e se mantém até os dias hodiernos. Mandinga. Concluímos que os capoeiristas nas rodas de capoeira ou nas relações políticas não abrem mão de sua identidade mandingueira. Iê.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADINOLFI, Maria Paula F. A capoeira como patrimônio: desafios da patrimonialização de uma prática maior que a “Cultura”. In: FREITAS, Joseania Miranda. (org.). *Uma coleção biográfica: os mestres Pastinha, Bimba e Cobrinha Verde no Museu Afro-Brasileiro da UFBA*. Salvador: Edufba, 2015. p. 149-160.
- AMORIM, Maria Salete S. Cultura Política e Estudos de Poder Local. *Revista Debates UFRGS*, Porto Alegre, v. 1, p. 99-120, 2007.
- AMORIM, Maria Salete S.; BAQUERO, Marcello. Cultura Política Fragmentada: o papel do Capital Social na Democratização Brasileira. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 7, p. 9-20, 2004.
- ARAÚJO, Rosangela Costa. *É Preta Kalunga: a capoeira angola como prática política entre os baianos: anos 80-90*. Rio de Janeiro: MC&G, 2015.
- BARRETO, P. C. S. Evitando a “esportização” e a “folclorização” a capoeira se afirma como cultura negra. *Revista Palmares: Cultura Afro-Brasileira*, Brasília-DF, p. 64-67, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *A Gênese dos Conceitos de Habitus e de Campo*. Rio de Janeiro: Difel e Bertrand, 1989.

- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.
- COSTA, Neuber Leite. *Capoeira, política cultura e educação*. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.
- COSTA, Neuber Leite. *Capoeira, trabalho e educação*. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.
- COSTA, Neuber Leite. “De Ato Marginal a Patrimônio Imaterial: análise das políticas culturais para a Capoeira”. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (org). *Políticas Culturais no Governo Lula*. Salvador: EDUFBA, 2010.
- COSTA, Neuber Leite. Regulamentações na capoeira: ressignificações da cultura capoeirana. In: SIMPLICIO, Franciane; POCHAT, Alex (org.). *Pensando a Capoeira: Dimensões e perspectivas*. Rio de Janeiro: MC&G, 2015. p. 63-79.
- DIAS, Albert Adriana. Trajetórias da capoeira baiana: do mundo das ruas a símbolo da identidade nacional. In: FREITAS, Joseania Miranda. (org.). *Uma coleção biográfica: os mestres pastinhas, Bimba e Cobrinha Verde no Museu Afro-Brasileiro da UFBA*. Salvador, EDUFBA, 2015. p. 105- 116, v. 1.
- LOMANTO, Carlos. *Capoeira como instrumento de educação e inclusão social*. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em História) — Federação dos Trabalhadores Públicos do Estado da Bahia. Salvador, 2011.
- FONSECA, Vivian Luiz; VIEIRA, Luiz Renato. Capoeira – a Brazilian Immaterial Heritage: Safeguarding Plans and Their Effectiveness as Public Policies. *The International Journal of the History of Sport*, [s.l.], v. 31, p. 1303-1311, 2014.
- FONSECA, Vivian Luiz. Capoeira-Esporte (e/) ou Patrimônio? Notas sobre o contexto de produção do primeiro pedido de Registro da Capoeira arquivado no IPHAN. In: XI ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA – ENECULT, 2015, Salvador. *Anais [...]* Salvador: CULT/ UFBA, 2015. p. 1-15, v. 1.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. *Inventário para registro e salvaguarda da capoeira como patrimônio cultural do Brasil*. Brasília: IPHAN, 2007.
- MUNANGA, Kabengele. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 5 nov. 2003.
- PASSOS, Antônio Marcos de Oliveira. *Os mestres de Capoeira e a Patrimonialização: descompasso das políticas públicas brasileiras*. In: FREITAS, Joseania Miranda. (org.). *Uma coleção biográfica: os mestres Pastinha, Bimba e Cobrinha Verde no Museu Afro-Brasileiro da UFBA*. Salvador: Edufba, 2015. p. 161-167.
- RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.
- REGO, Waldeloir. *Capoeira Angola: ensaio socioetnográfico*. Rio de Janeiro: MC&G, 2015.

SILVA, Jean A. B. Capoeira e Africanidades na Escola. In: SIMPLICIO, Franciane; POCHAT, Alex (org.). *Pensando a Capoeira: Dimensões e perspectivas*. Rio de Janeiro: MC&G, 2015. p. 135-148.

SIMPLÍCIO, Franciane; POCHAT, Alex; DIACUÍ, Nágila. *A Capoeira em Salvador: Registro de Mestres e instituições*. Salvador: Fundação Gregório de Mattos, 2015.

VIEIRA, Luiz Renato. A Capoeira e as políticas de salvaguarda do patrimônio imaterial: legitimação e reconhecimento de uma manifestação cultural de origem popular. In: GONÇALVES, Alanson M. T. *Capoeira em perspectivas*. Belo Horizonte: Tradição Planalto, 2012. p. 133-155.

RABELO, Miriam C. M. Aprender a ver no candomblé. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 21, p. 229-251, 2015.

ZONZON, Christine. Habilidades perceptivas e cultura: A capoeira como modo de ver e de ser. *A Cor das Letras* (UEFS), Feira de Santana, v. 12, p. 153-170, 2011.

MAGALHÃES FILHO, Paulo Andrade. *Jogo de discursos: a disputa por hegemonia na tradição da capoeira angola baiana*. Salvador: EDUFBA, 2011.

“A GENTE TÁ VIVENDO UMA VIDA SEM PAZ”: EXPERIÊNCIAS DOS PRIMEIROS SEIS MESES DE QUARENTENA DO COVID-19 PARA MULHERES DA PERIFERIA DE SALVADOR

**“WE ARE LIVING A LIFE WITH NO PEACE”:
QUARANTINE EXPERIENCES DURING THE COVID-19 PANDEMIC AMONG
WOMEN ON SALVADOR’S OUTSKIRTS.”**

Resumo

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa que buscou entender como moradoras de uma periferia de Salvador, marcada pela pobreza urbana, lidaram com a vida em quarentena durante os primeiros seis meses da pandemia da covid-19. Baseada numa pesquisa antropológica conduzida desde 2012 entre mulheres negras, mães de família, elas foram entrevistadas no mês de agosto de 2020. A partir dos dados coletados, ficou evidente que as condições de vida e moradia tornaram a experiência da quarentena ainda mais difícil para essas mulheres e suas famílias. Todas tiveram seu meio de sustento afetado, o que, para a maioria delas, transitava entre trabalhos informais e subempregos, e conseqüentemente passaram a depender de auxílios financeiros e de outras ordens, provenientes dos governos. Sobrecarga de trabalhos domésticos, estresse, ansiedade, insegurança e medo de um futuro próximo quando o auxílio financeiro acabasse marcaram a vida dessas pessoas, que ficou ainda mais insegura do que antes. Mais que medo do coronavírus em si, as mulheres temiam a pobreza extrema e as outras epidemias que estavam impactando a vida na periferia de Salvador.

Palavras-chave: covid-19; vida em quarentena; periferia; desigualdade; Salvador; BA.

Abstract

This article examines the experiences and concerns of families living on the outskirts of Salvador during the first 6 months of the Covid-19 pandemic. The study was part of ongoing anthropological research initiated in 2012 among black women and their families and draws mainly on interviews conducted in August 2020. The impact of the quarantine was evident in their daily lives that was marked by anxiety, insecurity and fear of the near

1 Assistente de pesquisa no Danish Institute for International Studies (DIIS), Dinamarca. E-mail: thaisesa@yahoo.com.br.

2 Antropóloga e Pesquisadora Sênior no Danish Institute for International Studies (DIIS), Dinamarca. E-mail: mako@diis.dk;

future. Financial insecurity was also exacerbated by the pandemic with the majority of the women losing their livelihood or having their livelihoods significantly reduced while their unpaid care work at home increased. They depended on financial aid from the state and various means of credit, acutely aware that the financial aid was only a temporary measure. With the heightened levels of uncertainty about the present and the future, women feared abject poverty more than the coronavirus itself and other epidemics that were causing severe illness and distress in Salvador's low-income neighbourhoods.

Keywords: covid-19; daily life during quarantine; periphery; inequality; Salvador; BA.

INTRODUÇÃO

“Temos que chorar o luto, viver o momento, o tempo de luto precisa ser vivido tranquilamente, precisa viver o tempo da doença, o tempo da tristeza. A Bíblia diz que há tempo para todas as coisas e esse é o tempo, tempo de parar, tempo de reflexão”

(Fala de Dona Conceição)

A pandemia da covid-19 teve um impacto profundo que agravou desigualdades, informalidade e vulnerabilidades no Brasil (ECLAC 2022). Milhões de famílias ficaram desprovidas de renda própria, em especial aquelas que já conviviam com situações de vulnerabilidade social e com vínculos precários de emprego de baixa renda (PEREIRA DA SILVA, CORSEUIL e COSTA, 2022). Assim a pandemia do coronavírus deixou ainda mais evidentes as desigualdades no país, pois foi justamente para as populações mais vulneráveis econômica e socialmente e em espaços mais precários da cidade que a pandemia chegou de forma mais violenta (WERNECK e CARVALHO, 2020; MINAYO e FREIRE, 2020; ALMEIDA, LÜCMANN e MARTELLI, 2020). Macedo, Ornelas e Bomfim (2020) chamaram a atenção para as possíveis consequências da pandemia em populações “subalternizadas”.

O risco apontado por eles era o do “cerceamento do direito de compra” e da ausência de políticas públicas eficazes nas favelas. Somaram-se a isso outras preocupações, como um sistema público de saúde insuficiente e a desigualdade de acesso aos serviços de saúde no geral, que atingem de forma mais significativa os pobres (COSTA, 2020; WERNECK e CARVALHO, 2020).

Os primeiros casos de infecção por covid-19 foram registrados na América Latina, em São Paulo, no fim de fevereiro de 2020 (ECLAC, 2022). Em março do mesmo ano o vírus chegou a Salvador, trazido por brasileiros da elite, ao voltarem das férias na Itália. Como em outras cidades brasileiras, eles o repassaram aos amigos em glamorosos jantares e festas de casamento e também às empregadas domésticas. Estas, por sua vez, levaram o vírus às comunidades pobres da cidade. Duas semanas depois que o vírus chegou

a Salvador, o prefeito, ACM Neto, ordenou que as pessoas ficassem em casa e decretou estado de emergência (SECOM, 2020). O Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Salvador tomaram medidas semelhantes para conter a pandemia. Surgiu ali uma relação de cooperação entre o Poder Público Municipal e o Poder Público Estadual, enquanto a relação desses dois poderes e a União ganhou, contudo, outros contornos, o do conflito (PEREIRA e ARANTES, 2020). Desde o início, o presidente Jair Bolsonaro oscilou entre minimizar a gravidade do vírus e negá-lo completamente. Ele afirmou repetidamente que o distanciamento social e as medidas de quarentena eram ruins para a economia. Mas nem vidas, nem economia foram salvas. Em 1º de setembro, o Brasil entrou oficialmente em recessão econômica (MENDONÇA, 2020). Em 15 de setembro do mesmo ano, o país atingiu 132.000 mortes causadas pela covid-19, tornando a doença a causa de morte com a maioria das vítimas já registradas em um único ano (incluindo causas naturais e não naturais, como homicídio, por exemplo) (MADEIRO, 2020). Passados os momentos mais críticos da pandemia, a soma das mortes por coronavírus acumuladas em março de 2023 era de 699.634 pessoas (BRASIL, 2023).

Nesse sentido é que investigamos as consequências da quarentena na vida das moradoras de periferias de Salvador nos primeiros seis meses da pandemia. A crise econômica que foi gerada pela pandemia afetou de forma desproporcional essa parcela da população também no que se refere a oferta de trabalho: elas foram as maiores vítimas do desemprego e da informalização do trabalho (IBGE, 2020; COSTA, 2020). Essa realidade de deterioração dos indicadores do mercado de trabalho, em especial para as mulheres, está relacionada diretamente com o aumento da “carga de cuidados domésticos não remunerados” (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, 2021). Em maio de 2020, Salvador e sua região metropolitana retomaram o duvidoso recorde da cidade com a maior taxa de desemprego do país (DA REDAÇÃO, 2020). No início da crise sanitária da covid-19 no país, 33% da força de trabalho feminina no Estado da Bahia encontrava-se ocupada. Já no final do mesmo ano, reduziu para 30,5%, como aponta o relatório da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (BAHIA, 2021).

O artigo apresenta os resultados de uma pesquisa qualitativa sobre a vida em quarentena entre famílias em situação de pobreza no Brasil, realizado por Autor/B e Autor/A. O estudo fez parte da pesquisa em andamento de Autor/B em Salvador, iniciada em 2012 (ver Autor/B, ano; ano), na qual essas mulheres participam desde 2013. As entrevistas desta pesquisa foram realizadas em agosto de 2020, e já no início de setembro do mesmo ano, Salvador era a cidade do

Brasil com o quarto maior número de infecções e o quinto com maior número de mortes, segundo o portal COVID-19 (MONITORING, 2020). A pesquisa foi pensada e elaborada remotamente pelas pesquisadoras que mantiveram contato em todas as etapas. Realizamos ao todo cinco entrevistas, além de conversas pelas mídias sociais com essas e outras moradoras que também são nossas interlocutoras nessa e em outras pesquisas em andamento. As entrevistas tiveram duração média de 1:10min. Todas foram feitas por telefone para seguir as recomendações de isolamento social dadas pela Organização Mundial da Saúde na época e assim não expor as interlocutoras nem as pesquisadoras ao risco de contaminação por coronavírus. Antes de iniciar cada entrevista, obtivemos o consentimento informado de cada uma delas, que receberam informação sobre os objetivos da pesquisa e das quais solicitamos a permissão para incluí-las no estudo (HARDON *et al.*, 2001, p. 282). Garantimos também que os dados seriam tratados de forma confidencial e que seus nomes não seriam utilizados em nenhuma publicação ou apresentação. Portanto, todos os nomes usados neste artigo são pseudônimos para proteger suas identidades.

Na primeira seção deste artigo fizemos uma contextualização da pesquisa. Como as famílias já viviam numa situação de carência antes da pandemia, apresentamos o impacto econômico causado pela pandemia e pela quarentena. Na seção seguinte analisamos a consequente dependência dos auxílios emergenciais gerada pela precariedade econômica agravada pela pandemia. Em “Isolamento social, estresse emocional, medo e incerteza do futuro”, analisamos o impacto emocional causado pela pandemia da covid-19. Em seguida, mostramos a convivência dessas pessoas e suas famílias com a pandemia e outras epidemias que assolaram o território baiano. Por fim, realizamos uma breve discussão sobre a sensação de insegurança relatada por nossas interlocutoras e como mulheres foram afetadas desproporcionalmente pela pandemia.

CONTEXTUALIZANDO A PESQUISA

Parte de nossas interlocutoras já haviam sido vizinhas em uma mesma ocupação, num parque público de floresta tropical na região do Subúrbio Ferroviário, e sofreram processo de “remoção involuntária” no início da década passada (CONDER e SEDUR, 2009). Em Salvador, para muitos moradores, ocupações informais se tornam uma das poucas possibilidades de habitar a cidade, que passa a crescer de forma irregular e autoconstruída e quase sempre em áreas precárias, as quais carecem de processo de regularização e serviços bá-

sicos; quando estes chegam, só chegam tardiamente (CARVALHO e PEREIRA, 2006; GORDILHO SOUZA 2001; VASCONCELOS, 2006; SOARES, 2009).

O Subúrbio Ferroviário é uma região destinada, pelo poder público, a ser vetor de crescimento popular, o que em Salvador significa concentração da pobreza. Ela cresceu mesclando formas parcamente planejadas, como os loteamentos habitacionais destinados à população de baixa renda, e o crescimento desordenado com construções irregulares.³ É uma região da cidade que concentra diversas sobreposições de carências. Ao falar sobre essa parte da cidade, Carvalho e Pereira (2006, p. 98) descrevem-na como a que contém “condições mais precárias de habitabilidade e uma menor oferta de equipamentos e serviços urbanos [...]”. Foi no Subúrbio Ferroviário que houve a primeira expansão de moradias precárias autoconstruídas em Salvador na década de 1940, e foi lá onde os primeiros assentamentos informais surgiram uma década depois (VASCONCELOS, 2006).

O bairro onde elas moravam era localizado numa área definida como uma Zona Especial de Interesse Social – ZEIS, seguindo a mesma lógica da periferização da pobreza histórica do município de Salvador. Nessa área, um projeto de urbanização de favelas foi planejado e implementado por duas agências de desenvolvimento urbano no âmbito do Governo do estado da Bahia, SEDUR e CONDER. Como parte do projeto, a invasão foi demolida e o bairro que fazia fronteira com o parque, aqui chamado de São Mateus, recebeu nova infraestrutura, como pavimentação, drenagem, iluminação, benfeitorias residenciais, novas moradias, novas estradas e áreas recreativas públicas, como parques infantis. Para abrir caminho para essas melhorias, mais de mil famílias, a maioria das quais vivia na área havia décadas, foram deslocadas e reassentadas em conjuntos habitacionais construídos pelo Governo do Estado da Bahia no mesmo bairro ou bairros vizinhos. O processo de reassentamento se deu a partir de 2012. O conjunto habitacional para onde as mulheres foram reassentadas nunca foi regularizado, apesar da regularização fundiária ter sido uma das promessas feitas pelo poder público às famílias reassentadas nas unidades habitacionais construídas pelo CONDER. Assim, elas continuavam morando na informalidade (KOLLING, 2019).

As casas para onde parte das famílias foi realocada, por sua vez, eram extremamente pequenas, contendo apenas 42m². O novo conjunto habitacional fica localizado a uns 3.5 km da antiga invasão, em uma encosta de frente para o mar. Algumas casas eram separadas umas das outras por corredores bem es-

3 Vasconcelos (2006) faz um apanhado histórico sobre a formação dos bairros populares em Salvador.

treitos e não possuíam qualquer traço de acabamento. O chão não tinha piso, as portas e janelas eram de má qualidade e o número de quartos insuficiente para a maior parte das famílias. Muitos moradores se endividaram ao longo dos anos com melhorias que empreenderam em suas casas. Colocaram pisos de cerâmica, construíram puxadinho onde era possível construir, alguns conseguiram modificar bastante suas casas, transformando-as em espaços melhores para habitar. Outros simplesmente desistiram dela, se mudaram, mesmo que isso tenha acarretado o retorno à moradia de aluguel. É nesse contexto de sobreposição de carências que se situam nossas interlocutoras.

Duas das interlocutoras moravam em São Mateus anteriormente e, na época dessa pesquisa, moravam no bairro do Uruguai, mas continuavam frequentando uma Igreja evangélica no antigo bairro. O bairro do Uruguai sofreu medidas restritivas adotadas no fim do mês de maio devido às elevadas taxas de infecção. Pontos de fiscalização controlados pela Polícia Militar impediam as pessoas de ter acesso a ele, a menos que fossem residentes, e a movimentação dos moradores fora de alguns bairros foi restrita às atividades essenciais. Enquanto o *lockdown* ia sendo suspenso, as medidas de quarentena continuavam com a recomendação de isolamento social e medidas de distanciamento social, como suspensão de aulas em colégios da rede privada e pública; redução ou até suspensão dos transportes públicos; restrição nos templos religiosos; atividades comerciais fechadas, já os serviços essenciais, como supermercados e farmácias, funcionavam em horário reduzido, das 10h às 16h.

ATIVIDADES ECONÔMICAS PREJUDICADAS

“a gente saía pra vender sonho, vender as coisas e agora não tá dando, né, que ninguém quer comprar” (Fala de Lúcia)

Mbembe (2020, não paginado) descreveu o mundo assolado pela pandemia da covid-19 como “tempos sem garantia nem promessa, em um mundo cada vez mais dominado pela assombração de seu próprio fim” e alertou para o fato de que “serão muitos aqueles que infelizmente, não passarão pelo buraco da agulha”, esses muitos não seriam aleatórios, mas justamente aqueles já prejudicados pela relação predatória do homem com tudo o que é vivo. Santos (2020), por sua vez, também falou sobre a seletividade da pandemia, que ela não chegaria da mesma forma a todos os indivíduos, ao contrário, atingiria alvos desprivilegiados de forma desproporcional, alertando entre outros grupos, para aqueles nos quais submeter-se à quarentena e às medidas de isolamento e distanciamento social significaria passar a abrir mão do seu sustento.

Os pobres urbanos de Salvador conviviam com uma significativa desigualdade social e econômica. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2020), 36,8% da população tinha renda nominal mensal per capita de até 1/2 salário-mínimo, em 2010. Isso se materializa também no tecido social urbano, no bairro que chamamos aqui de São Mateus, 50,1% dos responsáveis pelos domicílios tinham renda de 0 e 1 salário-mínimo, no ano de 2016, segundo o Observatório de Bairros de Salvador.

Em estudo publicado pelo Observatório das Metrôpoles, Carvalho e Fernandes (2019) sintetizam os dados de desocupação da Região Metropolitana de Salvador a partir da PNAD contínua. Elas argumentam que, se somados “todo o conceito de subutilização da força de trabalho (desocupação, subutilização da força de trabalho e força de trabalho potencial), a RMS parte de 25% em 2012 e ultrapassa os 32% em 2018” (CARVALHO e FERNANDES, 2019. p. 17).

Em tempos de pandemia, o cenário nacional também não era muito animador. De acordo com dados do PNAD-Covid, a taxa de desocupação no país, no mês de agosto de 2020, transitava entre 13,3% e 14,3%. O número de pessoas que não procuraram trabalho por conta da pandemia ou por falta de trabalho na localidade, no mesmo período, oscilava entre 17.056 e 18.311 milhões. E 2,7 milhões de pessoas estavam afastadas dos seus empregos devido ao distanciamento social, na segunda metade do mês de setembro de 2020 (IBGE, 2020).

É nesse contexto de “vulnerabilidade e precariedade ocupacional” (CARVALHO e PEREIRA, 2006, p. 98) que se inserem nossas interlocutoras. Elas se encaixam no que Santos chamou de “Sul da quarentena”, “grupos que têm em comum padecerem de uma especial vulnerabilidade que precede a quarentena e se agrava com ela”. Segundo essa abordagem, “o Sul não designa um espaço geográfico. Designa um espaço-tempo político, social e cultural. É a metáfora do sofrimento humano injusto causado pela exploração capitalista, pela discriminação racial e pela discriminação sexual” (SANTOS, 2020, não paginado).

Quando começou a quarentena na cidade, elas tiveram suas atividades econômicas abaladas. Os trabalhos que realizavam para sustentar a si e, parcial ou totalmente, os filhos, transitavam entre trabalhos informais e subempregos. Antes do surto da covid-19, Rafaela ganhava a vida com vendas ambulantes, vendas de roupas de segunda mão no bairro, e serviços de limpeza mal pagos. Apesar das suas várias atividades econômicas, sua renda total estava abaixo da linha da pobreza. Desde a imposição da quarentena, ela só foi chamada uma vez para um serviço de limpeza. Com a maioria das pessoas em casa, e muitas delas com salários reduzidos, as mulheres que a chamavam passaram a assumir as tarefas domésticas elas mesmas. E com pouco fluxo de gente nas ruas e o con-

sumo na cidade bastante reduzido, poucas pessoas estavam comprando, então não valia a pena o esforço ou o risco de sair e tentar vender suas mercadorias. Rafaela morava com sua filha na casa da avó, que tem diabetes. Por isso ela precisava ter cuidado para não levar o vírus para casa.

Com todo mundo em casa e as ruas vazias, durante a quarentena elas não conseguiam mais manter seus trabalhos. Foi o que aconteceu com Rosa, que vendia roupas e tinha a maior parte de sua freguesia conquistada indo de porta em porta mostrar sua mercadoria. O esposo dela tinha um emprego com carteira assinada numa loja de colchões, e no início da quarentena ele teve os dias de trabalho e o salário reduzidos. Ela, por sua vez, não conseguiu manter sua atividade com vendas e viu sua renda, que era fruto de “correr atrás”, como ela mesma descrevia, ser reduzida a zero.

Lúcia vendia sonho de padaria com o filho mais velho nas ruas do bairro. O dinheiro das vendas, o Bolsa Família que recebia e a pensão de R\$ 200,00 paga (quando era paga) pelo pai dos seus três filhos era o dinheiro com que eles sobreviviam. Mas assim como as outras mães, também não conseguiu manter suas vendas.

Dona Conceição, outra de nossas interlocutoras, tinha emprego formal e estava ganhando apenas 10% do valor original do seu salário. No período da entrevista, ela se questionava sobre o que poderia comprar com 10% de seu vencimento. O marido dela, que era motorista em uma empresa de ônibus, passou pelo mesmo processo e trabalhava com medo dos assaltos aos transportes coletivos que, segundo ela, haviam aumentado bastante naquele período.

A fragilidade econômica da vida de nossas interlocutoras soma-se a outras carências, como o acúmulo de jornadas de trabalho e a falta de qualificação, e, para quem tinha filhos pequenos, como Rafaela e Lúcia, um agravante: a responsabilidade de cuidar dos filhos. Além de lutarem para se sustentarem com uma renda baixa, elas lidavam no dia a dia com vários tipos de dívidas por precisarem comprar fiado. Com isso, abriam linhas de crédito em lojas e acabavam atrasando pagamentos de serviços públicos, como água e luz. Dentre as contas atrasadas, também estavam pequenas compras com vendedores ambulantes locais, alguns vizinhos que vendiam cesta básica, gás de cozinha e outros artigos de necessidade básica. Dívidas provenientes de compras com cartões de crédito também eram comuns, incluindo cartões emprestados de outras pessoas, como um parente, um vizinho, ou empregador, pois muitas vezes os próprios cartões já estavam esgotados e o “nome sujo” (KOLLING, 2020). Quanto às interlocutoras que trabalhavam como vendedoras ambulantes na área local, também era comum que outras pessoas acumu-

lassem pequenas dívidas com elas, alguns clientes atrasavam os pagamentos ou deixavam mesmo de pagar (KOLLING, 2020).

Para muitos brasileiros pobres como Rafaela e Dona Conceição, ficou difícil pagar despesas mensais em 2020. Isso era ainda mais complicado por ter sido uma época marcada por um forte aumento nos preços dos alimentos no Brasil, uma tendência em todo o continente latino-americano durante a pandemia. Alimentos básicos, como feijão, aumentaram mais de 30%. As famílias também tinham novas despesas, como máscaras faciais, álcool gel, e produtos de limpeza desinfetantes.⁴ No início, eram itens difíceis de conseguir e difíceis de pagar, mas o fornecimento se tornou mais estável e os preços mais razoáveis. Essa precariedade econômica foi atenuada pelo Auxílio Emergencial do Governo Federal.

DEPENDÊNCIA DO AUXÍLIO EMERGENCIAL DO GOVERNO FEDERAL

“Antes de qualquer jeito a gente pegava a nossa mercadoria na rua e saía vendendo e agora não tá sendo assim [...] E aí o meu medo mais é esse, eles tirar o auxílio e como é que eu vou viver com os meninos?” (Fala de Lúcia).

Entre maio e agosto de 2020, as interlocutoras, que eram beneficiárias do Programa Bolsa Família, receberam o auxílio emergencial do Governo Federal. Para elas o auxílio emergencial foi um alento. Receberam o benefício cerca de 65 milhões de pessoas, entre autônomos, desempregados e trabalhadores informais, como Rosa, Rafaela e Lúcia. No Estado da Bahia, 54% dos domicílios tiveram algum indivíduo contemplado pelo programa, segundo dados do PNAD-Covid (IBGE, 2020). Devido a falhas burocráticas, nem todos os que tinham direito receberam o dinheiro, ao passo que algumas pessoas que não tinham direito se inscreveram indevidamente e conseguiram. Ainda assim, evitou que milhões de brasileiros ficassem abaixo da linha da pobreza extrema.

A pressão por ajuda emergencial veio de uma coalizão de mais de 160 organizações e movimentos da sociedade civil brasileira. Em abril daquele ano, a Renda Básica Emergencial foi aprovada pelo Congresso, com algumas revisões, e, posteriormente, sancionada pelo presidente. A taxa mensal da ajuda emergencial aprovada de R\$ 600,00 e R\$ 1200,00 (para mães solteiras) era muito mais alta do que a própria proposta do Governo Federal, que foi de uma taxa fixa de

⁴ Nossas interlocutoras afirmam que o preço da máscara de tecido custava entre R\$ 4,00 e R\$ 6,00 a unidade. O álcool gel, que chegou a ser comprado por até R\$ 30,00 o litro, custava mais barato no período da entrevista e o consumo com material de limpeza havia aumentado bastante.

R\$ 200,00 mensais (REDE BRASILEIRA DE RENDA BÁSICA, 2020; BENITES e BETIM, 2020).

Quando perguntada sobre o que faria quando o Auxílio Emergencial acabasse, Lúcia demonstrou profunda preocupação e disse ter medo de que o governo acabasse com o programa. Para a família dela, esse dinheiro foi o que permitiu que não faltasse comida dentro de casa, e ela ainda contava com três cestas básicas doadas pelo Governo Municipal. Para a família de Ana, que perdeu a renda de suas vendas informais e parte do salário do marido, o auxílio era de grande ajuda, embora insuficiente, pois ainda era bem difícil pagar todas as despesas, como aluguel, alimentação, artigos de necessidade básica, e eles ainda acumulavam algumas contas abertas.

Rafaela, embora fosse mãe solteira, recebia inexplicavelmente apenas R\$ 600,00 do Auxílio Emergencial. Como suas atividades econômicas também foram suspensas, ela vivia basicamente com esse dinheiro.⁵ O benefício foi estendido por quatro meses, de setembro a dezembro, mas a uma taxa reduzida de R\$ 300,00 e R\$ 600,00 para mães solteiras que, para muitas pessoas, nem chegava a ser suficiente para pagar o aluguel. Para a sorte de Rafaela, a moradia pública construída pelo Estado onde ela morava não tinha aluguel, então ela não corria o risco de ser despejada, como muitas outras famílias pobres no Brasil.

O fechamento das escolas afetou a vida de todas elas. Rosa, Rafaela e Lúcia tinham filhos pequenos e adolescentes matriculados nas escolas, que passaram a mandar atividades para serem feitas em casa. Quando as aulas haviam sido suspensas, no mês de março de 2020, elas assumiram parcialmente o papel de professoras também, além de serem mães em tempo integral. Rosa e Rafaela falavam do medo de deixarem os filhos voltarem à escola ainda naquele ano, pois elas achavam que o vírus ainda não estaria controlado e seria difícil manter as crianças seguras. Dona Conceição, uma senhora de pouco mais de 50 anos, também era professora de turmas infantis e secretária em uma escolinha local e teve o trabalho e o salário reduzidos, ela estava recebendo apenas 10% do que recebia anteriormente e temia a possibilidade de perdê-lo. Ela também precisou trancar a faculdade particular, em que cursava o 5º semestre de Serviço Social, pois não conseguia mais pagar.

Duas de nossas interlocutoras eram mães solteiras e arcavam com os custos da criação dos filhos sozinhas. Lúcia tinha três filhos e havia ganhado na justiça o direito a uma pensão mensal de R\$ 200,00, mas desde o início da pandemia o pai das crianças não pagava a pensão, fato que é recorrente, mas

⁵ Sua filha estudava em uma escolinha privada local, por isso ela não foi contemplada com as cestas básicas distribuídas pela prefeitura de Salvador para alunos de escolas públicas.

dessa vez com a justificativa de que o Auxílio Emergencial seria suficiente. Para Lúcia, o auxílio foi uma espécie de “benção”, pois o valor que ela tinha direito era bem mais alto do que a renda mensal que ela conseguia ter e que mantinha sua família abaixo da linha da pobreza. Esse dinheiro garantiu uma alimentação melhor para ela e seus filhos e foi usado para pagar despesas de casa e dívidas antigas acumuladas. Rafaela, por sua vez, tinha uma filha ainda criança, que estava matriculada em uma escolinha particular local até agosto daquele ano, mas, por dificuldades financeiras e ausência das aulas, Rafaela optou por cancelar a matrícula da menina.

Somava-se a essa realidade descrita o fato de que elas eram as principais cuidadoras de suas famílias e por isso relatavam uma sobrecarga de trabalhos domésticos e cuidado em tempo integral dos filhos, já que o meio-período em que passavam na escola tinha sido suspenso, além da preocupação e dos custos de manter o vírus fora de casa. Os companheiros de Rosa e de Dona Conceição mantiveram seus empregos e elas relataram os cuidados com as roupas deles ao retornarem para casa.

ISOLAMENTO SOCIAL, ESTRESSE EMOCIONAL, MEDO E INCERTEZA COM O FUTURO

“No começo, eu pensei que ia ficar louca. Ficava vendo um bocado de coisa, não conseguia dormir, amanhecia o dia em claro. Cochilava, acordava, não conseguia dormir. Você saber que vai dormir, vai acordar e isso não vai acabar” (Fala de Rafaela).

Em agosto de 2020, Salvador fechou com 76.415 casos confirmados de covid-19, o número de mortes foi de 2.347 (SALVADOR, 2020). O isolamento social tinha sido recomendado como uma das principais estratégias de enfrentamento à pandemia do coronavírus pela Organização Mundial da Saúde e por chefes políticos em todo o mundo. Alguns governos adotaram medidas de distanciamento social suspendendo atividades não essenciais, flexibilizando outras para que pudessem ser realizadas via *home office*, restringindo circulação em determinados locais públicos, recomendando o mínimo de contato possível em atividades indispensáveis. Contudo, pesquisa do Datafolha apontava que o índice de isolamento social começava a reduzir (DATAFOLHA, 2020).⁶ Como as mulheres nos contaram, as ruas estavam vazias, mas ao mesmo tempo nas co-

⁶ Em pesquisa realizada pelo instituto Datafolha, o índice de isolamento social em agosto era de 51%, sendo que destes 43% saíam de casa quando necessário e 8% não saíam de casa de forma alguma. Os meses anteriores apresentaram índices mais altos.

munidades também havia muitas aglomerações com festas durante a quarentena.

Um vácuo de presença se instalou a partir das medidas de isolamento e distanciamento social adotadas pelo governo estadual e municipal, com o intuito de conter a propagação do vírus. Bittencourt (2020, p. 171), define isolamento social como sendo uma “situação de contenção humana no perímetro domiciliar”. Aquino e Lima (2020, não paginado), por sua vez, definiram o conceito como “sendo a separação das pessoas doentes daquelas não infectadas com o objetivo de reduzir o risco de transmissão da doença”. Para essas mesmas autoras o distanciamento social foi entendido como “medidas que têm como objetivo reduzir as interações em uma comunidade, que pode incluir pessoas infectadas, ainda não identificadas e, portanto, não isoladas” (não paginado). Todas as definições descortinam uma realidade não só de maior distância com outros indivíduos, mas também de um confinamento doméstico em tempo quase integral com todas as obrigações que essa realidade havia trazido.

Para nossas interlocutoras, a quarentena com o isolamento e distanciamento social foi uma realidade bem difícil. Ansiedade, estresse, insônia, angústia, tristeza e o uso de remédios para dormir por si próprias ou por terceiros eram relatos frequentes nas falas delas. Como Rafaela disse: “*A gente tá vivendo uma vida sem paz*”. Nesse mesmo sentido, Santos em *A cruel pedagogia do vírus* (2020, não paginado) chamou a atenção para o fato de que a quarentena seria especialmente difícil para as mulheres e em certa medida até perigosa. Os motivos dessas dificuldades não eram distintos daqueles encontrados nas histórias em que ouvimos. Todas relataram que a rotina dentro de casa ficou bastante estressante. Os desafios passavam por reorganizar as atividades diárias, encontrar novas atividades para ocupar o tempo dos filhos, viver na corda-bamba entre as despesas domésticas, que aumentaram no período da pandemia, o medo da doença, a sensação de que a violência no bairro aumentava e a incerteza do futuro.

Para Rafaela e Lúcia, o desafio era ainda maior: conviver com toda a família, em tempo integral, em 42m², espaços domésticos precários e sem área de lazer. Somava-se a isso o fato de que os brasileiros conviviam, no início da pandemia, com divergências de discursos oficiais sobre a doença e a condução da crise que ela provocou entre Governo Federal, de um lado, e Governos Estadual e Municipal, de outro.

Rafaela nos contou que deixou de assistir aos noticiários, pois eles a deixavam mais ansiosa e com medo. Embora ela soubesse que o objetivo da

quarentena era impedir a propagação do vírus, ela a achava insuportável. Para quem estava acostumada a sair todos os dias e a “*correr atrás*”, como ela dizia, querendo ser trabalhadora e constantemente ganhar dinheiro, foi muito difícil ser forçada a ficar em casa. Ela também sofreu com a sobrecarga de ter que ensinar o conteúdo das atividades escolares à filha.

No início da quarentena ela perdeu o sono, e além de conviver com a insônia, ela falava bastante em depressão. O espaço doméstico nunca foi muito confortável para ela, que dividia um quarto apertado com a filha, na casa da avó. Elas se espremiavam junto com os seus objetos num cômodo do andar de cima. A sensação era de que toda a vida delas estava guardada neste mesmo quarto. Os sonhos de Rafaela oscilavam entre construir um quarto puxadinho para sua filha e conquistar a casa própria em outro bairro distante dali. Embora tentasse seguir uma quarentena mais rígida, as fugas para a casa da irmã eram frequentes, uma estratégia para aliviar a tensão cotidiana. Antes de sair, porém, ela tinha que deixar toda a casa arrumada, organizada e a comida feita para a avó que tinha 80 anos.

Assim como Rafaela, Lúcia também morava nas casas do conjunto habitacional cedidas pelo Estado. Embora parecesse ter se adaptado melhor ao espaço doméstico, ela também falava de ansiedade e do estresse por ter que ficar presa em casa. Assim como Rafaela, ela contou que deixou de ver as notícias sobre a doença e que também não procurava se informar mais para não ficar ainda mais ansiosa. Ela nos contou que temia mais o fim do Auxílio Emergencial do que a própria doença.

Rosa, junto com seu marido e os dois filhos se mudaram alguns meses antes da pandemia começar para outro bairro também periférico. Essa decisão foi tomada depois de muito aborrecimento e tentativas frustradas de uma reforma fracassada em sua casa em São Mateus, feita pelo governo estadual durante o projeto de urbanização. Nas palavras dela: “A gente não tinha mais o que mexer, pra onde mexer, na verdade, a gente não poderia mais tirar um bloco do lugar devido à estrutura mesmo da casa, que já tava abalada, o que a gente viesse a fazer poderia cair”. A casa era muito pequena, “três vãos”, e ela se sentia aliviada por ter abandonado aquele lugar tão precário, mesmo que isso tenha significado voltar a pagar aluguel.

Da mesma forma que Rafaela e Lúcia, ela falava do estresse de ficar confinada em casa, que, segundo ela, ainda não era uma casa ideal para sua família, mas possuía dois quartos. Falava também como tinha sido difícil lidar em tempo integral com os filhos e que tinha sido necessário desenvolver estratégias para criar uma nova rotina com eles. Contou como foi doloroso deixar sua ati-

vidade com vendas, e que mesmo o valor de R\$ 1.200,00 do Auxílio Emergencial às vezes não era suficiente para pagar as despesas mensais que a família tinha.

Se muitas delas reclamavam do confinamento, por um lado, por outro lado o isolamento social nem sempre era possível. Eram elas que saíam para fazer as compras no mercado⁷ ou buscar as atividades dos filhos no colégio, quando estas não eram enviadas pela internet, outras vezes saíam para ajudar algum vizinho da comunidade. Como uma situação já precária de inserção social ficou ainda mais precária com a pandemia, algumas estratégias de solidariedade fizeram parte do cotidiano dessas pessoas. A necessidade do trabalho também era uma imposição, dada à escassez de dinheiro com que elas viviam. Dessa forma, Rafaela nos confessou: “Assim que aparecer alguma coisa eu caio pra dentro, não posso ficar sem trabalhar, não posso ficar parada”.

Dona Conceição, que era missionária em uma Igreja evangélica em São Mateus, contou sobre outras mulheres da comunidade que frequentavam sua igreja e que na quarentena também ficaram ansiosas, estressadas e começaram a tomar remédios para dormir.

Embora todas elas tenham falado de ansiedade e estresse, e Rafaela falasse até em possibilidade de depressão, quando perguntamos sobre procurar terapia a surpresa delas com a pergunta pairava no ar. Ficou claro para nós que o consumo de terapia não fazia parte do *habitus* social dessas pessoas. No caso daquelas mulheres que nos relatavam uma vida dura e um cotidiano de “correr atrás” de alguma renda que nunca era suficiente para pagar as contas, terapia seria uma despesa impensável. Elas também afirmaram não conhecer atendimento psicológico gratuito. Por outro lado, a busca por ajuda espiritual em espaços religiosos que frequentavam ou com hábitos religiosos individuais como orações, por exemplo, era uma atividade presente na vida de todas elas.

Os cultos que algumas das mulheres frequentavam foram suspensos no início da pandemia. O Decreto nº 32280, de 23 de março de 2020, recomendava a restrição de no máximo 50 pessoas nos templos religiosos e a obediência de distanciamento de pelo menos 1,5m entre elas. Na Igreja em que Dona Conceição era Missionária, o pastor começou a realizar os cultos on-line uma semana após esse decreto. No período da entrevista, os cultos presenciais começavam a voltar aos poucos e eram intercalados com os cultos on-line, realizados por *lives* nas redes sociais, e medidas de segurança eram tomadas no espaço religioso.

7 O uso do *delivery* como meio de comprar artigos de necessidade básica não faz parte do cotidiano dessas famílias, pois além de aumentarem os custos das compras, necessitaria do acesso corriqueiro à internet, que é bem limitado.

Dona Conceição, ao perceber um número grande de mulheres ansiosas e angustiadas em sua igreja naquele período pandêmico, fundou um grupo de mulheres e começou a realizar algumas atividades religiosas remotas. Ela contou que foi uma espécie de terapia para algumas delas. A Igreja dela tinha atendimento psicológico e ela podia encaminhar algumas pessoas para a psicóloga. A Igreja também tinha feito esforços para distribuir cestas básicas para fiéis que estavam passando por dificuldades financeiras e pagavam contas de luz e água quando algum deles precisava.

Para algumas das mulheres, o momento de crise proporcionou experiências de solidariedade em meio à pandemia. Lúcia tinha três filhos em escolas públicas e recebia três cestas básicas da Prefeitura Municipal de Salvador. Ela doava, todo mês, uma destas cestas para uma vizinha idosa que passava por muita dificuldade. Fornecer alimentos básicos para famílias pobres foi uma iniciativa das autoridades municipais para enfrentar a potencial epidemia de desnutrição entre as crianças quando as escolas fecharam; as escolas municipais forneciam uma refeição gratuita para as crianças matriculadas, que geralmente era a principal refeição do dia (VALADARES *et al.*, 2020).

Para quem não frequentava culto nem on-line como Rafaela, ela tomou outra iniciativa para não ficar deprimida. Ela começou a cantar e explicou: “Quando eu vejo que eu estou ficando triste, eu ligo o som para não ficar triste, começo a cantar. Eu falo para mim mesmo: “não posso ficar triste, estou com saúde, tô andando, posso fazer tudo o que eu gosto, apesar dessa quarentena”. Entendeu? Aí eu penso assim “eu tô presa, mas eu posso andar, eu posso levantar, eu posso fazer tudo”, aí começo a ligar o som, a cantar, a ficar feliz com a vida. Rafaela acrescentou, tentando se consolar: “Isso vai passar, vai voltar ao normal, por mais que não volte (ao normal), mas a gente tem que crer, né? Inclusive, para pensar assim alto, senão a gente fica mal.”

A COVID-19 E AS OUTRAS EPIDEMIAS

Ao falarem sobre o coronavírus, os relatos transitavam entre um certo pânico causado pelo noticiário no início da pandemia e o sentimento de desinformação em relação à doença. Quando realizamos as entrevistas, em agosto de 2020, a morte por covid-19 tinha atingido pessoas conhecidas para duas de nossas interlocutoras. Uma terceira suspeitava que já tivesse tido a doença, assim como seu filho mais velho e alguns vizinhos na comunidade. Ela chegou a ir ao posto de saúde local, onde recebeu orientação para que se cuidasse em casa e só se dirigisse ao hospital se a situação se agravasse. Rosa, Lúcia e Rafaela chega-

ram a pensar em fazer o teste, mas disseram que os locais destinados para testagem pela prefeitura ficavam superlotados, o que as desencorajou, pois achavam arriscado estar em aglomerações.

Todas as mães que entrevistamos disseram que ficaram com muito medo no início da quarentena. O fechamento dos estabelecimentos, a suspensão de algumas atividades e serviços, a incerteza de como se contraía a doença, o medo de pegar o vírus e a preocupação de algum familiar adoecer foram coisas nunca antes experimentadas por elas. Ao falar sobre isso, Rosa disse que se viu “muito aterrorizada com muitas coisas, não queria nem que Sofia e João saíssem nem na porta, nem que olhassem”, porque ela havia ficado com muito medo. Além da convivência com a possibilidade de contrair a covid-19, nossas interlocutoras ainda conviviam com outras epidemias.

Desde 2015, as arboviroses, como dengue, zika e chikungunya, passaram a assolar o território baiano e nunca foram de fato erradicadas. Em Salvador essas doenças ganharam novamente o status de epidemia, em 2020. No mês de julho daquele ano, a cidade experimentou um crescimento vertiginoso dessas doenças, o número de casos de zika passou de 166, no mesmo período em 2019, para 627, em 2020; a chikungunya cresceu de 831 casos notificados para 4.749; e a dengue saltou de 3.112 para 5.980 casos (BAHIA, 2020). As mulheres relataram mais casos dessas doenças nas comunidades delas, e nas comunidades religiosas que frequentavam, do que casos de covid-19.

Lucia achava que já tinha pegado a covid-19, pois ela e o filho mais velho apresentaram alguns sintomas, assim como outros vizinhos próximos da comunidade. Ela ficou muito doente e tinha sintomas como febre alta e perda do olfato. No posto de saúde local, não realizavam o teste para comprovar a doença, mas ela foi orientada a ir ao pronto-socorro se sua condição piorasse. Lúcia também contraiu o vírus da zika naquele ano, o que, segundo ela, foi “muito pior”.

A filha de Ana pegou dengue depois que a quarentena começou, mesmo com o cuidado para não deixar os filhos saírem nem na porta, como ela disse. A filha dela ficou bastante doente, com febre alta, e, embora Ana tenha ficado preocupada com os sintomas da menina, preferiu fazer o atendimento pelo telefone com o Ministério da Saúde, onde recebeu orientações sobre como tratar da doença. No relato dela podemos perceber que a situação se agravou um pouco: “Todo mundo estava tão focado na covid-19 que esqueceu a zika e a chikungunya. Então, assim, foi uma semana de luta! Uma febre que não baixava, depois quando tudo cessou, veio a empolgação, porque a zika traz uma empolgação, uma coceira, e minha filha se coçava muito. A gente levou duas madrugadas aqui com ela toda empolada e tomando antialérgico...”

Muitos vizinhos de Rafaela e Lúcia sofreram efeitos adversos do estresse emocional, que impactou negativamente aqueles que tinham doenças crônicas, como hipertensão e diabetes, doenças comuns na periferia de Salvador (KOLLING, 2012). Nas últimas décadas, o Brasil tem passado por processos de transição epidemiológica e, conseqüentemente, tem ocorrido um aumento da incidência, prevalência e mortalidade por doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes e hipertensão (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2009). A morbidade e a mortalidade devido às doenças crônicas são maiores na população pobre (SCHMIDT *et al.*, 2011). Tanto Rafaela quanto sua avó lutam contra essas doenças. Os idosos, em particular, temem ir ao hospital para tratamento e acabarem contraindo o coronavírus. Uma das vizinhas de Rafaela morreu em agosto de 2020, depois de um ataque cardíaco em casa. Ela foi uma das primeiras moradoras na antiga ocupação e lutou pelo reassentamento com melhores condições em um novo conjunto habitacional.

SENSAÇÃO DE INSEGURANÇA AUMENTADA

As moradias precárias, a sobrecarga de trabalho doméstico invisível, a incerteza com o futuro e as angústias e ansiedades causadas por ela não eram as únicas preocupações dessas mulheres. Nessa última parte do artigo tratamos da insegurança devido aos assaltos frequentes, o tráfico de drogas e a guerra armada da polícia com os traficantes que estão presentes nos bairros em que vivem. No meio dessas disputas, pessoas comuns e famílias tentam levar suas vidas dignamente (KOLLING, 2019).

Nossas interlocutoras já conviviam com uma sensação constante de insegurança antes da quarentena e, quando a pandemia do coronavírus começou, essa sensação aumentou para elas. Rafaela contou que estava tendo “mais crimes” durante a quarentena, que “a bandidagem aumentou mais” e que o tráfico aumentou “porque eles tão tomando conta do Bairro”. Ela achava que estava “tendo pouco policial” e explicou: “Se tiver alguma coisa, quem resolve são eles. A polícia não resolve nada”.

A insegurança e a criminalidade já limitavam os movimentos das mulheres e a forma como se comportavam ao saírem de casa. Era costumeiro deixar o celular em casa quando iam buscar os filhos na escola, mesmo quando era perto de onde moravam, e também usavam a estratégia de esconder o dinheiro no corpo para evitar que fosse levado, caso acontecesse um assalto. A sensação intensificada de insegurança contribui para reduzir ainda mais o movimento delas e as fez ficar em casa além das restrições por conta do coronavírus.

Embora não tenhamos estatísticas sobre o aumento de insegurança para este bairro durante a pandemia, um tipo de assalto deixou Dona Conceição muito preocupada, os assaltos nos ônibus. O marido dela era motorista de ônibus e havia sofrido alguns assaltos desde o início da pandemia. Dona Conceição nos contou que os trabalhadores do transporte coletivo se tornaram alvos e os horários preferenciais passaram a ser o período em que as empresas estavam recolhendo os trabalhadores e levando-os para as centrais onde ficam os veículos que eles dirigiam. A avenida principal que dá acesso ao bairro se tornou cenário desses assaltos que eram noticiados com frequência no jornal local. O número de roubos a ônibus registrados nesse ano pela Secretaria de Segurança Pública, entre os meses de janeiro e outubro, foi de 1.381 (BAHIA, 2020b). Embora a SSP tenha afirmado que esse número seja bem menor que no ano anterior, a sensação pode ter sido outra para os trabalhadores do transporte coletivo e suas famílias.

CONCLUSÃO

Em *O direito universal à respiração*, Mbembe (2020) resgatou seu conceito de “redistribuição desigual das vulnerabilidades” ao falar dos tempos pandêmicos. No mesmo sentido, Santos (2020) traçou seu argumento em *A cruel pedagogia do vírus*, mostrando que a pandemia do coronavírus não instalou uma crise desvinculada de um contexto maior de crise neoliberal, pelo contrário, veio aprofundar um estado de crise econômica, social e política permanente do modelo neoliberal, em que grupos humanos inteiros ao redor do mundo são relegados a condições vulneráveis de vida, condições essas que se tornam mais evidentes e mais graves no cenário atual (SANTOS, 2020).

Nesse sentido é que a crise econômica agravada pela pandemia de covid-19 impulsionou a desaceleração econômica e a turbulência política do Brasil que começaram em 2014. Desde então houve um aumento da pobreza, da desigualdade e do trabalho informal (IBGE, 2020). Segundo as Nações Unidas, tanto no Brasil quanto na América Latina, mulheres foram afetadas de forma desproporcional pela pandemia, entre outros fatores, porque elas são amplamente empregadas na informalidade e nos setores mais atingidos. Embora sua capacidade de absorver choques econômicos seja menor, elas assumem maiores demandas não assalariadas de cuidados em casa (ECLAC, 2021). Essa realidade se materializa na vida das mulheres da nossa pesquisa. As preocupações com a aquisição de dinheiro, com a saúde e a educação dos filhos são mais constantes que antes. Assim, elas passaram a conviver com angústias, ansiedade e incer-

teza com o futuro. Elas queriam que a vida voltasse “ao normal”, mas não havia nenhuma perspectiva disso naquele momento. Como dona Conceição disse na entrevista: “As coisas não vai melhorar, vai piorar. De acordo com a palavra de Deus, ainda tem muita coisa aí por vir. É uma das etapas ainda.”

Elas viviam como a maioria das mulheres negras nas periferias de Salvador e de outros grandes centros urbanos: levavam uma vida em que “correr atrás” cotidianamente era e ainda é o meio de sobrevivência econômica. Com a alta concentração dessas mulheres em empregos informais e de baixa remuneração, somados ao aumento do trabalho doméstico, do cuidado com crianças, que não podiam ir a escolas ou creches, as mulheres em bairros pobres de Salvador enfrentavam o aumento das vulnerabilidades financeiras e sociais.

As moradias precárias também tornaram as experiências de quarentena mais difíceis. Algumas de nossas interlocutoras passavam parte significativa de seu dia confinada em 42m² devido à exigência de isolamento social, das medidas de distanciamento social, do *lockdown* temporário no bairro, e também da insegurança fora de casa. A pandemia afetou psicologicamente essas pessoas, que passaram a conviver com a ansiedade, o estresse e a insônia. Mais que medo do coronavírus em si, as mulheres temiam a pobreza e as outras epidemias que impactaram a vida e a saúde da população na periferia de Salvador.

A fragilidade da vida dessas pessoas, somada à sobreposição de carências e um alento financeiro dado pelo auxílio emergencial fez com que elas tivessem mais medo do fim do auxílio que da própria doença em si. O estudo do Data Favela, publicado em março de 2020, apontou que “7 a cada 10 famílias da favela tiveram a renda familiar diminuída por causa do coronavírus” (DATA FAVELA, 2020); os dados são de antes da aprovação do Auxílio Emergencial. Essa foi a realidade que voltou a espreitar novamente a realidade de milhões de brasileiros. Assim, a pandemia de covid-19 teve um impacto desigual em diferentes territórios e grupos sociorraciais que constituem o espaço urbano (OLIVEIRA e ARANTES, 2020), o que aprofundou ainda mais as já avassaladoras desigualdades em uma cidade como Salvador.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carla; LÜMANN, Lígia; MARTELLI, Carla. A pandemia e seus impactos no Brasil. *Middle Atlantic Review of Latin American Studies*, v. 4, n. 1, p. 20-25, jun., 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Carla_Almeida23/publication/342653340_A_pandemia_e_seus_impactos_no_Brasil/links/5f443492299bfi3404eef669/A-pandemia-e-seus-impactos-no-Brasil.pdf. Acesso em: 3 jan. 2021.

AQUINO, Estela M. L.; LIMA, Raíza Tourinho dos Reis Silva. Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de covid-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, jun., 2020. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csc/2020.v25suppl1/2423-2446/pt/>. Acesso em: 22 maio 2021.

BAHIA. *Informe Epidemiológico das Arboviroses Urbanas, Semana Epidemiológica 06, Bahia*, 2020. Secretaria de Saúde do Estado da Bahia. Disponível em: http://www.saude.ba.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/informeArbovirosesSemana06_2020.pdf. Acesso em: 24 maio 2021.

BAHIA. Mês de outubro tem a maior queda de roubos a ônibus no ano. *Secretaria de Segurança Pública*, Bahia, 2020b. Disponível em: <http://www.ssp.ba.gov.br/2020/11/8697/Mes-de-outubro-tem-a-maior-queda-de-roubos-a-onibus-no-ano.html>. Acesso em: 26 dez. 2021.

BENITES, Afonso; BETIM, Felipe. Congresso aprova renda básica por crise do coronavírus enquanto Planalto luta por protagonismo. *El País*, 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-03-31/congresso-aprova-renda-basica-emergencial-por-crise-do-coronavirus-enquanto-planalto-luta-por-protagonismo.html>. Acesso em: 23 de maio de 2021.

BITTENCOURT, Renato Nunes. Pandemia, isolamento social e colapso global. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 221, p. 168-178, mar./abr., 2020. Bimestral. Ano XIX - ISSN 1519.6186. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/52827/751375149744>. Acesso em: 22 dez. 2020.

CARVALHO, Inaiá M..M; PEREIRA, Gilberto Corso (org). *Como anda Salvador e sua Região Metropolitana*. Salvador: EDUFBA, 2006.

CARVALHO, Inaiá; FERNANDES, Cláudia Monteiro. Transformações recentes da estrutura social das metrópoles brasileiras - Relatório RMS. In: *TD Observatório das Metrópoles*, n. 009, 2019, Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.observatoriodasmetrosoles.net.br/wp-content/uploads/2019/11/RMS_Final.pdf. Acesso em: 18 dez. 2020.

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). *Panorama Social da América Latina 2020*, (LC/PUB.2021/3-P), Santiago, 2021. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46784/1/S2000967_pt.pdf. Acesso em: 29 mar. 2023.

CONDER e SEDUR. *Parte 2-Política de Atendimento do Programa de Reassentamento Involuntário*. 2009. Salvador.

COSTA, Simone da Silva. Pandemia e desemprego no Brasil. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 969-978, jul./ago., 2020. Epub Aug 28. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122020000400969&script=sci_arttext. Acesso em: 3 jan. 2021.

DA REDAÇÃO. “Salvador tem segunda maior taxa de desocupados entre as capitais, diz IBGE”. *A Tarde*, Salvador, 2020. Disponível em: <https://atarde.com.br/bahia/bahiasalvador/salvador-tem-segunda-maior-taxa-de-desocupados-entre-as-capitais-diz-ibge-1117728>. Acesso em: 3 jan. 2020.

DATA FAVELA. Coronavírus nas favelas. *Instituto Locomotiva*, São Paulo, 2020. Disponível em: https://www.cidadessaudaveis.org.br/cepedoc/wp-content/uploads/2020/04/Coronav%c3%adrus-nas-favelas_divulg_rev2.pdf. Acesso em: 24 maio 2021.

ECLAC - Economic Commission for Latin America and the Caribbean, United Nations. *Social Panorama of Latin America*, 2020. Santiago: ECLAC, 2021.

ECLAC - Economic Commission for Latin America and the Caribbean, United Nations. *The sociodemographic impacts of the COVID-19 pandemic in Latin America and the Caribbean*. Santiago: ECLAC, 2022.

GORDILHO SOUZA, Ângela. Favelas, invasões e ocupações coletivas nas grandes cidades brasileiras – (Re) qualificando a questão para Salvador - BA. *Cadernos Metrôpole*, São Paulo, n. 5, 2001. Disponível em: www.cadernosmetropole.net/pt/component/content/article/51-5. Acesso em: 11 jun. 2023.

HARDON, Anita *et al.* *Health Systems in Applied Health Research Manual - Anthropology of Health and Health Care*. Amsterdam: Het Spinhuis, 2001

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 26 dez. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) COVID-19. Microdados*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: http://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_PNAD_COVID19/Microdados/PNAD_COVID19_052020.zip. Acesso em: 26 dez. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC): microdados 2012- 2020*. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/. Acesso em: 1 mar. 2021.

PEREIRA DA SILVA, Sandro; HENRIQUE LEITE CORSEUIL, Carlos; SIMÕES DE MELO COSTA, Joana. *Impactos da pandemia de Covid-19 no mercado de trabalho e na distribuição de renda no Brasil*. Brasília: IPEA, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11561>. Acesso em: 17 nov. 2023.

ISOLAMENTO atinge menor patamar da pandemia em dezembro. *Datafolha Instituto de Pesquisa*, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2020/12/1989191-isolamento-atinge-menor-patamar-da-pandemia-em-dezembro.shtml>. Acesso em: 24 maio 2021.

KOLLING, Marie. Doing gender, doing away with illness. Diabetic disruptions to masculinity and sexuality in Northeast Brazil. *Nordic Journal for Masculinity Studies*, [s.l.] v. 7, n. 1, p. 91-115, 2012. Disponível em: https://www.idunn.no/norma/2012/01/doing_gender_doing_away_with_illness_diabetic_disruptions. Acesso em: 8 jun. 2021.

KOLLING, Marie. Becoming Favela: Forced Resettlement and Reverse Transitions of Urban Space in Brazil. *City & Society*, [s.l.], v. 31, n. 3, p. 413-435, nov., 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/ciso.12237>. Acesso em: 15 dez. 2020.

KOLLING, Marie. Debt and Dirty Names: Tracing Cashlessness and Urban Marginality in Brazil. In: *Who's Cashing In? Contemporary Perspectives on New Monies and Global Cashlessness* (eds. Sen A, Lindquist J, Kolling M). Berghahn Books. Critical Interventions: A Forum For Social Analysis, [s.l.], v. 19, 2020. Disponível em: https://berghahnbooks.com/downloads/OpenAccess/SenWho/SenWho_02.pdf. Acesso em: 26 dez. 2020.

MACEDO, Yuri Miguel; ORNELLAS, Joaquim Lemos; BOMFIM, Helder Freitas. Covid-19 no Brasil: o que se espera para população subalternizada? *Revista Encantar - Educação, Cultura e Sociedade*, Bom Jesus da Lapa, v. 2, p. 01-10, jan./dez, 2020. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/encantar/article/view/8189>. Acesso em: 18 dez. 2020.

MADEIRO, Carlos. Covid-19 já é a maior causa de mortes no Brasil registrada em um único ano. *UOL*, [s.l.], 2020. Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/09/15/com-133-mil-obitos-covid-ja-tem-recorde-como-causa-morte-no-pais-em-um-ano.htm>. Acesso em: 22 maio 2021.

MBEMBE, Achille. O direito universal à respiração. *Instituto Humanitas Unisinos*, [s.l.], 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/598111-o-direito-universal-a-respiracao-artigo-de-achille-mbembe>. Acesso em: 22 maio 2021.

MENDONÇA, Heloísa. PIB tem queda histórica de 9,7% no segundo trimestre e pandemia arrasta o Brasil para recessão. *El País*, [s.l.], 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/economia/2020-09-01/pib-tem-queda-historica-de-97-no-segundo-trimestre-e-pandemia-arrasta-o-brasil-para-recessao.htm>. Acesso em: 22 maio 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; FREIRE, Neyson Pinheiro. Pandemia exacerba desigualdades na saúde. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 9, p. 3555-3556, set., 2020. Epub Aug 28. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232020000903555&script=sci_arttext. Acesso em: 18 dez. 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Painel de Indicadores do SUS*, Brasília, 2009. Disponível em: http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/panoramico_v_3_n_7.pdf. Acesso em: 08 de junho de 2021.

MONITORING - Municipalities: Comparison. *Covid-19 Brazil*, [s.l.], 2020. Disponível em: <https://ciis.fmrp.usp.br/covid19/municipios-br/>. Acesso em: 18 dez. 2020.

PEREIRA, Carla Galvão; ARANTES, Rafael de Aguiar. Fighting Covid-19 in Salvador: cooperation and conflict in intergovernmental relationship. *Revista Ambiente e Sociedade*, [s.l.], v. 23, p. 1-11, jul., 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-753X2020000100901&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 18 dez. 2020.

OBSERVATÓRIO de bairros Salvador. Salvador. Disponível em: <https://observatoriobairrossalvador.ufba.br/bairros/sao-joao-do-cabrito>. Acesso em: 17 de dez. 2020.

OLIVEIRA, Lucas Amaral de; ARANTES, Rafael Aguiar. Neighborhood Effects and Urban Inequalities: the impact of covid-19 on the periphery of Salvador, Brazil. *City & Society*, [s.l.], v. 32, n. 1, abr., 2020. Disponível em: <https://anthrosource.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/ciso.12266>. Acesso em: 7 jan. 2021.

RENDA básica emergencial: a campanha que levou a ela e seus passos. *Rede Brasileira de Renda Básica*, 2020. Disponível em: <http://rendabasica.com.br/renda-basica-emergencial-campanha-levou-ela-seus-proximos-passos/>. Acesso em: 23 maio 2021.

SALVADOR, Decreto nº 32280, de 23 de março de 2020, Diário Oficial do Município. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=391448>. Acesso em: 8 de janeiro de 2021.

SALVADOR. Prefeitura Municipal de. Secretaria de Saúde. *Informe Salvador*, 2020. Disponível em: <http://informe.salvador.ba.gov.br/coronavirus/>. Acesso em: 26 dez. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Edições

Almedina, 2020. Disponível em: https://www.abennacional.org.br/site/wp-content/uploads/2020/04/Livro_Boaventura.pdf. Acesso em: 22 maio 2021.

SECOM – SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. *Salvador decreta situação de emergência e fecha shoppings contra coronavírus*. Salvador, 2020. Disponível em: <http://www.comunicacao.salvador.ba.gov.br/index.php/todas-as-noticias-4/56277-salvador-decreta-situacao-de-emergencia-e-fecha-shoppings-contracoronavirus> Acesso em: 22 maio 2021.

SCHIMIDT, Maria Inês *et. al.* 2011. Chronic non-communicable diseases in Brazil: Burden and current challenges. *The Lancet*, [s.l.], v. 377, n. 9781, p. 1949-1961, 2011.

SOARES, Antonio Mateus de C. Cidade revelada: pobreza urbana em Salvador. *Geografias*, Belo horizonte, v. 05, n. 1, p. 83-96, jan./jun., 2009.

Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/13265/10497>. Acesso em: 18 dezembro 2020.

NAÇÕES UNIDAS. The Impact of COVID-19 on Latin America and the Caribbean. *Policy Brief*, [s.l.], jul, 2020. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/world/policy-brief-impact-covid-19-latin-america-and-caribbean-july-2020>. Acesso em: 3 jan. 2021.

VALADARES *et al.* Alunos recebem refeição diária, cestas básicas e vouchers como merenda. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/alunos-recebem-refeicao-diaria-cestas-basicas-e-vouchers-como-merenda.shtml>. Acesso: 28 dez. 2020.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Pobreza Urbana e a formação de bairros populares em Salvador na longa duração. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 20, p. 19-30, 2006. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/74005/77664>. Acesso em: 18 dez. 2020.

WERNECK, Guilherme Loureiro; CARVALHO, Marília Sá. A pandemia do covid-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. *Caderno de Saúde Pública*, São Paulo, v. 36, n. 5, p. 1-4, maio, 2020. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csp/2020.v36n5/e00068820/pt/>. Acesso em: 3 jan. 2021.



RELÚDIOS
REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ISSN 123456789

VOL. 11, 2023 | PUBLICAÇÃO CONTÍNUA

